

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA – PPGH

ROGER RENILTO DINIZ COSTA

**ENTRE A HISTÓRIA E O MITO:
OLIVEIRA LIMA E A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS NACIONAIS
MONARQUISTAS PELA HISTORIOGRAFIA**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA – PPGH

ROGER RENILTO DINIZ COSTA

**ENTRE A HISTÓRIA E O MITO:
OLIVEIRA LIMA E A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS NACIONAIS
MONARQUISTAS PELA HISTORIOGRAFIA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-graduação História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades, sob a orientação da profa. Dra. Ivonete Pereira.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Costa, Roger Renilto Diniz
F837e Entre a história e o mito: Oliveira Lima e a construção de heróis nacionais monarquistas pela historiografia / Roger Renilto Diniz Costa. - Marechal Cândido Rondon, 2016.
190 f.

Orientadora: Prof. Dr. Ivonete Pereira

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.

1. Lima, Oliveira, 1867-1928. 2. Brasil - História - República Velha, 1889-1930 3. Historiografia. I. Pereira, Ivonete. II. Título.

CDD 22.ed. 981.05

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbarini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado

Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



PARANÁ

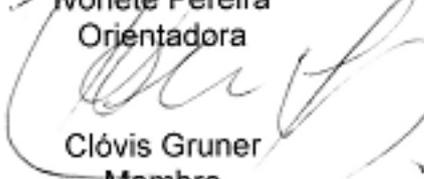
GOVERNO DO ESTADO

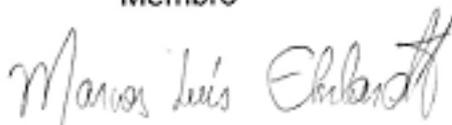
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos oito dias do mês de março de 2016, às 14h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr.^a Ivonete Pereira (orientadora) (UNIOESTE), Dr. Clóvis Gruner (UFPR) e Dr. Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "Entre a história e o mito: Oliveira Lima e a construção de heróis nacionais monarquistas pela historiografia", apresentado pelo pós-graduando **Roger Renilto Diniz Costa** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Ivonete Pereira, orientadora do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 08 de março de 2016.


Ivonete Pereira
Orientadora


Clóvis Gruner
Membro


Marcos Luís Ehrhardt
Membro


Roger Renilto Diniz Costa
Pós-graduando

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

ROGER RENILTO DINIZ COSTA

ENTRE A HISTÓRIA E O MITO: OLIVEIRA LIMA E A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS
NACIONAIS MONARQUISTAS PELA HISTORIOGRAFIA

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Marechal Cândido Rondon, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ivonete Pereira – UNIOESTE
(Presidenta da Banca Examinadora)

Profa. Dr. Marcos Luís Ehrhardt – UNIOESTE
(Examinador)

Profa. Dra. Clóvis Mendes Gruner – UFPR
(Examinador)

Aos meus pais.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tornou possível a realização do mestrado, no qual desenvolvi este trabalho, pelo auxílio financeiro concedido ao longo de todo o período. Embora nem todos os sentidos sejam firmados sobre a materialidade, como discutiremos ao longo deste trabalho, sem este amparo a jornada teria sido ainda mais árdua, talvez impossível. Gostaria que todos os colegas pudessem contar com esta sustentação.

Agradeço sinceramente à Dra. Ivonete Pereira, pelas orientações preciosas e atentas, sempre instigantes à crítica e inspiradoras à pesquisa. Como orientadora, soube muito bem conciliar a criteriosa reflexão metodológica com a liberdade intelectual. Se algum dito assertivo se compreende ao longo destas páginas, certamente aí está graças ao seu paciente direcionamento nestes dois anos. Quanto às fraquezas que sejam percebidas e enganos cometidos, estes eu os assumo sozinho, como fruto de minhas limitações particulares e insistências teimosas.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação (PPG) em História da UNIOESTE, pela rica contribuição que agregaram à minha formação com as disciplinas ofertadas, as oficinas realizadas, minicursos, palestras. Especialmente à Dra. Méri Frotscher, Dra. Geni Rosa Duarte, Dra. Yonissa Marmitt Wadi e Dr. Marcos Nestor Stein, que foram meus professores nesta etapa, sempre direcionando as leituras e discussões para as temáticas pesquisadas por mim e pelos demais discentes. As discussões durante as aulas foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho – e se a ele não se somaram positivamente, isto se deve apenas por falha deste que escreve.

Também aos professores Dr. Moisés Antiqueira e Dr. Marcos Luís Ehrhardt (ambos titulares da Unioeste), por terem aceito ler este trabalho para a banca do exame de qualificação. Também ao professor Dr. Clóvis Gruner (UFPR), que atendeu solícitamente o convite para participar da banca de defesa. As contribuições destes foram muito importantes e contribuídas para que alguns pontos fossem revistos e, na medida em que me foi possível, melhorados. A estes devo também as minhas desculpas por não ter sido capaz de contemplar satisfatoriamente todos as questões fracas carentes de maiores aprofundamentos ao longo do texto.

Aos colegas de curso, pelos preciosos e fecundos momentos de discussão que muito me ajudaram a pensar as questões, as quais nem todas tomaram parte deste texto, mas que muito somaram à minha formação. Especialmente à Claudia Ferreira de Melo, Talita Maisa Santana

e Thamara Parteka, colegas de caronas e expressos no Café com Pão, companheiras de leituras e de sugestões sinceras que tornaram esta etapa, tantas vezes exaustiva e enfadonha, em grande medida mais feliz.

Neste sentido, agradecimento semelhante ao Felipe Salvador Weissheimer, pela amizade presente, apesar da distância física, e pelo entusiasmo nos primeiros momento deste estudo, fundamentais para todo o restante da caminhada, e pela insistência na continuidade da jornada. Amigo sincero, ao longo deste período, Felipe foi colega de conversas sobre as teorias da História e a reflexão sobre a historiografia brasileira, e companheiro de luta.

A Paulo Roberto de Almeida, pela atenção e pela cordialidade com que me foi solícito, e pela disposição em compartilhar informações que foram de fundamental importância para o andamento da pesquisa e para o desenvolvimento desta dissertação.

Também à Larissa, meu amor e minha revisora exclusiva, por estar ao meu lado em todas as horas e partilhar de todos os meus devaneios, paciente em minhas ausências e companheira de reflexões sobre assuntos nem sempre tão agradáveis e prazerosos.

Por fim, e certamente mais importante, agradeço à minha família, com a qual pude contar em diversos momentos de penúria e desgaste, que sempre me ofereceu o apoio vital de que precisei – para além das elucubrações intelectuais e de todas as minhas ranzinices. Especialmente à minha mãe, alicerce sólido e firme em minha vida, pela luta constante e pelos sacrifícios diários por todos.

E aos tantos que não pude aqui nominar, mas que de alguma maneira contribuíram para com este trabalho, direta ou indiretamente, durante estes meses de empenho.

Muito obrigado a todos.

Cascavel, janeiro de 2016
R. R. D. C.

“A história precisa resolver o próprio problema da história; o saber precisa voltar o seu ferrão contra si mesmo”.

Friedrich Nietzsche

ENTRE A HISTÓRIA E O MITO: OLIVEIRA LIMA E A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS NACIONAIS MONARQUISTAS PELA HISTORIOGRAFIA

Resumo

Este trabalho tem por objetivo dissertar sobre a historiografia de Manuel de Oliveira Lima tendo em vista a representação dos imperadores do Brasil como heróis nacionais durante a Primeira República. Para tanto, nossa ênfase é analisar algumas obras do historiador Oliveira Lima nas quais seu discurso historiográfico se volta ao passado imperial brasileiro destacando a atuação dos governantes como heroica e enaltecendo-os de forma épica em sua narrativa. Metodologicamente, concebemos a historiografia como um discurso, para fins de analisá-lo em sua historicidade, isto é, abordar seu contexto de produção e sua articulação interna. A reflexão por nós realizada se volta, portanto, à questão da constituição da nacionalidade brasileira, recorrente na produção letrada dos fins do século XIX e no início do século XX. Na análise, estabelecemos um diálogo com outros historiadores que se dedicaram à pesquisar a trajetória de vida de Oliveira Lima e, sobre outros aspectos, sua historiografia. Analisamos cinco obras de Oliveira Lima, especificamente: *Dom João VI no Brasil*; *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*; *O Império Brasileiro (1821-1889)*; *O Movimento da Independência (1821-1822)* e *Historia Diplomatica do Brazil: O Reconhecimento do Imperio*.

Palavras-chave: Oliveira Lima; discurso historiográfico; Primeira República do Brasil; heróis nacionais; mitos políticos.

**BETWEEN HISTORY AND MYTH:
OLIVEIRA LIMA AND CONSTRUCTION OF MONARCHIST
NATIONAL HEROES BY THE HISTORIOGRAPHY**

Abstract

This study aims to lecture about the historiography of Manuel de Oliveira Lima in view of the representation of the emperors of Brazil as national heroes during the First Republic. To this end, our emphasis is to analyze some books of the historian Oliveira Lima in which his historiographical discourse turns to the Brazilian imperial past highlighting the role of governments as heroic and praising them in epic way in his narrative. Methodologically we conceive the historiography as a discourse for the purpose of analyzing it in its historicity, that is, addressing context of production and its discursive articulation. The reflection by us developed is back to the question of the constitution of Brazilian nationality, recurrent literate in production of the late nineteenth century and early twentieth century. In the analysis, we established a dialogue with other historians who have dedicated themselves to researching the life path of Oliveira Lima, and on other aspects, their historiography. We analyzed five works of Oliveira Lima, specifically: *Dom João VI no Brasil*; *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*; *O Império Brasileiro (1821-1889)*; *O Movimento da Independência (1821-1822)* e *Historia Diplomatica do Brazil: O Reconhecimento do Imperio*.

Keywords: Oliveira Lima; discourse; First Brazilian Republic; national heroes; political myths.

Lista de imagens

Figura 1: Foto de Manuel de Oliveira Lima trajando o fardão da ABL	41
Figura 2: Charge do Jornal <i>O Malho</i> de Oliveira Lima e Lauro Müller	44
Figura 2: Caricatura de Oliveira Lima por Gilberto Freyre, de 1921	51
Figura 3: Foto de Oliveira Lima em 1916	52
Figura 4: Oliveira Lima na <i>Oliveira Lima Library</i> , em 1924	53
Figura 5: “Retrato de Oliveira Lima lendo” (1913), por Carlos Chambelland	55

Lista de siglas e abreviaturas

ABL – Academia Brasileira de Letras

FHdNB – Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1. Oliveira Lima entre a História e a Diplomacia	31
1.1. Diplomata e historiador	38
1.2. Um historiador do Império no advento da República	57
1.3. Um panorama das fontes: as obras de Oliveira Lima	69
1.3.1. O reconhecimento do império	69
1.3.2. Dom João VI no Brasil	72
1.3.3. Formação histórica da nacionalidade	77
1.3.4. O movimento da independência	80
1.3.5. O império brasileiro	83
Capítulo 2. As pautas políticas de um intelectual da transição	89
2.1. Apologias ao Império: saudosismo recôndito ou monarquismo sintomático?	97
2.2. A Revista Trimensal e a mudança de regime	113
Capítulo 3. Os heróis nacionais na historiografia de Oliveira Lima	128
3.1. História e Mito, narrativas temporais	134
3.2. Construindo estereótipos: o fundador, o bravo e o sábio	141
3.2.1. El rei Dom João VI, o fundador	141
3.2.2. Dom Pedro I, o bravo	149
3.2.3. Dom Pedro II, o sábio	179
3.3. Uma “constelação” de heróis para um panteão cívico	175
Considerações Finais	179
Bibliografia	184
Anexos	189

Introdução

Poucos personagens históricos conseguiram notoriedade duradoura, se comparados à imensidão de pessoas que nasceram e morreram desde o início do período histórico da humanidade. Se as estátuas que se impõe nas praças ou as placas que nominam ruas raramente chamam atenção dos turistas, é porque as figuras a quem elas remetem não tem significância senão aos que compartilham de sua história. Estas figuras, os heróis, quase sempre são significativas para a criação e para a afirmação de identidades, mas perdem importância para os que são estranhos a eles. Mitos e heróis estão presentes em todas as sociedades humanas, e não são exclusivos de um só povo ou cultura, tampouco são abstrações específicas de um período ou de outro. E como tudo que existe entre os homens, têm um início e um processo transcurso, ou seja, possuem uma historicidade que remonta a um momento de criação.

Esta dissertação trata da fabricação de alguns heróis nacionais brasileiros, da heroificação, ou melhor, de uma tentativa de heroificação de alguns personagens da história através da narrativa desta mesma história, em um tempo em que, talvez, heróis fossem mais necessários, ou mais benquistos. Aborda portanto um trabalho narrativo sobre determinados acontecimentos e determinadas figuras que foram ditas e representadas como “heroicas”; uma narrativa, ou, melhor dizendo, narrativas, com as quais seu artífice almejava ultrapassar a mera exposição de eventos e atingir alvos mais profundos: as mentes e os corações, de modo a construir e instituir sentidos, fazer ver, fazer crer, fazer sentir¹.

A mudança de regime político no Brasil, em 1889, foi marcada por uma ruptura desigual nas estruturas sociais. Por um lado, foi destituída a monarquia e com ela também a estratificação estamental da sociedade; por outro, a funcionalidade do que se pretendia um regime republicano se mostrou, desde seu início, difícil, ameaçada pelo espectro do militarismo – que, embora fosse existente no Império, ganhou expressividade na dinâmica político partidária sobretudo após a Guerra do Paraguai². Entretanto, como observa Raymundo Faoro, se as nomenclaturas

¹ Estas noções, as referidas potencialidades de “fazer ver”, “fazer crer” e “fazer sentir”, objetivamente articuladas pelo discurso sobre a pretensão do estatuto de verdade, obedecem a certos conceitos, temas e valores. Trata-se de categorias estruturantes, como é trazido por Deleuze: “o que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado” (DELEUZE, Gilles. *Foucault*, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 68).

² O auge do militarismo na política nacional durante a Primeira República se deu com a importação da filosofia positivista de Auguste Comte, a qual marca ainda hoje a tradição republicana nacional, presente inclusive no simbolismo nacionalista brasileiro, como nos lemas (como a frase “Ordem e Progresso” da bandeira nacional), símbolos e brasões. Sobre o fortalecimento do Exército brasileiro no cenário político, sobretudo após a Guerra do

administrativas e as divisões dos poderes foram modificadas após a queda da monarquia, os papéis desempenhados e os lugares ocupados pelos “donos do poder” não sofreram alterações tão significativas³. Se os títulos de nobreza da aristocracia imperial deixaram de existir, sua extinção não influenciou em nada para que os mesmos viscondes e condes⁴ permanecessem predominantes no cenário político nacional nos primeiros anos da República, de modo que a organização social e econômica manteve-se praticamente intacta.

Não obstante, embora esta interpretação tenha sido fundamental, isto é, que leva em consideração as disputas e tensões entre as elites agrárias e as instituições imperiais, compreendemos que a deposição do antigo regime não pode ser interpretada apenas como produto dos jogos de poder desempenhados pelas elites nacionais. Se por um lado a abolição da escravatura (em 1888) desagradou sobremaneira os latifundiários (os quais eram também dirigentes políticos das províncias), asseverando suas oposições ao imperador, por outro lado a influência do liberalismo econômico, progressista, que já se verificava no país há algumas décadas destacava o funcionamento do Estado monárquico como retrógrado e reacionário ao desenvolvimento econômico do país⁵. Neste cenário, o lugar ocupado pela centralidade da monarquia, bem como sua forma de articulação política (parlamentar, embora moderadora), passaria a ser disputado por diversos grupos e ideologias divergentes, e uma série de questões e demandas emergiam como vitais à rearticulação administrativa e à reordenação política do país.

Paraguai (1864-1870), ver: CASTRO, *Os Militares e a República*. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

³ A expressão “os donos do poder” é emprestada de Raymundo Faoro (2000). A interpretação deste autor da permanência de influência dos mesmos agentes sociais do Império após a Proclamação da República se compreende nos capítulos XII e XIII da obra citada. Sobre o patronato político brasileiro, Faoro explica que “sempre, no curso dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentiva [...] o setor especulativo da economia [...] predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar” (FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro* 10 ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. p. 733). “[...] O que existiu, no caso brasileiro, foi o fato de que uma determinada forma de organização social criou uma forma de Estado, ou seja, uma forma peculiar de relação social, que se dissociou da própria sociedade como um todo e passou a controlar suas manifestações espontâneas. Nesse sentido, manteve-se uma espécie de sistema colonial dentro do país: a sociedade colonizada pelo Estado.” (Ibid., p. 4). Esta tese é também compartilhada por Emília Viotti da Costa. Vide: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

⁴ Além de condes e viscondes, havia ainda o título de duque no sistema nobiliárquico imperial, mas apenas uma pessoa recebeu este, o general Luís Alveres de Lima e Silva (1803-1880). Sob seu comando o Exército do Brasil derrotou diversas insurreições durante o período das Regências e a Confederação Argentina em 1851 na Guerra do Prata. Uma década depois, já como Marechal, ele novamente liderou as forças brasileiras para a vitória, desta vez na Guerra do Paraguai. Como recompensa foi elevado a nobre, tornando-se em sucessão barão, conde, marquês e, por fim, a única pessoa a receber um título de duque durante o reinado de Pedro II, quando foi nomeado o Duque de Caxias.

⁵ Esta tese é desenvolvida por Ilmar Rohloff de Mattos, em: *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Como observa Fernando Nicolazzi,⁶ havia no Brasil das primeiras décadas do século XX um “estranhamento”, compartilhado principalmente pelos homens das letras, um certo desajuste que se verificava numa incompreensão temporal quanto ao presente. A sociedade parecia algo desordenada, e a relação temporal não se mostrava às claras, de modo que, em sua dimensão social, o tempo não era facilmente inteligível. Uma série de inquietações tomava espaço na atividade reflexiva dos letrados em geral, reforçada pela difusão das ciências sociais nos círculos intelectuais da capital. A questão nacional, fortemente abordada desde os anos de 1870 (como posteriormente discutiremos), ramificava-se em diversas discussões: indagava-se sobre o que constituía a cultura brasileira, e sobre o que era a pátria, em sua singularidade; sobre o que seria de fato o povo brasileiro, em sua diversidade; sobre os rumos da política frente às incertezas da democracia – quase plutocracia, pois os poderes se concentravam nas mãos dos mais abastados. E, a despeito de tais questões, surgiam respostas as mais exóticas, apontando nas mais diversas direções, quase sempre ímpares e sem pontos de convergência. Na compreensão de Nicolazzi, a desorientação parecia marcar boa parte dos intelectuais do início do século XX, e tal característica, profunda e marcante, parecia ter sua origem nas contradições geradas pelas transformações que sacudiam as últimas décadas do oitocentos brasileiro.

Uma compulsiva corrida pela modernização verificava-se em quase todos os setores da sociedade, como a produção agrícola, que almejava a industrialização das potências europeias, e o crescimento dos meios de comunicação e transporte na capital (bondes, telégrafos). Mas, apesar desta avidez pelo moderno⁷, conservavam-se alguns fatores que demarcavam o “atraso” do Brasil no contexto mundial: a política era conduzida exclusivamente pelas elites sem a participação das classes populares; as tecnologias empregadas na produção eram arcaicas e nocivas ao meio ambiente; a urbanização era precária mesmo nos maiores centros, imperando a ruralização em todo o território nacional; enorme desigualdade social mantinha a maioria da população na miséria, com trabalho informal e analfabetismo massivo, e verificava-se fortemente atrelada às questões raciais⁸. O *status* de “país moderno” que era pretendido com a

⁶ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 1-13.

⁷ Fazer uso da expressão modernidade é uma tarefa complexa e delicada, por isso não a problematizaremos, mas a empregaremos em um sentido mais restrito. Este conceito é muitas vezes posto em oposição ao de tradição, a qual pode ser considerada por um ponto de vista saudosista ou como retrógrada. Aqui pensamos a modernidade no sentido de “etapa” do processo histórico ocidental, não em uma visão evolucionista, muito menos hierarquizador, mas fazendo referência específica aos efeitos pretendidos pelos discursos progressistas que explodiram no ocidente entre os séculos XVI e XIX, fortemente vinculados ao pensamento econômico liberal e ao pensamento político democrático, ambos defendidos e disseminados pela burguesia ascendente. Para mais informações sobre a modernidade ou os discursos modernizadores recomendamos a leitura de: BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

⁸ COSTA, opus cit., 1999, pp. 385-346.

Proclamação da República, seguindo as noções de desenvolvimento vigentes, isto é, adentrado ao rol de países democráticos na política, liberais na economia, tocados pelas revoluções propulsoras do “progresso” (a Revolução Francesa e a Revolução Industrial), não encontrava sustentação na conjuntura de então.

Neste contexto, mediante os contrassensos e estranhamentos mencionados, outra questão emergia, tanto como pauta política quanto como mote para a reflexão dos intelectuais: a “questão nacional”, como era chamada, a qual seria tocada por intelectuais de diversas áreas, incluindo artistas plásticos e músicos, e seria alvo de intensa produção de enunciados dos historiadores.

Partimos do princípio de que todo Estado necessita de legitimação para manter-se, seja para ser reconhecido como soberano pelas demais nações (e Estados), seja para dispor da lealdade de seu povo, sendo este um Estado-monarquia, um Estado republicano ou qualquer outro modelo estatal⁹. Assim sendo, desde a Independência de Portugal, em 1822, a criação de uma identidade nacional¹⁰ era demandada pelo Estado-nacional brasileiro. Imediatamente após a independência da ex-metrópole, uma grande necessidade que se impunha sobre qualquer nação (refiro-me aqui especialmente às ex-colônias), era a consolidação de uma nacionalidade, uma identificação nacional própria, pois imperava a ideia de que somente a partir desta, todos as demais subsídios seriam orquestrados: políticos, econômicos, culturais etc. A organização da sociedade como um todo pressupunha a criação e a afirmação de uma nacionalidade própria, a qual pudesse autenticar a emancipação da nação¹¹.

⁹ Faz-se necessário mencionar que, do ponto de vista histórico, diante da diversidade de organizações sociais verificadas em todo o mundo, a maioria destas não se encaixa nos parâmetros do Estado Moderno, como por exemplo as nações africanas entre os séculos VII e IX, como o reino do Congo, o qual possuía governos centralizados mas não se baseavam em definições territoriais, tendo por base a organização de aldeias estruturadas em clãs. Diante disso, é bastante impreciso buscar uma definição geral de Estado, atemporal, ou a-histórica. Eric Hobsbawm apresenta uma excepcional discussão sobre a evolução do termo nação: adverte ele que a “nação”, além de fenômeno recente, “deve ser entendida como produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais e localizadas” (HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 14).

¹⁰ Aqui utilizamos o termo identidade, como categoria analítica, conforme este é trabalhado por Stuart Hall. Segundo este autor, podemos empregar “o termo ‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 1995, pp. 111-112).

¹¹ Outro historiador que tece considerações sobre o processo de surgimento das nações como fenômeno da modernidade é Benedict Anderson. Segundo ele, para que surgisse a nação e o nacionalismo, foram necessárias três mudanças históricas centrais: “Essencialmente, eu argumentei que a possibilidade em si de imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três conceitos culturais fundamentais, todos eles de grande antiguidade, perdessem seu poder axiomático na mente dos homens. O primeiro deles foi a ideia de que uma particular linguagem de escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontologicamente situada, precisamente por que tal

Após a Independência, em 1822, a necessidade imediata era então delinear os contornos da nacionalidade brasileira, caracterizá-la, defini-la, principalmente para diferenciar o Brasil de Portugal – e assim legitimar sua soberania. Mas tal nacionalidade, como era pretendida, não deveria atender apenas à demanda geopolítica (de afirmar o Brasil como distinto e independente com relação à Portugal), mas deveria incidir também sobre os sentidos coletivos dos concidadãos brasileiros, articulando-lhes um sentimento de identificação e de pertencimento (do povo para com sua pátria), de modo a “amarrar” os dois elementos em um terceiro e maior, a nação. Para atender a esta demanda, o Estado passava a investir na composição de uma narrativa que fosse capaz de contemplar o despertar deste sentimento e a criação de sentidos que dessem conta de sustentá-lo perante a população nacional.

Neste sentido, o instrumento clássico de sustentação da identidade nacional, o qual acaba sendo também instrumento de legitimação dos regimes políticos no mundo moderno, é a condução ideológica¹², ou mais substancialmente, o trabalho com a ideologia¹³. O embasamento da ideologia nacional, portanto elaborado pelo Estado (desde a consolidação dos Estados-nacionais na modernidade), se estabelece na justificação racional da organização do poder, tal qual esta se dá, fazendo com que se apresente como necessidade vital para a organização e para o funcionamento da sociedade.

De acordo com Hobsbawm, era necessário criar no povo um sentimento de lealdade em relação ao Estado e ao sistema dirigente. Se anteriormente a lealdade ao Estado não era exigida aos homens comuns, seja porque ser assegurada pelos dogmas religiosos que pregavam obediência à hierarquia, seja porque o povo tinha seus direitos muito limitados e por isso não oferecia perigo aos governantes, no último terço do século XIX, com o advento das democracias modernas, essa situação se modificou drasticamente:

linguagem era uma parcela inseparável desta verdade. O segundo foi a crença que a sociedade seria naturalmente organizada ao redor e sob potestades – i.e. monarcas que eram pessoas à parte de outros seres humanos e que governavam por alguma forma de deliberação cosmológica [divina]. [...] O terceiro foi uma concepção de temporalidade em que a cosmologia e história eram indistinguíveis, e a origem, tanto do mundo quanto dos homens, essencialmente idêntica. Combinadas, essas ideias enraizaram firmemente as vidas dos homens na natureza das coisas, dando certo significado para as fatalidades cotidianas da existência (sobretudo, para a morte, a perda e a servidão) e oferecendo, de diversas formas, redenção delas.” (ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 37).

¹² CARVALHO, *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, 1990.

¹³ Articulando três áreas de conhecimento, o Materialismo Histórico, a Linguística formalista e a Psicanálise, Eni Orlandi esforça-se por demonstrar que a noção de forma material liga-se à perspectiva do Materialismo Histórico que tira a ideologia da esfera das ideias, fazendo do político uma prática discursiva materializada na linguagem via inconsciente. Essa ligação entre ideologia e inconsciente, frisa Orlandi com base em Pêcheux, é material. A materialidade é, portanto, para a autora, o que explica a relação entre o real e o imaginário. (ORLANDI, *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*, 1983, pp. 45-50)

[...] os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos, em um grau não considerado antes. Onde os exércitos eram compostos de voluntários ou de serviço militar obrigatório, a boa vontade dos homens em servir era agora uma variável essencial nos cálculos do governo [...].¹⁴

Incitar um componente emocional na população era muito importante para atingir as metas propostas pelo Estado. Segundo Hobsbawn, ao longo do século XIX as intervenções estatais se tornaram universais e rotinizadas, de modo que todos os cidadãos passaram a ser acessíveis ao Estado e alvos de incidência de estratégias neste sentido.

Contudo, o lugar do Brasil como nação autônoma, e não mais como parte do império ultramarino português, não havia ficado suficientemente claro num primeiro momento, principalmente pelo fato de D. Pedro I ter sido tanto imperador do Brasil quanto herdeiro legítimo de D. João VI em Portugal, de modo que a campanha pela criação de uma ideologia nacional não foi tão intensa ao ponto de direcionar seus esforços para a população. A herança (ou o “legado”, como alguns disseram em tom de orgulho¹⁵) do passado colonial lusitano não só era recente como era também latente, confundindo as fronteiras entre o que seria português e o que seria brasileiro até mesmo no que dizia respeito à figura do imperador. Também porque, se tratando de uma monarquia, o poder era hierarquizado e centralizado na coroa, não havendo uma necessidade fundamental da posição popular para a manutenção do *status quo* então vigente. Em outras palavras, em um primeiro momento, e a curto prazo, o apoio popular não se fazia necessário para que Dom Pedro imperasse no trono, pois a população ainda não havia experienciado a democracia, e por conta disso, os esforços do Estado na elaboração de uma narrativa sobre a trajetória nacional visando a composição da pretendida “nacionalidade” não foram tão significativos – como seriam em momentos futuros.

Durante o período das regências (1831-1840), os diversos levantes contrários à ordem política vigente, as chamadas “revoltas regenciais”, asseveraram a necessidade do Estado investir na constituição de um senso de nacionalidade no imaginário da população. Mais efetivas em suas pautas, mais latentes em suas reivindicações e sobretudo mais violentas do que as insurreições como a Revolução Pernambucana de 1817, orientada contra Dom João VI, ou do que a Confederação do Equador no Primeiro Reinado, as revoltas deflagradas durante as regências – a Cabanagem, da Balaiada, da Sabinada ou do Levante dos Malês – asseveravam a

¹⁴ HOBSEBAWN, opus cit., 1990, p. 104.

¹⁵ Exemplo clássico da afirmação da herança portuguesa como “orgulho”, por conta do legado “civilizado” desta que foi passado para os “gentios” se encontra na narrativa de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), historiador brasileiro do século XVII. Vide: CASTELLO, José Aderaldo. (Org.) *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974. v. III. t.1.

necessidade de consolidar uma identidade nacional em um país gigantesco que pendia para a fragmentação regional.

No entanto, tal obra não seria concluída apenas pelo sufocar dos levantes pelo uso da força militar, mas demandaria esforços na orquestração de um sentimento de nacionalidade, algo que ao mesmo tempo pudesse fomentar um amor sagrado pela nação, o qual impediria o ato de revoltar-se contra o sistema como um tipo de “sacrilégio”, e que possibilitasse uma cultura política mais subserviente. Nada menos que uma grande narrativa histórica se fazia necessária, e esta não apenas contada por livros, pois escrevê-la não teria efeitos práticos diante da maioria de analfabetos, mas que pudesse ser disseminada e internalizada pela população de modo geral, ao ponto de ser naturalizada. E como não poderia deixar de ser, este trabalho de articulação da história à serviço de uma pauta antes de tudo política seria contemplado principalmente pelo trabalho dos historiadores¹⁶.

Neste intuito, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB)¹⁷ foi primordial como lugar de configuração e de produção da historiografia e, de certa forma, de controle sobre a enunciação historiográfica quase que em sua totalidade¹⁸. Criado em 1838 juntamente com o Arquivo Público do Império, o qual se somava à Academia Imperial de Belas Artes, e concebido em reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – frequentada pelas altas elites econômicas da aristocracia imperial –, inicialmente o IHGB integrava-se nos esforços dos conservadores (grupo que ganhou força durante a Regência de Araújo Lima, entre 1837 e 1840) em legitimar um Estado imperial centralizado e forte. Além de promover a publicação de diversas obras de historiadores, o Instituto mantinha um periódico regular, uma revista homônima, publicada na frequência trimestral, a Revista Trimensal.

Em 1839, o IHGB recebeu como patrono o próprio Imperador D. Pedro II, que além de seu protetor, com o passar do tempo foi tornando-se membro ativo, presidindo dezenas de sessões de encontro de seus membros para leituras de pesquisas e apresentações de textos concluídos. Tratava-se portanto de uma historiografia oficial, reconhecida e legitimada pelo

¹⁶ Aqui nos filiamos à posição de Angela Alonso (*Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo, Paz e Terra, 2002) de que antes da consolidação da Academia brasileira (a partir da década de 1940), e consequentemente da instituição de condicionantes formais para a produção da escrita da história, era impossível a separação das dimensões filosóficas e políticas das obras dos letrados, fossem eles literatos, historiadores ou autores de visões mais propriamente sociológicas. Cada interpretação, cada ideia, conceito ou classificação era elaborada ou empregada em função das questões políticas que estavam colocadas em debate. Mesmo Oliveira Lima, que passou quase a maior parte de seu tempo de atividade profissional distante do solo brasileiro, escreveu sempre a partir dos debates políticos de seu tempo.

¹⁷ Como era grafado na língua portuguesa na época.

¹⁸ Segundo Michel de Certeau, é a partir do lugar social “que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica*. In: *A Escrita da História*, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 47).

Estado, que produzia uma espécie de “autenticação” histórica para esse mesmo Estado, uma instância de determinação da produção historiográfica brasileira em torno da questão da configuração do Estado e da nação brasileira ao longo do século XIX. Neste sentido, o Instituto dedicava-se a fortalecer o império e os nomes dos que a ele haviam de alguma maneira se vinculado, a história que era escrita por seus membros muitas vezes concentrava-se em enaltecer os feitos dos imperadores portugueses e exaltar o caráter sagrado da soberania monárquica brasileira, tecer honrarias a membros da corte e aos líderes militares. Assim o Instituto voltava-se a produzir uma história monumental¹⁹ por meio de uma narrativa épica e personalista com dedicações patrióticas.

O IHGB foi fundamental no contexto de composição disciplinar da História no Brasil. Durante o Império, o Instituto funcionou como um lugar de fabricação da historiografia, estabelecendo critérios e prerrogativas para a validação desta última²⁰. Dentro de uma íntima relação do Instituto com o Estado-monarquia durante o Segundo Reinado (1840-1889), o cruzamento entre as esferas intelectual e política marcou fortemente a produção do saber histórico, evidenciando-se nas posições ocupadas pela maioria dos autores a ele vinculados: os historiadores que faziam parte do Instituto (seus consórcios, como eram chamados) eram em maioria ocupantes de altos cargos do Estado: diplomatas, embaixadores, ministros, ou possuidores de títulos nobiliárquicos, principalmente viscondes. A agremiação dos membros era feita por critérios de suficiência literária, de modo que alguns eram literatos, como Joaquim Manuel de Macedo e o Visconde de Taunay²¹, ambos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras²². Conforme destacou Ângela de Castro Gomes, tratava-se de uma

¹⁹ A expressão “história monumental” é desenvolvida por Friedrich Nietzsche, em seu ensaio *Segunda Consideração Intempestiva: Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. Em tom diagnóstico do que constata como a decadência da cultura ocidental moderna, o filósofo alemão classifica a escrita da história em três tipos: a história antiquária, a história monumental e a história crítica. O segundo tipo, ao qual nos referimos, se aproxima bastante da historiografia dos historicistas românticos, e é veementemente defendido por Nietzsche como modelo ideal e exemplar ao presente, em oposição aos outros, que são criticados: “Que os grandes momentos na luta dos indivíduos formem uma corrente, que como uma cadeia de montanhas liguem a espécie humana através dos milênios, que, para mim, o fato de o ápice de um momento já há muito passado ainda esteja vivo, claro e grandioso – este é o pensamento fundamental da crença em uma humanidade, pensamento que se expressa pela exigência de uma história monumental.” (NIETZSCHE, 2003, p. 19).

²⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasil e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Revista Estudos Históricos*. N. 1. Rio de Janeiro: 1988, p. 5-27.

²¹ Alfredo Maria Adriano d’Escragnoille Taunay (1843-1899), primeiro e único visconde de Taunay, foi autor de várias obras de Literatura e de História, dentre as quais o clássico *Inocência* (1872), e ocupou a cadeira de nº 13 na Academia Brasileira de Letras. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) foi autor de vários romances, dentre eles *A Moreninha* (1844); foi o patrono da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras.

²² Comenta Guimarães que o IHGB, bem como as instituições de estudos superiores brasileiras do período de maneira quase geral, funcionavam de modo mais semelhante aos liceus do período iluminista na Europa do que como a Universidade contemporânea: os estudantes partícipes ingressavam por meio de indicações e apadrinhamentos, e não pela via do mérito por qualidade na ampla concorrência (GUIMARÃES, opus cit., 1988, p. 9).

intelligentsia que “quer[ia] afirmar sua esfera de competência específica, para o que necessita[va] de certa liberdade em relação ao campo de poder político, mas que não pode se afastar completamente desse campo por inúmeras e diferenciadas razões”²³.

Como observou Manoel Salgado Guimarães²⁴, o trabalho que o historiador desempenhava durante o Segundo Reinado era visto como um tipo de prestação de serviços à nação, pois, dentro dos paradigmas epistemológicos vigentes, sobretudo a preocupação quase obsessiva com a “verdade” contida nas fontes – influência da escola metódica alemã –, ao historiador era delegada a tarefa de descobrir a “veracidade” dos fatos do passado nacional, o trabalho de desnudar a obscuridade dos acontecimentos, clareando assim a trajetória da nação. Como, em geral, os historiadores eram membros da aristocracia, a enunciação historiográfica inclinava-se na direção de reforçar o discurso de nacionalidade que punha o imperador e a monarquia como centro e guia da nação, dando legitimidade a uma ideia de nacionalidade essencialmente monarquista. Deste modo, o serviço que o historiador (supostamente) prestava à nação acabava sendo mais especificamente proporcionado à monarquia, pois a exaltava fortemente.

Como observa Angela Alonso²⁵, desde a década de 1870 verificou-se um deslocamento nas ideias da maior parte dos intelectuais brasileiros, no qual tem parte também a prática historiográfica. Uma “nova geração” se inseriu no debate historiográfico, a qual era até então politicamente marginalizada por alimentar expectativas sintetizadas em noções como “república”, “democracia” e “aboliconismo” – principalmente esta última. Decorre da geração de 1870 um processo de reescrita da história, no qual a seleção do povo como protagonista do passado é característica latente.

A mudança de perspectiva, no entanto, não foi brusca e imediata, mas gradual, de modo que as principais características da geração anterior ainda se mantinham operantes na historiografia ao longo desta década: ainda se produziam as aclamadas biografias dos “homens ilustres”, e persistia o tratamento da história como um tipo de “guia” para a orquestração da política e para a formatação da nação. Não havia uma retaliação à historiografia antecessora, tampouco qualquer negação da legitimação imperial ou do caráter elitista das narrativas que privilegiavam sempre as lideranças dos grandes nomes. Não se pode, portanto, falar em um choque causado pela geração de intelectuais de 1870, mas é nesta que o povo passa a ser tomado

²³ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 76.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ ALONSO, opus cit., 2002.

como objeto central da história e se torna a instância legitimadora da enunciação historiográfica. Não se trata de uma ruptura, propriamente dita, e sim de uma reforma.

Podemos afirmar que neste momento ecoava na ex-colônia o processo que se deu no continente da ex-metrópole no século anterior, o que Reinhart Koselleck²⁶ observou como a transição da *historia magistra vitae* para um novo *topos*: criar-se-ia uma nova concepção de história protagonizando o singular coletivo²⁷, isto é, a escrita da história passaria a ser operacionalizar em função de objetivos impelidos à coletividade, e não ao sujeito singular, individual. Para Koselleck, a emergência da disciplina da História inaugurou a própria modernidade em contraposição ao chamado antigo regime. Ou seja, o léxico “modernidade”, que se impôs no século XIX, foi gestado a partir da experiência da derrubada do Absolutismo para demarcar uma periodização temporal, uma unidade coerente dotada de sentido histórico; a ideia de um “progresso” passava a ser organizada pela escrita da experiência histórica, a historiografia. A nova consciência da época – ou “espírito do tempo” (*zeitgeist*), nas palavras de Hegel–, no século XVIII, caracterizada pelo fato de o próprio tempo não ser mais visto apenas como fim ou como começo, mas como um tempo de transição, adquire uma força impulsiva diacrônica (passado-futuro), condição pela qual o novo regime político (republicano) se organiza e projeta a sociedade (civil, cidadã). A História deixava de lado seu tom de exemplo para a vida individual e exclusivo aos que a ela tinham acesso e passava a servir para configurar uma consciência coletiva pautada numa grande explicação sobre a trajetória da população nacional, do povo que compunha – ou passaria então a compor – a nação. A História se tornava, neste quadro, um indispensável instrumento para forjar a nacionalidade.

Após a Proclamação da República no Brasil, todo o construto discursivo da escrita da história que se vinculava à construção da nacionalidade sobre as prerrogativas monarquistas se tornou obsoleto. Por motivos políticos, a nacionalidade monarquista e servil que se pretendia a partir da narração do passado nacional dando centralidade à monarquia passava a ser descartada em detrimento do novo e recente regime. No fundo, e no essencial, as ideias e sentimentos que se ligavam à historiografia oficial do IHGB de D. Pedro II, após terem contribuído para a elevação do edifício imperial, possivelmente viriam abaixo com ele. As convicções dos

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

²⁷ Uma das teses centrais de Koselleck em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* é a defesa de que a história somente se tornou disponível ao homem quando do ponto de vista histórico-linguístico as várias histórias (*Historie*), se transformaram em uma única história (*Geschichte*), o que indicaria, em sua linguagem própria um novo “espaço de experiência” e um novo “horizonte de expectativa”, um novo *topos*. Ou seja, a “história em si”, este “singular coletivo” (*Geschichte*), reunia a soma de todas as histórias individuais dentro de uma história universal, possibilitando assim um maior grau de abstração, reunindo num único conceito uma realidade e a reflexão sobre esta realidade (*Ibid.*, pp. 191-327).

correligionários de Pedro de Alcântara que se agremiavam no Instituto Histórico não seriam descartadas de imediato após o 15 de novembro de 1889 e removidas de seus corações e mentes, mas a ordem que era por elas instituída e legitimada deveria ser abandonada em função da reorganização da nação – agora no formato republicano. O que estava em pauta, entre os historiadores daquele momento, era a constituição de uma nova direção ideológica e política para seu ofício, não mais tendo a legitimidade do Estado-imperial como motivação principal, mas a trajetória comum do passado nacional em relação aos cidadãos da República. É neste contexto que está inserido nosso objeto de pesquisa.

Dentre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, daquele momento de passagem da Monarquia para a República, estava um dos que, talvez, para alguns de seus intérpretes posteriores, não teria antes abraçado o projeto de nação imperial plenamente, por ter vivido a ruína deste, e nem teria se dedicado a historiografar pela/para a República sem dela se eximir de críticas. Neste cenário político transitório, no qual a prática historiográfica – influenciada pelo historicismo romântico – era marcada tanto pelo desígnio de “construir” os fatos passados (ou “reviver o passado”, como é central, por exemplo, em Michelet) quanto pela avaliação dos mesmos, viveu Manuel de Oliveira Lima.

Oliveira Lima (1867-1928) foi um intelectual brasileiro que viveu e atuou durante a Primeira República (1889-1930) como diplomata e historiador, e legou autoria de uma vasta obra. Destacado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual se filiou em 1895, ao todo, foi autor de mais de uma dezena de estudos sobre a história do Brasil e de Portugal, entre os quais estão sínteses gerais e teses mais extensas e específicas, e também opúsculos. Sua produção abarca também uma coleção paradidática de história das civilizações destinada ao ensino da História Geral em colégios; um compêndio de história da literatura brasileira; uma peça teatral²⁸ também de ambientação histórica; diversos relatos de suas impressões das viagens que fez pelo mundo e, ainda, centenas de artigos jornalísticos trazidos à público em periódicos nacionais e internacionais.

Sua especialidade era a história do período imperial, principalmente o Primeiro Reinado e o período joanino, e valorizava fortemente a colonização ibérica na América do Sul e a obra do Segundo Reinado. Divergente da tradição de historiadores imperiais, elaborou uma interpretação então inovadora da constituição da nacionalidade brasileira, ao passo de que praticava seu ofício em um contexto também diverso; uma interpretação do devir histórico

²⁸ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. El Secretario del Rey. In: *Obra Seleta*. Organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

nacional que agarrava-se na tradição “civilizada” de Portugal e apontava, em certa medida, para a modernização aliada ao americanismo.

Destacamos, de antemão, que se trata de um intérprete do Império que vivia a alvorada da República, ou seja, seu objeto de estudos e recorte de maior conhecimento era justamente o extremo oposto do (e teoricamente superado) regime então vigente – o que implicava em uma tomada de partido quase exigida em função disso. Considerar a vivência de Oliveira Lima entre o mundo monárquico decadente, o qual ainda admirava com certa saudade, e o mundo republicano, ao qual esforçava-se para trazer contribuição sólida, foi elemento central para que nos debruçemos sobre sua produção letrada como adiante fizemos.

A pesquisa aqui desenvolvida consiste em investigar como a narrativa histórica de Oliveira Lima se insere neste contexto de “fabricação da nacionalidade” brasileira como demanda ideológica da recém proclamada República. Em razão da citada tendência da exaltação das figuras que deveriam ocupar lugar no panteão de heróis da pátria, nosso escopo máximo é então esquadrihar as representações dos monarcas luso-brasileiros na historiografia deste autor, buscando perceber como ele lida com esta faceta da História (a da heroificação dos personagens tratados) em suas narrativas.

Tendemos na direção de uma definição mais circunscrita, em função de nossos objetivos. Ao tratarmos de Oliveira Lima, a palavra historiografia será empregada como sinônimo das obras publicadas. E assim restringimos também o conceito de produção, pois Lima foi também crítico literário, jornalista, diplomata e autor de um romance, não sendo tudo o que saiu de sua pena exatamente historiografia, escrita da história – mas é somente com esta, ou com parte desta, que trabalharemos.

Para tanto, delimitamos como fontes dentre as obras de Oliveira Lima as que constatamos que mais se dedicam expressamente à história do Império: *Historia Diplomatica do Brazil: O Reconhecimento do Imperio*, de 1901; *Dom João VI no Brasil*, de 1908; a compilação de conferências intitulada *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, proferidas na França, em 1911; *O Movimento da Independência (1821-1822)*, publicado em 1922; *O Império Brasileiro (1821-1889)*, de 1927, esta publicada um ano antes da morte de seu autor. Optamos por não trabalhar com toda a produção deste autor pois, ainda que seja inquestionavelmente rica de possibilidades de estudos, pretendemos atender a objetivos específicos que não trazem esta necessidade. Da mesma maneira, o fato destas obras terem sido escritas em diferentes momentos da vida do autor, um lapso temporal de quase três décadas, não se torna um problema de amplitude demasiada no recorte da pesquisa, pelo contrário, torna-o um campo profícuo de investigação, assim nosso *corpus* documental pode melhor

exemplificar as mudanças de opinião e de entendimento de Lima sobre a história e sobre os personagens de suas narrativas.

Neste sentido, nossa pesquisa se volta a um contexto histórico específico. Nosso recorte temporal está situado na chamada Primeira República, iniciada em 1889 com a Proclamação da República e findada com o golpe de Estado de 1930; e, espacialmente, situa-se no Brasil, privilegiando seu contexto intelectual e, de modo mais específico, historiográfico. Sendo as publicações dos livros os eventos mais importantes para nosso trabalho, tomá-las-emos face aos desdobramentos da carreira de seu autor, cruzando-as com outros trabalhos de outros autores.

O que propomos neste trabalho é a análise de algumas obras de História e de seu autor considerando-as em sua época, isto é, seu contexto de produção, tendo em vista o conteúdo nelas contido e as possíveis relações entre tal conteúdo e tal autor. As especificidades do conteúdo, seguramente, conduziram nossa análise: daremos maior atenção em como os imperadores luso-brasileiros são representados, qual o papel de importância que é atribuído a eles no processo histórico brasileiro e como são vinculados à filosofia da História que sustenta o historiar de Oliveira Lima.

Neste sentido, a data de uma obra diz muito sobre ela: é a sua definição, pois revela a conjuntura histórica na qual foi produzida; não estritamente determinada pelos elementos vigentes, mas como seu entorno condicionante. Por esta razão, não cogitamos edições diversas de cada obra, pois o que deveras nos interessou foi somente a data de publicação e as circunstâncias históricas e pessoais do autor, mas buscamos as edições mais antigas possível. Também não seremos exaustivos quanto aos comentadores de cada obra ou mesmo da vida do autor aqui tornado objeto de estudo, pois não ambicionamos – nem de longe – produzir um trabalho biográfico, inclusive porque outros, certamente muito mais habilidosos e expressivos do que este que escreve, já o fizeram.

Diante da empreitada de historicizar a própria História, isto é, no sentido de enveredarmos pelos meandros da história de uma historiografia, uma questão surge de imediato: como analisar a escrita da história em um trabalho também no campo da História? E talvez, simultaneamente, ainda outra: qual será a postura que assumiremos diante da adoção da história como fonte e objeto de análise, frente àqueles dentre nós que acreditam ser possível a apreensão da realidade objetiva, por meio das fontes, a partir de critérios de rigor do/no método? Não nos evadimos destes questionamentos, pois consideramos que deveriam ser vitais a qualquer um que, no trabalho de historiar, venha a empreender uma revisão da produção que já consta sobre seu respectivo objeto de estudos – etapa que convencionou-se chamar, na academia, de “composição do estado da arte”.

Inicialmente, entendemos por historiografia os enunciados provenientes do campo de saber que se volta ao passado, sejam estes produzidos em torno de um lugar social dedicado aos saberes científicos (a academia, o meio universitário), um lugar especificamente voltado à produção do conhecimento histórico (como os institutos históricos) ou mesmo a narrativa não produzida sob estes ambientes institucionais, desde que esta contenha em sua enunciação a pretensão da veracidade, desde que reivindique para si o *status* de verdade. Outros elementos poderiam ser conclamados para esboçarmos um entendimento do que seria, de modo mais complexo, a chamada historiografia, como por exemplo o compromisso com a crítica das fontes de informação sobre o passado, o rigor metodológico para a realização de tal crítica ou mesmo a forma de apresentação da narrativa sobre o passado (considerando onde o autor coloca-se socialmente para compor sua observação e tal narrativa). Contudo, delimitar os contornos de elementos como estes seria pecar não somente pela homogeneização generalista, mas também pelo crasso erro do anacronismo. Elementos como estes tiveram seu papel e sua importância na “operação historiográfica”²⁹ alterados das décadas e dos séculos, de modo que em cada regime historiográfico foram repensados e ressignificados, no constante movimento de avanço e aperfeiçoamento.

Embora com isto possamos parecer evasivos de uma definição de historiografia, e assim soarmos o mais elementar possível (“historiografia é o que se escreve sobre o passado”), não insistimos em um conceito estanque, hermético, precisamente por considerarmos que mais importante para empreendimentos como o que aqui pretendemos é atentar para a carga de sentidos e relações que constituem e perpassam o discurso historiográfico. O foco no conteúdo e na articulação narrativa do discurso historiográfico vem no sentido de abrir caminhos para refletirmos sobre as funções e potencialidades que a escrita do passado exerce na sociedade – como a constituição/condução das identidades coletivas e a legitimação dos regimes políticos e de seus governantes, eixo que convencionou-se chamar entre os historiadores de “usos da história”.

Buscando uma fundamentação teórica mais precisa, pensamos a historiografia como uma formação discursiva, conforme a conceituação de Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Nesta densa obra voltada à reflexão epistemológica, o autor procura definir um método de análise que já vinha empregando em obras anteriores. Nela a formação discursiva é considerada como um elemento estruturante dos enunciados, como o sistema que normatiza e estrutura as práticas discursivas:

²⁹ CERTEAU, opus cit., 2011.

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.³⁰

Nesta perspectiva, a formação discursiva seria um tipo de “lei” dos enunciados, uma “normativa”, a qual se situaria historicamente – “determinada pelo tempo e espaço”; e o discurso surgiria e circularia em torno desta. E, desta maneira, Foucault salienta a historicidade do discurso, pois, para ele, não há um discurso a-histórico, deslocado no tempo e no espaço e que não sofra os efeitos destes. Os discursos circulam e perpassam o mundo dos homens, o social; dependem de uma dada ordem, assim como também instituem ordem, incitam práticas, organizam entendimentos e criam verdades.

Em especial Eni Orlandi³¹ percebeu o discurso como uma prática da linguagem, ou seja, uma narrativa (tal qual as narrativas de cunho histórico de Oliveira Lima) é construída a partir de condições históricas e sociais específicas. Segunda esta autora, qualquer discurso materializa determinada ideologia em uma condição *sine qua non*, pois a ideologia é um princípio norteador das matrizes de sentidos presentes nas formações discursivas – e, conseqüente e inevitavelmente, nos discursos que as orbitam.

Procuramos, assim, empregar categorias analíticas e instrumentos interpretativos mais associados a uma tradição historiográfica mais próxima do olhar crítico e contextualista, isto é, pautada sobretudo na perspectiva de análise de discursos desenvolvida por Michel Foucault, da qual Eni Orlandi também toma influências, do que neo-historicista (ou “pós-moderna”, no dizer de alguns críticos³²) – esta última bastante em voga na atualidade.

Deste modo, entendemos a historiografia como uma formação discursiva que articulou uma gama de enunciados (isto é, “falas” – escritas, mais que ditas) sobre o passado, no caso o passado brasileiro. Mas trataremos de um discurso (ou de enunciados, já que os livros levantados como fontes foram produzidos em momentos diferentes da vida de seu autor e da conjuntura nacional) delimitado historicamente: uma historiografia produzida no período que

³⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008, p. 133.

³¹ ORLANDI, opus cit., 1983.

³² A consideração dos pensadores ditos ou intitulados como pós-modernos como responsáveis por resgatar algumas premissas e perspectivas do historicismo é desenvolvida pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas na conferência proferida por ocasião da abertura da exposição “A Outra Tradição – Arquitetura em Munique de 1800 à Atualidade”, em novembro de 1981 (Publicada originalmente na revista *Der Architekt* n°. 2, 1982). Disponível em <http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/52/20080623_arquitetura_moderna.pdf>.

se compreende entre a queda da monarquia e a instituição da República, em 1889, e o golpe de Estado de 1930. Ressaltamos que as condições históricas, sociais, políticas, ideológicas deste recorte, bem como as condições formais da produção historiográfica naquele período, não podem ser tomadas como “leis” para a interpretação ou para a análise do discurso historiográfico em qualquer outro recorte – não é o que pretendemos, e na medida em que conseguirmos, analisaremos estes em suas especificidades.

Ora, conhecer os desdobramentos da disciplina de História, ou especificamente sua trajetória acadêmica e seu produto, isto é, a escrita da história propriamente dita, provoca frequentemente o abandono de autores e teses tidos como já superados e, assim, lançados ao esquecimento sem nenhuma cerimônia. Não obstante, apesar dos avanços da ciência histórica, do surgimento de novas abordagens e descobertas, ao tomarmos a escrita da história como fonte para a própria investigação histórica, consideramos que não há autores superados, ultrapassados ou obsoletos. A produção historiográfica não se torna, em si mesma, descartável pela idade, senil, mas o peso do tempo certamente impõe sobre ela uma exigência inexorável, que talvez valha para tudo mais que carregar o toque humano: precisa ser lida em seu tempo, relacionada aos elementos que se faziam presentes em seu contexto. O que pretendemos é “escavar” a historiografia de Oliveira Lima em seu contexto de produção.

Perante essas obras, gostaríamos de interrogar sobre os usos que são feitos da história visando tratar o passado como monumento, e como esses usos representam uma tomada de posição diante da conjuntura de seu país, por parte do autor, quase sempre gerados ideologicamente e formados politicamente, postulados por meio da enunciação (escrita) deste discurso historiográfico.

Compreendemos que a leitura – e a releitura, isto é, a crítica – da historiografia pelos que são também produtores de historiografia precisa ser crítica, e que, para tanto, deve ser tomada como um tipo específico de discurso, o qual é produzido sob condições e regras, critérios específicos, que, se atendidos, legitimam-na como verdadeira – embora, numa via de mão dupla, também lhe imponham limites. Chamaremos este de discurso historiográfico.

Não pretendemos, contudo, analisar a economia interna dos discursos historiográficos que tomaremos como fonte e objetivo para nosso estudo, nem nas particularidades de cada obra, de cada narrativa, em uma perspectiva que alguns chamam de intradiscursiva, e nem de modo a abranger todas as fontes de maneira unitária (interdiscursiva), como “um” discurso somente. Nos afastaremos dos métodos de exegese textual, pois a análise que pretendemos realizar é histórico crítica, e não linguística. Nesta perspectiva, preconizamos as relações dos sentidos contidos no discurso historiográfico de Oliveira Lima com as instituições e os poderes com os

quais se vincula e/ou tem contato. E assim nos aproximamos das proposições de Michel Foucault.

Na obra intitulada *A Ordem do Discurso*, resultante da aula inaugural de Foucault no *College de France* em 1970, o autor desenvolve diretamente um conjunto de procedimentos e recomendações sobre como podemos analisar um discurso. Segundo o próprio,

Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. Não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo caso.³³

Nesta perspectiva, podemos pensar os discursos como social e historicamente localizáveis, como acontecimentos históricos. A publicação de cada livro que propomos analisar será entendida como um acontecimento, o qual se dá a partir de (ou em meio a) dadas relações de poder e de saber – que não apenas o possibilitam, mas que também influenciam a constituição de seu conteúdo.

Esta noção de discurso será aplicada às obras de Oliveira Lima para problematizarmos seus posicionamentos frente à política nacional e o cenário intelectual do Brasil da Primeira República; não como uma investida nossa na tentativa de compreender ou decifrar a realidade social na qual estes enunciados sobre o passado nacional foram produzidos, mas sim para observá-los como constituintes da realidade – pois compreendemos que os discursos são articuladores de sentidos e incitadores à práticas, são eles também práticas, são praticados, ditos e repetidos, e assim criadores da própria realidade³⁴.

Nossa postura, diante do discurso historiográfico é, portanto, subversiva. Não encaramos a produção do – assim intencionado – conhecimento histórico como verdadeira em um sentido absoluto e universal. E nos prostramos com o intuito de destituir a História desta condição de legitimada pela instituição acadêmica, quer seja se tratando da instituição universitária ou dos institutos históricos que, sobretudo no século XIX, funcionavam como centros normatizadores das condições formais sob as quais o trabalho do historiador deveria ser empreendido. Queremos trazer a historiografia à própria análise historiográfica, apresenta-la e,

³³ FOUCALT, opus cit., 2008, p. 50.

³⁴ Ibid.

na medida em que pudermos, desmontá-la em sua condição de, também, artefato histórico. Histórica como tudo mais que contenha em si o toque humano.

Pensamos, desta maneira, os discursos historiográficos (no plural, pois não podemos unificar e homogeneizar as divergências e a diversidade que há entre os historiadores) como socialmente localizáveis, de modo que podem ser situados no tempo e no espaço – e que, assim, suas regras e condições podem ser percebidas e interpretadas, isto é, lidas. E, neste sentido, o discurso será visto como construtor de sentidos, construtor de mundos, estando inserido em um mundo de sentidos e “verdades” mutáveis, em constante movimento; e não como uma tentativa de decifração da realidade (neste caso, da realidade passada que reverbera diretamente na temporalidade do presente).

Ora, se partimos de um referencial teórico que considera categorias e condições prévias à análise, de modo que num primeiro momento o leitor leigo possa crer que se trata de um trabalho de mero enquadramento, advertimos, de antemão, que tais referenciais não se operacionalizam sobre apriorismos ou determinismos. O que pretendemos é uma análise no sentido lato do termo, uma decomposição dos elementos discursivos. E assim nosso instrumental heurístico se legitima mediante nossos objetivos específicos – pois não pretendemos abstrair de nossas fontes tudo o que delas poderia abundar, longe disso, não pretendemos esgotá-las.

Neste sentido, acreditamos que o trabalho que operacionalizamos em relação à narrativa historiográfica como instrumento construtor de sentidos, os quais incidem diretamente sobre o entendimento e a percepção dos sujeitos sociais no mundo, sobre sua noção de cultura política (as formas de fazê-la e de vivê-la) e sobre as expectativas com relação ao futuro coletivo, extrapola as fronteiras do campo historiográfico e contribui para desempenharmos uma reflexão sobre as relações sociais e os efeitos discursivos na sociedade.

Esclarecidos os nossos objetivos e aceções teórico-metodológicas, nossa proposta de abordagem e demais elementos de cunho teórico e formal da pesquisa, agora uma rápida descrição do conteúdo de cada capítulo. A dissertação está dividida em três capítulos.

No primeiro destes, refletiremos sobre alguns aspectos que se destacam na trajetória de Oliveira Lima, ora como historiador, ora como diplomata, em diálogo com outros autores que também se dedicaram à estudá-lo. Não se trata de uma tentativa de tecer uma biografia, no sentido tradicional da palavra, mas de mesclar uma historicização da trajetória e da obra de Lima com uma composição do que seria o “estado da arte” de nossa pesquisa.

No segundo capítulo, averiguaremos alguns posicionamentos especificamente políticos de Lima em relação à conjuntura na qual estava inserido, verificando a influência de tais

posições em sua escrita historiográfica; também dialogando com autores que, antes de nós, enquadraram-no em classificações objetivas – como monarquista, republicanista, historicista etc.

Por fim, no terceiro capítulo, adentramos especificamente na articulação narrativa de Oliveira Lima, analisando diretamente as representações dos monarcas luso-brasileiros no processo de composição histórica da identidade nacional brasileira. Neste último capítulo trabalharemos diretamente com a representação narrativa de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II por Oliveira Lima, e, desta maneira, com o referido processo de heroificação destas personagens.

Capítulo 1

Oliveira Lima entre a História e a Diplomacia

Não me foi dado realizar cousa alguma de grande e é mesmo bem escasso o numero d'esses privilegiados da sorte; mas tenho sabido alimentar um interesse comprehensivo pelas cousas do mundo, vibrando com as suas glorias e mais ainda com as suas desgraças, e entretanto tenho sabido conservar – é a única cousa de que me envaideço – o meu espirito incolume no meio das vilanias colletivas.

Oliveira Lima³⁵

Apesar da dedicação de toda sua vida ao ofício de historiar, Oliveira Lima tornou-se, para as gerações posteriores, um historiador coadjuvante dentre seus pares, secundário em quase todos os inventários da produção letrada do Brasil no século XX, não figurando no elenco dos grandes nomes da historiografia brasileira, como Francisco de Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda³⁶. Esquecido, recordado apenas pelos especialistas, sobretudo os especialistas na história do período imperial. Ao menos esta é a impressão que fica quando se atenta para a vastidão de sua obra em contraste com a ausência de seu nome em trabalhos posteriores sobre os mesmos temas e recortes de pesquisa.

Além de ter marcado considerável presença na imprensa de Pernambuco e do Rio de Janeiro, então capital da República, sendo articulista em jornais e revistas, ministrou conferências nas principais universidades do mundo naquele período (Sorbonne, Columbia, Harvard, Washington, Stanford), Oliveira Lima produziu mais de vinte obras escritas, quase todas dedicadas à história do Brasil³⁷. Os motivos para esta obscuridade podem estar ligados à peculiar forma de escrita, muitas vezes empregada; à concepção de História professada pelo autor; ou podem ser explicados por detalhes mais particulares, como as relações que mantinha

³⁵ OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 15-16.

³⁶ Exemplo de trabalho que difere neste sentido é a obra de Carlos Guilherme Mota: *História e Contra-História. Perfis e contrapontos* (São Paulo: Globo, 2010). Nesta, Mota dedica um capítulo intitulado “Oliveira Lima e nossa formação” ao historiador aqui referido.

³⁷ Uma listagem das obras de autoria de Oliveira Lima e do ano de suas respectivas publicações está anexada ao final desta dissertação.

com os círculos intelectuais e políticos, relações estas que estavam sempre ligadas às concepções e posições políticas do autor, que repercutiram também em sua vasta escrita – elementos que posteriormente abordaremos. Seja como for, a habilidade com que lidava com sua pena ecoou com intensidade suficiente, ao menos por seus contemporâneos, para que um século após o ápice de sua produção estudos como este se dedicassem a estudá-la.

Para investigarmos a escrita da história em Oliveira Lima propriamente dita, sentimos a necessidade de primeiramente contextualizá-la em paralelo à trajetória de vida deste. Antes de adentrarmos em seus livros, então, optamos por realizar um exercício de historicização biográfica de Lima, a fim de assim percebermos como foi que nosso autor-objeto se tornou um homem das letras reconhecido, isto é, como foi que chegou a ingressar na carreira diplomática e pôde dedicar-se à pesquisa arquivística e à escrita da história. Neste sentido, no primeiro capítulo concentraremos nossos esforços na trajetória intelectual de Oliveira Lima, trazendo alguns dos autores que se voltaram à sua biografia ou também a analisá-lo enquanto historiador. Assim, destacaremos a seguir os elementos fundamentais para o desenvolvimento de sua obra letrada, sobretudo historiográfica.

Não pretendemos com isso condensar uma observação detalhada da experiência de vida de Manuel de Oliveira Lima, pois, como acentuou Pierre Bourdieu, acreditamos que a biografia, em sua expressão tradicional, é um gênero literário que não converge com o a historiografia³⁸; além do mais, porque outros já realizaram esta empreitada satisfatoriamente. Apenas faremos diálogo com outros autores e traremos informações sobre a vida de Oliveira Lima na medida em que estas possam conduzir-nos a adentrar em nossas fontes – seus escritos.

Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um diplomata e historiador brasileiro que viveu a virada do século XIX para o XX, entre os últimos anos do Império e as primeiras décadas da República. Filho do comerciante português Luís de Oliveira Lima e da pernambucana Maria Benedita de Miranda Lima, cuja família possuía pequena propriedade de terras no Recife, o Engenho Cachoeirinha³⁹, na cidade de Vitória do Santo Antão, Oliveira Lima teve sua origem em uma família modesta, que, embora estivesse ligada às elites de Recife, não

³⁸ Segundo Bourdieu: “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, “A Ilusão Biográfica”, In: AMADO, et al., *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 185). Para este autor, é preciso tratar o real como algo “descontínuo, formado por elementos justapostos sem vazão”, todos eles únicos e difíceis de apreender porque são imprevisíveis e aleatórios. No entanto, para além de generalizações, trazemos a consideração de Bourdieu em referência apenas à biografia em um sentido tradicional, isto é, de gênero literário – não nos referimos a outras tipologias como a autobiografia, a biografia histórica ou mesmo a biografia intelectual, dentro outros.

³⁹ Cf. FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco e Imprensa Universitária, 1968.

pertencia à aristocracia imperial. Luís de Oliveira Lima nasceu no Porto, filho de funcionário público, e veio ao Brasil em 1834, sem posses; tornou-se comerciante na capital de Pernambuco com negócios de tecidos e açúcar⁴⁰. Tem menção no livro de memórias de Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*, sua autobiografia póstuma⁴¹, o fato de seu pai ter sido caixeiro na juventude, e acumulado riquezas com o esforço próprio e com a vida disciplinada; e casado com sua mãe, que possuía uma propriedade agrícola recebida como herança paterna.

A historiadora Teresa Malatian escreveu uma biografia histórica sobre Oliveira Lima⁴², baseado em ampla documentação e uma extensa pesquisa – esta foi sua tese de livre docência. Diferentemente de biografias mais propriamente literárias, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade* é uma biografia que apreende a trajetória e a produção de Lima sem deixar de considerar a conjuntura histórica brasileira durante a vida do intelectual. A obra tem grandes méritos, pois não faz apologias ao biografado e é rica nas análises da produção letrada de Lima e na historicização do mesmo frente ao contexto diplomático e intelectual do Brasil de seu tempo. Contudo, o período abordado por Malatian se estende apenas até 1913, quando o diplomata-historiador⁴³ aposenta-se, deixando de lado algumas de suas principais obras, como *O Movimento da Independência (1821-1822)* e *Império Brasileiro (1821-1889)* – o que não se constitui em uma falha da autora, mas que nos deixa carentes de uma análise de tamanha qualidade sobre os últimos anos de vida e os últimos escritos de Lima.

Ao analisar as memórias de Oliveira Lima⁴⁴, Malatian aborda a construção que o autor faz, por meio de sua narrativa, de um perfil aristocrático para a família, desde uma descrição sobre a ancestralidade familiar, orgulhosamente dita lusitana, até “maneiras polidas, o apuro no trajar, uma certa ilustração, hábito de andar a cavalo, condescendência no trato com os subalternos”. A autora aplica referenciais sociológicos para analisar o livro de memórias de Lima, principalmente estudos de Norbert Elias, e observa um esforço narrativo de Lima em retratar seus pais e o mundo de sua infância como o mais próximo de um estereótipo da casa-grande dos engenhos de açúcar, um meio próprio da “nobreza”, por assim dizer, uma “sociedade de corte”, na linguagem de Elias⁴⁵. Segundo esta autora, “é possível identificar na construção

⁴⁰ Cf. MOTA, opus cit., 2010, p. 93.

⁴¹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1937.

⁴² MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

⁴³ A expressão diplomata-historiador é cunhada por Malatian (Ibid.).

⁴⁴ Ibid., pp. 25-51.

⁴⁵ Na abordagem antropológica de Norbert Elias a sociedade de corte tinha um significado central e representativo para a maioria dos países da Europa ocidental no início da chamada Idade Moderna, nos séculos XVII e XVIII. Elias afirma que as cortes foram aos poucos transformando-se em modelos formadores de disseminadores do

das memórias de Oliveira Lima certos comportamentos e valores que evidenciam a adesão a um padrão ‘civilizado’ de conduta, com pretensões a conferir distinção aos que os empregam em relação a indivíduos e classes considerados primitivos”⁴⁶.

Ao retratar a família como cultivadora de hábitos “civilizados” e de um perfil distinto entre os brasileiros, algo semelhante às camadas da nobreza, Lima busca escapar da caracterização vulgar de “mascate”, que era atribuída ao pequeno comerciante naqueles tempos, quase sempre ligada ao trabalho mais braçal e à modos grosseiros, aos negócios tacanhos e quase sempre à pouca instrução, valores incultiváveis para alguém que se queria refinado e culto para a carreira de diplomata. Descrevia então o trato da mãe com as dezenas de escravos, quando de fato não seriam tantos assim, já que a propriedade de seus pais era de médio porte, e não era grande ao ponto de comportar um engenho, e não gozavam de condições para manter tantos escravos. O pai, pelo contrário, de origem humilde, tendo trabalhado como caixeiro na adolescência, alcançou sucesso profissional pelo cultivo das relações sociais adequadas, o que teria permitido o desenvolvimento de maneiras cortesias, as quais teriam aberto espaços para a atividade comercial.

[...] Meu pai era de facto dos homens mais escrupulosos e mais correctos – o que na nossa linguagem familiar brasileira se chama pichoso – que eu conheci, não só na sua apparencia, cuja elegancia cultivava sem jamais descambar no ridiculo, como nos modos, requintados mas sem sombra de affectação, antes em extremo singelos, nas ideias, distinctas quando mesmo triviais, e até nos sestros Fazia lembrar o chefe de *Familia Inglesa*, tão bem descripta por Julio Diniz em seu famoso romance. Nascera *gentleman*, embora não fosse nobre. [...]⁴⁷

Como observa Diego Freire⁴⁸, analisando a construção simbólica e discursiva do espaço social do engenho açucareiro na literatura do início do século XX, desde as primeiras décadas daquele século as elites ligadas à produção canavieira no nordeste brasileiro encontravam-se

“estilo”, de modo que sua importância como força social, como fonte e origem de modelos de comportamento, indo muito além de todas as formações sociais existentes até então. Segundo este autor, nas cortes “[...] A precisão com que se organiza cada cerimonia, cada gosto submetido à etiqueta, o zelo com que o valor de prestígio de cada passo é pensado e levado em conta, todas essas coisas correspondem ao grau de importância vital que a etiqueta e o comportamento possuem para os cortesãos” (ELIAS, 2001, p. 118), de modo que “[...] as pessoas que podiam exhibir seus status, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de “distinção”, que dominavam a “civilidade” (Ibid., p. 17).

⁴⁶ MALATIAN, opus cit., 2001, p. 33.

⁴⁷ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1937, p. 6 apud MALATIAN, opus cit., 2001, p. 35. Grifos do autor.

⁴⁸ FREIRE, Diego José Fernandes. *Contando o passado, tecendo a saudade*. A construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). João Pessoa: Ideia, 2015, 293-407.

em decadência social e política. Analisando as obras de autores como José Lins do Rego, Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco, Freire observa que estes autores tecem uma “geografia do excesso”, a qual é, em sua interpretação, uma contraposição ao que de fato se verificava no presente. Diante da concorrência enfrentada pelo Brasil no mercado internacional, por conta de outros países estarem produzindo cana em outras regiões tropicais do mundo há décadas, e com melhores condições tecnológicas, o poder sem limites do senhor de engenho já não era possível para os filhos da “açucarocracia” nortista no Brasil pós-Proclamação da República, antes exercido sobre a enorme população, no mundo hierarquizado pelas relações de cor (“raça”) e de gênero (patriarcal e machista). A diferenciação social à qual apela Lima, em suas memórias, assumia novos contornos, e não poderia mais ser marcada pela hereditariedade que reivindicava a fidalguia. E, em paralelo a essas mudanças, a usina ganhava o terreno dos antigos engenhos, avançava sobre os antigos senhores, endividados e restritos à produção arcaica. “E assim, no alvorecer do século XX, tínhamos uma elite claramente decadente, para a qual seu mundo e seu mando não eram mais os mesmos”⁴⁹.

Mas ainda que não fosse senhor de engenho, como as “reminiscências” do filho possam ter fanfarreado, o relativo sucesso de Luís de Oliveira Lima nos negócios proporcionou que desse ao filho uma educação apurada no exterior. Em 1873 o jovem Manuel mudou-se para Lisboa, onde cursaria o superior de Letras, no qual graduou-se em 1888. Na capital portuguesa, sua a formação primária se realizou no colégio dos Lazaristas, onde teve uma educação formal entre freis que o ensinaram a língua francesa, a qual passou a dominar eximamente; e em seguida no Liceu Nacional, onde concluiu estudos equivalentes ao nível colegial. Embora não fosse devoto católico assíduo, a marca desta religiosidade se exprimiria posteriormente em sua personalidade, e até mesmo em sua interpretação da história nacional, sobretudo no aspecto moralizante e civilizador da religião (como veremos adiante).

Oliveira Lima cursou também Filosofia, Diplomacia e Direito, mas sua formação principal, contudo, se deu no Curso Superior de Letras de Lisboa, entre 1884 e 1888⁵⁰. Entre seus mestres, destacava-se a figura de Oliveira Martins, historiador português que o influenciaria fortemente em sua concepção de história e do trabalho de historiador⁵¹, sobretudo

⁴⁹ Ibid., p. 261.

⁵⁰ Neste período, Lima fundou a revista *Correio do Brasil*, em Lisboa, em 1882 (aos quinze anos de idade). Cf. Prado, “em 1884, já matriculado na Faculdade de Letras de Lisboa, aparece a segunda fase do *Correio*, agora editado por Oliveira Lima e Manuel Villas-Boas” (2015, p. 17). O periódico manteve-se em circulação durante alguns anos após o retorno de Lima ao Brasil, mas não se trata do jornal homônimo que circula atualmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁵¹ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) foi um influente historiador português desta época, autor de importantes obras, como *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (obra póstuma, publicada em 1920) e *Os Filhos de D. João I* (1891). Para mais informações, ver: MARTINS, Guilherme d’Oliveira. *Oliveira Martins: Uma Biografia*.

pela visão idealista e conservadora do passado⁵². Concluídos estes estudos, o jovem Manuel retornou ao Brasil em 1890, em função da morte de seu pai; e foi então que iniciou sua carreira como diplomata.

Em 1891, nos primórdios da República no Brasil, Oliveira Lima foi designado por Quintino de Bocaiúva⁵³ como secretário da legação diplomática brasileira junto ao governo de Portugal, voltando a residir em Lisboa por alguns meses – momento em que Portugal recebia o *ultimatum* da Inglaterra, quando se delineou mais claramente a hegemonia exercida pela Inglaterra sobre Portugal com relação às possessões coloniais na África. Neste momento de alvorada da República no Brasil, a diplomacia teve papel fundamental na aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América, e a consequente saída da órbita de influência inglesa.

Desde cedo Oliveira Lima trabalhou com as letras: iniciou a carreira letrada como jornalista correspondente do Jornal do Recife, em Lisboa, ainda na adolescência. Na redação de artigos publicados nos periódicos pernambucanos, apesar da baixa circulação destes, o autor havia ficado conhecido por polemizar temas principalmente ligados à política (como o papel das oligarquias e os rumos da República). Retornando ao Brasil pôde dar continuidade às pesquisas iniciadas ainda em Portugal durante o curso de Letras. Assim, em 1895 publicou seu primeiro título, *Pernambuco e Seu Desenvolvimento Histórico*, obra dedicada a narrar o passado da província desde os tempos coloniais até o fim do Império; sendo precursor em narrar a síntese histórica da província⁵⁴.

“O Lima”, como era chamado pela esposa, Flora Cavalcante de Albuquerque, com quem se casou no mesmo ano em que assumira o cargo de secretário na legação à Portugal, viria a publicar mais de duas dezenas de obras, e manteria uma pesquisa contínua e ávida por

Prefácio de Eduardo Lourenço. Coleção Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa da Casa Nacional, 1986. Uma exposição detalhada dos princípios metodológicos e das concepções que poderíamos dizer teóricas – apesar de serem mais esclarecimentos morais quanto à prática historiográfica – em Oliveira Martins está presente em sua “Advertência”, em *Os Filhos de D. João I* (6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1936).

⁵² Oliveira Martins integrou um grupo de intelectuais portugueses que se dedicava à exaltação da monarquia portuguesa em declínio, fazendo alusões glorificadoras do passado de conquistas da ex-potência. Se intitulavam os Vencidos da Vida, conservadores que, na década de 1880 se mantinham como arautos da monarquia e saudosistas do legado colonial que entrava em decadência mediante a perda de possessões coloniais e a ascensão do novo regime. Não se organizavam em um partido político e não compunham movimento social propriamente dito, mas efetivaram um importante papel de pressão na luta pela regeneração da Portugal que declinava. Seu lema era: “o rei reina e tem a obrigação de governar”. Para mais informações sobre os Vencidos da Vida, indicamos a leitura do artigo: LEONIDIO, Adalmir. “Os Vencidos da Vida’: Literatura e pessimismo em Portugal no século XIX.” In: *Via Atlântica*, n.6, out.2003, pp. 14-28. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49739/53851>>.

⁵³ Quintino de Bocaiúva foi um ávido militante na causa republicana, e esta opção por Oliveira Lima como membro da legação em Portugal será tratada no capítulo II desta dissertação, quando nos atentaremos mais à questão das concepções políticas de Oliveira Lima, percebidas em sua historiografia.

⁵⁴ Carlos Guilherme Mota (opus cit., 2010) menciona que a publicação da mesma se realizou em 1894 – pequeno engano do autor.

informações e documentos relativos à história do Brasil que se encontravam em arquivos europeus, principalmente. Dona Flora era companheira das viagens e das divagações de ideias em Pernambuco, sempre presente ao lado do marido, e também sua transcritora oficial, uma das únicas pessoas capazes de traduzir sua escrita “quase hieroglífica”, como ele mesmo a menciona por diversas vezes⁵⁵. Teve uma vida intensa e produtiva no meio das letras, mas nada frutífera em seu casamento: nunca teve filhos, como afirmava em suas memórias: “meus filhos são os livros”.

Em seu livro *História e Contra-história: perfis e contrapontos*⁵⁶, o historiador brasileiro Carlos Guilherme Mota compila uma coletânea de textos dedicados à trajetória da historiografia brasileira desde o início do período republicano, iniciando com a obra de Sampaio Bruno (1857-1915), chegando ao terceiro quartel do século XX com a sociologia histórica de Florestan Fernandes e de Antônio Cândido. Um dos capítulos da obra, incluído na primeira parte – “Contrapontos: interpretações do Brasil” –, é dedicado a uma breve biografia de Oliveira Lima, com alguns comentários sobre a produção intelectual do autor – como não poderia deixar de ser. Para Mota, a posição de Lima frente ao cenário político nacional e seu papel nas relações internacionais, bem como sua concepção de história, explicam-se por sua origem, pela condição familiar na qual viveu.

Mota considera que por ter sido filho de comerciante português e por ter vivido em um contexto no qual as relações comerciais luso-brasileiras – e também mundiais, por conta da Guerra Franco-Prussiana (1870), da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – e os conflitos entre os velhos senhores de engenho e os novos usineiros da produção de açúcar de Pernambuco, somados, haviam possibilitado a formação de Oliveira Lima inicialmente como entusiasta do republicanismo, enquanto jovem estudante. Para este autor, Oliveira Lima era “republicanista” no início de sua carreira intelectual (anos de 1870 e 80); mas adepto de uma ideia de que a república viria como uma evolução natural da monarquia, e a transição do antigo regime para o novo seria tranquila e pacífica, quase automática, e ocorreria em função de necessidades organizacionais da política e da sociedade, e não por interesses pessoais ou de determinados grupos.

E, ainda para Mota, a gestação do interesse de Oliveira Lima pelo passado teria vindo da influência de um tio, Quintino de Miranda, que mais estimulou seu gosto historiográfico e literário do que um possível talento para a diplomacia. Por conta do tio e dos livros com os quais o jovem Manuel era presenteado e incitado a devorar, aos dezenove anos de idade já era

⁵⁵ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1937; GOUVÊA, *Oliveira Lima: Uma biografia*, 1976; FREYRE, opus cit., 1968.

⁵⁶ MOTA, opus cit., 2010. O livro é o volume II das obras reunidas de Mota, publicado em quatro volumes.

escritor preparado, antenado nas questões sociais e políticas e ativo correspondente. A estada em Lisboa certamente avivou-lhe também durante a juventude um sentimento republicano, como aponta Mota, “e especialmente por não haver no Brasil uma sucessão dentro da monarquia quando da morte do imperador”⁵⁷.

Mota salienta ainda que Oliveira Lima era avesso ao positivismo, pensamento que ganhava adeptos no Brasil alguns anos antes da queda da monarquia, sobretudo no Exército, disseminado pela figura do tente-coronel e professor Benjamin Constant. Lima opunha-se à doutrina de Auguste Comte⁵⁸ pois nesta tudo já estaria pronto, já feito, não permitindo o avanço do conhecimento e da pesquisa – e Lima por certo foi ávido pesquisador, como trataremos a seguir.

1.1. Diplomata e historiador

Como membro ativo da diplomacia brasileira na curva do século XIX para o XX, Oliveira Lima figurou de forma peculiar na alvorada do período republicano. Sempre ativo na escrita, tanto como resultado de suas pesquisas de cunho histórico quanto como articulista esporádico nos periódicos da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. As duas atividades, coexistentes, seriam a marca da figura pública do diplomata-historiador, e sua campanha pela divulgação da história e da cultura brasileira pelos países em que atuava lhe trariam o epíteto de “diplomata da cultura”, como seria chamado na França⁵⁹. Embora não possuísse formação específica em História, igual a praticamente todos os demais historiadores brasileiros da época, Lima destacava-se entre seus pares do IHGB pela profícua produção que desenvolvia, entre estudos de menor porte (como compilações de documentação e traduções de obras e artigos estrangeiros sobre o Brasil, publicadas na *Revista Trimensal do Instituto*) e obras monográficas.

Sobretudo após os anos de 1870, a produção letrada no Brasil se desenvolvia depressa: os filhos da aristocracia imperial, enviados à Europa para cursar as universidades que eram ainda inexistentes no Brasil e de lá retornavam formados (quase sempre em Direito e Letras) e

⁵⁷ Como prossegue comentando Mota, “Esse ideal seria abalado mais tarde, quando Oliveira Lima verificasse as condições do exílio do velho monarca, “arbitrio”, pensava ele, entre tantos outros que a República patrocinou, e que faria seu temperamento liberal” (Ibid., pp. 97-98).

⁵⁸ Empregamos a palavra doutrina pois a filosofia política e sociológica de Comte assumiu características de culto e teologia entre seus adeptos, chegando ao ponto de postular dogmas e operar como uma profissão de fé entre seus seguidores.

⁵⁹ MARTINENCHE, Ernest. Prefácio à edição francesa, In: OLIVEIRA LIMA, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, 2000, pp. 15-27.

tocados por uma cultura política que mantinha o debate e difusão de ideias – assim como os embates e as críticas – por meio da imprensa, que nesse período ainda se restringia a mídia impressa. Muitos destes bacharéis dedicavam-se também à atividade jornalística, literária e também historiográfica – como Silvio Romero, Teófilo Braga, e tantos outros. Por conta disto, vigorava fortemente no Segundo Reinado um fenômeno que seria chamado de bacharelismo: a predominância do bacharel na vida social do país, ocupando posições preeminentes na atividade política e exercendo funções alheias às originais de suas áreas de formação ou especialidade, justificadas pela falta de profissionais qualificados para exercê-las. Não obstante, este funcionamento administrativo tinha também reverberações políticas, fosse por reforçar a hegemonia das elites econômicas, fosse por facilitar a ação de grupos políticos – levando à formação das oligarquias regionais e de seus respectivos “currais eleitorais”, que se manteriam presentes no cenário político nacional República adentro⁶⁰. Como vimos, Oliveira Lima e Gilberto Freyre beberam desta tradição.

Os estudos no continente europeu proporcionavam aos jovens bacharéis também o contato com ideais modernos como democracia, abolição, república etc., essencialmente contrários às estruturas que imperavam no Brasil. Foi neste contexto que surgiu e ganhou força o movimento abolicionista, na segunda metade do século XIX, que o pensamento liberal passou a ganhar adeptos no Brasil e que surgiram alguns movimentos sociais antagônicos ao *status quo* no início da República (estes últimos vinculados também à imigração e à formação de uma classe operária industrial suburbana no Brasil). Nesse contexto, a imprensa nas maiores cidades e principalmente na capital era tanto um cenário de informações e debates quanto de intrigas e embates sem igual, no qual os letrados se prostravam e se confrontavam.

Em artigo, o também historiador e diplomata brasileiro, Paulo Roberto de Almeida, comenta que Oliveira Lima era “quase um português”, “no sentido em que ele tinha raízes, comportamentos e talvez até um ‘quadro mental’ quase que lusitano”⁶¹. Almeida destaca que Lima viveu em uma época dominada pelo “gigante diplomático” de Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco⁶², cujo nome obscurecia diversos outros do meio das relações internacionais.

⁶⁰ COSTA, 1999, pp. 233-271 e 385-447.

⁶¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a Diplomacia Brasileira”, In: *Revista Historia Actual Online*, 2009, p. 97.

⁶² Barão do Rio Branco era o título de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912). Paranhos atuou como diplomata do Brasil desde o Império, mas seu destaque veio principalmente após a Proclamação da República. Recebeu o título ainda durante o Império, como muitos outros também barões ou viscondes, mas continuou a assinar como “Rio Branco” após 1889. Paranhos foi destaque principalmente no estabelecimento das fronteiras norte e do noroeste do Brasil, nas regiões do Amapá e do Acre, negociadas com a França e a Bolívia respectivamente.

A diferença de quase uma geração entre ambos não impediu que os dois se manifestassem uma admiração mútua, a partir da penúltima década do século XIX, aproximação provavelmente facilitada por gostos comuns, quais sejam: um estilo de reflexão e de linguagem fortemente embasado no método histórico, a busca incessante de manuscritos de velhos mapas, a freqüentação de alguns arquivos e também, claro, os contornos feitos por amigos comuns. Essa amizade foi logo tisonada pelo assunto da eleição na Academia [Brasileira de Letras], em 1903, e das várias tomadas de posição públicas antes, durante e depois da realização da terceira conferência americana no Rio de Janeiro em 1906.⁶³

Oliveira Lima e o Barão de Rio Branco tornaram-se, de certa forma, rivais no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores e “casa” da diplomacia brasileira neste momento, onde se concentravam todas as atividades diplomáticas do país. Neste, Rio Branco assumia destaque entre todos os embaixadores e diplomatas do Brasil por atuar na função desde os tempos do Império, e assumiu em 1902 o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o qual ocupou até sua morte em 1912, mantendo-se no cargo durante o governo de quatro presidentes (de Campos Sales a Hermes da Fonseca). O atrito entre os dois se estenderia também para o campo intelectual, verificando-se dissabores e “trocas de farpas” entre ambos principalmente na imprensa e nos discursos do Itamaraty; e se asseveraria com os preparativos para a fundação de uma academia de letras no Brasil.

Rio Branco já era conhecido como analista da história militar brasileira quando Oliveira Lima lançou-se como jornalista, e pouco depois como escritor do gênero histórico. Ambos os diplomatas teriam o jornalismo como atividade de dedicação, mas foi a publicação das obras de volume, os livros propriamente ditos, que se fez fator imperativo para que Lima passasse a ocupar lugar como membro fundador entre os “imortais” da Academia Brasileira de Letras (ABL) antes de Rio Branco.

⁶³ ALMEIDA, opus cit., 2009, p. 98.

Figura 1: Foto de Manuel de Oliveira Lima trajando o fardão da Academia Brasileira de Letras



Acervo Fundação Joaquim Nabuco

No momento da fundação da ABL, em 1897, Lima já contava com obras de peso em seu currículo, incluindo na lista: *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico* (1895), um dos primeiros estudos dedicados a todo o passado da província até então; *Aspectos da literatura colonial brasileira*, obra de síntese que apresentava a erudição e a capacidade analítica do autor; e um breve balanço dos *Sept Ans de République au Brésil* (1896), dividido em uma série de artigos publicados na França, pela *Nouvelle Revue*, na qual a defesa do novo regime político insurge entusiasmada. Não obstante, Oliveira Lima contava ainda com mais de uma década de colaboração em periódicos como o *Jornal do Recife*, o *Jornal do Brasil*, a *Revista Brasileira*, além de ter sido sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde seus tempos de estudantes do Curso de Letras em Portugal. Eleito imortal, Oliveira Lima passava a ocupar a cadeira de número 39, com o nome de Francisco Adolfo Varnhagen, referência e homenagem à outro historiador brasileiro de vasta obra, que vivera o período imperial.

A fundação da ABL marcava, então, não apenas o reconhecimento da qualidade da produtividade intelectual e letrada, mas também conferia a seus membros o cognome de “imortais”, como eram chamados seus integrantes, nomes que, não tendo se consagrado pelas armas em campanhas militares, ou não tendo natureza fidalga, passariam a ser aclamados pelos sucessos do intelecto e das “cousas d’alma”, pela atividade da pena, séculos adiante na posteridade. Mas ainda que não tenha sido um dos fundadores, Paranhos foi eleito membro da ABL no ano seguinte, 1898, ocupando a cadeira de número 34, de João Manuel Pereira da Silva.

Para Paulo Roberto de Almeida, o afastamento entre Lima e Paranhos, e o clima de rivalidade que existia no Itamaraty, teria se agravado especialmente após o início do século XX, quando Lima publicou uma série de materiais sobre a história – sobretudo a história diplomática

– do Primeiro Reinado, expressando, desde então, pequenas “alfinetadas” críticas à política diplomática brasileira. O descontentamento de Rio Branco teria vindo por conta de seu trabalho na embaixada de Londres.

Após o ingresso na ABL, tendo em vista que se manteve membro correspondente do IHGB, Lima passaria a receber diversos títulos e convites desde então, como o de membro honorário do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e da Academia Pernambucana de Letras.

Como já dissemos, a atividade diplomática coexistiria em Oliveira Lima com a dedicação à atividade historiadora. Em todos os países nos quais atuou como diplomata, buscou reunir documentos, manuscritos diversos, mapas e demais fontes que pudessem agregar informações sobre o passado brasileiro. E o grande diferencial, pode-se dizer, de sua produção historiográfica da de quase todos os seus contemporâneos estava justamente na vastidão de fundamentos documentais que subsidiavam sua narrativa. Em um momento em que a atividade de narrar o passado era quase que exclusivamente direcionada à organização de informações estritamente contidas na documentação oficial (governamental), as ambições dos historiadores se voltavam mais à compilação da maior quantidade de documentos que lhes fosse possível do que ao refinamento de instrumental teórico e analítico; matéria-prima para a já citada “ressureição do passado”.

Neste sentido, em 1903 Oliveira Lima organizou a “Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brazil existentes no Museu Britannico de Londres”. Como o nome já é claro, tratava-se de uma listagem detalhada e comentada sobre os documentos contidos no museu inglês de peças manuscritas que remontavam ao passado imperial português (e conseqüentemente o passado colonial brasileiro), e foi publicada na Revista do IHGB naquele ano⁶⁴. O inventário foi realizado quando Lima residia em Londres, em função de uma rápida legação que o deslocara para lá em 1900. Havia sido removido para Londres após ter sido o primeiro secretário da legação em Washington desde 1896, quando desenvolveu o domínio da língua inglesa. Mas permaneceu menos de um ano na capital britânica, sendo então enviado para o Japão como encarregado de negócios⁶⁵.

Oliveira Lima sempre teve grande interesse por ocupar lugar na embaixada brasileira na capital britânica, para que assim pudesse desenvolver pesquisa mais extensa nos arquivos

⁶⁴ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brazil existentes no Museu Britannico de Londres. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LXV. Parte II. Rio de Janeiro, 1903, pp. 5-139.

⁶⁵ MALATIAN, opus cit., 2001.

daquela cidade que continham documentos e manuscritos com informações pertinentes à história do Brasil e de Portugal. Então por duas ocasiões frustrou-se ao tentar o ingresso na embaixada na Inglaterra.

Na primeira ocasião, quando da III Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro em 1906, Lima questionou a defesa de Joaquim Nabuco de que o Brasil deveria se separar da Europa e aproximar-se, diplomaticamente, dos Estados Unidos. A visão de Nabuco, amigo e conterrâneo de Lima, expressada na Conferência, consagraria definitivamente sua rejeição do passado inglês ligado a uma América colonial. O debate entre as duas figuras distanciou Lima de Nabuco, o qual era seu principal defensor nas polêmicas do Itamaraty envolvendo os atritos com o Barão do Rio Branco. Embora nesta ocasião Lima defendesse as relações anglo-brasileiras, o debate realizado entre os dois letrados se deu por meio de palavras ásperas⁶⁶, e o barão, utilizando-se de sua típica sagacidade diplomática, valendo-se das inconcências de ambos os expositores para diminuir os prestígios dos mesmos. Descartou-se então a possibilidade de Lima tomar parte na legação brasileira na Inglaterra naquele ano.

O segundo episódio, neste sentido, se daria em 1912, após a morte de Rio Branco. Lima já havia procurado o então Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller (1863-1926), para pedir sua aposentadoria, mas Müller havia negado o pedido e colocado em perspectiva a possibilidade da legação à Londres. Mas a atuação na diplomacia com a Inglaterra, naquele momento, já não seria de grande importância, tendo em vista que a aproximação com os Estados Unidos havia esfriado as relações brasileiras com os ingleses, e o interesse se mantinha apenas em função do contato com os arquivos valiosos e ainda inexplorados a fundo. Entretanto, as opiniões de Oliveira Lima sobre o legado do imperador Dom Pedro II naqueles tempos, expressas em artigos e livros, haviam surtido efeito inesperado na imprensa, atribuindo-lhe conotação de simpatia à monarquia⁶⁷ – marca que seria associada a ele durante toda a sua vida desde então. Por conta disso, o senador Pinheiro Machado⁶⁸ articulou uma rejeição esclarecida à indicação de Lima para o cargo, sob insinuações de ligações com os restauracionistas – grupo

⁶⁶ Cf. VELLOZO, Júlio Cesar de Oliveira. *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento*: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade. Dissertação de mestrado em Filosofia. São Paulo: USP, 2012.

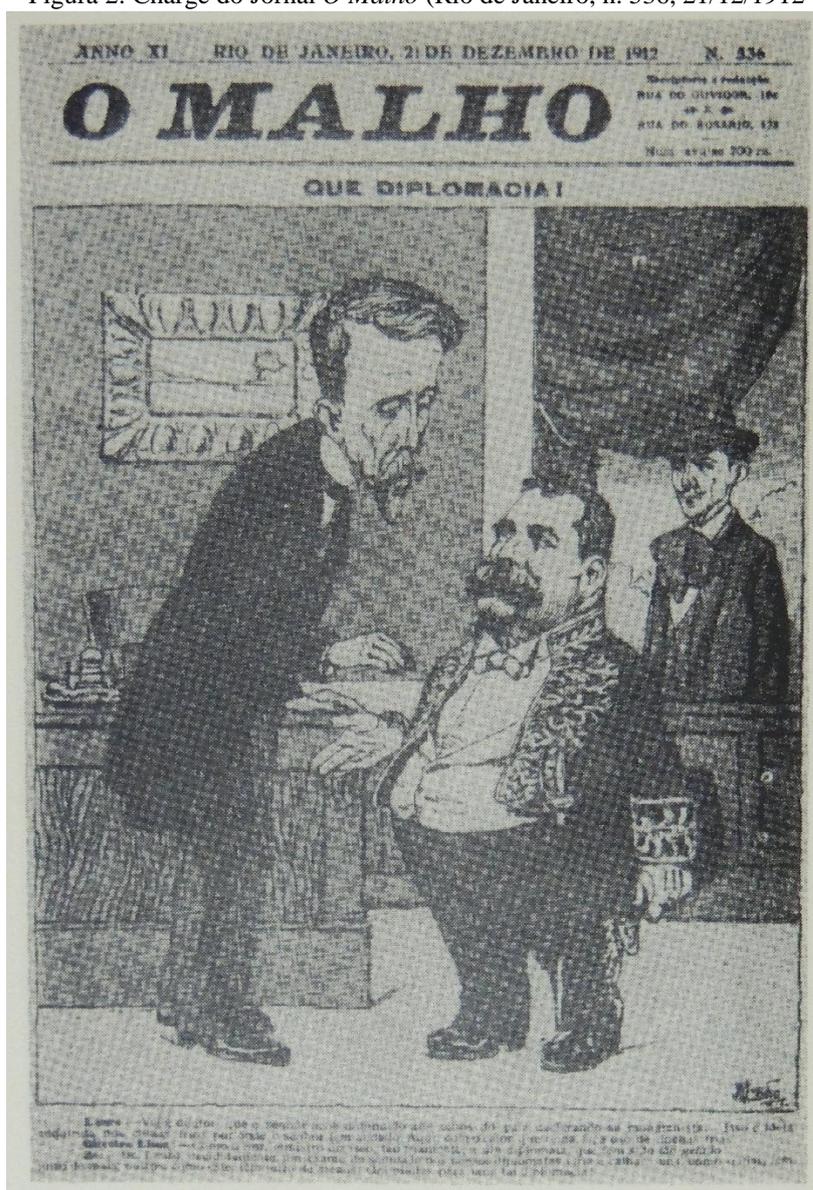
⁶⁷ Certa tendência ao monarquismo, acusada por alguns de seus críticos, como o referido senador Pinheiro Machado e o escritor Rui Barbosa, poderia ser verificada nos escritos de Lima desde a década anterior. Destaca-se, neste sentido a obra *Dom João VI no Brasil*, vencedora de um concurso de monografias organizado pelo IHGB em 1908, quando da comemoração de centenário da Abertura dos Portos, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. A obra, de tom elogioso à figura de D. João, será analisada no Capítulo III desta dissertação.

⁶⁸ José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), foi um político gaúcho. Conhecido por ter sido grande propagandista da República durante os últimos anos do Império. Foi senador pelo Rio Grande do Sul por mais de 20 anos, deixando a carreira parlamentar com a eclosão da Revolução Federalista, na qual lutou ao lado dos picapaus legalistas. Pinheiro Machado era então Presidente do Senado quando atritou-se com Oliveira Lima sob a acusação de monarquista.

inexpressivo, mas existente. O diplomata foi defendido no Senado por Rui Barbosa, mas acabou derrotado, não indicado para a embaixada londrina⁶⁹.

Uma charge em uma edição de 1912 do jornal *O Malho* satiriza Oliveira Lima, trajando o fardão de membro da ABL, recebendo moedas de Lauro Müller – ao que parece, uma sugestão (crítica) de que Lima esbanjava o dinheiro público em trabalhos de pesquisa que apenas favoreciam sua figura de escritor:

Figura 2: Charge do Jornal *O Malho* (Rio de Janeiro, n. 536, 21/12/1912)



Acervo Fundação Casa Rui Barbosa

⁶⁹ Uma análise das sessões do Senado em 1912 nas quais são mencionados estes assuntos por Pinheiro Machado e Rui Barbosa é desenvolvida por Américo Alves de Lyra Júnior em sua tese de doutorado em História pela Universidade de Brasília. LYRA JÚNIOR, *Brasil e Estados Unidos nas Representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça (1870-1914): idéias sobre a inserção brasileira na América*, 2008, pp. 113-167.

Como movimento organizado, o monarquismo manteve-se à margem dos grupos de oposição durante os vinte primeiros anos de República. Após este período não tornou-se mais radical entre seus adeptos, mas efetivou-se como chave de contestação do novo regime, embora se tornasse menos popular. Nos anos de 1912-13 passava por seu eclipse. Após uma série de tentativas de pequenos golpes e de uma insistência ferrenha sobretudo na imprensa, por meio de atividades jornalísticas⁷⁰ que buscavam denegrir a imagem da República e do então presidente Campos Sales, justificados pelo quadro de crise que acometia o país (o desemprego e custo de vida haviam se elevado em decorrência da inflação desde a política econômica do Encilhamento, com Floriano Peixoto), o movimento restaurador se eclipsava principalmente após a morte de seu maior expoente, o advogado e jornalista Eduardo Prado (1860-1901). Radicados quase sempre na capital e em São Paulo, alguns monarquistas persistiam insatisfeitos com o novo regime, principalmente pelo descontentamento com a perda de *status* e da proteção do imperador de que gozavam no Império. Destes, nem todos eram realmente restauradores e envolvidos diretos na causa da restauração da monarquia⁷¹, muitos eram apenas simpáticos à ideia.

Como aponta Edgar Carone⁷² em sua clássica abordagem materialista na historiografia brasileira, houve uma articulação de movimento revolucionário entre os monarquistas, no início do século XX, a qual chegou a contar com apoio de alguns tenentes do exército, mas que após a morte de Prado dava seus últimos suspiros. Houve a fundação de um Partido Monarquista de São Paulo, em 15 de novembro de 1895, organizado com o apoio de Eduardo Prado, João

⁷⁰ Edgar Carone destaca que as atividades jornalísticas dos monarquistas foram “amplas e constantes”, e pontua os seguintes periódicos como tendo sido utilizados com este intuito: “[...] A Tribuna Liberal denuncia a revolta militar de dezembro de 1889; devido a suas críticas, O Tribuna do Recife é apreendido (dezembro, 1889); depois do incidente de A Tribuna Liberal, funda-se a Tribuna; a Democracia, de São Paulo, é ameaçada de fechamento; logo depois aparece o jornal O Brasil. Diante desta permanente oposição, o Governo Provisório decreta controle da imprensa em 23 de dezembro de 1889, reforçado pelo decreto de 29 de março do ano seguinte. De nada adiantam as medidas, pois os jornais da oposição ou monarquistas continuam com ataques e críticas. [...]” (CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais, Coleção Corpo e Alma do Brasil*, direção de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 379). Grifos do autor.

⁷¹ Em um estudo específico sobre as dissidências políticas resultantes das reações de oposição na primeira década republicana, dando enfoque principalmente aos jacobinos e monarquistas, Amanda Muzzi Gomes considera que nem todos os monarquistas eram restauradores. Estes últimos, segundo a autora, eram os monarquistas que se envolviam de alguma forma em atuações políticas práticas inclinadas a reinstalar a monarquia; e a maioria deles até recusava o nome de “restauradores”, pois acreditavam piamente no direito divino da sucessão dinástica, e consideravam o 15 de novembro de 1889 e o regime sucedido nada mais que um golpe de Estado, portanto ilegítimo. Eram também chamados, pejorativamente, de “sebastianistas”, em analogia aos que esperavam o retorno de D. Sebastião (rei lusitano desaparecido durante uma batalha no Marrocos no século XVI), uma comparação à uma narrativa fabulosa (mítica ou utópica) (GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860-1900)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2012, pp. 212-340).

⁷² CARONE, opus cit., 1970.

Mendes de Almeida e as famílias Souza Queiroz e Paula Souza, dentre outros. O Partido passou a ser chamado por seus membros de Centro Monarquista, pois embora fosse restrito à cidade de São Paulo, seus integrantes buscavam unir forças com adeptos de sua causa também em outras cidades – como Curitiba, Olinda e a capital federal. Contudo, foi fechado pelo presidente Campos Sales no ano seguinte, que considerou a organização criminosa por ser revolucionária. João Mendes de Almeida⁷³ chegou a ser preso por alguns dias.

A última investida concreta dos monarquistas organizados se deu no palco eleitoral: apoiaram a candidatura do Conselheiro Andrade Figueira concorrendo para o Senado em 1903; e dois anos depois, em 1905, tentaram uma articulação de partido político, sem sucesso. Foram antes rechaçados com a Revolta da Vacina⁷⁴ de 1904, deflagrada com o apoio de toda a heterogênea oposição do governo⁷⁵, mas que não contou com o apoio dos monarquistas.

Ainda em 1907, após ser anunciada a vinda do príncipe D. Luís de Orleans como pretendente ao trono (que estava extinto havia 18 anos), os restauradores se agitaram novamente. No entanto, o príncipe, que havia assumido o título naquele mesmo ano, após a renúncia de seu irmão primogênito, Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, não foi recebido no Brasil, e não chegou sequer a desembarcar na pátria cujo trono reivindicava. O motivo foi que ainda vigorava o decreto expedido imediatamente após a Proclamação, que baniu toda a família real, e então não foi concebido *habeas-corpus* para o príncipe. Retornando à França, onde vivia exilada a família real, mas não sem antes seguir viagem de navio pela América do Sul, D. Luís traçou um programa aos monarquistas brasileiros no qual constavam esclarecimentos de posições e até mesmo alguns detalhes do projeto de funcionamento para o novo governo (monárquico) que pretendiam. E assim permaneceram, o pretense novo imperador e seus precoces súditos, comunicando-se por cartas que atravessavam o Atlântico, mas sem mais agirem na prática; até que, em 1913, em um último manifesto, D. Luís traçou

⁷³ João Mendes de Almeida (1831-1898) foi um jornalista, político e jurista. Almeida nasceu em Olinda, onde iniciou seus estudos, mas transferiu-se para São Paulo a fim de concluir seu curso superior em Direito. Envolvido no movimento abolicionista, foi um dos redatores da Lei do Ventre Livre (1871) e manteve intensa atividade na imprensa. Foi também membro destacado do Partido Conservador, sendo líder do mesmo entre 1859 e 1878. Foi também uma das figuras mais engajadas no movimento monarquista da primeira década da República (Cf. GOMES, opus cit., 2012).

⁷⁴ Sobre a Revolta da Vacina especificamente, indicamos: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010.

⁷⁵ Cf. CARONE (opus cit.), as oposições estas que se dividiam, grosso modo, em três grupos: I. massas populares descontentes com o desemprego; II. os políticos de oposição, ligados a algumas lideranças dos movimentos operários e a intelectuais positivistas; e III. militares e alunos da Escola Militar. A Revolta da Vacina foi apoiada pelos três grupos.

epílogo para o movimento, dizendo que “não é um partido – é uma aspiração nacional”, que não morreria, mas que por ora permaneceria em silêncio⁷⁶.

A despeito de que o movimento se manteve, mesmo depois da Revolta e do insucesso da vinda do príncipe, segundo Carone, a situação se tornava episódica a partir de 1904: a geração mais ativa dos monarquistas passava a desaparecer e gradativamente ser substituída pela nova, que ocupava cargos na República, e as próprias instituições republicanas aos poucos se tornavam mais estáveis, consolidando o novo regime. Afonso Pena figurava como o último representante republicano que havia ocupado cargos também no Estado monárquico, e Nilo Peçanha, nascido dentro do império, já havia edificado toda sua carreira na República – o que também aconteceu com Hermes da Fonseca. Carone afirma que “o declínio da velha geração e a ascensão da nova significava uma nova visão, na qual o Império era tido como coisa do passado e o monarquismo como mero saudosismo, “daí termos, a partir de 1910, um renascimento da literatura monarquista, de que é exemplo a publicação da maior parte dos livros de Oliveira Lima.⁷⁷

As perseguições pela associação ao monarquismo prosseguiriam, mesmo após a aposentadoria. Como pacifista que era, “homem das letras, e não das armas”, como várias vezes se declarava⁷⁸, “o Lima” nunca foi simpático a nenhuma forma de violência além dos embates intelectuais que poderiam ser travados pelas palavras, fossem ditas ou escritas – de ambas as formas sem nunca perder a compostura e a educação. Em publicações jornalísticas após a aposentadoria, o historiador (já não mais diplomata) se colocava contra as alianças bélicas entre os aliados do capitalismo na Primeira Guerra Mundial. Segundo Vellozo⁷⁹, Lima era contrário à guerra como possibilidade, e não contrário à política militar de alianças entre os respectivos países aliados. Verificaram-se então atritos com o posicionamento do então senador Rui Barbosa, que era explícito defensor da entrada do Brasil na guerra contra o “eixo do mal”, e Lima seria por vezes acusado de pró-germanismo. Até este momento, no entanto, Lima havia mantido uma relação amistosa com Rui Barbosa, que era também membro da ABL, chegando a apoiá-lo na campanha das eleições presidenciais de 1909⁸⁰.

⁷⁶ O segundo manifesto de D. Luís de Bragança foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 17 de abril de 1909. Disponível no acervo da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional. Em: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> > Acessado em 23 de maio de 2015.

⁷⁷ CARONE, opus cit., 1970, p. 385-386. Retornaremos à questão do saudosismo monarquista em Oliveira Lima e dos enquadramentos políticos e classificações que outros autores fizeram dele no segundo capítulo desta dissertação.

⁷⁸ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1937.

⁷⁹ VELLOZO, opus cit., 2012.

⁸⁰ Nas eleições presidenciais de 1909 Rui Barbosa foi derrotado por Hermes da Fonseca.

Nos anos próximos à aposentadoria, quando já estava consolidada uma obra de mais de quinze livros dedicados à história do Brasil, Oliveira Lima se tornaria prestigiado para além das fronteiras da inteligência brasileira. Em 1911, quando atuava como diplomata em Bruxelas, apresentou uma série de onze conferências na Universidade de Sorbonne, em Paris, dedicadas à apresentar a história do Brasil à intelectualidade francesa e inaugurar a cadeira de Estudos Brasileiros naquela instituição. As conferências tratavam da história do Brasil centralizando a temática da formação histórica da nacionalidade, e assim foram batizadas, *Formation Historique de la Nacionalité Brésilienne*.

Em um posfácio à obra, o historiador brasileiro Marco Antônio Villa considera-a como “um dos textos fundadores das grandes explicações do Brasil no século XX”. De fato, os maiores clássicos da historiografia brasileira dedicados às grandes sínteses da história nacional haviam sido produzidos décadas antes, a exemplo da *Historia Geral do Brazil* (em dois volumes, de 1854 e 1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen. A produção historiográfica brasileira, quase toda produzida dentro da órbita do IHGB, era desempenhada já sob a organização de monografias dedicadas à recortes espaciais, temporais e temáticos menores e mais específicos⁸¹.

A opinião é compartilhada por Carlos Guilherme Mota, segundo o qual esta era “uma das primeiras grandes sínteses de nossa história, e que abre toda uma historiografia de ‘formação’, de Freyre e Caio Prado Júnior a Raymundo Faoro, Antonio Candido e Celso Furtado. O ‘nacional’ estava aí, fixado, definido e consagrado”⁸². No entanto, publicada em francês em 1911 (mesmo ano das conferências), a obra seria traduzida para o português somente em 1944, mais de uma década após a morte de seu autor; sendo antes traduzida para o espanhol pelo tradutor mexicano Carlos Pereyra. O lapso de tempo compreendido entre a publicação e os anos das traduções confirma o esquecimento das obras de Oliveira Lima, referido no início deste capítulo.

Conferências semelhantes, sempre inéditas, foram apresentadas também nas principais universidades norte-americanas: Harvard, Columbia, Washington, Stanford. Outra obra que foi elaborada como fruto de uma série de conferências foi *The Evolution of Brazil Compared*

⁸¹ Havia uma tendência de retorno às ambições de síntese geral da história do Brasil que passava a tomar espaço entre os historiadores na primeira década do século XX, sobretudo na forma de ensaios. Além da referida obra de Lima, podemos citar o exemplo de *Capítulos de História Colonial* (1907), de João Capistrano de Abreu. Esta tendência se afixaria na produção intelectual brasileira até os meados daquele século, e pode-se dizer que dela emergiram obras como o *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre e o *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (ambas de 1933). Sobre a tradição ensaística na produção historiográfica dos anos de 1900 a 1930 ver: NICOLAZZI, Fernando. As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da História. In: *Um estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & Senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011, pp. 373-446.

⁸² MOTA, opus cit., 2010, p. 106.

with That of Spanish and Anglo-Saxon America, esta apresentada na Universidade de Stanford, em 1914, e publicada no ano seguinte pela mesma instituição. Diferentemente da obra anterior lançada na França, esta era composta por seis leituras (capítulos), e continha um estudo comparado sobre a evolução política e econômica do Brasil em relação à América espanhola e à América Anglo-Saxônica, mostrando-se inovadora nos estudos brasileiros comparados – já praticados pela historiografia estadunidense e francesa. Depois das mais de duas décadas de atividades diplomáticas e da paralela pesquisa arquivística mundo afora, o foco de Oliveira Lima após sua aposentadoria parecia ser o da mediação de diferentes análises sobre a história do Brasil, e, com isto, de certa maneira, atualizar a historiografia brasileira, trazendo novas perspectivas e possibilidades, como a da História Comparada. Neste caso, a publicação da versão do texto em português se daria simultaneamente à sua publicação em inglês.

Feito semelhante foi realizado também em Portugal, com conferências que foram reunidas em um volume intitulado *Aspectos da Historia e da Cultura do Brazil*, em 1923. As conferências que por sua vez compõe este livro foram proferidas na Universidade de Letras de Lisboa, a mesma na qual havia se formado o autor, três décadas antes, na ocasião da inauguração de outra cadeira de estudos brasileiros.

Além das obras publicadas como pesquisas históricas, nem todas citadas aqui, Oliveira Lima foi autor também de descrições de cunho etnográfico dos países os quais visitara a trabalho como diplomata. Em 1903, anos antes, foi a vez de *No Japão: impressões da terra e da gente*⁸³. Em 1919, publicou a obra *Na Argentina – impressões de 1918-1919*, a qual foi simultaneamente editada em espanhol. A atuação como articulista e colaborador esporádico em periódicos diversos, revistas e jornais também manteve-se constante após a aposentadoria do serviço diplomático. Teresa Malatian, faz uma listagem dos periódicos nos quais Oliveira Lima foi correspondente, inclusive como colaborador internacional em alguns casos; e destes destacam-se após a aposentadoria: *O Imparcial* (Rio de Janeiro), o *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *The Hispanic American Historical Revue* (Washington, EUA) e *La Prensa* (Buenos Aires, Argentina)⁸⁴.

Embora reconhecido homem das letras no Brasil e também fora dele, não por menos eleito membro fundador da Academia Brasileira de Letras e convidado a ministrar conferências em importantes universidades, Oliveira Lima desfez-se de vários amigos mais chegados nos

⁸³ Um estudo específico sobre o período de atuação de Oliveira Lima no Japão e sobre suas “impressões da terra e da gente” é desenvolvido por Bernardino da Cunha Freitas Abreu em sua dissertação de mestrado. Ver: ABREU, Bernardino da Cunha Freitas. *Oliveira Lima: Um olhar brasileiro no Japão*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

⁸⁴ MALATIAN, opus cit., 2001, p. 439.

últimos anos de sua carreira de diplomata. Primeiro foram as rivalidades e atritos com o Barão do Rio Branco; depois foi o afastamento de Joaquim Nabuco, após as divergências quanto ao pan-americanismo e aos rumos da política externa brasileira quanto às proximidades e distanciamentos dos Estados Unidos e da Inglaterra; depois ainda Rui Barbosa, por prostrar-se contra a Grande Guerra. Sem filhos e com poucos amigos, Lima encontrava-se desolado com sua esposa no Brasil, e após conhecer tantos países (Venezuela, Argentina, EUA, Portugal, França, Bélgica, Alemanha, Japão), o Brasil, que sempre foi o foco central das preocupações intelectuais e de suas investigações, foi deixado pelo voluntário exílio.

Em 1920 Oliveira Lima mudou-se definitivamente para os Estados Unidos com sua esposa, Dona Flora, e no ano seguinte, sua biblioteca foi também transferida. Oliveira Lima já havia residido nos Estados Unidos entre 1896 e 1900, quando servia na Legação de Washington sob a chefia de Salvador de Mendonça – o qual era reconhecido como republicano de longa data. Desta primeira feita nos EUA resultaram os escritos que posteriormente seriam publicados como livro: *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*⁸⁵, e também o apreço que o teria levado a escolher o país como nova morada.

Oliveira Lima também foi grande amigo do sociólogo e político brasileiro Gilberto Freyre, principalmente durante seu período nos Estados Unidos após a aposentadoria. Os dois intelectuais possuíam em comum a naturalidade recifense, e assim conheceram-se no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, quando da posse de Lima como membro desta instituição, em 1912⁸⁶. Mantiveram uma amigável relação que perdurou ao longo de anos, firmada sobre uma extensa e intensa correspondência, até a morte do “Excelentíssimo senhor Dr. Oliveira Lima”, como Freyre o invocava na primeira de suas cartas – primeira de centenas. A correspondência mantida pelos dois intelectuais pernambucanos é historicizada por Ângela de Castro Gomes⁸⁷.

Quando os dois se conheceram, Freyre era ainda um jovem de 17 anos, estudante do Colégio Americano de Recife, e Lima já era um senhor de 56 anos, aposentado da diplomacia e um intelectual altamente reconhecido nacional e internacionalmente. Por conta desta diferença etária, para Gomes, o vínculo afetivo mantido pela dupla era uma relação qual a de mestre e discípulo, por vezes comparada à de pai e filho. Além da diferença etária entre os dois intelectuais, Gomes verifica também que com o avanço da correspondência a relação amistosa

⁸⁵ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais*. Leipzig (Alemanha): F.A. Brockhaus, 1899. E 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2009.

⁸⁶ Cf. MALATIAN, opus cit., 2001 e GOUVÊA, opus cit., 1976.

⁸⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005.

torna-os mais próximos afetivamente, permitindo o “estabelecimento de uma série de práticas de troca intelectual e pessoal”⁸⁸: Freyre consultava Lima sobre a escolha de temas e desdobramentos de pesquisa; Lima solicitava de Freyre a localização de endereços, de revistas que lhe interessavam etc. Uma relação nada distante da de um aluno e seu orientador.

Conforme observa Gomes, na relação intelectual e afetiva entre a dupla houve um mestre e, senão exatamente um discípulo, sem dúvida um aprendiz que, convivendo com o “sábio” e “homem de espírito” (como Freyre o chama por diversas vezes em sua biografia e em algumas cartas), homem do mundo – que era Oliveira Lima, no melhor sentido da expressão, homem experiente e viajado que conheceu diversos países e refinou sua erudição –, e que assimilou dele orientações e encaminhamentos que seriam fundamentais em seu início de carreira acadêmica e de escritor.

Figura 3: Caricatura de Oliveira Lima por Gilberto Freyre, à esquerda (1921)



Capa traseira da 3. ed. de *Dom João VI no Brasil*⁸⁹

Mas o contato propriamente direto entre Freyre e Lima se iniciou de fato em 1917, quando a correspondência entre os dois teve início, enquanto Oliveira Lima estava na casa de sua sogra, em Parnamirim (Pernambuco), onde se recolhia para se “repernambucanizar”⁹⁰, como ele mesmo gostava de dizer – ao passo de que a maior parte de sua vida transcorreu no exterior, sendo a juventude em Portugal e posteriormente as viagens e legações da diplomacia.

⁸⁸ Ibid., p. 23.

⁸⁹ OLIVEIRA LIMA, 1996, capa traseira.

⁹⁰ Ibid., p. 16 e OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1937, pp. 1-77.

Assim, durante a maior parte do tempo de correspondência entre Lima e Freyre ambos já residiam nos EUA, o primeiro em seu exílio voluntário e o segundo como estudante universitário em Nova York.

A decisão de Lima de adotar os Estados Unidos como local de exílio voluntário e morada nos últimos anos de sua vida pode ser compreendida como motivada por mais de um fator. Primeiramente, e seria esta uma motivação mais concreta, o projeto de reorganizar sua coleção brasileira e fazer dela um centro de estudos sobre o Brasil não poderia ser concretizado com o amparo das universidades brasileiras, e seria efetivada apenas com a proteção da Universidade Católica da América. Além do fato de que a Academia brasileira era ainda mirrada em relação aos países de maior destaque no cenário mundial (especialmente as potências europeias e os EUA), como não poderia deixar de ser, Lima já havia acumulado considerável lista de desafetos no cenário intelectual e político nacional, figuras que certamente viriam a impedir que seu projeto se tornasse realidade.

Figura 4: Foto de Oliveira Lima em 1916



Acervo Oliveira Lima Library, Catholic University of America, Washington D.C.

A biblioteca, que antes era apenas uma grande coleção de um bibliófilo, foi abrigada no campus central da Universidade Católica, em Washington, e em 1924 foi aberta ao público, tornando-se um centro de catalogação e arquivamento e pesquisas sobre estudos brasileiros, reunindo um dos maiores acervos sobre o país ainda nos dias de hoje. Apaixonado por livros, Oliveira Lima colecionou-os ao longo de sua vida e montou a terceira maior brasileira (acervo sobre o Brasil), perdendo somente para a Biblioteca Nacional do Brasil e para a biblioteca da

Universidade de São Paulo. Quando de sua morte, a *Oliveira Lima Library* contava com mais de 40 mil volumes, dentre os quais alguns já eram raridades dos tempos coloniais e imperiais. A biblioteca foi transportada para Washington quando do exílio de seu dono, sendo doada para a Universidade em testamento.⁹¹ Tereza Malatian comenta em um artigo que

[...] a biblioteca tornou-se desde sua fundação um dos centros produtores de sua própria memória, sobretudo com a finalidade de divulgar sua existência no mundo universitário norte-americano, construindo uma versão consagrada das suas origens e definidora de sua identidade mediante associação à vida de seu fundador, confundindo instituição e indivíduo⁹².

Figura 5: Oliveira Lima na *Oliveira Lima Library*, em 1924



Blog Diplomatzando, por Paulo Roberto de Almeida⁹³

Em segundo lugar, apesar da grande afeição pela cultura europeia e pela tradição intelectual de países como Alemanha e Bélgica, Lima vislumbrava nos Estados Unidos um modelo de nação a ser seguido: também uma ex-colônia, apesar das diferenças históricas com relação à *Terra Brasilis*, o país modernizou-se industrial e tecnologicamente de maneira quase precoce em relação aos demais países do continente, e mantinha uma política na qual a democracia se corporificava de forma mais direta e ideal, aos olhos de Oliveira Lima⁹⁴;

⁹¹ Atualmente está situada na Universidade Católica de Washington, Estados Unidos, contando com mais 58 mil livros além da correspondência trocada com intelectuais, mais de seiscentos quadros e incontáveis álbuns de recortes com notícias de jornais. Faz parte da coleção ainda um dos três bustos de dom Pedro I esculpido por Marc Ferrez (1843-1923), o único dos três feito em bronze.

⁹² MALATIAN, 2008, p. 506.

⁹³ A fotografia foi postada no blog Diplomatzando, organizado pelo diplomata brasileiro Paulo Roberto de Almeida. < <http://diplomatzando.blogspot.com.br/2011/06/oliveira-lima-biblioteca-em-washington.html> > Acesso em 03/09/2015, às 15:40.

⁹⁴ Cf. GOMES, opus cit., 2012; MOTA, opus cit., 2010. Gomes destaca que esta visão de Lima se expressa principalmente em *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais* (1899). Retornaremos a estas questões no capítulo II desta dissertação.

diferentemente do Brasil de seu tempo, um país tecnológica e economicamente “atrasado” e cuja vida política era dominada por grupos restritos e por figuras personalistas.

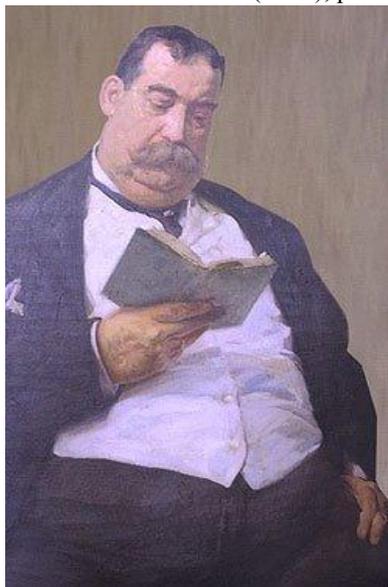
Residindo na capital do novo país, Lima continuou a escrever história e a corresponder com os jornais brasileiros. Dando continuidade às pesquisas históricas em sua nova morada, publicou em 1922 uma das obras que teve melhor recepção do público, *O Movimento da Independência*, a qual chegou a ter 6 edições em português. Em 1925 foi a vez de *Dom Pedro e Dom Miguel – A Querela da Sucessão*. Publicadas em um lapso de três anos, estas duas obras podem ser lidas como uma espécie de continuação, de modo que tratam de temas muito próximos e diretamente ligados, que são a independência do Brasil por Dom Pedro I e a sucessão do mesmo ao trono de Portugal, além de que foram resultado de uma mesma pesquisa.

Conforme explica Vellozo⁹⁵, os planos iniciais eram de mudar-se para a Inglaterra, onde enfim poderia pesquisar os arquivos intocados com manuscritos dos séculos XVI-XVIII sobre as relações com Portugal. Contudo, após a posição de assumir-se pacifista (contrário à Primeira Guerra Mundial) e por esta ter sido taxado de “pró-germanista”, foi impedido pelo governo inglês de entrar no país. Mais uma frustração para a coleção de derrotas.

Nos Estados Unidos, Lima foi convidado à lecionar na Universidade Católica da América, em Washington D.C., onde assumiu a cadeira de direito internacional. Nesta posição permaneceu até seu falecimento, em 24 de março de 1928, vitimado por um acidente vascular cerebral. A biblioteca foi doada para a universidade de Washington, onde permanece até a atualidade. Não quis ser trazido para o Brasil nem mesmo para o sepultamento. Na lapide do “Dom Quixote gordo” figura apenas a frase: “Aqui jaz um amigo dos livros”, sem constar nem mesmo seu nome.

⁹⁵ VELLOZO, opus cit., 2012, p. 28.

Figura 6: “Retrato de Oliveira Lima lendo” (1913), por Carlos Chambelland⁹⁶



Blog Diplomatzando, por Paulo Roberto de Almeida⁹⁷

Após a morte do marido, Flora de Oliveira Lima permaneceu vivendo em Washington, a despeito da administração da biblioteca e cuidando das publicações póstumas de trabalhos então já preparados pelo marido – entre os quais estava Memória, estas minhas reminiscências... (1937). Viveu nos EUA até seu falecimento, em 1940, e, como era desejo d’ “o Lima”, foi sepultada ao seu lado. Destacamos um fragmento do testamento de Oliveira Lima constando seus desejos póstumos:

Será única e universal herdeira de toda minha herança a Universidade Católica da América, com sede em Washington D.C., Estados Unidos da América, à qual já fiz (sic) em vida minha biblioteca, com o seguinte encargo e fim expresso de custear e manter uma cadeira de língua portuguesa e história literária e econômica de Portugal e Brasil, bem como, se sobrar, de distribuir subsídios entre quaisquer estudantes pobres, sem distinção de nacionalidade nem cor, que cultivarem, com zelo, essas matérias, a juízo da congregação universitária. Determino que meu corpo descanse onde ocorrer meu falecimento, sepultado ou cremado de preferência se minha religião não o vedar, sendo adquirida por minha herdeira, isto é, minha mulher ou na falta desta pela Universidade uma concessão perpétua em campa rasa, a mais modesta possível, e não sendo em caso algum os meus restos objeto de transporte *post mortem*. Como epitáfio escolho somente este: Aqui jaz um amigo dos livros, sem indicação de nome. Estimaria sobretudo que a minha

⁹⁶ Datada de 1913, a peça “Portrait of Oliveira Lima Reading” (41 x 32 polegadas) foi pintada em óleo sobre tela pelo pintor e ilustrador Carlos Chambelland (1884-1950). O trabalho está nas coleções da Biblioteca Oliveira Lima na Universidade Católica da América.

⁹⁷ A fotografia foi postada no blog Diplomatzando, organizado pelo diplomata brasileiro Paulo Roberto de Almeida. < <http://diplomatzando.blogspot.com.br/2014/12/cnpq-projeto-de-2004-colecao-memoria-do.html> > Acesso em 03/09/2015, às 15:40.

mulher repousasse perto de mim. Também quero que nenhuma honra póstuma me seja atribuída no meu país ou fora dele.⁹⁸

Em 1968 Gilberto Freyre homenageou o amigo e mestre com uma obra dedicada à sua trajetória e personalidade: *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*⁹⁹. O libelo é dividido em duas partes: sendo a primeira um “Comentário” sobre Oliveira Lima, e a segunda um “Documentário”. A primeira parte se constitui de seis conferências do autor, proferidas em dezembro de 1967, nas comemorações do centenário de nascimento de Manuel de Oliveira Lima. As conferências foram proferidas respectivamente: na Academia Brasileira de Letras; no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco; no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; e repetidas na Universidade de Rosário, na Argentina. A segunda parte, o “documentário”, é uma compilação de 60 cartas de Oliveira Lima, até então inéditas, e uma carta de Flora Cavalcanti de Oliveira Lima. Desta forma, a obra se constitui em uma biografia do amigo de Manuel, Gilberto, e também um grande comentário sobre a trajetória do letrado, feito por alguém que conviveu com ele durante anos, que compartilhou de experiências e questionamentos, e que principalmente o conheceu o bastante para esboçar dele um perfil psicológico.

Quanto à expressão título da obra de Freyre, “Don Quixote Gordo”, alegoria direta ao clássico personagem de Cervantes, foi certamente cunhada por objetivo de não apenas batizar o livro, mas também retratar de forma condensadora as características de Manuel de Oliveira Lima. Segundo o autor,

[...] A verdade é que, sem ter sido nôvo Santo Antônio – que êle poderia ser considerado seu colega na gordura, como considerava Eduardo VII [do Reino Unido, 1841-1910] e o Presidente Taft [dos Estados Unidos, 1857-1930] – Oliveira Lima teve, ao lado dos seus humaníssimos defeitos, virtudes realmente incomuns. Foi também homem de personalidade inconfundível: corajoso nas idéias, bravo nas atitudes, insuperável na independência do seu pensar e do seu sentir. Quixotesco a seu modo.¹⁰⁰

Com efeito, em razão de terem sido as conferências de Freyre dedicadas propriamente à uma comemoração – a do nascimento do biografado –, e de seu autor ter sido grande amigo

⁹⁸ Esta passagem do testamento se apresenta em: OLIVEIRA LIMA. Aspectos da Literatura Colonial Brasileira. Introdução de Hilton Rocha. Rio de Janeiro: Francisco Alves / Brasília: Instituto nacional do Livro, 1984, p. 35; e também em GOMES, opus cit., 2005, pp. 17-18.

⁹⁹ FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco e Imprensa Universitária, 1968.

¹⁰⁰ FREYRE, opus cit., 1968, p. 15.

daquele a quem tematizaram, pode-se dizer, sem exageros, que o *Don Quixote Gordo* de Freyre adquire em muitos momentos um tom apologético, mais do que analítico ou imparcial. Chega a soar nostálgico, em certo sentido até mais afetivo do que objetivo, de modo que em alguns momentos o texto assemelha-se a uma hagiografia¹⁰¹. Não obstante, se esta tônica torna a obra mais próxima de um elogio do que de uma análise crítica de um intelectual e sua obra, ou mais parecida com um retrato impressionista do que com um trabalho elaborado de forma criteriosa conforme as exigências da Academia de então – afinal Freyre era sociólogo –, ela certamente torna o texto mais receptível aos seus leitores, mais “aberto” para que estudos o analisem e o avaliem face ao restante da obra de Gilberto Freyre; constituindo assim, também, como uma espécie de relato do autor sobre um amigo saudoso.

O historiador Fernando da Cruz Gouvêa também dedicou a Oliveira Lima uma copiosa biografia. A obra tem grandes proporções, chegando a quase duas mil páginas, divide-se em três volumes e é intitulada *Oliveira Lima: Uma Biografia*. Gouvêa desenvolveu uma extensa e minuciosa pesquisa em diversos arquivos de Pernambuco, do Rio de Janeiro e também na *Oliveira Lima Library*, amparando-se numa vastíssima documentação, em grande parte inédita, tanto sobre Lima quando produzida por este. No entanto, assim como Freyre, a tônica do texto por diversas vezes pesa no entusiasmo para com o biografado, soando mais apologética do que analítica e crítica. Ainda assim, esta obra é uma produção de peso sobre o diplomata-historiador pernambucano, e dificilmente será superada por outro estudioso que pretenda narrar a trajetória de Oliveira Lima – o que não elimina a possibilidade de nos aprofundarmos em detalhes mais específicos de sua produção.

1.2 Um historiador do Império no advento da República

No que se refere às teorias e filosofias da História presentes na Europa da segunda metade do século XIX, apesar da crescente influência da escola metódica francesa (com Manod,

¹⁰¹ Selecionamos um parágrafo da obra de Freyre no qual os elogios a Lima se destacam: “Indivíduo de superior inteligência analítica, investidora, racional – Oliveira Lima foi sem dúvida; e talvez seja possível incluí-lo entre aqueles que chegam, ou têm chegado, a ser, até certo ponto, criadores, através daquele ‘dynamic way of acting...’ ‘explicit, systematic and conscious’ a que Florian Znanieck, em seu *Cultural Sciences* (Urbana, 1952), se refere, às páginas 204 e 205, a propósito de contribuições valiosas, da parte de indivíduos superiores dêsse ‘general type’, para a cultura de que são, ou foram, maiores participantes. Os grandes criadores vão além: são indivíduos de gênio. São aqueles a cuja genialidade de grandes criadores se associa a plena idéia de criatividade; e que diferem dos homens ordinários e mesmo dos superiormente inteligentes por serem extraordinariamente (sic) creadores. Extraordinários precisamente por essa sua criatividade; e que à inteligência acrescentam qualidades excepcionais de intuição, percepção, sensibilidade: todo um conjunto de aptidões mais poéticas do que lógicas.” (Ibid., p. 116). Grifos do autor.

Langlois e Seignobos), ainda tinha força entre os historiadores principalmente a concepção historicista – e quase sempre romântica – do passado¹⁰², embasada em pensadores como Ranke, Humboldt e Hegel¹⁰³. Em função disto, a historiografia no Brasil, sobretudo a produção do IHGB, era fortemente influenciada por esta vertente, de modo que o positivismo comtiano seria difundido por aqui somente após o início da República.

Dentre os muitos debates que fizeram parte do “século da história”, como o século XIX seria chamado, estavam em evidência questões de cunho metodológico, isto é, concernentes às práticas que o historiador deveria rigorosamente obedecer e aos critérios de análise e interpretação de fontes para que este pudesse atingir, de forma objetiva e concreta, a “verdade” sobre o passado – e tal obsessão quase sempre implicava em um paradigma científico. Entretanto, haviam divergências entre românticos, metódicos e, posteriormente, positivistas.

Teoricamente, o historicismo foi um movimento de cientificização da História como uma forma de explicação das culturas (ou do “espírito de um povo”, como em Hegel) em oposição às ciências da natureza¹⁰⁴. Assim, os procedimentos metodológicos de autores vinculados a esta corrente giravam em torno do desenvolvimento, que no século XIX centrava-se na ideia de progresso. Em oposição ao ceticismo racionalista legado pelos iluministas, o historicismo elaborava uma reavaliação romântica do passado: os românticos concebiam que o presente era resultante da evolução de estágios passados, evolução esta que não era apenas consequente de decisões racionais dos homens, mas também de instintos irracionais e até metafísicos (“espirituais”). E, sob tal compreensão, se vinculavam a uma concepção conservadora e moralista (centrada na moral cristã, não necessariamente católica) de que as paixões levavam as nações e os povos à decadência.

Uma das principais características da historiografia romântica, como afirma Jacó Guinsburg, era a preocupação com a forma literária da narrativa histórica, isto é, a retórica do historiador¹⁰⁵. Em função disto, era marcada também por um personalismo que colocava em

¹⁰² Alguns autores observam diferentes posições filosóficas entre os historicistas, ou “diferentes historicismos”. Para uma introdução ao tema recomendamos a leitura de BARROS, José D’Assunção. Segunda Parte – Tempos para entender a História. In: *O Tempo dos Historiadores*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, pp. 45-163.

¹⁰³ O alemão Leopold von Ranke (1790-1880) é considerado o “pai da História científica”, por ter buscado traçar definições metodológicas para a escrita da história e inseri-la no meio acadêmico, como o uso de fontes, a ênfase na narrativa verossímil dos fatos, uma perspectiva que preocupava-se sobremaneira em retratar o passado tal qual ele foi. Ao lado de Alexander von Humboldt (1769-1859), Ranke fundamenta o Historicismo, que angariaria adeptos e se tornaria uma corrente filosófica e historiográfica. Hegel (1770-1831) é também um dos expoentes do historicismo: embora filósofo, e não historiador, elaborou uma filosofia da história centrada em uma noção de “progresso” balizada por uma compreensão da história da humanidade como um avançar de etapas. Posteriormente a filosofia de Hegel ocuparia um lugar de transição entre o historicismo romântico e o materialismo histórico.

¹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 8.

¹⁰⁵ GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

destaque as pessoas dirigentes (de nações, de grupos em questão, de guerras etc.), os “vencedores”, por assim dizer, nomes que teriam supostamente agido acima e além das massas e “feito” a história. Configurava-se, desta maneira, como uma historiografia elitista.

Em função disto, como afirma Adriana Pereira Campos:

[...] Este pensamento deu base à afirmação das instituições absolutistas de que livrariam o povo de suas características desvirtuosas [sic]. Desse modo, as paixões políticas alimentaram-se de recordações contraditórias, surgidas de um passado recriado. Vencedores, os tradicionalistas têm apenas o sonho de restaurar não só o trono e os privilégios mas também os monumentos e os tempos áureos da monarquia.¹⁰⁶

Apesar de ter tido contato com obras e autores de diversos países, poliglota que era, de ter vivido em Portugal e transitado pelo centro intelectual do mundo da época, a Europa, Oliveira Lima, não demonstrava grandes interesses pelos debates teóricos do campo da História (bastante em voga na Alemanha e na França da época), embora o campo da disciplina ainda não houvesse se consolidado no meio acadêmico no Brasil – tanto não havia se consolidado como ciência que Lima, letrado erudito, bibliófilo e historiador, não chegou a frequentar um curso superior de História, praticamente inexistente em Portugal nos fins do século XIX¹⁰⁷.

Não obstante, não era tendência deste período uma historiografia rebuscada de elucubrações filosóficas ou de debates com os teóricos. Hegel, Ranke e outros citados acima como expoentes das referidas escolas/movimentos são teóricos, portanto produziam obras inteiras especificamente discutindo questões de cunho filosófico ou tecendo tratados de método e epistemologia; não são historiadores como a maioria, ocupados somente de historiar. Por isso, afirmar que tal marca não se verifica em Oliveira Lima não é, pois, uma queixa ou uma crítica qualitativa à sua obra, mas antes uma verificação de que este estava, neste quesito, alinhado com seus contemporâneos. Mas, a despeito disso, cabe afirmar que tal esta característica da historiografia de Oliveira Lima seguramente o distanciava da influência dos historiadores metódicos.

Recordamos também que a escrita da história no Brasil do fim do século XIX centrava-se nos institutos históricos e geográficos (no nacional ou nos provincianos), e que, independentemente de a História se firmar como uma disciplina “científica”, já ocupava um

¹⁰⁶ CAMPOS, Adriana Pereira. “As Correntes Historiográficas do Século XIX e seus Procedimentos Metodológicos”. In: *Revista de História* (UFES), Vitória-ES, v. 6, p. 121, 1998.

¹⁰⁷ No Brasil seria aberto somente nos anos de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo e com a vinda de intelectuais franceses para o Brasil.

espaço considerável nos círculos intelectuais brasileiros, como disciplina dos cursos primários e secundários – pautada na datação e no decoro factualista –, de modo que as funções a ela atribuídas (sobretudo sua dimensão política) já se operavam. Neste sentido, a atividade de historiar, de escrever o passado, sobremaneira o passado brasileiro, era operada não obstante a inexistência de um vínculo precisamente acadêmico.

Como observou Temístocles Cezar sobre a produção do IHGB no século XIX, “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador, e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”¹⁰⁸. As diferenças entre “homens das letras” e “homens da ciência” eram tênues, e isto também pela convergência quanto ao serviço intelectual prestado em nome de um mesmo projeto político civilizador¹⁰⁹. Nas palavras de Karl Friedrich von Martius¹¹⁰, o historiógrafo deveria “agradar não menos ao coração do que à inteligência”¹¹¹. Daí a agremiação dos sócios do IHGB ser feita apenas sob avaliação de suficiência literária¹¹², em um momento em que as pretensões de fazer-se um “conhecimento científico” (carregado de procedimentos precisos e com uma linguagem formalmente técnica) ainda não estavam presentes dentre pautas do historiador.

Quanto a Oliveira Lima, este detalhe é mencionado por Teresa Malatian na biografia histórica supracitada. Afirma a autora que Lima vinculava-se a uma concepção de história que toma como paradigmático o estilo, a retórica: “exigindo do historiador correção, clareza, propriedade vocabular e disposição dos argumentos para assegurar à obra histórica categorias próprias da obra ficcional, isto é, coerência, verossimilhança, cadência, sugestão, sonoridade”¹¹³.

Como discípulo de Oliveira Martins¹¹⁴ – historiador português geralmente associado ao romantismo –, a compreensão de que o ofício do historiador deveria ser direcionado para a associação entre ciência e arte é presente em toda a produção de Oliveira Lima¹¹⁵, e a preocupação com a boa retórica perpassa toda sua vasta produção. Esta característica é facilmente percebida nas passagens das obras de Lima que são citadas ao longo de toda esta dissertação. Mas, ao posicionar a escrita da história entre a ciência e a arte, não desenvolve a

¹⁰⁸ CEZAR, 2003, p. 74.

¹⁰⁹ Ibid. e GUIMARÃES, opus cit., 1988.

¹¹⁰ 1845.

¹¹¹ Karl Friederich von Martius, 1845 apud GUIMARÃES, opus cit., 1988.

¹¹² GUIMARÃES, opus cit., 1988.

¹¹³ MALATIAN, opus cit., 2001, p. 69.

¹¹⁴ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) foi um influente historiador português desta época, autor de importantes obras, como *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1881) e *Os Filhos de D. João I* (1891).

¹¹⁵ MALATIAN, opus cit., 2001, p. 69.

ficção, a invenção: se faz necessária a força da intuição do historiador, que lhe permitiria estabelecer as relações de causalidade para, mais do que explicar, “ressuscitar o passado”¹¹⁶.

Segundo Malatian

[...] tal concepção está muito distante do posicionamento objetivo e impessoal pretendido pela historiografia de inspiração positivista ao fazer do historiador, mais do que um cientista, um artista, um escritor inspirado, que busca identificar os heróis e transmitir ao seu leitor uma interpretação em certa medida pessoal do seu objeto.¹¹⁷

Para Malatian, em sua historiografia Oliveira Lima “reportou-se à uma visão idealista da história”, adotando como eixo de reflexão a concepção de progresso, inspirada na filosofia hegeliana. Neste sentido de progresso, Lima operou uma conexão entre o movimento da Independência no Brasil e movimentos equivalentes na América Latina, onde identificou a presença de entusiasmo separatista de maneira semelhante às revoltas liberais contra o Absolutismo que ocorriam na Europa naquele momento da primeira metade do século XIX. E a noção de progresso, que perpassa sua obra como um todo, configurou uma interpretação evolucionista do passado brasileiro, de modo que um estágio só poderia ser ultrapassado por outro “melhor”, ou “mais evoluído”, por assim dizer. Por conta disto, compreendia Lima que a Independência era precedida por um movimento que culminara na derrocada do regime colonial, e a República se apresentava como um avanço, do ponto de vista político – de modo que o devir histórico sempre é visto em uma dinâmica ascendente¹¹⁸.

Malatian destaca ainda que Lima desenvolvia uma historiografia centrada na descrição das grandes figuras “condutoras” da história, por assim dizer. Antonio Arnoni Prado, de forma semelhante, chama esta característica em Oliveira Lima de “teoria dos homens providenciais”

¹¹⁶ A ideia de “ressuscitar o passado” é desenvolvida por Jules Michelet (1798-1874), outro grande expoente do historicismo romântico. Destacamos uma passagem na qual condensa-se sua perspectiva: “Nas galerias solitárias dos *Archives* por onde eu errei por vinte anos, nesse profundo silêncio, os murmúrios vinham, no entanto, aos meus ouvidos. Os sofrimentos longínquos de tantas almas sufocadas nas suas velhas idades queixavam-se em voz baixa... Com que te divertes? Sabes tu que os nossos mártires depois de quatrocentos anos te esqueceram?... Foi na firme crença, na esperança na justiça, que eles deram a vida. Teriam o direito de dizer: História, conta conosco! Os teus credores te ordenam! Nós aceitamos a morte por uma linha tua!” (MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 276).

¹¹⁷ MALATIAN, opus cit., 2001, p. 71

¹¹⁸ Tal concepção evolucionista e progressista se expressa principalmente nas conferências proferidas por Lima em universidades estrangeiras durante sua aposentadoria, constando nas obras destas resultantes, tais como *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (opus cit., 2000), *Evolução histórica da América Latina comparada com a da América Inglesa* (apresentada na Universidade de Washington em 1914) e *Aspectos da história e da cultura do Brasil* (Lisboa, 1923). O evolucionismo na obra de Oliveira Lima é constatado também por Vellozo (opus cit., 2012, p. 45). A questão da Independência será tratada como uma superação do sistema colonial será abordada novamente no Capítulo 2.

– a qual observa como influência de Oliveira Martins¹¹⁹. Apesar de estar inserido em um contexto (historiográfico, desde a chamada geração de 1870) que passava a valorizar o elemento popular nacional como o supra sumo da nacionalidade, isto é, considerar o povo como o elemento no qual a identidade e a cultura nacional se expressavam verdadeiramente, Lima ainda se atinha a uma escrita da história calcada na personificação dos grandes homens. Tanto o é que suas obras, quase que de maneira geral, embora tratem das conjunturas e ambientações, isto é, de descrições econômicas, políticas, e até geográficas de seus respectivos recortes, quase sempre se constituem de narrativas de ações dos personagens mais diretamente envolvidos nos contextos ou nas decisões: D. Pedro I, Felisberto Caldeira Brant, George Canning em *O Reconhecimento do Imperio*; D. João VI, na obra homônima ao monarca; D. Pedro I e D. Miguel n’*A querela da sucessão* – apenas para citar alguns exemplos. E não apenas a narrativa é centrada nas ações individuais, de maneira quase novelesca, mas também a introjeção na psicologia das personagens, procurando sempre que possível caracterizar lhes as nuances de caráter e temperamento e não poupar-lhes adjetivos são marcas de que trata-se de uma historiografia centrada nos “grandes homens” – como acima descrevemos o que faziam os historicistas.

De acordo com as constatações dos dois historiadores, Malatian e Prado, destacamos um trecho de Lima no qual esta característica se apresenta de forma mais latente:

Os grandes homens subsistirão na história e continuarão a aparecer no mundo, se não como fatores únicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como representantes supremos das aspirações coletivas, e em todo caso como entes excepcionais.¹²⁰

Levando em consideração o contexto histórico e político no qual viveu Oliveira Lima, tal compreensão dos “grandes homens” transcende uma tradicional “história dos vencedores”, que simplesmente funcionaria como legitimação e manutenção dos grupos hegemônicos: trata-se da narrativa daqueles que serviriam como exemplares e até figuras aglutinadoras da nacionalidade, elementos centrais na produção daquilo que viria a instituir a identidade brasileira neste momento, os heróis nacionais. Esta concepção dos “grandes homens” como “representantes supremos das aspirações coletivas” de uma época, haja visto que se trata de suas representações na narrativa histórica, confirmam-nos no que o historiador Sidney Hook

¹¹⁹ PRADO, opus cit., 2015, p. 30.

¹²⁰ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. “O papel de José Bonifácio no Movimento da Independência”. São Paulo: Diário Oficial, 1907, p. 4.

denomina como “homens-época”: “o *homem-época* é uma personagem cujas ações são conseqüências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição”¹²¹. No Capítulo 3 retomaremos especificamente a questão da representação dos heróis na narrativa histórica de Oliveira Lima; por ora, cabe registrarmos apenas esta como uma característica central em sua produção historiográfica.

Outra marca do Oliveira Lima historiador que é trazida por Tereza Malatian, a qual não estaria desprendida destas, é a inserção de Pernambuco em um lugar de privilégio no cenário nacional, um destaque regionalista para a província da qual Lima era natural. Além de sua primeira obra (*Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*, de 1895) ter se voltado à sintetizar a história da província, a produção literária pernambucana é destacada com grande entusiasmo em outra obra, *Aspectos da Litteratura Colonial Brasileira* (de 1896), e descrições geográficas, econômicas e do cotidiano recifense são desenvolvidas também em *Dom João VI no Brasil* (1908). Igualmente, em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (1911) Lima promove uma síntese da história nacional na qual dá grande ênfase ao lugar de destaque de Pernambuco, no período colonial como principal centro econômico produtor de açúcar, e posteriormente como berço de uma literatura consolidadora do sentimento nacional.

Para Malatian, a estima de Lima por sua terra natal se explica por conta das relações políticas e sociais que o intelectual lá mantinha. A autora destaca na historiografia de Oliveira Lima uma ótica evolucionista do passado (a já comentada noção de progresso), a qual “serviu aos interesses da classe dominante pernambucana porque não deixou de vincular-se ao nativismo e aos valores identitários”¹²² regionais, mas reforçou-os, pois fazia eco nas queixas da oligarquia pernambucana lamentando a perda de hegemonia e prestígio no cenário político nacional após a constituição dos maiores partidos nacionais na capital do país – como o Partido Liberal e o Partido Conservador, ainda no Império.

Em 2012, Júlio César de Oliveira Vellozo defendeu sua dissertação de mestrado em Filosofia na qual dedicou-se a pesquisar a construção de uma narrativa da constituição da nacionalidade brasileira nas obras de Oliveira Lima. Para tanto, o autor de *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade* debruçou-se sobre 18 obras de Lima, desenvolvendo observações sobre pontos de convergência nas narrativas do “Dom Quixote gordo” e sobre suas raízes ideológicas. A tese central desenvolvida no trabalho de Vellozo é a de que a produção de Lima se compreende

¹²¹ HOOK, Sidney. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1962, p. 131.

¹²² *Ibid.*, p. 339.

entre dois arcaísmos¹²³, por identificar-se com duas posturas – ou talvez causas – que já eram antiquadas naquele tempo. Por um lado o historiador é identificado como um “pernambucano saquarema”, pois firma seu pensamento sobre um nativismo apaixonado que insere sua província natal, Pernambuco, não somente no centro de suas atividades intelectuais, mas na raiz da gestação da nacionalidade brasileira – um Brasil que, por assim dizer, se inicia em Pernambuco. Por outro, é visto como arcaico pela forte relação com Portugal, que destaca o papel da colonização lusa no mundo imperialista e à qual faz referência positiva e entusiasmada. A sensibilidade arcaísta constatada por Vellozo é portanto relacionada à subjetividade de Lima, e na interpretação deste autor:

[...] ambos locais estão marcados pela ideia de um passado glorioso e de um presente decadente. Foi em meio a esta melancolia do passado glorioso e de um presente decadente. Foi em meio a esta melancolia do passado, toda ela sugestiva intelectualmente e capaz de despertar uma sensibilidade arcaísta, que Oliveira Lima se educou.¹²⁴

Embora o trabalho de Vellozo seja uma análise filosófica, e não propriamente historiográfica, atinge substancialidade e importância também para o campo da História por apreender o pensamento de Lima em uma observação sobre um vasto corpus documental, não apenas processado, mas depurado em sua historicidade; e por constatar nele a influência de vertentes que se estagnavam diante do progressismo republicano em voga no período.

A marca mais saliente da historiografia de Oliveira Lima, consensual entre todos os seus intérpretes, é a tentativa de contribuir para a consolidação da nacionalidade brasileira por meio da narrativa historiográfica, fazendo desta uma apresentação apologética da história do Brasil como construção do senso de nação. Nesta ótica, em Oliveira Lima, tudo converge para a formação da nação, tudo se encaminha para o desenvolvimento de uma pátria gloriosa. A expressão maior da marca, como dito, foi principalmente a obra conferenciada na França em 1911, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, mas estaria presente em todas as demais obras do autor, de modo que diversos momentos e marcos do passado nacional são narrados sob esta chave de entendimento. A saber: a apresentação de Dom João VI como fundador da nacionalidade, e de seu período de governo no Brasil (1808-1821) como a abertura

¹²³ O termo arcaísmo refere-se a tendências ou estilo que faz uso de traços fonéticos, morfológicos ou léxicos que se encontram em desuso na língua. Em resumo, um resgate de expressões ou formas ditas arcaicas. No caso da interpretação de Vellozo (2012), os arcaísmos identificados na obra de Lima não são literários, mas referentes às inclinações ideológicas do autor, estas sim, na leitura do referido autor.

¹²⁴ VELLOZO, opus cit., 2012, p. 197.

de condições que teriam possibilitado tal; a apresentação do período colonial, de modo geral, como positivo, por ter inicialmente trazido a civilização portuguesa para somar-se ao elemento “natural” do que seria o Brasil; o Primeiro Reinado (1822-1831) como um período no qual verificaram-se fortes esforços de Pedro I para manter a unidade nacional diante de diversos levantes pela separação; e o Segundo Reinado (1840-1889) como um momento de consolidação dos contornos territoriais e nacionais do Brasil, quando a faceta imperialista do Brasil teria tido seu ápice expansionista (com a Guerra do Paraguai, 1864-1870) e os maiores esforços pela Educação Nacional teriam sido desempenhados pelo governo.

O nacionalismo era marca recorrente entre os intelectuais do Brasil, quase uma constante entre todos desde os tempos imperiais, fosse entre os liberais e abolicionistas, fosse entre os conservadores e restauradores; o que divergia era a noção de nação que cada grupo ou cada intelectual desenvolvia ou mantinha. Contudo, o que torna o pensamento de Lima quanto à história nacional peculiar e divergente de muitos de seus pares é a percepção de uma evolução no desenvolvimento nacional para além das rupturas que se deram. Enquanto autores como Rodrigo Otávio, Raul Pompéia, Ruy Barbosa, Alberto Torres se destacavam na inteligência do período por identificar na Proclamação da República o início de um período no qual a Democracia passaria a vigorar livre das amarras ao trono, e outros, mais vinculados ao monarquismo, como Affonso Celso Jr. e Eduardo Prado, destacavam a Proclamação como um golpe à ordem, Oliveira Lima bebia de uma tradição de historiadores que buscavam no passado inspirações para o futuro, não exatamente vinculando-se a esta ou àquela corrente/escola filosófica ou grupo/partido político – como Francisco de Adolfo de Varnhagen, que, tendo vivido no período do Império, dedicava suas obras diretamente ao imperador¹²⁵.

Sustentar a identidade da nação, para não dizer “cria-la” (ou recriá-la), era intuito de quase todos os historiadores na Primeira República; certamente esta prerrogativa não os torna filosoficamente homogêneos, tampouco os vincula a todos neste ou naquele segmento da política. Almejando o suporte para o sentimento nacional em seu presente por meio da narrativa do passado, isto é, utilizando-se da experiência histórica para fundamentar a nacionalidade em seu presente, apesar da guinada que se verificava na geração de 1870, como já dito, Oliveira Lima praticava uma “história monumental”¹²⁶, ainda centrada nos grandes eventos e nos grandes nomes, exemplares, os heróis da nação. E, neste momento de reformulação do caráter nacional brasileiro, de orquestração de uma nacionalidade centrada nos ideais republicanos,

¹²⁵ Sobre a historiografia de Francisco Adolfo de Varnhagen, ver: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 21-50.

¹²⁶ Sobre História Monumental, ver a nota 16.

predominava sobretudo entre os historiadores o trabalho de seleção do elenco que deveria figurar como exemplo aos concidadãos, os heróis nacionais da República. Oliveira Lima era um historiador do Império, que por vezes historiava também sobre a colônia, e, a despeito da “heroificação” dos próceres, ganhava destaque em seus escritos, sobremaneira, os nomes dos imperadores, e não de revolucionários inconfidentes ou líderes de insurreições – como muitos faziam, inclusive no próprio IHGB.

Recentemente, Antônio Arnoni Prado publicou um estudo de História Intelectual comparada no qual se dedica a analisar as trajetórias de críticos literários de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda. Em *Dois Letrados e o Brasil nação*¹²⁷, Prado ilumina a experiência de crítica literária dos dois intelectuais brasileiros do século passado, e também o momento de transições na intelectualidade nacional que se compreende entre os dois, quando se defrontam concepções diversas: de um lado arranjos conservadores e saudosos do passado fortemente vinculado ao mundo Europeu, e de outro o movimento da geração seguinte, que se propunha libertário e modernizador; isto é, “Oliveira Lima enquanto intérprete das ‘tradições superiores (e lusitanas)’ da nação; Sérgio Buarque de Holanda como primeiro visionário das raízes autênticas da modernidade que então se anunciava”¹²⁸.

Um dos princípios constatados por Antônio Arnoni Prado é a compreensão de “cidadania”, em que teria então norteado as concepções de cada um. Oliveira Lima considerava em sua crítica que o povo não tinha uma noção satisfatória do contrato social¹²⁹, de modo que seriam as elites econômicas brasileiras que mantinham maior esclarecimento com relação a isto – e se mantinham mais fortemente vinculadas ao mundo europeu –, sustentando, por assim dizer, a vida política nacional. Na visão de Sérgio Buarque, oposta, seriam as elites econômicas brasileiras, herdeiras da açucarocracia do engenho e então envolvidas na pecuária e no café, que não demonstravam satisfatória noção do contrato social, mantendo-se hegemônicas e autoritárias na administração política. Esta constatação permite que Prado considere Lima conservador e Sergio Buarque libertário.

Dentre outros elementos comparados por Prado entre o pensamento de Sérgio Buarque e Oliveira Lima, tem destaque as visões sobre o papel de José de Alencar e do indianismo na

¹²⁷ PRADO, Antônio Arnoni. *Dois Letrados e o Brasil nação: A obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora 34, 2015.

¹²⁸ *Ibid.*, pp. 10-11.

¹²⁹ “Contrato social”, ou contratualismo, é uma expressão que difundida entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, por filósofos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Na obra clássica de Rousseau, *Do Contrato Social* (1762), a noção de contrato explica a condição em que as pessoas abrem mão de certos direitos particulares para um governo ou outra autoridade, a fim de obter as vantagens de uma ordem social – coletiva. Nesse prisma, o contrato social seria um acordo entre os membros da sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante.

literatura brasileira: para Lima, o projeto de Alencar foi fracassado por cometer excessos em supervalorizar o índio, o que o levou a uma busca infrutífera por elementos culturais nativos associados a um Brasil “virgem”; enquanto para Sérgio Buarque de Holanda o afastamento da imitação dos modelos europeus teria conduzido Alencar em uma trajetória mais autêntica da própria singularidade nacional.

Em sintonia com a interpretação de Teresa Malatian, Antônio Arnoni Prado observa em Oliveira Lima uma “mentalidade *belle époque*” que valoriza a civilização europeia até mesmo como superior ao seu nacionalismo, e observa que este perfil se manifesta também em sua atividade de crítico. Analisando uma crítica positiva que Lima faz à obra *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, evidenciando que Macedo se nutre da tradição romancista lusitana (sobretudo de Teófilo Braga, que também era professor de Lima na Faculdade de Letras de Lisboa), Prado observa que algumas características que perpassariam toda a obra de Lima se delineiam desde cedo:

a preocupação com o gênio nacional, a revalorização do conceito de raça e o empenho por uma linha interpretativa que mesclasse a tradição lusitana da forma culta com o entusiasmo pelos valores da pátria independente na verdade repercutem como um primeiro ensaio da definição política de Oliveira Lima.¹³⁰

O conservadorismo é aí então um produto da “mentalidade *belle époque*”, pois se nutre de elementos que estavam na ordem do dia da intelectualidade europeia quase como um todo, sobretudo na França e na Alemanha: a busca e a valorização de elementos culturais que supostamente expressassem uma autenticidade do caráter nacional, fortalecidos pela competitividade entre as nações colonizadoras e pelas unificações da Itália e da Alemanha; o emprego de uma ideia de raça atrelada também à ideia de uma nacionalidade peculiar e distinta das demais pátrias, na busca por uma “raça nacional”, mas sem deixar de lado as heranças “fundadoras” da colonização portuguesa.

Observa ainda que, enquanto crítico literário, Oliveira Lima esboçou o que – em seu entender – seria um “panteão” de literatos brasileiros, os quais teriam sido destaque por exalar a “literatura superior” e “completa” da ex-metrópole, e assim mais fortemente contribuíram com seus escritos para o civilizar do Brasil. Seriam estes: Gregório de Matos, decisivo na emancipação política consumada em 1822; Machado de Assis, primeiro escritor brasileiro a ser consagrado na Europa; Neto Coelho, visto como o mais fecundo dos escritores modernos

¹³⁰ Ibid., p. 20.

do Brasil, pela exuberância da fusão da “linguagem indígena e dos dialetos africanos”, sem “corromper” com o pitoresco do legado português; Joaquim Nabuco, pelo personalismo e pela imaginação europeias em parte compartilhados por Lima; Rui Barbosa, pela erudição e por manter a “pureza da língua portuguesa” com “zelo e criatividade”; e, por último, Olavo Bilac, consagrado na crítica de Oliveira Lima, segundo Antônio Arnoni Prado, pela visão solidária e idealista, e pelo “senso artístico” mais elevado de seu tempo¹³¹¹³².

Esta tendência em enaltecer os grandes nomes do passado estava na ordem do dia entre os historiadores da jovem República. Tanto como uma retomada do historicismo romântico quanto pela influência do positivismo que chegava, importado principalmente por Benjamin Constant para a elaboração da República da “ordem e progresso”; tanto como uma tradição dos românticos do IHGB (como mais afundo observaremos no item 2.2) quanto mas como uma resposta à demanda que enfrentavam os partícipes do governo após ruptura política e ideológica do regime de governo. É neste contexto que se empreende o trabalho de elenco e o enaltecimento de próceres de movimentos passados (como as revoluções coloniais e das revoltas regenciais), que são resgatados e representados (re-apresentados) como mártires da República pela historiografia e pela memória oficial impressa em lugares de memória (como monumentos públicos). Foi o maior caso o de Tiradentes, que se tornou o maior dos nomes no panteão de heróis da República. Antônio Arnoni Prado percebe o trabalho do Oliveira Lima crítico literário em pintar um panteão semelhante, mas composto pelos literatos brasileiros.

Nos capítulos seguintes deste trabalho, procuraremos atentar para o trabalho do Oliveira Lima historiador, analisando suas representações dos imperadores e do rei D. João VI articuladas na enunciação historiográfica, tendo em vista suas posições frente à conjuntura política nacional e como estas se manifestavam na interpretação que fazia do passado brasileiro.

¹³¹ Ibid., p. 75-87.

¹³² Estes são os principais eleitos de Oliveira Lima para o “panteão” de grandes literatos do Brasil, Cf. Prado. Mas outros de menor importância também tiveram menção elogiosa do crítico, como: Carlos Laet, Rodolfo Teófilo, Euclides da Cunha, Aluísio Azevedo, Júlio Lopes de Almeida e Sílvio Romero. (Ibid. p. 89)

1.3. Um panorama das fontes: as obras de Oliveira Lima

1.3.1. O reconhecimento do império

Em *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio*¹³³, Lima narra o processo de Independência do Brasil e seu reconhecimento, como império, isto é, governo que manteve a moldura monárquica e pretensão à expansão. Trata-se, de fato, de um ensaio, no qual Lima discorre sobre os fatos que envolveram o processo da Independência e seu reconhecimento por Portugal e por outros países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, e também as personalidades envolvidas no processo, como George Canning e José Bonifácio – em tom de lhes caracterizar e descrever psicologicamente suas personalidades. Nesta obra, Lima procura desenvolver os métodos e as técnicas de lidar com fontes que aprendeu na faculdade de Letras, em Lisboa, com mestres como Teófilo Braga e Oliveira Martins, principalmente correspondências diplomáticas e memórias monumentais da(s) história(s) nacional(is).

Contudo, o desenvolvimento de uma narrativa sobre os quadros internacionais do Brasil, políticos e diplomáticos não se liga somente com a formação letrada de Oliveira Lima ou com suas competências profissionais – de diplomata –, mas com sua própria visão de mundo sobre o significado e a dinâmica dos acontecimentos e do contexto abordado.

A narrativa de *Historia Diplomatica do Brazil: O Reconhecimento do Imperio* se dá em focos: ora se centra na Península Ibérica diante da invasão napoleônica e do nacionalismo português, ora no Prata e nas relações com as nações/colônias vizinhas, ora no Rio de Janeiro como capital do Reino Unido luso-brasileiro. Dedicar-se também a, de certa forma, dar início à interpretação do legado português no/para o Brasil, o que posteriormente seria uma das características mais marcantes na obra de Oliveira Lima como um todo, tanto na historiografia quanto na crítica literária¹³⁴ e na etnografia.

Neste trabalho, Lima procura demonstrar que, ao vir para o Brasil, D. João VI assumiu o papel de importante ator no quadro internacional – do continente europeu e do mundo colonial. Aproveitando-se da fragilidade da Espanha, pelas insurreições coloniais dos territórios vizinhos e pelas invasões napoleônicas, D. João adotou, segundo a interpretação de Oliveira Lima, uma postura imperialista a partir do Rio de Janeiro: ocupa territórios da Guiana, buscando

¹³³ OLIVEIRA LIMA, *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio*, opus cit., 1901.

¹³⁴ Sobre a produção de Oliveira Lima como crítico literário, ver: PRADO, opus cit., 2015, pp. 17-196.

uma posição privilegiada para negociar o final do conflito entre França e Inglaterra; e também o Uruguai, buscando estender a fronteira sul o máximo possível.

E ainda, para além do imperialismo extemporâneo de D. João, Portugal passou a dispor de um agente inesperado: a presença de Carlota Joaquina da casa de Bourbon, esposa do príncipe regente, que, com a prisão de seu irmão, Fernando VII da Espanha – quando da invasão de Napoleão –, passou a ser vista como uma alternativa para que Portugal pudesse exercer soberania sobre a Espanha e suas colônias. Oliveira Lima descreve este processo e o jogo de forças que permeavam estas alternativas, observando as intenções de Carlota Joaquina, a visão e a posição do próprio D. João e os apoiadores da princesa no Prata e na Espanha.

Diferentemente da obra seguinte, *Dom João VI no Brasil, O Reconhecimento do Imperio* não é tão diretamente apologético, em primeiro plano, pela representação elogiosa e adjetivada, mas o é por tornar épico, grandioso e cheio de orgulho a articulação do processo. Nesta, a referida “história monumental”, da qual falava Nietzsche¹³⁵, tem bom exemplar. Neste sentido, destacamos a abertura do libelo:

A Independencia consummou-se em 1822; o reconhecimento do Imperio do Brazil pelo Reino de Portugal apenas teve lugar em 1825, e antes da ex-metropole nenhuma nação européia, nem mesmo a Inglaterra de Canning, abalançára-se a receber em seu convívio official a colônia insurgente. De 1823 a 1827 coube pois á jovem diplomacia brasileira pugnar na Europa pela admissão no areópago politico do mundo civilizado da nova nação americana, creada pela ousadia e decisão de um Principe, pelo sentimento latente e crescente da desunião, pela habilidade e patriotismo de alguns estadistas, numerosos espíritos cultos, e pela valiosa cooperação de um almirante inglez em ostracismo social.¹³⁶

A narração dos feitos e fatos – já que se centra nos principais nomes e acontecimentos, uma macro visão, como a historiografia convencionou chamar, e uma “história dos grandes homens” – é lenta e densa. São descritos desde o recrutamento de voluntários e alistamento de marinheiros para a esquadra inglesa que levaria os portugueses de volta à metrópole; a organização da esquadra de George Canning, em 1807, no ataque a Copenhague e para a evacuação da corte portuguesa no ano seguinte; a sucessão de cônsules, embaixadores, encarregados de negociações comerciais de países envolvidos nas relações com Portugal e com o Brasil (colonial, parte do Reino Unido de Portugal ou independente). Se, por um lado, a

¹³⁵ Sobre História Monumental, ver nota 16.

¹³⁶ OLIVEIRA LIMA, *Historia Diplomatica do Brazil*, 1901, p. 1-2.

riqueza de detalhes impressiona o leitor, diante de tamanha pesquisa documental realizada – em documentos oficiais, como era de praxe; por outro, torna a leitura um tanto morosa e lenta.

Uma das teses centrais desta obra do início da carreira de escritor e historiador de Oliveira Lima, e que seria marca também nos trabalhos seguintes, é a de que houve uma espécie de continuidade entre a vinda da corte de D. João, 1808, e a Independência.

[...] Relembra-se que a ex-colônia « conciliando os princípios da Legitimidade com os da Salvação do Estado, e interesses públicos », patenteara toda a sua dedicação à Casa de Bragança ao aclamar como seu soberano o primogênito do monarca português, ao passo que as nações hispano-americanas se tinham constituído debaixo da forma republicana de governo, forma que também era predilecta de uma turbulenta facção no Brazil, « animada pela efervescência do século », e a qual aumentaria e ganharia força si se verificasse que ás realezas européas repugnava a plena admissão como legitimo « de um governo fundado na justiça, e na vontade de quatro milhões de habitantes ». O título de Imperador correspondia aliás a uma ideia de escolha, eleição ou sagração popular que se coadunava com o espirito democratico do paiz, e, no dizer das instrucções, fora adoptado « por certa delicadeza com Portugal; por ser conforme ás idéias dos Brasileiros; pela extensão territorial; e finalmente para anexar ao Brazil a categoria que lhe deverá competir no futuro na lista das outras Potencias do Continente Americano ». ¹³⁷

A continuidade entre os eventos de 1808 e 1822 é expressa, na prática, na configuração do governo monárquico. Neste sentido, para valorizar a continuidade, Dom Pedro I não é visto por Oliveira Lima apenas como um governante que garantiu a manutenção da unidade territorial e consolidou a independência, mas como um sucessor de D. João VI – que será definido por Lima nas obras futuras como o pai “fundador da nacionalidade brasileira”. Isto é, para além da sistemática ruptura da independência, o filho dá continuidade à obra iniciada pelo pai, um segmento evolutivo próprio da historiografia historicista, mas que, em Oliveira Lima, se configura como um modelo histórico para o presente – que deve dar continuidade à obra nacional, a construção da nação.

Este trecho é ilustrativo também do entendimento que o diplomata-historiador mantinha sobre as noções de democracia, império, monarquia e república. Como se percebe, a democracia não virá, em seu entender, apenas com a República – ainda que esta estivesse na “effervescência do século” –, mas que o Príncipe representava por ser aceito e aclamado pelo povo (“na vontade de quatro milhões de habitantes”, escolhido, eleito e sagrado popularmente). Na mesma direção,

¹³⁷ Ibid., p. 11-12.

também a “turbulenta facção” que defendia o modelo republicano para a independência, é colocada em oposição ao império monárquico que, semelhante ao das nações europeias, se fundava sobre a “justiça” e a aclamação popular – um traço de monarquismo já nesta obra pioneira do autor (ou “primogênita”, já que, como dizia Lima, seus filhos eram os livros).

O livro demonstra, também, uma “alma dupla”: ao mesmo tempo que é uma história diplomática do Brasil, é também uma história de Portugal. Em sua enunciação historiográfica, Lima demonstra como, de um monarca sem recursos e cercado por pressões (as rivalidades com a Espanha, as pressões econômicas e diplomáticas da Inglaterra e as constantes ameaças da França napoleônica), Dom João VI se transformou, a partir do estabelecimento da monarquia e da corte lusitana no Rio de Janeiro, em um elemento de grande importância no cenário político europeu. A representação historiográfica de Oliveira Lima concebe o período joanino como um momento de brilho na longa decadência da potência que havia sido Portugal.

1.3.2. Dom João VI no Brasil

A obra *Dom João VI no Brasil* é resultado de uma pesquisa de Lima cuja monografia foi vencedora de um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹³⁸ em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos (com a vinda da família real portuguesa,

¹³⁸ O concurso foi lançado em edital na Revista Trimensal do IHGB de 1903. Conforme foi tornado público no segundo tomo daquele ano: “O Sr. Fleiuss informa ao Instituto que o Sr. Visconde de Ouro Preto por motivo imperioso não pode comparecer à sessão de hoje. Deixou, entretanto em mãos do orador a proposta que vai ler, também assegurada pelos secretários: / <Considerando que a ninguém mais que ao Príncipe do Brazil, mais tarde El-Rei Dom João VI, cabe o honroso qualificativo de fundador da nacionalidade brasileira, por enquanto: [são listados 10 movitos de honra aos feitos de Dom João] [...] O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em homenagem à memoria do soberano Ilustre e patriota; / Resolve conceder um premio de Rs... em moeda nacional, á monographia que sobre os 13 annos de governo, no Brazil, do mencionado Principe-Regente e Rei D. João VI, for julgada melhor por uma moccissão que elegerá. / Resolve mais que os escriptos de autores nacionaes e estrangeiros, para correrem ao dito premio, deverão ser apresentados nas condições préviamente regulamentadas e publicadas, até 7 de setembro de 1907, conferindo-se o premio, com solemnidade, aos 28 de janeiro de 1908, primeiro centenário da abertura dos portos. [...]” (Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo LXVI, parte II, ano 1905, p. 369p. 275-277, correspondente à ata da sessão de 6 de novembro de 1903). • Somente na sessão de 7 de janeiro de 1906 que o prêmio seria de 5:000\$ (cinco mil réis) e o vencedor receberia uma medalha de condecoração. Firmava-se, na ocasião, que os textos não deveriam limitar-e a resumos e sínteses, pois “Quem nos dias de hoje se occupar de obras dessa natureza, que não devem ficar reduzidas a simples monographias, ou desvallosos resumos, terá forçosamente de empregar longos mezes na averiguação e estudo de documentos e isso com prejuizo de outros trabalhos immediatamente proficuos” (Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo LXVII, parte II, ano 1906, p. 398). O prêmio é novamente mencionado na ata da sessão extraordinária de 2 de fevereiro de 1904, também indexada no mesmo volume (Ibid., pp. 400-403). Oliveira Lima é declarado vencedor do concurso e recebe as honorarias: “Successos e factos desse genero teem-se dado ultimamente, que merecem mais que attenção, merecem applauso. / Assim a publicação da conscienciosa obra *Dom João VI no Brasil*, pelo prestante consocio Dr. Oliveira Lima, que tão galhardamente representa no estrangeiro a alta intellectualidade brasileira.” (Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo LXXII, parte II, ano 1909, p. 369).

em 1808) e destinada a homenagear a memória de Dom João VI de Bragança. Não se trata de uma biografia do rei português, embora o nome possa fazer parecer, pois a obra adquire dimensões maiores do que tal. Obra de grandes proporções¹³⁹, trata-se de uma narrativa de fatos históricos e da conjuntura do Império Português durante o período joanino, na qual o autor trata desde o contexto político da Europa napoleônica até a vida social da população do Brasil no século XIX; um trabalho que incorpora nuances de uma análise histórica da política, da sociedade e também descrições geográficas, demográficas e até cotidianas do Brasil oitocentista¹⁴⁰.

Embora não possamos afirmar que se trate de uma antecipação das perspectivas interdisciplinares que ganhariam força no terceiro quartel do século XX, sobretudo na França com o movimento dos *Annales*, ou que se aproxime de uma “história total”, como pretendida por Fernand Braudel – e assim talvez pareça anacrônico o entendimento de todas estas dimensões em uma só obra – (re)lembramos as considerações de Teresa Malatian sobre a concepção de História que era resguardada por Oliveira Lima, certa “despreocupação” com questões mais propriamente teóricas por parte deste autor. Conforme Malatian,

A narrativa de fundo dramático constitui o estilo que viabiliza essa tarefa, na qual a intuição entendida como apreensão poética da realidade histórica desempenha papel central. Ela preside a elaboração do enredo, por meio da identificação das individualidades heroicas triunfantes e fracassadas – os símbolos da história. Caberia ao historiador identificar os motivos morais da ação desses heróis, residindo nisto a força de sua interpretação.¹⁴¹

Diferente de outras obras, que foram fruto de pesquisas voluntárias e de escolha exclusiva do autor quanto à temática, o recorte espacial e temporal e também o tempo de elaboração do texto, este livro foi organizado sob a demanda do referido concurso, o qual delimitava tanto o tema (a pessoa de D. João VI e seu governo) quanto recorte (o período compreendido entre 1808, quando da vinda da família real, e 1821, quando regressaram a Portugal). E ainda, para além disto, exigia que a forma estética textual superasse os demais concorrentes, e ao mesmo tempo produzisse uma explícita homenagem a Dom João, de modo

¹³⁹ A primeira edição (1908) e a segunda (1945) foram editadas ambas em 3 volumes, tamanha a amplitude de seu conteúdo. A terceira (1996) e a quarta (2006) edições foram organizadas em volume único, o qual beira as 800 laudas. Tomamos à análise esta última (OLIVEIRA LIMA, 2006).

¹⁴⁰ Embora o termo “interdisciplinaridade” se tornaria fundamental na produção historiográfica somente duas décadas depois, sobretudo na França com o movimento da *École des Annales*, a preocupação dos historiadores com a erudição era marca firmada de longa data, e Lima era leitor de muitos intelectuais franceses. Seria exagerado afirmarmos que trata-se de uma obra visionária ou precursora da interdisciplinaridade na ciência histórica, mas certamente foi produzida na emergência deste viés.

¹⁴¹ MALATIAN, 2001, p. 71.

que Lima deveria valer-se tanto da poética, para produzir uma bela literatura, quanto da retórica, para articular uma narrativa historiográfica tributária do rei.

Não obstante, não desconsideramos as relações de poder que orbitam a cena: tratava-se de uma demanda de homenagear um monarca em tempos republicanos, nos quais, grosso modo, as opiniões e posições políticas ainda se dividiam entre monarquistas e republicanos, e a exacerbação de supostos beneméritos dos reis e imperadores poderia destacar sobremaneira um posicionamento propriamente monarquista do autor – e até mesmo do IHGB, local de fomento e de produção da obra –, que seria considerado pernicioso à República, comprometendo-o.

A obra é pretensa em narrar a conjuntura política e econômica de Portugal quando da ameaça de invasão (de Napoleão Bonaparte); em descrever a vida social no Brasil quando da chegada de D. João VI e as mudanças por ele implementadas, mas principalmente em traçar para o príncipe português um perfil psicológico. Como narrador onisciente, Lima se introduz na sensibilidade do monarca¹⁴², transformando-o, a cada página, no protagonista do que é tratado como uma “aventura” de resistência (contra Napoleão e pela manutenção do trono) e desenvolvimento (da colônia).

O argumento central da obra é o de que, antes do governo joanino, o Brasil era destituído de significações históricas que atingissem um estatuto efetivamente nacional. O Brasil era até então, na visão de Lima, uma espécie de “possessão de refúgio”, uma vastidão “incivilizada” onde tudo era permitido e tudo se podia, e também uma “paradisíaca reserva” que continha em sua natureza todos os recursos de que Portugal necessitava. A vinda da corte, então, não apenas deu início ao processo de “civilização” do Brasil, mas tornou-o “essencialmente português”, e, ao mesmo tempo, atribuiu ao império lusitano atributos que, embora inicialmente precários, tornavam sua soberania uma afirmação surpreendente e ímpar num continente coalhado de repúblicas recém proclamadas e incertas.

Descreve Lima que, no ano de 1808, quando da vinda da corte, a população do Rio de Janeiro “vegetava”: encontrava-se cercada pelos esplendores naturais, mas “atrelada na modorra da vida inexpressiva” em meio à sucessão de becos e casebres, circundados por brejos

¹⁴² Este reavivamento da “personalidade” ou do “espírito” dos personagens históricos é uma característica da filosofia da história de Robin George Collingwood (1889-1943). Embora este filósofo e historiador inglês tenha sido contemporâneo de Oliveira Lima, suas teses (que focam principalmente as convergências de princípios e métodos entre a Filosofia e a História) se alinhavam também a vertentes idealistas do historicismo, sendo bastante influenciado por Hegel e Croce. Não estamos buscando mapear possíveis influências intelectuais de Oliveira Lima, afinal tal empreitada seria por demais densa e pretensiosa para as dimensões de uma dissertação de mestrado elaborada em um período de dois anos de pesquisa, mas registramos a hipótese de que Lima tenha sido leitor de Collingwood.

e à beira da mata hostil, vivendo sem lazer e “sem cultura” em “um mundo de escravos, ciganos e mendigos sórdidos”¹⁴³. São descritos também episódios e características mais “exóticas” do Brasil do início do Oitocentos, como os rituais de beija-mão (do rei); os monumentos que davam ares extravagantes ao Rio de Janeiro (obeliscos, pirâmides, arcos do triunfo); as damas cobertas e emplumadas sacudindo freneticamente seus leques; o séquito quase cômico de D. João, composto por soldados de fardas sujas e montados em cavalos mancos ou mal adestrados.

Inserido num ambiente como este, o príncipe é visto pelo historiador-diplomata como uma espécie de herói de sacrifício, distante dos prazeres de que gozava no “mundo civilizado”, como a “arte elevada” (Lima comenta que as orquestras eram deficientes, aqui no Brasil, as peças eram ruins e “desempenhadas por atores piores”¹⁴⁴) e distante das companhias de muitos da fidalguia de Portugal, D. João ficava restrito à viver “metido em mesquinhos palácios entre sete filhos quase todos malcriados, uma velha louca, uma mulher de péssimo gênio e maneiras vulgaríssimas e uma chusma de fâmulos mexeriqueiros ou tediosos”¹⁴⁵.

Oliveira Lima reinterpreto a figura histórica de Dom João VI à sua maneira. De rei indeciso e fraco, sempre carente de conselhos, avesso à política, como geralmente D. João passaria a ser visto¹⁴⁶, descreveu o monarca como um hábil defensor dos interesses dinásticos, exímio dirigente em uma conjuntura política e militar severa que pressionava a coroa portuguesa – quando das expansões de Napoleão¹⁴⁷.

Para Lima, D. João VI foi essencialmente duas coisas: I. “o fundador da nacionalidade brasileira”; e II. o precursor no processo de civilização do Brasil, no sentido de que seu governo foi um “construtor de pontes”, ligando o mundo selvagem, porém potencialmente o berço de uma grande nação, ao mundo civilizado e desenvolvido do continente europeu, no qual milênios de conhecimento e progresso são acumulados e são trazidos à colônia por el rey. Destacamos um trecho da obra no qual estas teses se destacam:

Dom João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado [...]. [Deu] foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era

¹⁴³ OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, 1996, pp. 90-91.

¹⁴⁴ *Ibid.*, pp. 87-122 e 159-175.

¹⁴⁵ *Ibid.* p. 118.

¹⁴⁶ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

¹⁴⁷ Nos aprofundaremos na representação que é feita de D. João VI nos itens seguintes do capítulo III desta dissertação.

agora contrariada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara.¹⁴⁸

Detalhe interessante, e digno de observação, está na forma da qual Oliveira Lima se utiliza para narrar o passado e, sem sutilezas, agregar-lhe valores que sejam aceitos e professados pela população. Se propõe a afirmar a verdade e incitar, de maneira provocadora, que seus leitores (“o elemento culto da opinião”) compartilhem de suas concepções.¹⁴⁹

É nesta obra que Lima se dedica a narrar de forma mais vívida um dos membros da tríade de governantes monarquistas do Brasil, construindo mais vivamente um arquétipo de governante e de bom governo. Desenvolve um mito fundador para a nacionalidade brasileira pautado em todos os elementos com os quais se identificava e pretendia cultivar: a construção da nação sobre a base monárquica, mesmo antes de sua emancipação; um rei sábio e perspicaz, que tomou decisões argutas nos momentos de mais severa dificuldade, resistindo à tirania do “ogro da Córsega” (Napoleão Bonaparte) e iniciando o que seria o Brasil; relativo lugar de destaque político e econômico de Pernambuco no contexto nacional.

Por conta da imensa riqueza de detalhes sobre a conjuntura brasileira no recorte historicizado e pela colossal quantidade de fontes de informação concentradas, Dom João VI no Brasil tornou-se a obra mais conhecida de Oliveira Lima, da qual mais teve reconhecimentos pela produção – embora dela não tenha sido privado de críticas. Considerada um dos clássicos da historiografia brasileira, apesar da quantidade de leitores tenha diminuído significativamente nas últimas duas décadas¹⁵⁰, está presente ainda hoje nas revisões bibliográficas de diversos historiadores autores de *best sellers* dedicados a estudar o Império, como José Murilo de Carvalho, Lilia Moritz Schwarcz e Laurentino Gomes.

¹⁴⁸ OLIVEIRA LIMA, 1996, p. 689. Esta mesma ideia é expressa nas pp.: 21, 55, 56, 152, 172, 577 e 608 de *Dom João VI no Brasil*. Aparece também em *FHdNB*, na p. 138.

¹⁴⁹ No item 3.2.1 destacamos então alguns trechos da obra para ilustrar as constatações, nos quais os elogios são tecidos com entusiasmo. Ver p. 142.

¹⁵⁰ O que se percebe pela distância temporal entre as reedições da obra, respectivamente: 1908, 1945, 1996 e 2006. Talvez por conta de outras obras mais recentes haverem tomado seu lugar, ou pela tendência de uma historiografia mais próxima da literatura ocupar o lugar dos livros de História no mercado editorial brasileiro, escrita de forma mais simples e direta, valendo-se de uma linguagem menos complexa e não tão erudita.

1.3.3. Formação Histórica da Nacionalidade

*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*¹⁵¹ (FHdNB) é uma compilação de 12 conferências proferidas pelo autor na *Université de Sorbonne*, em Paris, na ocasião da criação da cátedra de Estudos Brasileiros quando de uma legação diplomática na França, em 1911. As conferências que se dispõem como os capítulos do opúsculo procuram dar conta de praticamente todo o passado nacional de até então, da colonização até a mudança de regime político, observando-o de um ponto de vista da macro abordagem, por assim dizer. Dando destaque aos “grandes nomes” na construção nacional, e considerando o “povo” de forma massiva e homogênea.

Além das 12 conferências, o livro conta com 2 prefácios, respectivamente da autoria de Gilberto Freyre¹⁵² e Ernest Martinenche¹⁵³, e um prólogo de José Veríssimo¹⁵⁴. Consta nesta edição também, como apêndice, um ensaio de Lima intitulado “O Brasil e os estrangeiros”, dedicado à comentar a produção de letrados estrangeiros sobre o país, ensaio de história literária; e um guia de leitura de Marco Antônio Villa, intitulado “Um historiador em busca da nacionalidade brasileira”.

No Guia de Leitura que fecha a edição, Marco Antônio Villa considera-a como “um dos textos fundadores das grandes explicações do Brasil no século XX”¹⁵⁵, um dos maiores clássicos da historiografia brasileira, estando ao lado de outras obras consagradas como “fundadoras” das grandes explicações do Brasil¹⁵⁶, no sentido de contemplar o passado nacional de forma totalizante, ao passo que até então a maior parte da produção historiográfica era destinada a monografias de recortes mais específicos. Dentre outros autores deste momento podem ser destacados Capistrano de Abreu e o próprio Gilberto Freyre.

Apesar do título sugerir uma narrativa totalizante da formação nacional, esta obra não apresenta teses interpretativas mais elaboradas, como *Dom João VI no Brasil*, *O Movimento da Independência (1821-1822)* e *O Império Brasileiro*. Antes, trata-se de uma grande apresentação sintética do passado brasileiro aos franceses que praticamente o desconheciam. Não obstante, a obra se caracteriza por uma visão ampla, que busca empreender considerações sobre diversos

¹⁵¹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000.

¹⁵² FREYRE, Gilberto. Prefácio da edição brasileira In: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, pp. 9-14.

¹⁵³ MARTINENCHE, Ernest. Prefácio à edição francesa In: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, pp. 15-19.

¹⁵⁴ VERÍSSIMO, José. Prólogo – Um diplomata da atualidade In: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, pp. 19-28.

¹⁵⁵ VILLA, Marco Antonio. Guia de Leitura. In: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 263.

¹⁵⁶ “Grandes explicações” que podem ser lidas como mitos explicativos, hoje muito criticados, como é o caso do “homem cordial” em Sérgio Buarque de Holanda, da “democracia racial” em Gilberto Freyre ou da sistematização dos “ciclos econômicos” em Caio Prado Junior.

aspectos da história e da cultura nacional – nos dias de hoje a diríamos multidisciplinar (embora naquela época algumas ciências próximas da observação de Lima, como a Antropologia e a Sociologia, ainda engatinhassem). Aborda desde a colonização, sob o aspecto político, até a manifestação do indianismo na literatura romântica; da presença dos elementos estrangeiros na composição cultural do Brasil até as guerras holandesas como manifestação de uma identidade nacional já fecundada¹⁵⁷. Os pontos altos da narrativa estão no período imperial: trata, com ênfase, da presença da corte de Dom João VI; da independência em relação ao reinado lusitano, bem como questões relacionadas a ele, como as constituições, a posição diplomática do país frente às grandes potências europeias e o reconhecimento do Império pelas demais nações; a abdicação e a Regência, a questão da maioria de Pedro II; o posterior federalismo e o princípio da autoridade, o poder pessoal do imperador e as liberdades nacionais na República nascente, o papel dos partidos políticos e do movimento abolicionista no processo de ruptura; e, por fim, de forma quase poética trata da estabilidade e da prosperidade durante o Segundo Reinado e da queda do regime.

A República ainda era demasiado recente – 22 anos – para que a experiência republicana fosse inclusa nesta condensação, de modo que boa parte do conteúdo se volta somente ao período imperial, e principalmente ao Segundo Reinado. E não apenas a atenção de Lima como também, por vezes, suas emoções dão destaque ao Império. Com efeito, se, por um lado, concordando com Gilberto Freyre no prefácio¹⁵⁸, não podemos afirmar que se trata de uma obra apologética à monarquia; por outro, não podemos negar a inclinação explícita do autor ao antigo regime¹⁵⁹ no Brasil e à administração imperial – sob a suposta democracia liberal que imperava

¹⁵⁷ “Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa foi feita pelos oradores exaltados, muito antes do sábio Martius haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender e escrever a história do Brasil”. OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 81.

¹⁵⁸ “Trata-se, na verdade, de trabalho escrito na fase monarquista do autor. E em Oliveira Lima o monarquismo foi principalmente uma expressão de ‘saudosismo’ às vezes exagerado. É possível que ele se extreme, na sua síntese agora traduzida, em elogios a D. João VI, a Pedro II e aos estadistas do Império. Mas sem que a obra adquira sabor de obra apologética do regime monárquico: de suas virtudes unitárias e autoritárias que aos olhos de muitos teriam sido as únicas ou as principais”. FREYRE, Gilberto. Prefácio à edição brasileira, In: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 11.

¹⁵⁹ Com a expressão “antigo regime”, aqui estamos nos referindo genericamente aos sistemas monárquicos que antecederam o regime republicano, tanto sobre o domínio português quanto no período independente (imperial). Não empregamos esta expressão como uma categoria analítica ou teórica, apenas nominando (e não propriamente classificando), em generalização, o que antecedeu o regime republicano. Em razão disto, não nos referimos exclusivamente ao sistema colonial, como a historiografia brasileira tradicionalmente tem feito (a exemplo dos trabalhos clássicos de Caio Prado Júnior e Fernando Novais), mas o empregamos abrangendo o período de colonização (1534, com a divisão das capitanias hereditárias por D. João III, até 1808, com a vinda da família real de D. João VI); o período no qual o Brasil integrou como sede o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1808-1821); e também o período do Império do Brasil (iniciado com a Independência, em 1822, até a Proclamação da República em 1889).

no Segundo Reinado e à autonomia (indireta) da Igreja Católica no Império. Evidencia-se, nesta obra, um forte nacionalismo de Lima, um espírito patriótico talvez ainda maior do que em outras obras, mas um nacionalismo que se efetiva em defesa das características do regime da monarquia constitucional.

Neste sentido, ao descrever o processo de povoamento da colônia pelos portugueses e a organização política e social da mesma em função da produtividade econômica (capítulos I-VI), bem como a instalação da corte (capítulo VII) lusitana no Brasil, Oliveira Lima reforça as teses que já haviam sido desenvolvidas em *Dom João VI no Brasil*: a positividade da colonização portuguesa em relação às outras potências ultramarinas do século XVI, por conta do espírito aventureiro e da experiência em lidar com diferentes culturas; e o caráter fundacionista da nação no período joanino no Brasil. Assim, ao resgatar as instituições monarquistas, afirma a superioridade dos valores morais dos estadistas do Império, destacando, entre outros, Nabuco de Araújo, Caxias, Olinda, Zacarias de Góis, Saraiva, Rio Branco e Itaboraí – tese que seria desenvolvida extensamente em *O Movimento da Independência (1821-1822)*, posteriormente –, todos eles “educados na escola da liberdade, temperada pelo senso da realidade”¹⁶⁰.

Nesta obra, o evolucionismo constatado por Malatian¹⁶¹ na historiografia de Lima, é talvez mais recorrente do que em todas as outras. Herança do historicismo hegeliano presente em Oliveira Martins, mestre de Lima no curso superior de letras em Lisboa, influencia sua concepção sobre o devir histórico, que é visto como um *continuum* etapista no qual diferentes estágios se sucedem. Por esta razão a instauração de uma república é vista por Lima como inevitável, mediante a impossibilidade de um terceiro reinado pelo descontentamento causado no Exército por conta dos excessos de gastos financeiros e humanos na Guerra do Paraguai (1864-1870) e o derradeiro desconserto no capital das elites causado pela abolição da escravidão (1888)¹⁶².

Nesta concepção do devir histórico, é destacada certa inevitabilidade no rumo dos acontecimentos, que por vezes dá a impressão da presença de uma crença teleológica de salvação metafísica, algo como uma escatologia, características centrais na historiografia romântica de inspiração historicista e idealista – como em Michelet e Hegel. Por esse motivo algumas insurreições revolucionárias são vistas como negativas, por serem consideradas

¹⁶⁰ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 248.

¹⁶¹ MALATIAN, opus cit., 2001. Ver o item 1.1 desta dissertação.

¹⁶² “A abolição da escravatura foi o mais grave dos problemas que o Império teve a resolver. [...] Houve uma verdadeira gradação nas medidas adotadas: nenhuma transformação foi jamais levada a cabo com mais precauções”, argumenta Lima (opus cit., 2000, p. 253- 256).

subversivas à ordem, mas ao mesmo tempo são vistas como reações naturais ao decurso do tempo. É o caso da resistência de Palmares, o Levante de Malês (1835), e todas as insurreições coloniais: vencia a articulação de um Estado governado pela razão contra a violência, vencia a ordem legítima contra a anarquia¹⁶³. Uma postura conservadora, como bem observa Antonio Arnoni Prado¹⁶⁴.

Contrário aos movimentos contestatórios e revolucionários, apesar de aceita-los como “naturais” e dando centralidade à ação das elites, Lima ressalta, na mesma linha, a importância da abolição da escravatura ter ocorrido de forma gradual, e não como ruptura drástica. A positividade na concretização gradual da abolição estava no fato de que ao mesmo tempo conservava a monarquia e amenizava seus impactos econômicos junto à aristocracia latifundiária – o que se fez por meio de mecanismos como da Lei de Terras (1850), que assegurou subsídios financeiros à substituição também gradual da força de trabalho compulsória pela dos imigrantes europeus. A avaliação que Oliveira Lima faz da participação de D. Pedro II no processo abolicionista corrobora esta tese, diga-se, elitista. Para ele, o “papel do Imperador [...] foi de um liberalismo moderado, porém contínuo, de um oportunismo calculado, de maneira a dar satisfação às exigências da civilização e, ao mesmo tempo, a não fazer dano ao princípio monárquico junto aos partidos”¹⁶⁵.

1.3.4. O movimento da independência

Publicado em 1922, no ano de comemoração do centenário da proclamação da Independência, *O Movimento da Independência* teve uma boa recepção entre os pares de Lima no IHGB. A obra é uma densa descrição dos dois anos de história brasileira e portuguesa (de 1821 a 1822) que foram decisivos para os desdobramentos que culminariam na separação entre a metrópole e a colônia.

Nesta obra, percebemos considerável amadurecimento de Oliveira Lima em seu trabalho com a forma do texto. Apesar de ter desenvolvido uma pesquisa documental consideravelmente mais sucinta do que a pesquisa que proporcionou-lhe escrever *Dom João VI no Brasil*, e de tratar de apenas dois anos de história, o autor tece uma narrativa mais apurada e menos prolixa, mais concisa e objetiva sem perder a riqueza de detalhes e a profusão que lhe permite amarrar

¹⁶³ Ibid., pp. 117-135.

¹⁶⁴ PRADO, opus cit., 2015, pp. 49-88.

¹⁶⁵ Ibid., p. 255.

as dimensões da realidade social brasileira de forma plena e inserir sua argumentação sem soar excessivamente tendencioso ou apologético aos assuntos ou personagens tratados.

A atenção de Lima nesta obra é voltada sobretudo às questões políticas e às tensões administrativas entre Brasil e Portugal. Assim, de todos seus livros, talvez somente à exceção de *O Império Brasileiro*, este é o que parece ser mais sofisticado no encadeamento das descrições e das interpretações, da articulação textual e da visão pluralista do autor, atenta a diferentes focos que se alternam: ora o cenário político lusitano, ora o palco brasileiro; ora as pretensões de Dom Pedro, ora os clamores das populações de ambas as pátrias. Lima destaca a pluralidade de possibilidades que se apresentavam como possíveis no momento da Independência, dentre as quais estava, inclusive a de que esta não ocorresse de fato. É desenvolvido um rico mapeamento das forças em tensão.

Grosso modo, ao pontuar a diversidade das possibilidades e a complexidade do contexto, Lima reforça algumas teses defendidas por ele nas obras anteriores, como a sagacidade do rei português com a vinda para o Brasil mediante a invasão napoleônica iminente e a proclamação da independência ter sido produto de um sentimento nacionalista de “*Petrus imperator*” do que produto de um contexto difícil, no qual setores da população se levantavam contra os impostos e a soberania era comprometida.

Metodologicamente, o autor lida com fontes diversas como mapas, panfletos que circulavam no Brasil e em Portugal, e até mesmo obras de arte representativas da paisagem, buscando demonstrar seus argumentos e apresentar a situação para além de documentos arquivados que não seriam verificadas por seus leitores – detalhe que o torna, de certa forma, único entre os demais historiógrafos de seu tempo. Esta característica de trabalhar com diversa tipologia de documentos se dava em contramão à historiografia metódica – que influenciaria posteriormente os positivistas –, mais centrada em fontes ditas oficiais, isto é, produzidas pelos Estados e governos.

Chama atenção também a percepção do autor de que, entre as contendas verificadas, a História pode ser utilizada para legitimar, de modo arbitrário, os interesses dos que a praticam. Neste quesito que apreendemos como mais teórico do que metodológico, o autor demonstrava perfeita noção de que o conhecimento histórico, assim como a produção literária, carrega em si a parcialidade daquele que o enuncia, que o torna passível de ser “utilizado” de fato. Para exemplificá-lo, destacamos o seguinte trecho:

É curioso como, no intuito de vincularem o liberalismo ao passado nacional, os publicistas e políticos de então recordavam a cada instante as imaginárias

Côrtes de Lamego e as tradições de governo representativo que diziam ser as da realeza luzitana. Porventura com isso intentavam também acalmar os receios de Dom João VI, educado nas tradições do puro absolutismo e temendo, não só atentados contra a sua soberania, mas contra seu decoro. Os argumentos históricos, as velhas tradições, assim serviram para responder aos conselhos de permanência no Brasil, accasionados, quando mais não fosse, pelo propósito de poupar ao soberano do Reino Unido desacatos como os sofridos por Luiz XVI, prisioneiro da Assembléia Nacional antes mesmo da Convenção o tornar seu juguete. O rei estava aliás convencido de que no Brasil escaparia á arrogancia dos revolucionarios e lhes dictaria a Lei em vez de receber-lhe a imposição. O citado folheto em francez, o qual levava seu antagonista da Bahia a escrever que « nem todos os Portuguezes teem juizo solido, nem só os Francezes dizem frioleiras », externava portanto o pensamento recôndito do monarcha sagaz que apenas peccava pela fraqueza de vontade.¹⁶⁶

Em uma leitura comparada, atentando às correlações intertextuais, percebemos que Lima antecipa alguns argumentos e aspectos que seriam apresentados posteriormente em *O Império Brasileiro*, como certo louvor à elite dirigente no período monárquico, percebendo a construção da Nação como um projeto em perspectiva, dando destaque principalmente à figura de José Bonifácio (estadista do Império e mentor de D. Pedro II durante sua menoridade). Lima dá aos Andrada a condição de elementos condutores da ruptura – o que é visto de forma absolutamente positiva.

Mas se os fatos políticos são preconizados na pesquisa e na narrativa, o autor não deixa de considerar também outros elementos da vida social brasileira. Esta característica no autor pode ter sido fruto tanto de sua dedicação na apreciação artística, colecionador de literatura e de arte que era, quanto pelo fato de que o nome “Geographico” no título do Instituto do qual era consórcio abria as portas do mesmo para trabalhos de cunho sociológico e antropológico, dos quais Lima sem dúvidas era leitor. Um capítulo específico da obra é destinado à “A sociedade brasileira. Nobreza e povo”, no qual trabalha sobre as três raças que teriam formado a nação (a indígena/nativa, a negra/africana e a branca/colonizadora, os três rios de von Martius) e sobre a rarefação da distinção entre nobreza e plebe no Brasil imperial. Percebemos aqui o que pode ter sido uma das raízes da tese da “democracia racial” de Gilberto Freyre¹⁶⁷:

¹⁶⁶ OLIVEIRA LIMA, *O Movimento da Independência (1821-1822)*, opus cit., 1922, pp. 13-14.

¹⁶⁷ A tese da democracia racial é trazida por Gilberto Freyre ao longo de várias de suas obras; dentre elas, destaca-se um trecho específico de uma: FREYRE, Gilberto. Capítulo I. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: _____ *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004, pp. 64-154.

O proprio imperio brasileiro foi democratico mais do que no rotulo, tanto que, ao organizar a sua nobreza, não a fez hereditaria, condição de perpetuidade. A Constituição monarchista de 1824 não reconhece privilegios de nascimento: a aristocracia que não se formou, era galardoada pelos seus meritos e serviços pessoaes e parte d'ella era tambem representativa da riqueza, que é um dos esteios do Estado e um campo onde cabem as actividades individuaes. [...] As barreiras entre as classes foram-se gradualmente abaixando e seu desaparecimento constituía o termo de um processo evolutivo, regular e proprio. A igualdade foi-se tornando legal, de facto como direito, entre os nobres e os brancos « del estado Ilano », e as fronteiras entre estes brancos e os pardos livres, abastados ou remediados, por sua vez se fizeram imprecisas e faceis de confundir ou de ultrapassar. Esse movimento geral de democratização social foi espontaneo: não obedeceu a suggestão de fóra. [...] ¹⁶⁸

Neste aspecto, Oliveira afirma que o Brasil teve gigantesca vantagem em relação aos outros países americanos que compartilhavam da experiência colonial. Para ele, as colônias hispânicas não gozavam da mesma capacidade de relações dos elementos culturais diversificados que compunham sua nação, pois nelas o europeu colonizador era visto como superior aos seus colonizados, de modo que apenas seus descendentes, em geral, permaneceram como dirigentes da política – apesar das guerras de independência –; e o mesmo ocorria na América inglesa, que mantinha preconceito contra os indígenas e principalmente contra os negros. Para ele, o contato com outras raças, que os portugueses vinham mantendo de longa data por conta de suas possessões coloniais, tornara-os mais amenos no trato com culturas e povos diferentes.

1.3.5. O Império Brasileiro

Obra derradeira de Oliveira Lima, *O Império Brasileiro*¹⁶⁹ foi escrito em Washington D.C., um ano antes de seu falecimento e publicado apenas postumamente. Curiosamente, o estudioso do Império, que publicou diversos estudos sobre esta temática, concluiu sua obra síntese sobre o período imperial poucos meses antes de findar sua carreira. Ao lado de *Dom João VI no Brasil* e de *O Movimento da Independência*, esta obra sela uma tríade de estudos de peso da autoria de Oliveira Lima, narrando a fundação e a formação da nacionalidade brasileira.

¹⁶⁸ Ibid., pp. 29-31.

¹⁶⁹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1989.

A obra se estrutura tematicamente, e não dividida em uma cronologia, dando ênfase separadamente aos seguintes tópicos/capítulos: “I – O Império e o espírito revolucionário”; “II – O Império e os partidos políticos”; “III – O Império e o sistema parlamentar”; “IV – O Império e a ordem civil”; “V – O Império e a escravidão”; “VI – O império e o exército”; “VII – O império e a Igreja”; “VIII – O Império e as finanças”; “IX – O Império e o desenvolvimento econômico”; “X – O Império e a política exterior”; “XI – O Império e as idéias” e “XII – O Império e a sociedade”¹⁷⁰.

Seguindo a linha geral das obras anteriores, esta é também uma história da construção da nacionalidade brasileira pelas mãos dos estadistas. Mas se em *Dom João VI no Brasil* e em *O Movimento da Independência* tem espaço também uma visão pluralista que parece tentar apreender outros aspectos da vida social além da dimensão e dos eventos políticos, esta parece ser uma narrativa de fato mais emocionada e centrada nos grandes nomes destacados. Esta marca é notadamente reflexo do momento pessoal do autor quando de sua elaboração: um intelectual apaixonado pelo Brasil que jazia exilado (por opção, mas por pressão e por uma experiência de acúmulos de dissabores), distante de sua pátria e desenganado dos rumos do novo regime, cuja administração principal se concentrava sob a hegemonia da grande elite latifundiária. Autor este que via com saudade um Império mais justo e igualitário, mais livre, por ser menos dominado pelos coronéis do latifúndio agrícola – um Império que talvez fosse mais uma utopia passadista do que uma realidade, mas do qual Lima orgulhava-se de ser herdeiro, conquanto brasileiro, e de contar sua história.

Dando foco aos “homens de Estado”, Lima destaca em diversas partes da obra que a tarefa destes foi, primeiramente, manter a unidade nacional, abrindo mão de suas visões liberais para, no desenvolvimento das estruturas e da vida social do país, elaborarem as condições para a manutenção desta unidade e para a chegada de um governo que pudesse desenvolver melhores condições de vida para a população de modo geral: a ascensão de D. Pedro II ao trono. Neste sentido, enquanto os Andrada (família de José Bonifácio) ganham elogios em *O Movimento da Independência* pelo auxílio prestado a Pedro I, aqui é a vez dos regentes serem honrados. O trecho é ilustrativo:

A glória de Evaristo da Veiga foi ter salvado o princípio monárquico; a de Feijó foi haver assegurado a supremacia do poder civil; e Bernardo Vasconcelos foi ter reconstruído a autoridade.¹⁷¹

¹⁷⁰ OLIVEIRA LIMA, *O Império Brasileiro (1821-1889)*, 1989.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 341.

Para Oliveira Lima, houve momentos de divisão de ideias e posturas dos estadistas do Império em correntes políticas, sempre entre liberais, favoráveis à diminuição da governança imperial (que gradativamente evoluiriam para a causa da extinção completa do trono) e conservadores do *status quo*.

O soberano, que em 1848 contava 23 anos, e que até aí tivera como principais ministros individualidades de menos relevo, relativamente, do ponto de vista do vigor e prestígio políticos, passou a ter perto de si colaboradores de governo cuja sombra se alteava até os primeiros degraus do trono. Por sua vez cessaram os partidos de ser representativos de opiniões e aspirações definidas para se tornarem « simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder ». Antes desta nova fase, os liberais apegavam-se à máxima cunhada na França sob Luís Felipe – o rei reina e não governa, ao passo que os conservadores aventuravam que o espírito do poder moderador impedia o monarca de ser um simples autômato, estranho por assim dizer à marcha dos negócios públicos.¹⁷²

Lima argumenta que as divergências pragmáticas entre os dois grupos foram se dissipando gradativamente com o tempo, em razão dos desafios que se apresentavam frente ao processo de gerência do gigante país e ao processo de constituição da nacionalidade, os quais abarcavam – e assim uniam – a todos os envolvidos no Estado¹⁷³. Porém, evidente, liberais e conservadores se aglutinariam em torno de seus ideias até que pudessem configurar partidos, e estes partidos teriam suas divergências, que alcançariam proporções suficientes para que os liberais, vinculados aos vários movimentos que se fortaleciam após a década de 1870, destronassem a casa de Bragança do Brasil. A fase de união das ideias diversas entre os políticos imperiais pela causa do desenvolvimento nacional comum, segundo Lima, na obra em questão, perduraria somente até meados da década de 1850, quando a demarcação entre os programas dos partidos ganharia corpo de fato, e este processo é encarado pelo autor como natural diante do movimento semelhante que já se dava nas nações europeias há tempos.

Em uma interessante releitura, Vellozo¹⁷⁴ percebe uma relação de intertextualidade entre esta obra de Lima com o livro *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco¹⁷⁵. Vellozo

¹⁷² OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1922, p. 353.

¹⁷³ Ibid., p. 35-55.

¹⁷⁴ VELLOZO, opus cit., 2012. Oliveira Lima cita Joaquim Nabuco em alguns trechos esta obra, promovendo um diálogo e concordando com o mesmo em alguns pontos positivos da centralidade monárquica; destacando-se: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1922, p. 343 e p. 367.

¹⁷⁵ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: sua vida, suas opiniões, sua época* – por seu filho, Joaquim Nabuco. 3 tomos. Paris: Fondation Luis Vuitton, 1899; Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

observa que “Nabuco é o interlocutor de Lima durante todo o tempo e as opiniões do antigo adversário ecoam bastante na obra”. Segundo ele, a diferença principal entre os dois livros está na distância dos autores em relação aos fatos narrados: enquanto Nabuco narra o império ao mesmo tempo em que carrega seu texto com a exaltação à figura de seu pai, Nabuco de Araújo, Oliveira Lima adota uma postura mais distante dos acontecimentos, como um observador que toma o contexto nas mãos sem se inserir nele. Comparando as duas abordagens, pode-se dizer que Nabuco mantém uma postura mais sociológica em sua narrativa e na tópica que dá atenção, enquanto Lima se encaminha para uma prática mais propriamente historiográfica moderna – da macronarrativa distanciada do contexto historicizado. Para Vellozo,

O livro de Nabuco é uma literatura interessada, voltada, dentro de outros motivos, para a construção da memória de seu pai e da sua própria memória. Foi escrito em um momento no qual parecia ao ex-líder abolicionista que sua trajetória já encontrara o ocaso. Daí o fato de ter escrito dois livros memorialísticos neste período, o já citado *Um estadista do Império* e *Minha Formação*.

O livro de Lima é uma história da construção da nacionalidade por homens de Estado, que abriram mão de interesses para dedicarem ao Brasil, seu projeto comum. Assim, passeiam pelos temas diversos nos quais o livro se divide, liberais e conservadores, radicais e contemporizadores, que merecem do historiador pernambucano igual respeito, desde que se alistem nesta construção geral.¹⁷⁶

Embora os dois autores da Primeira República tratem de uma história do Império do Brasil – um império que é acima de tudo nacionalizador, “brasileiro”, como Lima faz questão de adjetivar –, não se trata de fazerem uma História do Brasil no período imperial, mas de narrar a condução do Império; daí tratarem especificamente dos próceres, dos grandes homens que estavam à frente das instituições imperiais. Em Lima, ainda, uma marca se destaca para além das temáticas objetivadas, da abordagem que faz do passado ou mesmo da forma narrativa: o autor, aparentemente, procura demonstrar quão importantes e grandiosos foram os feitos dos “homens do império” para toda a pátria Brasil, para a nação brasileira, esclarecer a importância destes. Talvez, uma tentativa de livrar-se do estereótipo de monarquista que lhe fora dado e que o acompanhara ao longo de toda a vida. Esta tônica é percebida desde a abertura da obra:

Este livro não é fruto da investigação direta e própria da documentação de um período histórico, baseada antes sua exposição, dividida pelas diversas categorias do desenvolvimento social, sobre memórias, estudos e papéis

¹⁷⁶ VELLOZO, opus cit., 2012, pp. 154-154.

alheios, de caráter político. Tampouco é a justificação de uma época de governo, que dela não carece, porque consigo carrega seu fulgor moral. É a simples condensação de uma fase essencialmente progressiva da nossa nacionalidade, à qual não foi dado ultimar sua evolução, interrompida pelo mesmo espírito revolucionário que presidira ao seu albor e de que parecia haver-se libertado pela continuação. Dentro desse tempo verificou-se, porém, em plena ordem o desenlace de uma das questões fundamentais da nossa economia, a questão complexa e intrincada do elemento servil, através de uma ação legislativa que honra sobremodo a nossa cultura e constitui um nobre exemplo humano. Organizaram-se partidos; floresceu o regime parlamentar; triunfou a ordem civil sobre a desordem militar; remodelou-se a economia; seguiu-se uma política exterior com fixidez de princípio, embora em erros de aplicação. O Império foi, assim representativo e deveras notável.¹⁷⁷

O Império era admirável e merecia ser bendito; a experiência política do período monárquico deveria servir de exemplo para a República em construção – para além das acepções e paixões imersas na subjetividade do autor.

Em suma, o conteúdo desta obra afirma a história do Império brasileiro como a história da luta de um segmento dos estadistas – praticamente todos conservadores – para vencer forças contrárias à centralidade monárquica, sendo favoráveis à maior autonomia das províncias e de maior liberdade na comercialização internacional sem o crivo imperial, e que posteriormente evoluíram para a crítica plena à instituição monárquica, como sabemos. Homens que lutaram essencialmente para o desenvolvimento de um aparelho estatal que desse conta das necessidades nacionais que eram mais fundamentais, na visão do autor, para a nação naquele momento: a construção interna (organizadora do funcionamento da vida política e da produção econômica) e a defesa externa (diante das repúblicas vizinhas que se tencionavam nas experiências caudilhas). E o elemento principal que possibilitou o saneamento de ambas as necessidades e que, assim, assegurou a unidade nacional, foi a existência de uma elite que se colocava acima de interesses próprios ou regionais pela consolidação da nação.

E, neste sentido, considerações de alteridade são feitas à outras nações as quais conheceu em suas legações; o historiador faz uso da experiência do diplomata em sua argumentação histórica. Um contraponto é feito à América inglesa e à América espanhola: em ambos os casos não houve uma elite dirigente como a brasileira, capaz de sobrepor os interesses nacionais e coletivos aos interesses regionais e pessoas das elites das localidades provincianas¹⁷⁸. Externa

¹⁷⁷ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1989, p. 14.

¹⁷⁸ Ibid., p. 72-87, pp. 171-177.

também, novamente¹⁷⁹, uma admiração pela experiência histórica japonesa, na qual, em seu entender, o Estado pôde ser interprete dos anseios populares justamente por estar acima dos interesses de grupos menores.

Lima entusiasmava-se com a ideia de uma modernização do Brasil, conduzida do alto da pirâmide social, pelas elites; mas não de forma plutocrática, em um regime regido apenas pelos mais afortunados, mas o próprio imperador era visto por ele como apenas mais um destes estadistas, que estava no trono apenas pela sorte do destino. E esta posição é reforçada pela exposição do perfil psicológico de Pedro de Alcântara: humilde no mando, honrado no dever, apaixonadíssimo pela pátria que governava mais do que admirador de países estrangeiros; seu pouco gosto para a execução do mando, nada autoritário, era uma característica que sintetizava a posição favorável ao aspecto constitucional de sua monarquia. Uma “democracia coroada”¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Considerações semelhantes foram feitas sobre o Japão em obra anterior, de cunho mais sociológico e antropológico do que propriamente histórico, produzida durante uma legação ao país: OLIVEIRA LIMA, No Japão: impressões da terra e da gente, 1903.

¹⁸⁰ Esta expressão aparece n’*O Movimento da Independência (1821-1822)*: “O Imperio foi pois de facto desde o seu início uma democracia corôada, em que o executivo começou por prevalecer e o legislativo acabou por predominar” (opus cit., 1922, p. 367, grifo nosso). Consta também em várias passagens de *FHdNB* (opus cit., 2000) e de *O Império Brasileiro* (opus cit., 1989).

Capítulo 2

As pautas políticas de um intelectual da transição

Que sentido poderia haver, com efeito, em re-figurar o inescrutível?

Paul Ricoeur¹⁸¹

Estudar a historicidade das narrativas históricas implica não somente na dedicação sobre o conteúdo dos livros dos historiadores, mas também em observar a obra de História como um artefato cultural, intelectual, resultado de um entorno social que possibilitou seu desenvolvimento – um contexto. Implica em tomá-la como o resultado de visões de mundo e formas de viver presentes no momento e lugar dos quais a narrativa emerge, elementos estes que muitas vezes não apenas coexistem, mas se confrontam. Em função destas implicações os elementos sociais e históricos sobre os quais a escritura da história é produzida são tão – ou mais – importantes quanto o conteúdo destas para que seja possível uma historicização da historiografia.

Como afirma Michel de Certeau,

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias; uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.¹⁸²

Não obstante, os objetivos mais elementares da historiografia, na modernidade, sempre foram os de compreender a vida das sociedades e registrar os acontecimentos passados e presentes. Entretanto, estes objetivos são perpassados pela busca (do historiador) dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva, articulada entre relações sociais e políticas. Neste

¹⁸¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, Tomo I. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997, p. 458.

¹⁸² CERTEAU, opus cit., 2011, p. 47.

sentido, por mais eticamente comprometido que procure ser o historiador, por mais que se dedique a desenvolver uma análise histórica “isenta de julgamentos”, como postulou Marc Bloch¹⁸³, ou uma “hermenêutica da alteridade”, como propôs e defendeu Paul Ricoeur¹⁸⁴, jamais atingirá a capacidade de despir-se plenamente de sua subjetividade – aí incluindo, valores, crenças, acepções políticas e ideológicas.

Ora, não se trata de negar a qualidade, a importância ou a função social da historiografia e do trabalho prático ou teórico do historiador, ou de reduzir o texto de História a sua dimensão retórica e literária – como alguns já o fizeram, igualando-o à narrativa literária; mas antes, de afirmar que a História é também histórica, isto é, a historiografia é historicamente localizada, historicamente produzida, e que, ao ser produzida, objetiva funcionar na sociedade na qual foi produzida. Então, a partir da afirmação da historicidade da historiografia, enveredar pela possibilidade de observá-la e analisá-la de um ponto de vista histórico.

Quanto a relevância de nossos objetivos, destacamos que nosso intuito é menos o de revisar o escrito passado para atestá-lo falsário ou fidedigno, e mais o de perceber a localização e a construção do trabalho do historiador mediante seu lugar social, seu tempo de vivência e sua experiência social; mais o de observar no historiador aquilo que Pierre Nora defendeu como um “cuidado historiográfico”¹⁸⁵, ou, em poucas palavras, que acentuou Nietzsche: fazer com que os historiadores se voltem para eles mesmos e para sua própria prática o seu ferrão analítico¹⁸⁶.

Neste capítulo, buscaremos analisar alguns elementos das teses de Oliveira Lima nos quais apreendemos suas ideias e seus posicionamentos mediante o contexto político e intelectual no qual viveu e escreveu. Tendo em vista o cenário da Primeira República – aqui compreendida entre sua Proclamação em 1889 e o golpe de 1930 – e a experiência de vida de Lima: seus estudos em Portugal, sua trajetória como diplomata e seus interesses de historiador por pesquisar especificamente o período monárquico. Em meio a isto, dialogaremos também

¹⁸³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 125-153.

¹⁸⁴ Sobre a questão da relação entre hermenêutica e alteridade em Paul Ricoeur, indicamos a leitura de: HENRIQUES, Fernanda. “A Alteridade como mediação irrecusável: uma leitura de Paul Ricoeur”. Disponível em: <<http://www.filosofia.uevora.pt/fhenriques/alteridade.pdf>>.

¹⁸⁵ Pierre Nora sugeriu o advento de uma história da história, colocando a historiografia em uma era epistemológica, provocando, ao menos na França, “o nascimento de um cuidado historiográfico, é a história que se propõe o dever de perseguir nela mesma aquilo que não é ela, descobrindo-se vítima da memória e se esforçando para dela se livrar” (Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: *Projeto História*, n.10, São Paulo: dez. 1993, p. 20).

¹⁸⁶ “A história precisa resolver o próprio problema da história; o saber precisa voltar o seu ferrão contra si mesmo” (NIETZSCHE, opus cit., 2003, p. 69).

com outros autores que se dedicaram aos períodos do Império do Brasil e desta referida Primeira República, assim como à trajetória do diplomata-historiador.

Em *A Questão Nacional na Primeira República*¹⁸⁷, Lúcia Lippi de Oliveira desenvolve uma análise vasta sobre o papel dos intelectuais nos primeiros anos da República no Brasil, discutindo o lugar que os literatos ocuparam naquele momento; as diferentes vertentes artísticas que se formavam e também as versões da história do Brasil, que eram desdobradas no início do século XX sobre as diferentes inclinações políticas. Há de se lembrar sem evasivas que, naquele momento, a História era quase que exclusivamente produzida como instrumento da política, respaldando ou rechaçando ideários. Segundo esta autora, o momento foi de efervescência na produção letrada em geral, e boa parte dos autores brasileiros no campo das humanidades (história, etnografia, sociologia e literatura) dedicavam-se de alguma forma à temas concernentes à política nacional, como a nacionalidade, a cultura brasileira, o passado político, dentre outros.

Para Lippi, duas grandes posições dividiam o cenário político nacional nos anos seguintes à Proclamação da República: a dos favoráveis ao novo regime e a de seus críticos. Contudo, apesar da divisão parecer óbvia, frente à recente república, não é uma simples continuidade do que se verificava no Império, desde a organização dos movimentos abolicionistas e dos grupos liberais que se opunham ao imperador. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda, na famosa coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, tratando da passagem do Império à República afirma: “Antes de 1870, o nome de republicano fora dado, com ou sem propriedade, a quem quer que se extremasse na crítica aos homens e atos do governo e mormente ao imperador. Durante o primeiro reinado e a menoridade não eram muito precisas as linhas divisórias entre ‘exaltados’ e republicanos”¹⁸⁸. Neste sentido, Lúcia Lippi constata que há pluralidade dentro destes dois grandes grupos.

Entre os que podemos chamar republicanos, isto é, os que eram adeptos da República, seja por crítica à monarquia ou por inclinação ideológica ao liberalismo, ao abolicionismo ou a outros fatores e ideias que no período se coligavam ao pensamento republicano, haviam grupos que diferiam em aspectos substanciais: positivistas, jacobinos, liberais radicais. Maior unidade, pelo contrário, estava entre os que não aceitavam de bom grado o fim do antigo regime, em geral contrários ao fim da escravidão e/ou à queda do imperador e da monarquia.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, 1990.

¹⁸⁸ FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9 - O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930), 1972, p. 259.

O segundo grupo era de fato menor em quantidade e expressividade se comparado aos republicanos: não havia um amplo movimento de monarquistas ou de entusiastas de uma causa restauradora da monarquia, como se aproximou de sê-lo no final do período das regências. Longe disso, Pedro II encontrava-se exilado e os pilares que um dia sustentaram seu trono jaziam irremediavelmente em ruínas. Em geral, a grande maioria dos que eram taxados de monarquistas, limitava-se a criticar a República por conta da hegemonia do poder das oligarquias latifundiárias, agora livres de um governo central forte, ou, quando muito, em tecer elogios aos imperadores e às figuras de destaque no Império em textos de cunho histórico saudosista.

Ao comentarmos as acusações de monarquista feitas a Oliveira Lima, observamos que eram poucos os que o (des)qualificavam desta maneira, assim como eram poucos os que se mantinham ainda adeptos do monarquismo depois de uma década de república. Houve uma articulação entre os monarquistas no início do século XX, chegando a contar com alguns tenentes do exército, mas que foi retraída após a morte do líder Eduardo Prado. Houve a fundação de um Partido Monarquista de São Paulo em 1895, mas que foi considerado criminoso e fechado pelo governo. A última investida dos monarquistas foi o apoio à candidatura do Conselheiro Andrade Figueira ao Senado em 1903, e dois anos depois uma tentativa sem sucesso de refundar o partido. Não participaram da Revolta da Vacina (1904), que foi apoiada por todo o restante da oposição ao governo, e assim caíram em total descrédito popular¹⁸⁹.

Entre os historiadores, as duas grandes posições eram tão presentes quanto entre atores mais diretamente envolvidos no cenário político (administrativo). Na obra supracitada, Lucia Lippi argumenta que a primeira posição, que aqui chamamos genericamente de republicana, estava preocupada em legitimar a soberania da República a partir da história brasileira, que era contada enfatizando os movimentos que, supostamente, teriam sido os precursores da República. Então movimentos rebeldes regionalistas do período colonial e das regências, que muitas vezes assumiam características claramente separatistas, como a Conjuração Mineira, passam a ser enquadrados como republicanos. Esta posição ideológica entre os historiadores acusa o decaído Império de ter sido responsável pelo atraso do Brasil, ao manter o país atrelado às grandes potências europeias em posição subalterna, impedindo o desenvolvimento autônomo como se deu nos Estados Unidos¹⁹⁰.

¹⁸⁹ CARONE, opus cit., 1970.

¹⁹⁰ Para dar consistência às suas considerações, Lippi (opus cit.) analisa algumas obras de Raul Pompéia (1863-1895) e Rodrigo Otávio (1866-1944).

Entre os que classificamos como monarquistas, a mesma autora conclui, a partir de análise das obras de Afonso Celso, que há uma clara defesa da positividade da experiência histórica do regime imperial no Brasil e da colonização portuguesa. Esta versão da história aplaudia a abertura ao liberalismo no Império do Brasil em oposição ao caudilhismo despótico que imperava nas repúblicas vizinhas. Quando mais radical, considerava que os jesuítas e os portugueses colonizadores foram capazes de criar no Brasil uma sociedade tão harmônica que mesmo a escravidão era mais “branda” do que em outros países; defende a herança cultural portuguesa como civilizatória das terras selváticas¹⁹¹.

Cada uma destas duas grandes interpretações do passado histórico brasileiro trazia consigo um projeto diferente de nacionalidade para o país, ou seja, dois modelos distintos e opostos de identidade nacional: a versão monarquista, em defesa da valorização da singularidade nacional brasileira, negava comparações com outros países, uma tentativa de buscar a “essência” nacional brasileira em seu passado, no legado português e católico; já a versão republicana, em oposição, desejava integrar o Brasil ao mundo americano (entusiasmo com a doutrina Monroe¹⁹²), identificando-se com o liberalismo, e aproximar o Brasil da diplomacia e da política econômica estadunidense. Segundo Lippi, “a nacionalidade seria, para os republicanos, o resultado da luta contra o passado, da construção de uma nova sociedade organizada politicamente pelos cidadãos nacionais e na qual as classes empresariais brasileiras teriam lugar de destaque”¹⁹³. E o intuito destes referidos projetos de nacionalidade vinha em resposta à demanda da cidadania republicana.

A escrita da história era assim produzida como um ato essencialmente político, que reclamava, pelos que com ela se envolviam, uma tomada pública de decisão e atividade quanto ao problema da nacionalidade em construção. Entendido aqui por ato político a experiência social da escrita, mais especificamente da escrita da história – sem desconsiderar que a literatura também se envolvia com temas parecidos, porém de forma quase sempre indireta e jogando com as subjetividades.

¹⁹¹ Cabe lembrar que, fugindo de generalizações extremadas, nem todos os republicanos eram completamente avessos à causa monarquista, assim como nem todos os monarquistas eram contrários ao liberalismo, isto considerando que figuras como Joaquim Nabuco, que não era desvinculado das instituições imperiais, militou ativamente no movimento abolicionista; ou como José de Alencar, que mesmo prostrando-se em favor da República não deixava de ser adepto do escravagismo.

¹⁹² A chamada ‘doutrina Monroe’ foi uma política diplomática estadunidense anunciada pelo presidente James Monroe (cujo mandato ocorreu de 1817 a 1825). O manifesto afirmava a posição dos Estados Unidos contra o colonialismo europeu, e disseminou-se condensada na máxima ‘América para os americanos’. Para mais informações ver: KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, L. (et al.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 23-98.

¹⁹³ OLIVEIRA, opus cit., p. 23-24.

Se no regime monárquico a lealdade da população para com o rei (no caso brasileiro, o imperador) era produto de uma crença pautada não apenas na política, mas também na religiosidade – pois o rei é figura agraciada por Deus, consagrado pela instituição religiosa¹⁹⁴, alguém a quem servir e amar –, na República isto não estava presente. A lealdade dos concidadãos para com os chefes governantes deveria vir em comum acordo civil, não por profissões de fé de um legado religioso e moral: no regime republicano, o governante devia representar a população civil e governar para esta, e não mais o contrário, o que pressupõe que haja uma lealdade da população para com sua nação antes de uma lealdade para com seu chefe¹⁹⁵ de Estado.

Neste quadro, os intelectuais se viam na função de produzir tal identidade, despertar no povo o sentimento base para tal nacionalidade. A divergência de perspectiva entre os projetos

¹⁹⁴ Quanto à questão da soberania política, no século XVII, havia basicamente duas grandes teorias político-filosóficas predominantes: a) a teoria do direito divino dos reis; e b) a teoria da transmissão. A primeira era exposta por teóricos como o inglês Jaime I, autor de *Patriarcha, or the Natural Power of the Kings* (1680); e a segunda era adotada pelos escolásticos hispânicos, como os cardiais Caetano e Belarmino e pelo padre Francisco Suárez (1548-1617). O filósofo político Yves Simon desenvolve uma sistematização com o intuito de esclarecer as condições para que uma teoria seja classificada como teoria do direito divino: “A teoria que sustenta, a um tempo, (1) que o poder do governante temporal vem diretamente de Deus e (2) que o próprio Deus e designa a pessoa do governante merece chamar-se teoria do direito divino em seu mais exato significado. Dela se aproxima a outra concepção que, embora reconhecendo que a designação do Rei, assim como a do Papa (com exceção de Pedro), é feita pelos homens, afirma que o poder de um e de outro vem diretamente de Deus. A ela convém igualmente o nome de teoria do direito divino, mas a usual expressão teoria da designação é específica e satisfatória. A teoria da designação é uma forma mais moderada e menos extravagante da teoria do direito divino; sustenta ela que, no poder temporal, a única coisa que se pode atribuir, em sentido amplo, ao homem é a capacidade de designar a pessoa do governante.” (SIMON, Yves René Marie. *Filosofia do governo democrático*. Tradução de Edgar Godói da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Agir, 1955, pp. 155-156). • Tratando da teoria da transmissão do poder, Simon explica ainda que nesta “O primeiro detentor da autoridade política não é o rei ou qualquer governante, mas o povo, tomado em conjunto, a multidão dos membros de uma sociedade. Sempre que há um pessoal governante distinto, os homens tiveram de fazer duas coisas, não uma só, como no caso do Papa: designaram a pessoa do governante e lhe transmitiram o poder dado por Deus ao povo. Acentuamos que transmitir não é a mesma coisa que dar. [...] a autoridade pertence originalmente ao povo que dela pode usar a fim de legislar para si mesmo, e [...] enquanto o poder reside em mãos da pessoa discriminada, esta pessoa se apresenta sob caráter de ‘alguém que se põe no lugar do povo.’” (Ibid., pp. 156-157).

¹⁹⁵ Eric Hobsbawm ressalta que o grupo de países da Europa teve a formação de seus Estados como uma necessidade administrativa e organizacional da nação a ser atendida. Governo e burocracia nascem em função da nação já existente; havendo primeiramente então um sentimento de auto-identificação coletiva do povo, enquanto membro de uma unidade comum (o último quartel do século XVIII é o momento em que isto se verifica em alta – cf. HOBSBAWM, opus cit., 1990, p. 127). As nações surgiram, portanto, no continente europeu, anteriormente aos Estados, diferentemente do que acontecia nas ex-colônias americanas, como o Brasil, que, quando independente, obrigou-se a desenvolver o organismo estatal de imediato, sem que o sentimento de identificação nacional coletiva preexistisse. “O exemplo-padrão de uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. [...] As nações são entidades historicamente novas fingindo ter existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista da sua história consista no anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes.” (Ibid., p. 285). Esta observação de Hobsbawm explica a necessidade que a República brasileira tinha, logo que proclamada, de trabalhar em função da constituição do sentimento nacional de seu povo, visto que “o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação” (Ibid., p. 93).

que se dispunham a tanto, evidentemente, resultava em conflito entre estes; conflito que se travava nos campo do simbólico, das ideias e no campo emocional.

Em *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*¹⁹⁶, José Murilo de Carvalho investiga as estratégias mobilizadas na tentativa de legitimar a República, analisando pinturas, esculturas, símbolos nacionais e até religiosos, e por vezes tocando na escrita da história. Identificando as correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime, o autor centra sua análise no estudo da “batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológica e política [...] pelo imaginário popular republicano”¹⁹⁷. Carvalho então conclui que fracassaram os esforços das várias correntes republicanas em criar tal imaginário popular, pois o interesse popular em participar da vida pública do país era ínfimo. Para ele, grosso modo, o povo era monarquista, por conta da influência política e pelo grau de adesão da Igreja Católica e pela tradição imperial, o que dificultou os intentos ideológicos republicanos.

Inserido neste contexto, Oliveira Lima também se envolveu nos debates e reflexões sobre a questão da nacionalidade brasileira, sobretudo em sua constituição histórica e no que identificou como reflexos artísticos da identidade nacional brasileira – desde a literatura colonial. Em 1896, quando de sua estada na Alemanha, escreve seu segundo livro, *Aspectos da litteratura colonial brasileira*, no qual se volta principalmente à literatura barroca e árcade produzida na Colônia. Neste, Lima ainda não era o historiador que viria a ser, e suas observações e pesquisas ainda se voltavam para a crítica literária – em razão de sua formação acadêmica. Via nas características legadas pelas “raças” a chave explicativa para o desenvolvimento da literatura nacional – em sincronia a outros intelectuais de seu tempo, como Nina Rodrigues¹⁹⁸. Neste sentido, o destaque do legado português se apresenta também – ou primeiramente, já que é uma das primeiras obras do Oliveira Lima – no campo literário, e permite que vincule à literatura colonial, sobretudo à Escola Mineira (dos árcades de Villa Rica, no século XVIII), uma precoce manifestação de um nacionalismo precoce.

Ora, a formação intelectual de Oliveira Lima no exterior, assim como sua carreira diplomática em diversos países, fizeram-no passar a maior parte de seu tempo de vida fora do Brasil. Contudo, esta longa estadia no exterior é uma marca que não apenas o distancia de seu país, mas também possibilita que desenvolva uma interpretação panorâmica da história nacional

¹⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁹⁷ Ibid., p. 9.

¹⁹⁸ Ver: NINA RODRIGUES, Raimundo *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894). A obra está sob domínio público e encontra-se disponível no portal Brasileira Eletrônica, no seguinte endereço: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/as-racas-humanas-e-a-responsabilidade-penal-no-brasil>> Acesso em 12/11/2015.

em uma perspectiva comparativa do Brasil com outros países. Assim, o historiador-diplomata insere seus estudos sobre a história do Brasil num contexto geográfico amplo, quase global, relacionando os atributos políticos tanto no que se refere à América Latina quanto às grandes potências do hemisfério norte (países da Europa e Estados Unidos); uma análise que foi possível pela soma do estudo da história integrado à sua experiência de diplomata.

É destaque fundamental na interpretação histórica de Oliveira Lima uma visão “transatlântica” do Brasil, inicialmente visto como uma extensão de Portugal, extensão que teve seu *status* político modificado ao longo do tempo (colônia, parte do reino unido, império); e da conexão entre o Brasil e a Europa. Esta característica, seguramente, é fruto da noção de civilização que imperava até então, essencialmente eurocêntrica, na qual o modelo de “civilidade” europeu deveria ser exemplar para todo o restante do mundo. Mas é fruto também de um entusiasmo latente com relação ao legado político e cultural português: desde a colonização, passando pelo governo joanino e chegando ao Império do Brasil, o elemento luso é retratado por ele como fundamentalmente positivo à constituição nacional.

Ao longo de sua trajetória, Lima não apenas historicizou episódios e períodos que faziam parte do passado do Brasil, isoladamente, mas teceu uma interpretação que unia suas obras em uma visão coesa da história nacional. Iniciando sua obra com *O Reconhecimento do Império* (1901), Lima afirma a garantia da união territorial e a soberania nacional como legados do Império, iniciada com a obra joanina e continuada com audácia e sagacidade por Dom Pedro I. Se volta então à figura de Dom João VI, em *Dom João VI no Brasil* (1908), a qual teria sido, em sua reinterpretação, não somente um governante importante, mas uma espécie de “pai fundador” da nação que se tornaria a então colônia, pai este que teria, antes de qualquer outro, iniciado a obra de civilizar o Brasil. Continua então com as conferências no exterior, quando já era conhecido por sua produção escrita, nas quais lança um olhar sintético e evolucionista sobre a história do Brasil, em *FHdNB* (1911) e em *The Evolution of Brazil Compared with That of Spanish and Anglo-Saxon America* (1914); e, nos últimos anos de sua carreira, quando já havia sido taxado de monarquista por vários de seus pares – inclusive amigos –, finalmente se volta de maneira específica ao Império, com *Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão* (1925) e *O Império Brasileiro* (1927), obras nas quais Lima procura condensar tanto o período histórico no qual imperou a monarquia quanto sua interpretação sobre este período de modo geral, a visão que desenvolveu ao longo de suas milhares de páginas e à qual dedicou boa parte de sua vida.

Nos referimos apenas às obras de caráter histórico da autoria de Oliveira Lima, desconsiderando obras literárias e de crítica literária, e também obras etnográficas escritas

quando de suas viagens na diplomacia. Mas, o que observamos é uma continuidade interpretativa entre estes trabalhos de historiógrafo, e uma continuidade não só sequencial em relação aos períodos abordados, mas quase cumulativa, por assim dizer, que agregava, a cada obra, uma parte na afirmação do Império e do legado lusitano como estruturadores da nacionalidade brasileira.

A seguir, nos ateremos especificamente às questões e posições político ideológicas de Oliveira Lima que influenciam a – ou que transparecem na – composição de sua escrita da história, levando em consideração este momento de emergência de uma historiografia republicana e de eclipse do monarquismo como movimento proativo.

2.1. Apologias ao Império: saudosismo recôndito ou monarquismo sintomático?

Intelectual ativo e profícuo, em um tempo em que as fronteiras entre as ciências humanas e as artes ou mesmo o jornalismo não eram tão distantes, durante toda a sua vida Oliveira Lima atuou como articulista para periódicos diversos, sobretudo jornais, e nem sempre se ateu à temas referentes à literatura e à história – e ainda que o fizesse, este segundo não era tão livre de tensões como pode parecer ao leitor: escrevia também sobre a política nacional e de Pernambuco¹⁹⁹. Polêmico em várias questões e enunciações públicas, ao longo de sua vida Lima afastou-se de quase todos os seus amigos da mesma forma que os conheceu: pelas ideias, pelos pensamentos e pelas letras. Assim foi com o Barão do Rio Branco, com Joaquim Nabuco, com Rui Barbosa; e assim também foi no Itamaraty, no qual foi cerceado de algumas de suas pretensões como diplomata, por ter sido acusado de ser monarquista – como dissertamos no primeiro capítulo deste trabalho, dialogando com outros autores que se voltaram a estudar a vida e a obra de Oliveira Lima.

Como observou Carlos Guilherme Mota, a sagacidade da pena de Oliveira Lima o fizera reconhecido, tanto quanto sua incontinência o fizera perseguido, “pois Oliveira Lima era do tipo que perdia um amigo mas não perdia a oportunidade para dar vazão a seus julgamentos por vezes rudes, porém quase sempre certos”²⁰⁰. Ou, segundo Pandiá Calógeras, seus “conceitos muitas vezes contendiam com as ideias geralmente admitidas. Fosse como fosse, traduziam

¹⁹⁹ Sobretudo nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, Oliveira Lima publicou artigos criticando os rumos da hegemonia das oligarquias estaduais (a “política dos governadores”), e sobre o espírito democrático que imperava no Segundo Reinado, o que contribuiu para reforçar as acusações de monarquista.

²⁰⁰ MOTA, opus cit., 2010.

convicção sincera, sem refulhos, talvez demasiado franca, de seus pontos de vista exclusivos”²⁰¹.

Como vimos, monarquismo e republicanismo eram as duas grandes opções durante os primeiros anos da República, ainda mais do que o eram nos fins do Império – pois a monarquia estava dada, e a República é que era a novidade que poderia ser falha. Com os desmandos da República, inclusive com o sufocamento de oposições e o fechamento de alguns partidos (por Floriano Peixoto e mesmo por Campos Sales), ações que iam contra a ordem democrática pretendida para o novo Regime, mais autoritárias do que o que se experimentava no Segundo Reinado, Oliveira Lima considerou alguns aspectos, a seu ver, positivos do Império e de seus líderes, o que lhe traria dissabores nas promoções do Itamaraty e opositores severos entre os intelectuais.

Neste sentido, fazendo breve adendo, o que nos motivou a desenvolver esta pesquisa foi justamente observar a permanência de certa tendência ao monarquismo entre um intelectual que não apenas vivia o alvorecer da República, mas observar que este mesmo era nada menos que um funcionário do Estado republicano. Em função disto, primeiramente, nossa intenção era a de historicizar a permanência do pensamento monarquista na Primeira República, especialmente sua enunciação por meio do discurso historiográfico, em um tempo em que à História não se velavam objetivações estritamente políticas, pois, como pontua Michel Foucault,

[...] O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falando que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. [...] ²⁰²

Para Foucault, o discurso que circula em sociedade está para além da voz que o externa, ou do sujeito responsável pela autoria do enunciado. Partindo deste entendimento, compreendemos que o discurso monarquista, então na ordem do dia, extrapolava as limitações da obra de um locutor apenas. Neste sentido, abordamos Oliveira Lima como um autor que tocava o discurso monarquista, sendo porta-voz deste, reproduzidor deste discurso – pela

²⁰¹ MOTA, apud CALÓGIRAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos*. Ibid., p. 90.

²⁰² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Opus cit.

enunciação historiográfica – ou associado a ele por terceiros. Diante disto, a possibilidade de historicizar este discurso estaria na prática de “escavar” – na linguagem foucaultiana – os enunciados desta ordem que eram proferidos no recorte espaço-temporal estabelecido; e esta possibilidade se tornou impossível em função das dimensões e das limitações às quais este trabalho se submete.

Ora, optamos então por historicizar a parcela da produção letrada de Oliveira Lima correspondente às fontes selecionadas tendo em vista que tais discursos, monarquistas e republicanos, circulavam na sociedade brasileira dos fins do oitocentos e nas primeiras décadas do século XX. Apoiamo-nos então em um referencial que acreditamos contemplar a averiguação da existência e dos desdobramentos destes discursos no meio social, especialmente no campo político e intelectual.

Não obstante, como pontua ainda Foucault, em certos domínios da enunciação, por meio de certas tipologias discursivas, a função-autor adquire características diversas, que não apenas operacionalizam-na como princípio de rarefação discursiva, isto é, de relativização das significações do discurso, mas que também implicam em responsabilidades particulares delegadas – ou impostas – ao enunciador.

[...] Mas nos domínios onde a atribuição a um autor é de regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela [a função autor] não desempenha sempre o mesmo papel; [...] Desde o século XVII, esta função não cessou de se enfraquecer, no discurso científico: o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome. Em contrapartida, na ordem do discurso literário, e a partir da mesma época, a função do autor não cessou de se reforçar: todas as narrativas, todos os poemas, todos os dramas ou comédias que se deixava circular na Idade Média no anonimato ao menos relativo, eis que, agora, se lhes pergunta (e exigem que respondam) de onde vêm, quem os escreveu; pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa; pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietude linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.²⁰³

No que se refere à representar a monarquia em sua fase embrionária, três obras são destaque em Oliveira Lima: *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio* (1901), *Dom João VI no Brasil* (1908) e *FHdNB* (1911). Posteriormente, sobre os desdobramentos e legados da monarquia para a experiência histórica brasileira, ou, melhor

²⁰³ Ibid., p. 25-26.

dizendo, na linguagem de Oliveira Lima, para a formação da nacionalidade brasileira e da soberania da pátria, outras obras assumiram um tom mais conclusivo, ares de uma avaliação dos reinados brasileiros, e não mais do legado lusitano, sobretudo *O Imperio Brasileiro*.

Sobre estas obras, cabe ainda um rápido complemento. Se já afirmamos que, ora, Lima desenvolve uma história monumental e épica, esta característica não se estende por toda sua produção historiográfica, sendo mais própria de *Dom João VI no Brasil* e de *O Reconhecimento do Imperio*. Assim como os esforços sintéticos em *FHdNB* e em *O Imperio Brasileiro*, que conferem a aparência de avaliação do contexto são também praticamente exclusividade destas. Não nos ateremos com intensidade às representações dos imperadores e do rei, pois este será o foco do capítulo seguinte.

Primeira obra de Oliveira dedicada à história do Brasil (antecedida por Pernambuco, Seu desenvolvimento histórico (1896), esta de história regional portanto), *O Reconhecimento do Imperio* é mais um ensaio interpretativo do contexto e dos fatos abordados do que um tratado no qual Lima desenvolve teses. Nesta obra, Lima se ocupa do processo de consolidação da proclamação do Império do Brasil, seu reconhecimento pelas principais nações envolvidas, como Portugal e Inglaterra, e também os Estados Unidos. Algumas características narrativas importantes que seriam reforçadas em *Dom João VI no Brasil* já se fazem presentes, como a preocupação em traçar um perfil psicológico dos personagens envolvidos nos acontecimentos narrados (como George Canning e Lord Cochrane), e sobretudo uma descrição do contexto das relações internacionais do Brasil, marca da experiência do lado diplomata do autor. Lima trata de questões geopolíticas como as expansões do território brasileiro no período joanino, ao sul, no Prata, e ao norte, na Guiana; das relações entre Portugal e Espanha com suas respectivas colônias, e os interesses lusitanos com Carlota Joaquina exercendo pressões sobre os espanhóis; mas, detalhe inquietante, pouco é dito sobre Dom Pedro I.

Em *Dom João VI no Brasil*, Oliveira Lima insiste no detalhamento do mito de Dom João como o “pai fundador”²⁰⁴: o heroísmo do príncipe regente em aventurar-se mar-adentro em “uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde”²⁰⁵. Esta obra

²⁰⁴ Cf. Marilena Chauí, “se dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal.” Ainda para esta autora, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 5). A ideia de repetição se faz clara na amplitude das quase 800 páginas do *Dom João VI no Brasil* (OLIVEIRA LIMA, opus cit.), nas quais a tese de Dom João como pai fundador se repete exaustivamente ao longo de toda sua extensão (destacando-se nas páginas 21, 55, 56, 152, 172, 577 e 608).

²⁰⁵ OLIVEIRA LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*, opus cit., p. 43.

foi produzida na ocasião de um concurso de monografias organizado pelo IHGB em 1908, em comemoração ao centenário da vinda da família real portuguesa ao Brasil. Mais do que uma biografia, trata-se de uma narrativa da história nacional ao longo do período joanino, na qual Lima aborda desde o contexto político da Europa napoleônica até a vida social do Brasil no século XIX, um trabalho que incorpora nuances de uma análise histórica da política, da sociedade e também descrições geográficas do país no oitocentos – uma abordagem quase “interdisciplinar”.

Nesta obra, Oliveira Lima reinterpretou a figura histórica de Dom João VI à sua maneira. De rei indeciso e fraco, sempre carente de conselhos, avesso à política²⁰⁶, pintou o monarca como um hábil defensor dos interesses dinásticos, exímio dirigente em uma conjuntura política e militar severa que pressionava a coroa portuguesa, a das expansões de Napoleão. Na interpretação de Lima sobre o subterfúgio da corte portuguesa, que outros intérpretes observaram posteriormente como uma fuga das elites e um desamparo à população lusitana²⁰⁷, o monarca manteve intactas suas quase que inesgotáveis fontes de riqueza, as colônias, enquanto a Espanha perdeu todas as suas possessões nas guerras de independências (travadas durante o período em que esteve sob o domínio da França); manteve os laços diplomáticos com os aliados ingleses; e ainda manteve-se soberano no trono. Por fim, ainda deixou no Brasil seu príncipe herdeiro como regente para impedir insurreições e defender os interesses dinásticos.

Já em *FHdNB* a narrativa vai além e abrange maior lapso temporal: busca contemplar todo o passado nacional de até então, evoluindo do descobrimento até chegar na instalação da República – o então presente. Este detalhe é uma saliência ímpar, considerando o contexto intelectual e a conjuntura da historiografia brasileira: dentro ou fora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a produção historiográfica nacional era marcada principalmente por estudos monográficos dedicados a recortes espaciais e temporais muito menores, caracterizados por extensiva análise documental, mas que raramente submetia as fontes à crítica metodológica.

O que surpreende em *FHdNB* é o poder de síntese. Esta é uma compilação de 12 conferências proferidas pelo autor na Universidade de Paris (Sorbonne), quando de uma legação diplomática na França em 1911 – três anos após a vitória no referido concurso²⁰⁸. Na ocasião,

²⁰⁶ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. Neste texto, Lilia Schwarcz não se dedica a biografar Dom João, nem se aproximar de Lima e tecer uma história da vinda da corte enfatizando o príncipe regente, mas comenta como era considerado “um governante indeciso e carente de conselhos” por seus contemporâneos.

²⁰⁷ Vide: LIGHT, Kenneth H. *The migration of the royal family of Portugal to Brazil in 1807/08*. Rio de Janeiro: Kenneth H. Light, 1995.

²⁰⁸ Ver nota 139.

o historiador diplomata inaugurava a cadeira de Estudos Brasileiros, divulgando a história do Brasil na França.

Fruto da experiência diplomática de Oliveira Lima, esta visão da história é desenvolvida sobre a conexão entre o velho mundo europeu e o novo mundo das Américas. E isso se reflete na própria atividade diplomática, quando seu maior intento é divulgar o Brasil para o mundo, perspectiva da qual é decorrente a fundação da cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade da Sorbonne, em função do que são concebidas as conferências que dão origem à *FHdNB*; mas também revelar o mundo ao Brasil, o que se dá a perceber pelo esforço em traçar uma etnografia, ainda que despreziosa quanto à cientificidade da Antropologia nascente, mas uma descrição detalhada dos países nos quais atuou, como o Japão e os Estados Unidos, e publicá-las no Brasil²⁰⁹. E este estabelecimento de “pontes” entre o mundo da ex-metrópole e o mundo da ex-colônia não vem de um simples fetiche lusófilo, mas antes de uma tentativa de inserir o Brasil no rol dos países civilizados. Neste sentido, a monarquia é vista como pilar fundamental do “processo civilizador” do país²¹⁰, daí o destaque e o entusiasmo com o legado de Dom João.

Oliveira Lima mantinha uma ideia de uma hibridação cultural que unisse a herança civilizacional europeia com os elementos locais, concebidos como exclusivos do solo brasileiro, como a natureza e os contingentes nativo e africano. Ao lado da identificação com Portugal, este “amor” pelo que ele via como “típico” do Brasil se materializava em sua brasiliana, que era composta não só por livros, mas por uma série de peças de artistas brasileiros dos períodos colonial e imperial. Neste sentido, observamos Oliveira Lima como um intelectual cuja obra se compreendia entre diferentes “mundos”, por assim dizer: entusiasta da herança portuguesa, não deixa por menos em manter um forte “amor” pelo Brasil, que se expressava sobremaneira em todas as suas atividades profissionais, fosse de pesquisador, fosse de diplomata, fosse de literato ou colecionador de arte; igualmente, não era engajado nas causas monarquistas (não militava no partido monarquista, tampouco participava dos círculos que se dedicavam à prestar homenagens, explícitas ou às secretas, à monarquia), e demonstrava profunda preocupação com

²⁰⁹ Outro resultado da série de conferências na Sorbonne foi um convite para palestrar sobre o Brasil e América Latina nos Estados Unidos, na Universidade de Stanford. Em outubro de 1912, no ano seguinte, outra série de conferências comparando o desenvolvimento histórico econômico do Brasil e dos EUA resultou no livro *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, que foi publicado pela própria Universidade em questão, dois anos depois. OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

²¹⁰ Destacam-se os capítulos finais de *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, X, XI e XII, nos quais são tecidos constantes beneméritos ao Império e, principalmente, a D. Pedro II, em oposição à República e à atuação dos partidos.

os rumos da República²¹¹, mas não deixava de preservar uma admiração sincera pela obra dos períodos em que o Brasil era regido à moda dinástica, observando um progresso, uma evolução no lapso entre a vinda da corte, a consolidação da independência e os investimentos tecnológicos e culturais do Segundo Reinado.

Decorre daí certa dificuldade em classificarmos – ou adotarmos outras classificações prévias – a escrita da história de Oliveira Lima como exclusivamente monarquista: como já mencionamos ao citar os estudos de Lúcia Lippi de Oliveira, a historiografia associada ao monarquismo tendia a supervalorizar os elementos supostamente “essenciais ou exclusivos” do Brasil, bem como e o legado português; e a historiografia de cunho republicano entusiasmava-se com o liberalismo e pretendia aproximar o Brasil dos Estados Unidos nas relações internacionais, favorável ao liberalismo econômico. Em certa medida, encontram-se presentes em Oliveira Lima ambos os elementos. Ao mesmo tempo em que enaltece o passado imperial e glorifica os portugueses, e destaca o que seria parte da “essência brasileira”, também o negro e o índio como elementos construtivos do caráter nacional, fatores que sem dúvida possibilitariam a taxação de monarquista, Oliveira Lima é entusiasta também do pensamento liberalismo norte-americano, tanto que ao fim de sua vida exila-se voluntariamente nos Estados Unidos, falecendo em Washington em 1928.

Em sua biografia histórica de Dom Pedro II, o já citado José Murilo de Carvalho menciona por duas vezes “o republicano Oliveira Lima”²¹², em breves menções ao diplomata. Em ambos os casos, Carvalho refere-se aos últimos anos do Império, quando D. Pedro II encontrava-se às vésperas do golpe da Proclamação da República, e o jovem Manuel de Oliveira Lima ainda não atuava como representante brasileiro no exterior, tampouco já acumulava a autoria de livros. No primeiro caso, comenta Carvalho que

[...] dissera profeticamente [o conselheiro de Dom Pedro II, José Antônio Saraiva] ao republicano Oliveira Lima que, se proclamada a República, ‘os senhores verão o que é poder pessoal’. Mas, em seu pragmatismo, [Saraiva] não via outra saída a não ser a troca de regime. Também pragmaticamente, aderiu uma vez proclamada a República.²¹³

²¹¹ Entre 1896, Oliveira Lima escreveu uma série de artigos sobre a República do Brasil, que completava seus sete anos de vida, publicados no periódico francês *La Nouvelle Revue*, em Paris. A série de textos redigida em francês recebeu o título de “*Sépt ans de République au Brésil*”.

²¹² CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. Coleção perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²¹³ *Ibid.*, p. 207.

E na segunda menção se refere a uma ocasião em que Oliveira Lima sobe a bordo do navio em que D. Pedro II e a família real partiram para Lisboa e posteriormente para Paris, quando de seu exílio às pressas. Oliveira Lima, ainda como estudante na capital portuguesa, havia se dirigido à embarcação na qual estava o imperador deposto para saudá-lo. Comenta Carvalho:

[...] O futuro historiador Oliveira Lima, então um jovem republicano de vinte anos, foi a bordo saudá-lo [D. Pedro II] e se impressionou com o abatimento dos exilados. ‘Voltei para a terra pesaroso e envergonhado’, confessou mais tarde.²¹⁴

Embora tenha estudado com historiadores portugueses monarquistas de longa data, entre os quais se destaca o já comentado Oliveira Martins, que chegou a militar em um grupo de conservadores e restauradores da monarquia portuguesa, no início de sua carreira, enquanto estudante em Portugal, Oliveira Lima não vi a República, em seu surgimento no Brasil, como um aviltamento do regime monárquico. Não era crítico da monarquia brasileira, mas compreendia, a partir de seus estudos, que o sistema republicano, conduzido em sua gestão pelo Exército, era uma forma de manutenção das “tradições nacionais” quando “tudo desmoronava em torno do trono”. Esta visão sobre a ruína das instituições monárquicas e a necessária transição para a República se expressa principalmente em *FHdNB*.

Ao comentar os fins da vigência monárquica, Lima descreve a “crise social e econômica enfrentada pelo Império desde a Independência” (desde seu início!), isto é, a questão da abolição da escravidão, como “o mais grande dos problemas que o Império teve de resolver”, tencionado entre as pressões exercidas pela Inglaterra – as quais ele chama de “zelo humanitário”, alheio ou omissos aos interesses imperialistas ingleses da Revolução Industrial – e a “necessidade econômica” da manutenção da mão de obra servil a despeito de como esta já estava presente na organização produtiva do país²¹⁵. Embora o imperador tenha tomado uma posição de “liberalismo moderado”, de quem a “aspiração pessoal não podia deixar de ser filantrópica” “de maneira a dar satisfação às exigências da civilização”²¹⁶, o desagrado das elites

²¹⁴ Ibid., p. 237. José Murilo de Carvalho não faz referência à origem da passagem de Oliveira Lima que cita.

²¹⁵ “A abolição da escravatura foi o mais grave dos problemas que o Império teve a resolver. Os interesses agrícolas, onipresentes em um país de censo limitado à propriedade, se pronunciavam contra toda a iniciativa filantrópica do governo que, de seu lado, deveria procurar poupar o zelo humanitário da Inglaterra, pois esta houvera feito do empenho que tomara na extinção do tráfico dos negros a condição de reconhecimento de nossa independência” (OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 226).

²¹⁶ Ibid., p. 228.

fundiárias com os avanços no processo (gradual) da abolição, “em um país de censo limitado à propriedade”, foi o primeiro fator à pôr em cheque a autoridade do imperador:

A instituição monárquica sentia-se, ao contrário, esgotada e sobretudo abandonada nesse meio. Os elementos com os quais poderia contar, não somente lhe faltavam, mais ainda não cessavam de invocar seus motivos e de expor suas queixas. Assim, a Igreja se declarava atingida em suas liberdades essenciais. A vigilância do Estado, qualificada de despotismo, a ofendia. [...] ²¹⁷

Por fim, somado ao descrédito da Igreja Católica e ao descontentamento das elites agrícolas que dominavam a política nacional, a questão nacional asseverava-se a questão militar desde a Guerra do Paraguai:

O exército se sentia, de seu lado, desprezado e se dizia diminuído. A guerra do Paraguai tinha-o dotado das glórias militares, de que sentia antes a necessidade, e que serviram para tornar mais hostil sua atitude em face do trono, ocupado por um príncipe de temperamento muito mais burguês que guerreiro [...] ²¹⁸

E o conjunto de conferências que constitui *FHdNB* é selado com um breve balanço do que era o Império e o imperador às vésperas de 1889:

Se se desse ouvidos aos que atacavam nas vésperas de 1889 – e poucos eram os que cuidavam em defende-lo – o Império não oferecia mais à vista senão um acúmulo de erros. Suas liberdades no entanto não haviam nunca sido suprimidas: não se podia sentir-lhe a falta. Chegáva-se ao ponto de rebaixar os êxitos militares, com os quais o segundo reinado julgara apagar os reverses do primeiro. Muitos discutiam a sabedoria de nossas constantes intervenções diplomáticas e armadas em Montevideú, a justiça de nossa ingerência minuciosa e irritante nos negócios políticos da zona do Prata, a eqüidade da proteção tão belicosa conferida aos interesses de nossos nacionais. Uma das primeiras idéias, sugeridas por ocasião do advento do novo regime, foi a restituição dos troféus da guerra do Paraguai. E, se não foi posta em prática, deve-se a que os próprios começos da república foram militares, e a que os sentimentos dos oficiais, não imbuídos das doutrinas positivistas, tão em graça no exército, quero dizer, nos corpos de engenharia, de artilharia, de terra e mar, não podiam senão ser hostis a essa espécie de retratação. O exército tornou-se assim, instintivamente, o agente conservador, que reclamava a continuidade das tradições nacionais, quando tudo se desmoronava em torno

²¹⁷ Ibid., p. 230.

²¹⁸ Ibid., pp. 230-231.

do trono, quando a Igreja, a propriedade e o saber se recusavam a apoiá-lo à custa do menor sacrifício.²¹⁹

Um leve ranço ao positivismo escapa de Lima ao mencionar que os oficiais “não imbuídos das doutrinas positivas”, isto é, não adeptos do pensamento de Comte, seriam os que, por lealdade à pátria e às tradições nacionais, não aceitariam o gracejo do imperador ao tentar restituir os troféus da Guerra do Paraguai afim de amenizar o descontentamento nos setores do exército. Não por menos, ao observar que “tudo desmoronava em torno trono”, Lima deixa mais uma vez exposta sua concepção de que os elementos e agentes históricos convergem para que os fatos se desempenhem tal qual ocorrem, isto é, algo inevitável corrobora a trajetória dos acontecimentos. E esta inevitabilidade se consolida na aceitação do papel do exército em conduzir, de início, os caminhos do novo regime – mesmo após comunicar outras conferências que destacavam as qualidades do Império e de seus governantes.

Também ao ter contato com os Estados Unidos, Lima se aproxima, de alguma forma, de uma admiração para com o regime republicano. Em *Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais* (1899), registro publicado de suas impressões sobre o país quando de suas primeiras viagens à América do Norte²²⁰, Lima demonstrou-se extremamente entusiasmado com o desenvolvimento econômico norte-americano. Segundo o próprio autor, sua perspectiva seria a de “melancolia com o muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito”²²¹. Mas sua crítica aos “poucos e parcos avanços” da América Ibérica seria gradualmente amenizada, se convertendo na visão positiva de nossa colonização. Ainda assim, ao tratar dos “valores” cultivados pelo povo estadunidense e tentar descrever o “caráter nacional” dos Estados Unidos, o autor sobressai a liberdade com que a economia e o comércio são desempenhados no país, o progressismo latente na maneira de viver do cidadão norte-americano, que contrasta com seu balanço do Brasil nas conferências de 1891 – ao qual “faltava então no Brasil, como aliás ainda falta hoje, um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres”²²².

Faltava então no Brasil, como aliás ainda falta hoje, um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres. O pessoal político agitava-se em

²¹⁹ Ibid., p. 233. Grifos meus.

²²⁰ O período de Oliveira Lima nos Estados Unidos e o texto deste livro são analisados por Teresa Malatian no artigo “Oliveira Lima nos Estados Unidos” (*História Revista* – Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 13, n. 2, 2008, pp. 497-507). Também a tese de doutorado em História de Américo Alves de Lyra Júnior é indicada à leitura neste sentido (opus cit., 2008).

²²¹ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Nos Estados Unidos*, Impressões políticas e sociais. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, p. 17.

²²² OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 224.

uma esfera superior e fechada, ainda que apelando a cada passo para a soberania desse povo que, na realidade, não podia senão se furtar a uma intervenção direta nos problemas do governo, os quais eram, aos seus olhos, páginas indecifráveis. O corpo eleitoral, restrito como era – representativo por conseguinte, como se manifestava –, tomava entretanto de novo o hábito de se pronunciar contra as tendências de autoridade, e inaugurava definitivamente o regime de instabilidade governamental que deveria lançar o descrédito contra o sistema. [...] ²²³

Republicanista durante o império, ainda que moderado, e monarquista durante a República, mesmo trabalhando para esta? Seria Oliveira Lima, antes de tudo, um “contrarianista”? Uma possibilidade de explicação para tal ambiguidade pode vir da contextualização histórica do autor e das obras.

O narrar da história então, a forma como são encadeados os fatos e, sem escusas, emitidos juízos sobre eles, está envolto em temas e questões que o presente suscita: a pauta intelectual de criação de uma nacionalidade mediante a demanda da formação da cidadania republicana e o desenvolvimento de uma nova História do Brasil, alinhada às premissas do novo regime. Tais questões se estabelecem na lógica de carências de explicação que vai além das vontades e concepções particulares do autor, mas relacionam-se com a profunda situação existencial do Brasil naquele momento. Afinal de contas, o legado da narrativa da história tem uma relação concreta e direta com a elaboração da consciência e do pensamento históricos; e, neste momento, com a configuração do que se pretendia ser uma cultura política e cidadã.

Neste sentido, partindo de Paul Ricoeur²²⁴, compreendemos que as construções narrativas da História são figurações da experiência, e a pretensão do historiador é sim a de reconstruir o passado, reconstruí-lo narrativamente. Em *Tempo e Narrativa*²²⁵, este autor esclarece algumas questões capitais sobre as fundamentações e o funcionamento da operação narrativa da história. Para ele, a História é, antes de tudo, intriga: uma trama, um enredo no qual os fatos se concatenam narrativamente – e jamais de forma neutra. Mesmo as mais bem fundamentadas produções historiográficas constituem-se em algum tipo de narrativa. E a narrativa nada mais é do que o reconhecimento da experiência, a ordenação do tempo cronológico que, ao ser narrado, torna-se tempo humano, vivido: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”²²⁶. Assim, na perspectiva de Ricoeur, a narrativa histórica é considerada tanto verificação da experiência

²²³ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 224.

²²⁴ RICOEUR, opus cit., 1997, Tomo I.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid, p. 15.

social quanto a própria experiência tem sua historicidade atingida pela contemplação do historiador no ato de narrar.

Contudo, o principal problema que imediatamente se impõe à ideia de narração como organização da experiência é o da ética do historiador perante seu objeto de reflexão, o passado. Se o historiador não toma de fato o passado em suas mãos para organiza-lo – o que seria impossível, apreender a realidade em sua totalidade²²⁷ –, uma premissa óbvia, como confiar em sua produção? Poderíamos confiar que este não se utilizaria das evidências constatadas, limitadas e escassas, para benefícios próprios ou para ascensão e proveito de suas finalidades particulares? Relativiza-se assim a verdade na História, uma crítica que não é recente, mas que há tempos já era lançada em oposição ao reconstrucionismo²²⁸ positivista, e se renova com Paul Ricoeur, porém em novas reflexões.

É por constatar a limitação do contato do historiador com o passado, o fato de ele lidar com fragmentos que não são mais que representações do passado, testemunhos lacunares e imprecisos, por vezes aleatórios, que Ricoeur também se aproxima das teses dos narrativistas, considerando a historiografia como um tipo de ficção²²⁹. Não uma ficção desprezível e aberta à criatividade da fabulação, mas ficção porque o encadeamento dos fatos depende, em primeira e última instância, dos critérios adotados pelo historiador em seu trabalho de escrita. Ficção porque, embora o historiador essencialmente fuja da invenção dos fatos, em sua escrita há espaço para sua criatividade de escritor, no trato com as palavras. Ficção por se valer dos mesmos artifícios retóricos que outros gêneros ficcionais, literários. Mas diferentemente das ficções que a literatura (como forma de expressão artística) traz, a História tem pretensões de um discurso de “verdade”. E, sobre estes argumentos, compreendemos que a prática

²²⁷ Para maiores aprofundamentos sobre a impossibilidade de apreensão total da realidade (objetiva e subjetiva) e sobre a noção da realidade como uma construção social, ver: BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

²²⁸ O termo ‘reconstrucionismo’ deriva da sistematização realizada por Cardoso em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 3. A classificação divide a historiografia em modalidades filosóficas, maiores e anteriores à divisão nas escolas teórico-metodológicas centrais, pois se baseia na postura dos historiadores e em sua prática historiográfica, não em períodos ou substantivos próprios. São elas: reconstrucionista, construcionista e desconstrucionista. A primeira, cujo termo de designação empregamos acima, corresponde, segundo Cardoso, à historiografia do século XIX que ‘compartilhava das concepções otimistas da época [...] acerca do conhecimento, da possibilidade de identificar fatos e dados válidos independentes do observador – neste caso, o passado humano – com os quais empreende a sua reconstrução, dotando-a de verdade’ (Idem, p. 4).

²²⁹ Cf. Bona, Ricoeur se aproxima das teses de Hayden White, considerado como ícone maior do narrativismo que é associado a uma historiografia pós-modernista (tendência que Ciro Cardoso chama ‘desconstrucionista’, em obra supracitada), concordando em um ponto, o de que a história é uma narrativa de acontecimentos, e tudo mais decorre deste fato. Segundo Bona, a divergência entre ambos, que distancia Ricoeur dos narrativistas, é a discordância no que se refere à distinção entre história e ficção: Ricoeur não concorda que história e ficção são indistintas, para ele, ‘a característica principal do discurso histórico é o compromisso com o real’ (BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 41).

historiadora é uma prática constante entre a objetividade, para sempre incompleta, e a subjetividade de um olhar metódico que deve desprender-se de uma parte de si mesmo para atingir uma “boa” subjetividade – ética.

Em função desta perspectiva é que evitamos a classificação imediata de Oliveira Lima como “monarquista”, como pretende a maioria, ou simplesmente como “republicano”, como alguns também o afirmaram. Pois, ainda que verifiquemos em sua narrativa a emergência de questões contemporâneas, latentes em seu presente, em relação às quais ele se posicionava de formas que poderiam, hoje, ser condenadas ou taxadas de retrógradas, esperar que assim não o fizesse seria absolutamente esperar que não se posicionasse em relação ao seu objeto de estudos. E, se a verificação de elementos das duas posições é constatada, talvez o seja pelo fato de que tal divisão, por mais que seja criticamente elaborada e não meramente arbitrária, é uma construção posterior (de autores que só décadas ou séculos depois historicizaram o período, como Lippi ou Carvalho), e a insistência no enquadramento da política bipolarizada seria por completo anacrônica. Justamente em função disto, outros diplomatas também se prostravam abertamente como monarquistas e não eram criticados, pois não se dedicavam à militar por esta causa, como o próprio Barão do Rio Branco, enquanto Lima deixava transparecer seu apreço pela monarquia em seus escritos e também era crítico de alguns rumos da República.

Mas Ricoeur nos lembra ainda que a narrativa não coincide com o real por acidente ou ingenuidade, assim como não corresponde ao que de fato ocorreu no passado. Rompendo drasticamente com as posições reconstrucionistas que postulavam ser o historiador um investigador da verdade acontecida, afirma que a História é essencialmente uma construção retórica do historiador²³⁰. Ela é, destarte, uma forma de representar o passado, construída pelo sujeito, o historiador²³¹. E o controle, o limite que é imposto no caráter ficcional não é somente o dado documental, a informação contida no testemunho, na fonte, que deve ser tomada como verossímil: é, primeiro, o interlocutor. Mais que um livro de anais ou um esquema genealógico que procure apenas preservar dados sobre o passado, a narrativa historiográfica só se concretiza em seu leitor, é nele que a produção irá ter sucesso – caso seja aceita. O leitor irá, à sua maneira, e sempre única, produzir uma refiguração da intriga a partir de sua compreensão, construindo

²³⁰ RICOEUR, opus cit.

²³¹ No entendimento de François Hartog (2014), em uma abordagem que se volta à chamada História da Historiografia, a História é concebida como uma representação do passado, ou um discurso sobre o passado, assim como tantos outros que constituem as universalmente chamadas “fontes primárias”. Hartog não nega que o trabalho do historiador seja o de narrar a experiência social, mas salienta que a escrita da história, em si mesma, possui também sua historicidade; e assim pode ser tomada também como porta de acesso para a apreensão da experiência. Desta perspectiva emerge a possibilidade metodológica de que a própria historiografia seja apreendida como fonte pelo historiador, como um testemunho do passado, que, embora trate de ‘outro(s) passado(s)’, também é produto de um contexto específico, e trazem em si a marca de seu presente.

os sentidos que terão implicação prática e histórica, um processo que o tornará coautor na articulação da atividade de composição do autor. Assim, como lembra Ricoeur, “sob o título de subjetividade, esperamos que a história seja uma história dos homens e que essa história dos homens ajude o leitor, instruído pela história dos historiadores, a edificar uma subjetividade de alta categoria, a subjetividade não só de mim mesmo, mas do homem”²³².

Assim, a partir dos ensejos de Ricoeur, entendemos que a historiografia, enquanto produção narrativa, e em certo sentido ficcional do historiador, é também uma projeção das aceções e pretensões do mesmo. Em via de regra é, ao menos tem sido há séculos, na historiografia que se delineiam o que se convencionou chamar de “projetos de nação”, leituras do passado que articulam os fatos não somente pela experiência da vivência, mas buscando atender a anseios políticos que se pretende fazer coletivos, a criação da identidade nacional coletiva pela evocação do passado. Deste modo, viajando entre as temporalidades por meio da narrativa, jogando com passado e – quase sempre de forma mais indireta – também com o futuro, é o historiador quem dá sentido aos fatos, seja na maneira como os sequencia ou em suas interpretações.

No contexto do qual escreve Oliveira Lima, estes sentidos são ordenados em função de um projeto de nação específico, nas palavras de Marco Antônio Villa, como já o dissemos, “nem ufanista, nem pessimista”; para uma pretendida nação civilizada pela herança dos esforços da ex-metrópole colonizadora, diversa em sua cultura plural, e sustentada por um histórico de glórias no qual “grandes homens” determinaram grandes feitos. Novamente, como há milênios, a escrita da história se pretende mestre da vida. Talvez não mais da vida singular, mas agora mestra da vida coletiva da nação.

Assim, o ideal de nacionalidade que exala de toda a obra de Oliveira Lima assimila dois polos ideológicos que orbitam a política nacional de então: exalta o passado imperial sem deixar de preocupar-se com República de seu presente. O saudosismo passadista que destaca os sucessos de outrora se coliga com a expectativa de futuro, descrente com o cenário de uma cultura política alienada nas mãos das oligarquias latifundiárias, mas positivo quanto ao futuro de um país que convive com tamanha diversidade – o que é visto como uma riqueza cultural.

Sob a diversidade dos seus tipos, correspondentes à variedade das suas paisagens, o Brasil apresentava sob o Império uma notável homogeneidade de aspectos sociais, porque os elementos capitais da raça, da religião, da língua, da cultura, lhe eram comuns em toda sua extensão. Tradições, costumes, idéias, não divergiam portanto essencialmente de uma para outra província.

²³² RICOEUR, 1968, p. 171.

As próprias superstições traduziam idêntica origem, lusitânica, tupi ou africana.²³³

O contexto da Primeira República no Brasil foi marcado por disputas simbólicas e ideológicas em torno do tema da nacionalidade. Monarquistas ou republicanos, liberais ou conservadores, políticos, historiadores, artistas, muitos foram os agentes que se envolvem na explosão discursiva evidenciada neste momento. Além de despertar na população o sentimento de pertencimento patriótico, intelectuais e artistas viam-se incumbidos da tarefa de moldar tal sentimento de acordo com os interesses dos grupos que ocupavam a dianteira da política e da economia, dos quais faziam parte ou pelos quais eram patrocinados. Não bastava trabalhar no empreendimento nacionalizador, era necessário que se produzisse um senso de nacionalidade condizente com as expectativas das elites, que confirmasse o *status quo*. Por conta disso a presença de uma via interpretativa evolucionista em Oliveira Lima, que representava o passado como uma linha ascendente e progressiva em direção ao presente, defendia a “grande obra” dos governantes coroados, mas também compreendia a república como uma continuidade natural e da monarquia – esta, democrática em sua natureza, abria espaço para que uma verdadeira República viesse futuramente a se instalar²³⁴.

Exemplo significativo da perspectiva evolucionista da história em Oliveira Lima expressa-se na seguinte passagem de *FHdNB*, ao propor um rápido balanço da democracia – aparentemente como um tipo de “valor”, e não como um sistema ou um regime (tendo em vista que considerava o império como democrático) – no império:

A marcha do desenvolvimento político do país seguiu-se gradualmente, e a cadência entre monarquia e democracia estabeleceu-se tão distintamente, durante o tempo que durou essa evolução, que o trono do Brasil acabou por perder ali quase todo o caráter tradicional que lhe podia ser garantido pela natureza do regime, aproximando-se tanto quanto possível, o que quer dizer inteiramente, de uma república. Num dos documentos diplomáticos do tempo, daqueles que naturalmente não estavam destinados à publicidade, achei a este respeito a expressão de “República imperial”. O imperador, é verdade, se dizia tal: “Pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos”. Mas essa segunda parte do título era a mais exata, porque, como o observamos, se a Independência foi proclamada pelo príncipe, num belo gesto por meio de uma fórmula sintética (escreve Euclides da Cunha) que o povo podia perceber

²³³ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1989, p. 182.

²³⁴ Ao final da vida de Lima este entendimento do império como democrático e precedente de uma República realmente democrática, na mesma direção de que o fundacionismo de D. João VI era prelúdio para uma monarquia de justiça e ordem, se converteria em um saudosismo melancólico deste “império democrático”, mediante os rumos da política oligárquica.

imediatamente, e de que a nota romântica e teatral o encantou, o Império não foi proclamado no Rio senão mais de um mês depois, pela ação, superior e muito outra, da facção – chamavam-se assim os partidários nessa época – democrática, à qual o título de rei repugnava, justamente pelo que revivia do antigo regime e evocava do direito divino.²³⁵

Daí também a necessidade da emergência de uma nova historiografia, que viesse acompanhada dos ideais republicanos, como pontuou Guimarães, mas que nem sempre eram marcados pela heterogeneidade, como destaca Carvalho. Esta nova historiografia, que deveria atender à República, deveria também trazer uma explicação sobre a formação histórica da nacionalidade, contemplando sua fundação e sua manutenção, ainda que para isso tivesse de inventá-la. Deveria apontar para o passado monárquico como, de fato, passado, ido, mas não necessariamente um tempo a ser esquecido ou culpabilizado. Alguns intérpretes compreenderam este passado como o responsável pelo atraso; outros, como Oliveira Lima, perceberam nele “a alvorada do progresso e da civilização” – em escala evolutiva.

É neste quadro que Oliveira Lima produz uma narrativa histórica permeada por ambições nacionalizantes, a qual destaca-se entre seus pares no IHGB. Ambicionando contemplar a formação nacional como um todo, ia além de outros historiadores de seu tempo, quando a biografia e os estudos monográficos²³⁶ se destacavam (recortes de menor amplitude temporal). Pendia-se ao monarquismo, saudoso de uma era na qual a política era centralizada por uma liderança forte e não marcada pelo predomínio oligarca, mas não era totalmente avesso à República, como procuramos observar. Talvez sua escrita da história não seja exatamente um exemplo da nova historiografia que emergiria, republicana e pautada em valores democráticos e cidadãos, pois era ainda uma figura aristocrática gestada no mundo monárquico. Lima nasceu no Segundo Reinado, estudou em Portugal ainda monárquica, sintetizou as tensões dos dois mundos em transição; enquanto em sua outra face, a de diplomata, atuou a serviço da República.

2.2. A Revista Trimensal e a mudança de regime

²³⁵ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 170, grifo nosso.

²³⁶ Vide: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Tendo em vista a referida permanência do pensamento monarquista dentro de alguns círculos intelectuais e políticos após o início do período republicano, e tendo em vista também que os historiadores vinculados ao IHGB cumpriram dedicado papel de legitimação do regime imperial com sua produção escrita, acreditamos ser pertinente analisar uma parte do material produzido nos domínios do Instituto. Para tanto, neste tópico tomaremos à análise as edições da Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no lapso temporal que cobre os anos de 1888, ano anterior à Proclamação, a 1891, contemplando quatro anos de publicações regulares.

O recuo temporal se deveu à tentativa de observar mais especificamente a posição do Instituto Histórico quando do advento no novo regime, para que só então pudéssemos refletir sobre o contexto no qual estava inserido Oliveira Lima, bem como a conjuntura historiográfica por ele vivenciada. Afinal, há uma diversidade de interpretações entre os historiadores no que diz respeito ao funcionamento do governo republicano em seus primeiros anos com relação às suas semelhanças e diferenças com a organização da coroa e da aristocracia imperial. Elencaremos também as conclusões destes autores neste tópico.

A Revista Trimensal foi um periódico do IHGB que circulou desde o ano seguinte à fundação do Instituto, contemplando as temáticas que eram objeto do ambicioso projeto da instituição: a consolidação do Estado-imperial, bem como o fornecimento de subsídio histórico e ideológico à governabilidade a partir da leitura do passado que assim o proporcionava; a formatação dos vultos da nação e de seu correlato identitário e emocional, a nacionalidade; e a difusão de uma noção de civilização que estava necessariamente vinculada à ideia de “civilidade” que então imperava, pautada na cultura europeia (com o perdão da generalização), que, num primeiro momento, excluía de seu projeto os que se julgava não serem portadores desta característica: negros e índios²³⁷. A Revista tinha sua frequência de publicação semestral, mas cada edição publicada cobria sempre o período de dois trimestres, sendo que vinham a público dois volumes por ano. Posteriormente o periódico teve seu nome alterado, perdendo a palavra Trimensal de seu título, e atualmente é publicado com uma frequência de três edições por ano.²³⁸

Adentrando no *corpus* de fontes que selecionamos para este estudo, constatamos que em um primeiro momento, isto é, nas edições de 1888 e na primeira edição de 1889, verificase certo hiato na publicação de pesquisas recentes e inéditas sobre história.

²³⁷ Cf. GUIMARÃES, opus cit., 1988.

²³⁸ Atualmente publicada com o título de ‘Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro’ apenas. As abreviaturas ‘RIHGB’ nas notas seguintes referem-se às edições do periódico.

A Revista trazia em si uma característica de reflexo da carga de burocracia que desde já pesava sobre tudo o que tinha vínculos com a oficialidade, de modo que era de praxe que na primeira edição de cada ano constasse uma extensa e massiva listagem dos membros que então figuravam no conjunto de consócios e uma relação orçamentária dos gastos e despesas pretendidos para o ano que se seguiria; assim como era de praxe que na segunda – e última – edição anual constassem balanços e relatórios de gastos e listagens dos novos membros aceitos. O periódico consistia em um espaço de divulgação da produção do conhecimento histórico no (e sobre o) Brasil²³⁹, mas também um ambiente de prestação pública de contas da Instituição que o editava; e ainda o regular registro das atas das sessões e reuniões dos membros envolvidos conferia-lhe uma aparência de “caderno de registros” – literalmente um livro-ata.

Contudo, neste mencionado período, há uma grande quantidade de materiais dessa ordem, de modo a ofuscar as publicações e dar-lhes uma impressão de serem mais um conjunto de atas e ofícios do que um periódico de difusão e propagação de conhecimento, de trabalhos de pesquisa. Na parte II (segunda edição) do ano de 1888, por exemplo, mais da metade da edição de aproximadamente 400 páginas é destinada à publicação de atas das sessões ordinárias das reuniões dos membros do Instituto e de balanços, prestações de contas e listagens de associados e suas respectivas dívidas²⁴⁰. Isto de modo que poucos são os artigos dedicados realmente aos estudos de história ou geografia.

Na edição primeira de 1889, ao longo de 528 páginas,²⁴¹ uma tradução imensa ocupava 440 páginas sem que nenhum estudo recente tomasse parte do volume. A tradução é assinada pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, e trata-se de um catálogo genealógico datado de 1708, no qual constam as linhagens das famílias europeias (quase todas portuguesas) vindas para o Brasil entre os meados do século XVI e o início do século XVIII. Não exatamente uma tradução, mas um trabalho de adaptação ortográfica semelhante, considerando que a extensa genealogia já havia sido produzida na língua portuguesa.

Qual o motivo de comentar este hiato na produção do IHGB? A aparente “pausa” nas pesquisas que eram publicadas ocorre exatamente no momento de ápice da crise política no Império, imediatamente após ser sancionada a Lei Áurea (13 de maio de 1888) e no limiar do período monárquico. E, assim, a participação de poucos membros na organização editorial das

²³⁹ Cabe salientar que a Revista, assim como toda a produção do IHGB, de modo geral, dedicava-se apenas à história do Brasil, ao passado nacional, como pretendia; e a menção de outros contextos e países, i.e., de outras nações, só acontecia quando em intersecção a algum detalhe da história brasileira.

²⁴⁰ Não eram enunciados os nomes dos devedores, mas constavam os sócios que estavam com suas contas pagas.

²⁴¹ 514 páginas são enumeradas e se somam a um apêndice inicial que lista todos os associados desde a fundação do Instituto em mais 14 páginas contabilizadas em algarismos romanos.

edições da Revista pode ser compreendida pela hipótese de que o envolvimento dos letrados no conturbado cenário político da capital tomava seus ânimos e energias – que reforça-se se considerarmos que os historiadores em geral não possuíam formação específica na área de História, e muitos eram literatos, jornalistas etc., e quase sempre dedicavam-se à outras atividades profissionais.

Mas, se por um lado, o crescimento do pensamento liberal se opunha à instituição monárquica severamente e cada vez mais se vinculava aos grupos republicanos, e o comentado hiato produtivo que se verifica nas edições pudesse suscitar que este pensamento chegava ao IHGB e ganhava força após a abolição da escravidão e com a proclamação da República, esta conjectura não se sustenta pelas evidências das edições.

Ainda na primeira edição de 1891, mais de um ano passado o ocorrido no quinze de novembro, ainda figurava na abertura da Revista o timbre imperial que destacava a fundação do Instituto acompanhando o título: “Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata proteção de S. M. I.²⁴² o Sr. D. Pedro II”. Apenas na segunda edição deste ano a inscrição deixaria de fazer parte da capa da Revista, contraditória ao novo regime que havia sido instaurado – haja vista que se pretendia que a relação do IHGB com o governo fosse mantida também na República, principalmente por conta das verbas destinadas ao custeio do mesmo. O selo em latim, no entanto, carimbado também na capa, permanece até os dias de hoje, anunciando: “*Auspice Petro secundo, pacifica scientiæ occupatio*”²⁴³, ao lado do qual consta a inscrição, também em latim: “*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos. Et possint posteritate frui*”²⁴⁴. E a acepção monarquista do IHGB não fazia-se apenas de simbolismos, mas também, e principalmente, da produção de conteúdo (artigos, capítulos, biografias, ensaios e mesmo notas menores) que compunham edições da Revista.

Neste sentido, embora o referido hiato produtivo, observamos recorrentes enaltecimentos à figura do imperador e à instituição monárquica ainda nas edições de 1889, às portas da ruptura. A edição I deste ano (logo após o apêndice com a listagem de todos os membros desde a fundação do Instituto) é aberta com um canto épico enaltecendo D. Pedro II. Não se trata de uma ode²⁴⁵ carregada de lirismo e palavras doces, mas de um poema heroico

²⁴² ‘Sua Majestade Imperial’.

²⁴³ Tradução: ‘Sob a proteção de Pedro segundo, pacífica ocupação científica’.

²⁴⁴ Tradução: ‘Faço isso para prolongar seu sucesso pelos anos. E para o desfrute da posteridade’.

²⁴⁵ Cf. Massaud, a ode é um tipo de poema lírico que remonta à Grécia antiga. Neste tipo de poema as estrofes são simétricas, os versos possuem a mesma medida, e é enfocado um caráter de entusiasmo quanto ao homenageado pelo poema. Contudo, este entusiasmo é referente ao enaltecimento beleza, do belo, e era acompanhado de

que trata o imperador como um vitorioso “heróe”, “lutador” e “guerreiro santo” – nestas palavras.²⁴⁶

Salve, ó rei dos penedos! Sentinella
Que a mão do cataclisma reclinára
Entre assombros naturaes portentos
A’ estreita barra do famoso golpho ;
– Imagem do poder – vigia eterno
Da nova capital de novo império !

Sobre a tua cabeça as nuvens pousam,
E o pampeiro rugido em vão te açoita ;
– Generoso leão – volvendo a juba
Brame o oceano e a teus pés se humilha ;
O sol que alaga de sua luz o espaço
Doura-te e ao longe ao viajar te mostra
Qual gênio guardador da abra immensa,
Por Deos aberta do universo ás frotas.

[...]

Em pé, guerreiros! Não temais; á frente
Vêdes meu murrião – vosso estandarte !
– Eu sou o proprio archanjo da batalha
Que tem por braço do Senhor a dextra,
E por espada o raio crepitante
Que vos guie ao triumpho, vos abrindo
Entre cadav’res sanguinosa estrada ! . . .
– Eu sou o rei do oceano immensuravel ;
Meu batel, como um throno fluctuante,
Como as azas do tufão correndo os mares,
Afunda as frotas de cavados troncos,
Enrubecendo as azuladas ondas!
– Eu sou mesmo a Victoria – nos meus lábios
Sou clarim de Josué, que abate
Os fortes muros de cerradas praças !
– Eu sou o fundador das cem cidades
Do golpho immenso, que os gigantes guardam,
Sellados de meu sangue em meu martyrio.

[...] ²⁴⁷

melodias doces e harmônicas produzidas pelo acompanhamento da lira (instrumento musical semelhante à harpa) (MASSAUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.).

²⁴⁶ ‘Canto Epico lido na augusta presença de S. M. o Imperador na sessão do Instituto Historico em 3 de Dezembro de 1869 pelo socio honorario, 3º vice-presidente Joaquim Norberto de Souza Silva’, In: RHIGB, Tomo LII, parte I, 1889, pp. I-IX.

²⁴⁷ Ibid.

O poema data de 1867, e foi portanto escrito durante a Guerra do Paraguai, o que explica seu tom de discurso de arauto. Nas estrofes seguinte, continua invocando diversos acontecimentos históricos, sempre exacerbando o imperador como vencedor e ilustre ao mesmo tempo,²⁴⁸ ora elogiando-o, como nas duas primeiras estrofes citadas, ora teatralizando a voz do homenageado em primeira pessoa. Nas demais estrofes (28 no total) são mencionados, poeticamente, outros eventos, como os levantes revoltosos contra a coroa e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Interessante detalhe é que quando a referência é à esta guerra, o governante paraguaio, Solano Lopez (1827-1870), é mencionado como “a besta”.²⁴⁹

Também nas edições de 1890 observamos tratamentos de glorificação à monarquia, mesmo após a Proclamação. Na edição I deste ano, a qual foi dedicada à “Commemoração do centenario de Claudio Manuel da Costa”, verifica-se a publicação de leituras realizadas na sessão de 4 de julho do ano anterior, 1889, e nela aparece o nome do imperador na posição de presidente do Instituto – mencionado como “augusto presidente” –, e o anteriormente presidente, Joaquim Norberto de Souza Silva, abre a sessão na posição de diretor da casa. Na prática, entretanto, o antigo presidente continuava a tomar a mesma posição, ocupando-se das mesmas atribuições de porta-voz das sessões e orador dos discursos centrais, e D. Pedro é presenteado com o cargo apenas em uma função simbólica, e não performática. Contudo, a ata da sessão de 4 de julho de 1889 já havia sido publicada na edição II da Revista Trimensal no ano em que aconteceu,²⁵⁰ e nela D. Pedro não figurava como presidente. Ao ser publicada novamente a ata desta sessão, e com esta simbólica, porém importante, alteração, principalmente por ser republicada após o incidente da Proclamação, deixa expressa uma clara e imediata posição de repúdio ao ato da Proclamação, ainda que implícita, pois insiste na defesa da figura do monarca como soberano legítimo e digno de manter-se no trono. A escrita se manifesta, a exemplo do poema acima citado, como um ato essencialmente político, que se efetiva por parte do autor como uma reflexão e um posicionamento ativo²⁵¹.

²⁴⁸ Temístocles Cezar, pautado em Jean-Claude Bonnet, diferencia os dois grupos. Segundo ele: ‘homens ilustres’ são os nascidos da nobreza, “brilhantes” por natureza (que não poderiam tomar maior brilho, daí ilustres); já os ‘grandes homens’ são os enaltecidos pela realização de grandes feitos, seja pelas armas ou pelas letras. Segundo Cezar, ambos eram objetos das biografias do IHGB desde sua fundação até o início do século XX, e, no Brasil não houve uma distinção formal entre os dois tipos, diferentemente do processo de composição do panteão de heróis nacionais da França (CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. In: *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, jan.-jun., 2003, pp. 73-94).

²⁴⁹ RHIGB, Tomo LII, parte I, 1889, p. VIII.

²⁵⁰ RIHGB, Tomo LII, parte II, 1889, p. 428.

²⁵¹ Sobre a escrita como ato político, ver nota 32.

Esta posição é manifesta também em outros momentos e em outros trechos da edição. Em uma pequena nota, na primeira página após a capa e as folhas de rosto desta edição, consta o seguinte trecho:

Por mais que as gerações passadas que anteviram em seus dourados sonhos a granza, a independencia e a liberdade de nosso paiz, jamais previram que um rei nascido nesta terra americana e emballado pela auras brasileiras, viesse um dia assistir do alto do seu throno e como presidente de uma associação chamada a honrar as glorias da pátria – a reabilitação do primeiro martyr de sua liberdade e a glorificação de um de seus primeiros e distinctos poetas.²⁵²

É evidente que, “do alto de seu throno” o imperador é nomeado presidente da instituição, e não eleito dentro dos procedimentos formais da anuidade – pois se assim tivesse sido deveria constar nesta função desde as primeiras sessões daquele ano. Mas essa nomeação não se verifica na ata da sessão correspondente, apenas na edição seguinte, quando esta ata é republicada, na ocasião de uma comemoração, como dissemos.

Para além dos símbolos e alegorias que enaltecem o imperador, o conteúdo dos textos das edições paradoxalmente se divide com uma marca oposta: a de seleção e projeção de próceres de movimentos revolucionários de cunho republicano desde os tempos coloniais – ou atribuídos a um pensamento republicano. Este tipo de trabalho, evidente, estava alinhado desde então com a seleção das figuras históricas que passariam a ter lugar central no que seria um panteão cívico nacional, seriam futuramente os heróis nacionais republicanos, os quais eram pretendidos como alvos de admiração e grandes exemplos patrióticos à população – então constituída de cidadãos, não mais súditos que deveriam apenas admirar o imperador.

Percebemos aqui outro detalhe importante: o resgate e a aclamação de figuras engajadas em lutas e movimentos sociais de contestação, com o intuito de fortalecer historicamente o novo regime, era feito mediante uma tentativa de oferecer-lhe um estatuto de conquista popular por lutas históricas que pretendiam a República, retirando-lhe a impressão de continuidade natural do Império. É o caso principalmente das conjurações que ocorreram na região Nordeste. Entretanto, em via de regra estes personagens e movimentos antecederam em muito os ideais republicanos, como foi o caso das conjurações ocorridas no período colonial, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, as quais eram mobilizadas apenas regionalmente e sem pretensões relativas à independência de toda a colônia, sendo por vezes até mesmo contrárias à unidade nacional, portanto, separatistas. Esta tendência ganharia força

²⁵² RIHGB, Tomo LIII, Parte I, 1890, p. 5. Grifos nossos.

posteriormente, principalmente a partir da virada para o século XX,²⁵³ e estes que supostamente teriam lutado pela República seriam aclamados como os heróis do panteão cívico nacional, como foi o caso principalmente de Tiradentes. Neste caso trata-se de Claudio Manuel da Costa (1729-1789), poeta que também fez parte do projeto da Inconfidência Mineira.

A homenagem prestada nesta edição consiste em uma diversidade de materiais, produzidos ou reproduzidos, lidos nas sessões ou apenas publicados na edição: uma transcrição da ata da reunião de 4 de julho de 1889, a qual foi destinada a homenagear o referido poeta; alguns poemas de sua autoria, transcritos como “As Melhores Poesias do Poeta”; alguns poemas em homenagem à sua memória; e também algumas “Notas Biographicas”, destinadas a narrar brevemente sua vida. Constan também “Notas Bibliographicas” referentes a manuscritos e publicações raras de curta tiragem do poeta inconfidente. Um inventário comentado de peças históricas pertencentes ao biografado também integra a primeira parte da obra, no qual constam livros, roupas, joias (prataria e louças importadas) e um escravo. Por fim, são transcritos alguns documentos históricos como o auto de interrogatório, quando da prisão do poeta, e o auto de corpo delicto, posterior à sua morte (suicidou-se na prisão), e também trechos de obras nas quais ele é citado ou comentado. Salienta-se um trecho do enaltecimento do caráter heroico do homenageado e biografado:

É nos trances horriveis em que toda a esperança do futuro se abysma nas sombras do sepulchro, inevitavel escolho do naufragio fatal, que o suicidio póde ser desculpavel ao philosopho christão, que não quer, que se exime, que foge de fazer de seu martyrio o pretexto glorioso de sua canonisação. A liberdade tem os seus heroes como a Igreja tem os seus santos, e o suicidio politico é nos carceres da tyrannia uma coragem não digna das almas grandes como a resignação ao martyrio no Colliseu de Roma. Tanto direito tem uns à palama da santidade, como outros aos louros do heroísmo.²⁵⁴

O conjunto de textos sobre Claudio Manuel da Costa busca trabalhar sua figura revolucionária por meio de dados e notas que convergiam para a narração de sua vida e ao mesmo tempo enaltecê-lo. Uma clara tarefa de construção e afirmação de uma memória que não focaliza apenas a figura do poeta, mas que tem por seu objeto a monumentalização do passado e uma utilização dele visando alinhá-lo com expectativas e intencionalidades presentes: iniciar um procedimento discursivo que buscava garantir a formatação de uma consciência histórica e política na população, de modo a sustentar o novo regime.

²⁵³ Cf. CARVALHO, opus cit., 1990.

²⁵⁴ RIHGB, Tomo LIII, Parte I, 1890, p. 21.

Como explica José Murilo de Carvalho,²⁵⁵ a mudança de regime político criava também uma demanda ideológica. Se os foros de nacionalidade que eram pretendidos com a historiografia imperial inseriam o imperador e a monarquia no centro da noção de nação, na República a instituição da monarquia deixou de existir, dando lugar ao regime presidencialista (embora na primeira fase do período republicano tenha se destacado o governo provisório de militares, o que alguns chamaram de “República da Espada”)²⁵⁶, o qual implicava em eleições e em uma noção de participação política, de cidadania,²⁵⁷ uma nova concepção de nação passava a ter foco, pautando-se na trajetória histórica coletiva, protagonizando a massa anônima que dava volume ao corpo da pátria, o povo. A população em geral deixava o dever da lealdade para com o rei e passava a dever lealdade apenas à sua pátria, deixava de ser súdita e se tornava cidadã, e uma nova concepção de nacionalidade emergia como necessária, uma nacionalidade que tivesse a *res publica* como seu centro, e não mais o trono.

O fato de constarem odes à figura de Claudio Manuel da Costa nesta edição por si só já é suficiente para afirmar que a pretensão era de enaltece-lo, mas os motivos para o empreendimento vão além. Ao tratar o poeta inconfidente como “primeiro martyr precursor da ideia da independência nacional”²⁵⁸ e defender a Inconfidência Mineira como protótipo de uma ideia de independência nacional e de instauração de uma república inspirada na Revolução Francesa, os trabalhos desta parte da edição convergem para um entendimento comum de que a revolta buscava emancipar a colônia de sua metrópole; no entanto, buscava antes a independência da província das Minas Gerais auríferas por meio do separatismo²⁵⁹. Da mesma forma, a conjuração se torna símbolo de uma luta pela democracia e, ainda que a palavra não tenha sido empregada, é visível que se operacionaliza em prol da implantação do sistema republicano. Quanto às forças militares à serviço da coroa, que rechaçaram a revolta, estas não são criticadas de forma alguma, tampouco demonizadas como reacionárias: entendem os autores das peças textuais, principalmente nas “Notas Biographicas”, que era prioridade naquele momento a manutenção da colônia unificada. Não é criticada a coroa, que suprimiu a conjuração (na qual militava o poeta biografado) antes que fosse deflagrada, pois – eis o paradoxo – desta mesma coroa descendia o imperador que estava presente na sessão de

²⁵⁵ CARVALHO, *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁵⁶ Por exemplo: LOVE, Joseph L. ‘Political Participation in Brazil, 1881-1969’. In: *Luso-Brazilian Review*, n. 9, s. 2, 1970, pp. 3-24.

²⁵⁷ Para Carvalho, a ideia de cidadania também teve uma dinâmica histórica no Brasil, pois os direitos e deveres não foram sempre os mesmos, de modo que a condição de cidadão investiu-se de significados diversos nos diferentes períodos da história do Brasil.

²⁵⁸ RIHGB, Tomo LIII, parte I, 1890, p. 15.

²⁵⁹ Cf. FAUSTO, 2010, p. 114-119.

homenagem, o qual era “fundador, protetor e então presidente do Instituto”. Mas, na contramão, a identificação de vislumbres republicanos na distante insurreição também não entra em contraste com o fato de ser o mesmo imperador ali presente a personificação do Antigo Regime, pois era sabida a inclinação de Pedro II ao republicanismo²⁶⁰.

Está presente também na primeira edição de 1890 da Revista um artigo de 23 páginas sobre a simbologia da bandeira nacional, intitulado “A Bandeira Nacional, memória histórica”.²⁶¹ O texto pretende fazer-se explicativo sobre as origens da bandeira, os significados dos elementos nela presentes e sobre as alterações sofridas pelo estandarte ao longo do tempo. No final deste escrito há uma crítica à tradição de culto aos símbolos nacionais e brasões, a qual é tratada como decadente:

Não concluirei sem fallar da grande falta que temos de brazões e corôa muraes. Apenas as possuem uma ou outra de nossas cidades antigas, outorgadas nos tempos coloniaes. Algumas que têm perdido o titulo de *imperial* nunca tratáram de obter o seu condigno escudo de armas, pois mais depressa se apressam em tiral-o os nossos recentes nobres e titulares sem que muitas vezes tenham aonde ostental-os.²⁶²

E segue defendendo o que é o brasão e sua importância: “O brazão é e será de todos os tempos e não é uma vaidade senão individualmente. Figura nos monumentos e em lugar proeminente, e as belas artes o tem na conta de ornatos significativos”.²⁶³ Uma pequena nota de pouco mais de uma página consta ao final deste texto, um “Additamento” (adendo), no qual é descrita a substituição da bandeira imperial pela republicana, cujo “o effeito que produz esse azul sobre o amarello é pessimo e de mau gosto, e a bandeira sem vida parece dissolver-se nos ares, quando ella, segundo a bella expressão do bispo de Targes, representa a alma de um povo”.²⁶⁴ Visivelmente, escarnece a simbologia que então é empregada no novo regime em detrimento da glória do império. E são feitas sugestões de símbolos que poderiam ser adotados no lugar da coroa que antes figurava, em referência de analogias à símbolos romanos (por conta

²⁶⁰ O apreço de D. Pedro II pelo republicanismo e pela democracia é verificado por diversos de seus biógrafos, tanto em sentenças que o imperador teria escrito ou dito em situações diversas, e hoje é um consenso. Sem nos aprofundarmos desnecessariamente neste detalhe, basta ser recordada a inércia a que o governante se prestou após o golpe militar em 1889, mantendo-se sem grande reação e não resistindo mediante o agravamento da Questão Militar desde o início daquela década. Para mais informações, vide a biografia histórica *Dom Pedro II* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007) escrita por José Murilo de Carvalho, especialmente o capítulo 22, intitulado ‘O imperador e o povo’, pp. 175-181.

²⁶¹ RHIGB, Tomo LIII, parte I, 1890, pp. 243-266. É lido pelo então presidente Joaquim Norberto de Souza Silva, mas não consta assinatura de autoria nem no início e nem ao final.

²⁶² Ibid., p. 264. Grifos do autor.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid., p. 265.

do modelo político ter sua origem na Roma antiga) e de elementos da fauna e da flora brasileiras.

Como afirma José Murilo de Carvalho, “modernamente, alguns símbolos nacionais se tornaram de uso quase obrigatório [na constituição da nacionalidade], como a bandeira e o hino. Tornaram-se a identificação oficial dos países”.²⁶⁵ Para este autor, os primeiros anos da República são marcados por uma guerra ideológica que toma conta do cenário político, e tem como campo de batalha os símbolos e mitos cívico-nacionais, elementos estes que tinham maior impacto sobre o imaginário coletivo da população brasileira (que em sua maioria era analfabeta). Entretanto, a articulação da simbologia cívico-nacional não se resume ao delineamento de identidades. Por detrás dos símbolos e dos heróis estão presentes os modelos de sociedade, de organização política e muitas vezes de manutenção da hegemonia dos grupos dirigentes. Esta disputa da qual fala Carvalho não seria travada somente por monarquistas *versus* republicanos, mas também entre as diferentes ideias republicanas (liberal, jacobina, positivista etc.), e, como a citação da fonte exemplar, começava imediatamente após a Proclamação.

A escrita da história se apresenta então de forma monumental na RIHGB, mesmo após 4 décadas de produção, como uma forma de imposição de uma memória oficial, controlada e sustentada por interesses dos que têm poder sobre ela. Nesta, a historiografia se opera como um lugar de memória,²⁶⁶ um lugar em que a memória é produzida e propagada, no qual se produzia um olhar sobre o passado que pretende enraizar-se no consciente coletivo nacional – e a partir desta leitura do passado delimitar uma autoconsciência nacional, um sentimento de nacionalidade e uma consciência política, que fosse compatível com o novo regime, mas que não ofuscasse o poderio dos grupos que permaneciam hegemônicos desde o império; lugar de fabricação do passado.

Na edição II da Revista Trimensal no ano de 1890 é publicado um trabalho datado de 1749 e de autoria supostamente anônima, intitulado “Narração Historica das Calamidades de Pernambuco, Sucidadas desde o anno de 1707 até o de 1716 com a notícia do levante dos povos

²⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, opus cit., 1990, p. 14.

²⁶⁶ Pierre Nora esclarece que ‘mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou’ (NORA, Pierre. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993, pp. 21-22).

de suas capitâneas”.²⁶⁷ A narração das “calamidades” trata dos conflitos locais que a historiografia convencionou chamar de Guerra dos Mascates (1710-1711). Os conflitos foram travados entre os senhores de engenho pernambucanos (concentrados em Olinda) e os comerciantes reinóis (portugueses da metrópole, pejorativamente taxados de “mascates”, concentrados em Recife), e atualmente é unânime sua classificação como um movimento nativista: que não reivindicava a independência política e nem contestava o Pacto Colonial desempenhado pela metrópole²⁶⁸ – diferentemente da já referida Inconfidência Mineira, a qual era um movimento emancipacionista.

O texto é uma descrição detalhada realizada por um observador *in loco*, organizado na forma de uma narrativa que não nega esforços em tecer juízos valorativos sobre os acontecimentos. Mas por que havia sido selecionado um trabalho escrito há (então) mais de 150 anos, justamente em um contexto tão conturbado para a política nacional e tão incerto para o Instituto? Por que não deixá-lo para um momento posterior, ou porque ainda não havia ido à público anteriormente? A hipótese do hiato na produtividade das pesquisas do IHGB, anteriormente levantada, talvez seja válida também para responder a estas indagações: a diminuição de trabalhos de pesquisa concluídos proporcionou espaço para que o texto esquecido viesse à público. Mas por que então dar-lhe destaque como o primeiro texto desta edição, abrindo-a em suas primeiras páginas? Como não dispomos de condições para averiguá-la mais precisamente, confrontando a frequência e o teor das edições da revista com as publicações de outros periódicos que circulavam na capital neste momento histórico, pensaremos em outro viés de resposta para estas indagações.

Considerando o contexto no qual a publicação se realizou, a inscrição desta narrativa na Revista denotava mais do que uma denúncia das referidas calamidades e mais que a simples difusão de um trabalho de cunho historiográfico que interessaria à comunidade leitora e/ou integrante do IHGB. Antes de entrar no texto propriamente dito, abrindo esta sessão da edição, são reproduzidas algumas considerações de cunho teórico do autor anônimo, tematizando as razões de escrever história e as possíveis funções desta mediante o esquecimento e a recordação pública (que pode ser entendida como a memória social coletiva). Ao vir à tona esta posição, um posicionamento ideológico parece ser resgatado, percebido pela forma como os fatos narrados se encadeavam e como deles se tenta tirar proveito de ensinamento moral. Esclarece o anônimo autor que

²⁶⁷ RIHGB, Tomo LIII, parte II, 1890, pp. 1-307.

²⁶⁸ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco (1666-1715). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

como as escrituras sejam remedio infalivel contra os axaques do esquecimento, quero a troco de algum trabalho reservar para mim este medicamento, já que tem sido tal a incuria dos moradores d'esta praça (porque os de fóra bem sei não hão de tratar d'isso) que até o presente não houve algum mais suficiente (havendo tantos) que por mim o tomasse [...] ²⁶⁹

A narrativa é exposta e iniciada como uma forma de remediar os padecimentos pelo esquecimento, uma rememoração; mas não demonstra ser apenas uma simples tentativa de lembrança despreziosa, e sim de construção e instituição de uma memória enquadrada com relação ao evento. A praça central do povoado de Recife (que inicialmente era submetido à Olinda), na qual realizava-se quase todo o comércio dos referidos “mascates”, é retratada como um ponto de encontro de “vadios e desocupados” dali, em torno do qual habitava a maior parte das “pobres almas” da cidade, lugar onde imperava a desordem e a violência. Da mesma forma, a tentativa de independência do povoado recifense de Olinda é retratada na narração como uma afronta à ordem – ordem que não é apenas social, mas também influenciada pelos poderes da “providência divina”. Deste modo, o texto apresenta-se como uma observação elitista do passado, inserindo os latifundiários que eram contrários à vinda dos *reinóis* e seu comércio como os que de fato tinham direito sobre a atividade comercial na região, e que teriam sido vitimados pelo conflito após terem seu espaço invadido.

Não obstante, ressoa uma tônica antiliberal e até aristocrática, e que se afirma fortemente sobre os valores e a moral cristã ao longo de toda a narrativa – posturas que corroboram a tendência pró-monarquia. Destacamos alguns trechos onde esta característica se ressalta:

A todo o individuo racional dotou o seu Creador de natural logica, uns mais, outros menos, conforme a melhor ou peor constituição dos seos temperamentos, e a perfeita ou imperfeita organização dos ductos corporeos, por onde a alma suas funções exerce. [...] ²⁷⁰

Á pessoa de vossa mercê grande Deos muitos annos para honra de seos criados, e credito da faculdade. ²⁷¹

[...] e por seo respeito a todo Pernambuco, que só a piedade de Deus poderia acudir, como acudio, a tantas miserias, como no decurso d'esta narração veremos. ²⁷²

[...] como os terceiros de São Francisco intentarão fazer a sua procissão de cinza no Recife, e do grande empenho com que cada cidade lhe impedirão;

²⁶⁹ RIHGB, Tomo LIII, parte II, 1890, p. 2.

²⁷⁰ Ibid., p. 6.

²⁷¹ Ibid., p. 8.

²⁷² Ibid., p. 15.

conta-se o milagre de uma imagem de Nossa Senhora de O, que parece foi prognostico das calamidades que depois sucederão.²⁷³

Considerando que a produção historiográfica nestes meados do século XVIII pautava-se metodologicamente na busca pela verdade, a qual estaria puramente contida nas fontes,²⁷⁴ como tratamos anteriormente, e que as fontes analisadas para a narração destes quase 9 anos de acontecimentos eram quase todas documentos oficiais produzidos no seio do Estado, não é de nada inusitado que o autor (anônimo) trate os comerciantes como “bandidos e perturbadores da ordem”; pois o comércio que buscava fugir dos altos impostos trazia em si práticas liberais, que eram avessas à política econômica desempenhada pelo mesmo Estado colonial. Assim como as ligações com a moral cristã são esperadas neste contexto – o texto foi produzido, conforme consta, em 1759, auge da exploração colonial.

Ocorre que a visão essencialmente cristã se opera de modo que não apenas insere palavras relacionadas a saudações católicas e referentes ao monoteísmo, mas implica em uma visão fatalista do processo histórico, de uma inevitabilidade histórica pautada em essencialismos e teleologia, a qual, com efeito, repercute em uma relação de causalidade que elabora ensejos e destinos, motivações e “castigos” ligados à transcendência. Por exemplo, ao fim do enredo:

E por ultima concluzão que se entenda, que suposto as calamidades que n’ella noticio, sublevações do povo, cerco do Recife, tapamentos da ponte, e tudo o mais molesto, que os moradores de Pernambuco experimentarão, e estão experimentando, suposto digo, tivessem por cauza proxima a emulação dos naturaes da terra com os Recifenses e filhos do reino, a cauza remota forão os pecados de todos, aos quaes a justiça divina quiz castigar por este meio. O que importa é daqui por diante, com a emenda das vidas e reforma dos costumes, fazermos-nos merecedores das felicidades, de que carecemos; pois desde o sobredito castigo até o presente não se vê em todas estas capitánias mais que mizerias.²⁷⁵

O IHGB ainda não havia sido fundado quando supostamente esta narração foi escrita, e por isso não se pode falar que se tratava de uma escrita da história oficial, formalmente vinculada ao Estado; mas o fato de ter sido publicada neste momento de emergência da República demonstra que esta visão não era de todo discrepante da que se propagava no ano da

²⁷³ Ibid., p. 19.

²⁷⁴ Cf. CEZAR, 2003; GUIMARÃES, 1988; OLIVEIRA, 2013.

²⁷⁵ RHIGB, Tomo LIII, Parte II, 1890, p. 307.

edição da Revista, 1890 – pois se o fosse não teria sido aceita como compatível com a publicação. Mas, ao contrário, é publicada como o texto de abertura da edição.

O que é de fato incomum é o motivo de tal narrativa ser anônima. Se ainda não havia sido anteriormente publicada, sendo portanto até então desconhecida, estas “narrações das calamidades de Pernambuco” eram de fato anônimas, datadas de 1759, ou teriam sido escritas na emergência do crepúsculo da monarquia? Com relação a isto não podemos fazer mais que levantar hipóteses e conjecturar. Nossas observações são demasiado breves, e nos debruçarmos somente sobre as edições da Revista Trimensal, o que não é o bastante para respondermos a todas estas perguntas. Perseveramos que estes questionamentos suscitem trabalhos futuros e que estes contemplem mais farto *corpus* documental.

Manuel Salgado Guimarães²⁷⁶ argumenta em favor de que a mudança do regime político refletiu-se também sobre o regime historiográfico de então, e uma considerável guinada operacionalizou-se principalmente em torno da produção de História que orbitava o IHGB. Um tanto evidente a verificação deste autor, se considerarmos que a tradição do Instituto era de um estreito vínculo com a monarquia e especificamente com a figura do imperador. É assertiva a constatação do autor, mas a intensidade desta mudança é que nos inquieta. Foi automática a mudança do perfil monarquista do instituto e de seus membros, ou gradativa?

A partir da análise das fontes, o que se percebe é uma contradição de ideias: ao mesmo tempo em que a glorificação do imperador é presente e resistente, verifica-se também a operação de um resgate histórico dos movimentos e insurreições, que se coloca a serviço do regime republicano. Seria reconciliador alegar que o novo regime não emerge de um asseverado conflito com o antigo, e para tanto poderíamos afirmar em favor desta hipótese que a Proclamação da República foi um evento pacífico, e não fruto de batalhas e revoltas como aconteceu em praticamente todos os países, e que tentava-se criar uma noção de continuidade em uma perspectiva evolucionista da política, assim como a partir da independência tentou-se criar uma ideia de continuidade da hegemonia portuguesa no novo império – e o próprio IHGB surgiu com esse intuito. Mas o evento evocado para este empreendimento é justamente uma revolta contrária à coroa, que pretendia depor o governo provincial (ou, na leitura que fazem dele, o governo geral e o poderio da coroa); e a polarização diametral entre o antigo e o novo se faz irreduzível. Podemos afirmar então que, neste momento de advento da República no/do Brasil, se fazia contraditório o papel do IHGB em sua tradicional relação com o Estado – que

²⁷⁶ GUIMARÃES, opus cit., 1988.

se expressava por meio das publicações da Revista Trimensal. Contudo, insistir em reduzi-lo ao caos é também problemático, pois trata-se de um lugar formal e oficial da produção do saber.

Não obstante, o que nesta observação inicial pode ser visto como contraditório e incoerente pela mescla de, ora elogios e aclamações ao imperador posteriores ao início da República, ora o resgate do remoto passado colonial em um trabalho de legitimação do novo regime, pode ser interpretado também como uma gradual adaptação que se realizava sem a negação do que até então havia sido feito. Embora o discurso monarquista que se opera como fundamento das aclamações do império e de “Sua Majestade Imperial” ainda se fizesse presente, entre biografias de ilustres e invocações que mesclam profissões de fé religiosas e políticas, emerge também um discurso da República como uma conquista de lutas populares que remontam a tempos longínquos, pois a partir de então o foco da nacionalidade não era mais a órbita da coroa, mas o elemento popular. E se por um lado a mudança no *topos* verificada por Koselleck²⁷⁷ levaria alguns anos (ou décadas) para se consolidar e atingir reverberações em uma nova historiografia, esta já começa a ser percebida desde este momento, e a mudança se fez também pela necessidade de manutenção do vínculo do instituto com o Estado.

Como destacou Michel Foucault, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”²⁷⁸. A ordem agora era outra, e dever-se-ia buscar atender às exigências que a ela se empunham; o discurso histórico gradualmente tornava-se outro, passando a funcionar sobre outros mecanismos, outros conceitos e outros agentes sociais, mas sem abandonar a função do saber que o fabricava em uma íntima relação com o poder.

²⁷⁷ KOSELLEK, opus cit., 2006.

²⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, opus cit.

Capítulo 3

Os heróis nacionais na historiografia de Oliveira Lima

Infeliz a terra que não tem heróis! Não. Infeliz a terra que precisa de heróis.

Bertold Brecht²⁷⁹

A geração de historiadores da qual Manuel de Oliveira Lima fez parte foi a primeira geração brasileira de intelectuais da República, a primeira a dispor da possibilidade de historiar o período do Império “de fora” deste, por assim dizer, tomando-o como um contexto amplo que já lhes pertencia ao passado, e não mais como uma “história do tempo presente”. Embora ainda carregasse muito da prática historiográfica que era própria da geração antecessora, demasiadamente factual e pouco reflexiva, expressando a moral cristã fortemente arraigada – que muitas vezes conduzia a atividade historiadora a um juízo de valor pautado nesta cosmologia religiosa –, foi a primeira geração a observar o Império de outra maneira que não a do observador *in loco*.

Com efeito, o que diferia de mais substancial entre o que viria a ser – ou que se pretendia ser – uma historiografia republicana e a escrita da história que era praticada no período imperial era o lugar que era dado aos agentes históricos na experiência do passado que pretendida na enunciação narrativa. Se a geração antecessora era centrada num ideal de nação que inseria a figura do imperador e as instituições monárquicas como o cerne do elemento nacional²⁸⁰, a geração das primeiras décadas do novo regime, da qual Lima era partícipe, se debruçaria sobre a trajetória de composição do elemento nacional – ou da nacionalidade, como era de praxe nominar – tendo em vista que este correspondia tanto ao contingente populacional, o povo brasileiro propriamente dito, quanto às práticas e produções culturais que eram tidas como singulares e únicas do Brasil – embora as noções de cultura disponíveis estivessem distantes das que refinamos e dispomos atualmente em interface com as Ciências Sociais.

Conforme Angela Alonso observa em sua pesquisa de doutoramento²⁸¹, desde a década de 1870 verificava-se um deslocamento nas ideias da maior parte dos intelectuais brasileiros, no qual têm parte também os historiadores. Uma “nova geração” se inseria no debate

²⁷⁹ BRECHT, Bertold. A vida de Galileu. In: *Teatro completo*. Vol. 06. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

²⁸⁰ Cf. GUIMARÃES, opus cit., 1988.

²⁸¹ ALONSO, opus cit., 2002.

historiográfico, a qual era até então politicamente marginalizada por alimentar expectativas sintetizadas em noções como república, democracia e abolicionismo – principalmente esta última. Decorre da “geração de 1870” um processo de reescrita da história, no qual a seleção do povo como protagonista do passado é característica predominante. Tal mudança não se deu de forma brusca, mas gradual, de modo que as principais características retóricas da geração anterior ainda se mantinham operantes nesta, persistindo o tratamento da história como um tipo de “guia” para a orquestração da política e para a formatação da nação – a tópica ciceroniana da *historia magistra vitae*. O que se alterava, em suma, era que o elemento central e humano da narrativa do passado aos poucos deixava de ser os grandes homens (ou os “homens ilustres”, isto é, “lustrados” pelo historiador) e passava a ser o coletivo populacional, este tratado de forma homogênea. A enunciação historiográfica se encaminhava para a representação de um elemento humano ímpar: singular, diante das demais nações, mas coletivo em sua composição de gentes.

Não havia uma retaliação à historiografia antecessora, tampouco qualquer negação da legitimação imperial ou do caráter elitista das narrativas que privilegiavam sempre as lideranças dos grandes nomes; de modo que não se pode falar de um choque entre as duas gerações, mas, nesta segunda, o “povo” passava a ser tomado como substrato da narrativa. Neste sentido, o objetivo de “guiar” o presente pelo aprendizado do passado que era delegado à história, deixava de servir somente aos líderes, aos grandes homens em formação ou em atuação, e se voltava a guiar a população que compunha a nacionalidade, o “povo”, tornando-se este o alvo do discurso do historiador. Não se tratava de uma ruptura, propriamente dita, mas antes de uma reforma, uma curva, por assim dizer.

Podemos afirmar que neste momento ecoava na ex-colônia o processo que se deu no continente da ex-metrópole no século anterior, o que Reinhart Koselleck observou como a transição da *historia magistra vitae* para um novo *topos*: criar-se-ia uma nova concepção de história protagonizando o singular coletivo, a coletividade nacional²⁸². Para Koselleck, a emergência da disciplina da História inaugurou a própria Modernidade em contraposição ao chamado Antigo Regime. O léxico “modernidade”, que se impôs no século XIX, foi gestado a partir da experiência da derrubada do Absolutismo para demarcar uma periodização temporal, uma unidade coerente dotada de sentido histórico; e a ideia de um progresso, neste sentido, passa a ser engendrada pela narrativa da experiência histórica. A nova “consciência da época” (como tratava Hegel), no século XVIII europeu, era caracterizada pelo fato de o próprio tempo

²⁸² KOSELLECK, opus cit., 2006.

não ser visto mais apenas como fim ou como começo, mas como um tempo de transição, adquire uma força impulsiva diacrônica (passado-futuro), condição pela qual o novo regime político (republicano) se organiza e projeta a sociedade de seu presente: civil, cidadã, não mais servil ou súdita – ao menos teoricamente. A História deixava de lado seu tom de exemplo para a vida individual dos que a ela tinham acesso, para dedicar-se à configurar uma consciência coletiva pautada numa grande explicação da trajetória coletiva da população nacional, do povo que compunha – ou passaria então a compor – a nação. A história (historiografia), enquanto saber, se tornava, neste quadro, um indispensável instrumento para forjar a nacionalidade, mas sem ser despida de suas relações com o poder.

Ora, caracterizar o povo como elemento essencial do pretendido “caráter nacional brasileiro”, e recompassar o tempo pela narrativa do passado, não significava necessariamente deixar de produzir uma história centrada nos grandes homens (os “bem nascidos”) ou nos homens ilustres (realizadores de grandes feitos), para narrar uma história que viria a protagonizar sobremaneira o povo, fosse como massa homogênea ou fosse como contingente marcado pela diversidade. Quase sempre significava apenas um rearranjo dos nomes protagonistas da trajetória nacional, a figuração de um novo elenco que estivesse alinhado com os interesses pretendidos pelos novos parâmetros de nação ou pelos novos dirigentes da nação neste novo período. Os grandes homens continuavam figurando como condutores da trajetória da nação.

Neste sentido, José Murilo de Carvalho²⁸³ observa que, quando da seleção dos grandes nomes que passariam a figurar no panteão cívico da República, isto é, que seriam apresentados pelos historiadores e pela memória oficial por meios de monumentos públicos e obras de arte como os heróis da nação, houve uma intensa disputa entre as diferentes versões da história que se faziam presentes no contexto do início da República no Brasil. Embora a pluralidade entre os republicanos, divididos entre liberais radicais, jacobinos e positivistas, e os monarquistas, fossem saudosos e silenciosos ou os ativos na militância pela restauração – e não negando um componente de disputa e tensão neste pluralismo –, estas variantes internas no republicanismo e no monarquismo não se digladiavam entre si, não combatiam-se na imprensa ou com críticas umas às outras, apenas destacavam diferentes heróis para figurar no panteão cívico nacional.

A tese de Carvalho é a de que os republicanos venceram pelo esforço, isto é, inseriram seus personagens no grupo de heróis da nação pela intensidade de sua campanha, embora, grosso modo, o povo fosse em sua maioria monarquista, e os resquícios desse monarquismo

²⁸³ CARVALHO, opus cit., 1990.

apático e servil da população se manifestaram ainda na aceitação de heróis e santos com características fortemente vinculadas, simbolicamente, à monarquia e a coroa. É o caso de Nossa Senhora Aparecida, santa católica de origens obscuras, aceita como padroeira do Brasil, que se vestia como uma rainha de coroa e manto; e da alegoria feminina da República, uma mulher frágil, que representava a incerteza e a submissão do novo regime aos que de fato mantinham poder sobre o cenário político, independente do regime ou do sistema implantado, mas pela força da hegemonia econômica. Entretanto, não desconsiderando os méritos e a originalidade da obra de Carvalho, o autor está mais interessado em mapear as simbologias e as vinculações ideológicas dos perfis que se consagraram como heróis, isto é, mais a fabricação dos heróis, como Tiradentes, e dos símbolos nacionais, como a bandeira, as armas e os hinos, do que seu funcionamento social.

Em obra recente, a brasilianista francesa Armelle Enders historiciza várias instituições e focos de enunciação envolvidos no processo de fabricação dos heróis e dos “grandes homens” no Brasil imperial e republicano. Sua obra *Os Vultos da Nação*²⁸⁴ trata da institucionalização da história no Brasil, no advento do regime moderno de historicidade²⁸⁵, a biografia histórica como gênero literário, as diferentes formas narrativas de representação do passado (poética, épica, literária, historiográfica, a pintura, a escultura) e também algumas relações entre o culto religioso e o culto de personalidades consagradas pela história, nem sempre ligadas à política (como atletas e celebridades do cinema e da música), mas que quase sempre se ligam de alguma maneira à cultura política brasileira da modernidade. Pautada em ampla bibliografia e num vastíssimo *corpus* documental, Enders procura analisar sobretudo o significado político da historiografia oitocentista, e na questão da formação do panteão de heróis nacionais, tratando

²⁸⁴ ENDERS, Armelle. *Os Vultos da Nação: fabrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

²⁸⁵ De acordo com Hartog, a noção de regime de historicidade se refere ao tratamento que parece diluir o espaço de experiência entre o passado e o presente, uma vez que este último, apenas se apossa do primeiro como objeto cultural e estético, destituindo-lhe seu potencial de reconhecimento e identidade para as gerações futuras. Tal postura tenta transportar para o passado a própria efemeridade de um presente que dita, com lances de quase tirania, uma relação com o ontem aparada, principalmente, pela curiosidade e a espetacularização, tornando-o apenas um velho bazar a fornecer as peças exóticas para ornar as roupas de seus compradores. Pontua Hartog: “O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luisa de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d’outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o “nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo”); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade” (HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 13).

os conflitos entre a versão “arcaica”, como chama, da ideia de nação, centrada na figura do monarca, e o conceito liberal que emerge com a República.

Divergindo do emprego que fizemos acima citando Koselleck sobre o processo de constituição das nações pela utilização da narrativa do passado na Europa do século XVIII, e no Brasil somente no século seguinte, isto é, afirmando um atraso na ex-colônia em relação aos principais países do continente da ex-metrópole, a consideração de Armelle Enders é a de que:

Ao contrário do que leva a crer um erro frequente de perspectiva, o Brasil não é uma “nação” muito mais jovem que a maioria das nações do Velho Mundo. O país conquistou a independência em setembro de 1822, depois do conjunto hispano-americano, mas num momento em que o conceito de nacional era ainda inteiramente novo na Europa. As nações americanas tiveram até mesmo certo avanço em relação a muitos povos europeus, que só tardiamente, no século XIX, vieram a ter um idioma “nacional”, em detrimento de variantes regionais e idiomas minoritários, um simbolismo e tradições “nacionais”, uma história e um folclore “nacionais”. [...] ²⁸⁶

Indo além das observações de Carvalho²⁸⁷, Enders enfatiza que a constituição dos heróis nacionais acompanhou o nascimento e a expansão da disciplina histórica no Brasil, desde a fundação do IHGB, em 1838, que estabeleceu as bases e os principais objetivos da redação da história nacional. Para Enders, a instauração da República no Brasil demarcou uma mudança dos perfis heroificados, pois, embora tenha sim, segundo esta autora, havido uma disputa entre as duas grandes concepções divergentes (monarquista, ou “arcaica”, e a republicana, ou “liberal”), não se tratava de uma inauguração do panteão de heróis nacionais, pois estes já eram presentes na cultura histórica e política do Brasil imperial, ainda que ofuscados pela figura gigante do imperador no culto cívico.

Observa Enders:

Sem dúvida, no Brasil, as representações forjadas no século XIX pelos historiadores tiveram uma longevidade exemplar, estendendo-se muito além de seu ressurgimento sobre o Estado Novo e seu poderoso aparato de propaganda. No ano 2000, as comemorações dos “500 anos do Brasil” nos deram uma flagrante demonstração do fenômeno, e o mais ambicioso evento promovido nessa ocasião, a gigantesca “Mostra do Redescobrimento”, realizada em São Paulo entre as datas simbólicas de 23 de abril (chegada das

²⁸⁶ ENDERS, opus cit., 2014, p. 22.

²⁸⁷ CARVALHO, opus cit., 2012.

caravelas) e 7 de setembro (dia da Independência), inspirou-se claramente na história escrita antes de 1922. O próprio título dessa exposição, por mais batido que fosse, deixava antever a salmodia das velhas temáticas e prometia variações sobre árias já conhecidas.²⁸⁸

Como observamos, ao nos voltarmos para as edições da *Revista Trimensal* do IHGB no limiar do regime monárquico, o resgate às personalidades do passado, desde os tempos coloniais, passou a ser realizado desde o momento imediato da Proclamação da República, não de forma brusca e demarcando uma guinada radical do Instituto Histórico, de sustentáculo da monarquia para construtor da República, mas de forma gradativa, posterior a um primeiro momento lacunar na produção de seus membros. O exemplo mais destacado foi o do poeta inconfidente Claudio Manoel da Costa, que já abria portas para que Tiradentes fosse resgatado como um mártir da República.

Entretanto, o que problematizamos é a presença de traços inversos a esta tendência – que era com muito mais força pendente ao republicanismo do que ao monarquismo, haja vista que a monarquia havia sido derrubada e o imperador logo morrera no exílio²⁸⁹ – na historiografia de Oliveira Lima que, como observamos também no capítulo anterior, salientava de maneira positiva a obra portuguesa de colonização e a herança administrativa e cultural do Império, sobremaneira o Segundo Reinado.

Era sabido que os mais fiéis correligionários de Pedro II e da casa de Bragança se converteriam em republicanos ou seriam desleais de imediato à instauração do novo regime, assim como remanescentes quase sempre se verificam em momentos de transições. Entretanto, Oliveira Lima foi um caso ímpar, um intelectual fértil em sua produção letrada que alterou sua postura de republicano e converteu-se à mais apreciar o regime decadente poucos anos após a ruptura, e mesmo como funcionário da República tecia honrarias aos imperadores e era reconhecido e apreciado por seus pares a ponto de vencer um discurso monográfico discorrendo sobre o heroísmo de D. João VI.

Neste capítulo adentraremos especificamente à questão da representação historiográfica dos imperadores brasileiros, D. Pedro I e D. Pedro II, e também o rei português D. João VI, nas narrativas historiográficas de Oliveira Lima. Para tanto, nos utilizaremos de categorias analíticas mais propriamente voltadas à uma análise discursiva que mantém relações com a

²⁸⁸ ENDERS, opus cit., 2014, p 25.

²⁸⁹ Já bastante debilitado pelo diabetes, e mais desgastado fisicamente do que a idade lhe pesava em quantidade, Dom Pedro II morreu dois anos depois da Proclamação, em 5 de dezembro de 1891, no exílio em Paris, vítima de pneumonia. “Ocorreu uma coisa extremamente interessante, porque a França deu honras de imperador. Cento e vinte mil pessoas assistiram ao funeral, mas a nossa República não permitiu que o embaixador do Brasil em Paris o assistisse”, conta (Cf. CARVALHO, opus cit., 2002).

Linguística e com a Hermenêutica. Nos ateremos, portanto, ao conteúdo das obras de Lima, mas sem com isto nos restringirmos à economia interna do mesmo; o faremos sempre tendo em vista o contexto de produção de cada obra, que envolve tanto a conjuntura (política, econômica, social e cultural) do Brasil de então, bem como a situação de Oliveira Lima em seus aspectos profissionais, intelectuais e as relações pessoais e as vinculações de sociabilidade, tensões que o mesmo encontrava mediante seus pares do IHGB e do Itamaraty.

Adiante abordaremos a questão do elenco e da sacralização dos heróis da República, cabal na reflexão sobre a produção historiográfica do momento de transição da Monarquia. Desde já, inserimos a obra de Oliveira Lima no entremeio das duas gerações, entre as diferenças e tensões dos dois regimes – dois Brasis muito distintos em alguns aspectos, mas que em outros eram o mesmo.

3.1. História e Mito, narrativas temporais

História e Mito são dois conceitos convencionalmente considerados como diametralmente opostos. A distinção entre ambos é alvo de reflexão de pensadores de diversas disciplinas, entre os quais historiadores, filósofos e antropólogos, e cada um destes campos de saber têm dado enfoques a aspectos específicos das duas categorias, abordagens que ora se casam pela via da interdisciplinaridade, ora se distanciam e excluem.

Em uma reflexão rápida, o mito é visto como uma narrativa fantasiosa, baseada em fundamentos metafísicos – muitas vezes associados a elementos de cunho religioso, e por isso necessitantes da crença para que sejam considerados “verdadeiros”. Em função disso, o mito contrapõe-se à História porque esta é entendida como um discurso “verdadeiro”, isto é, verossímil, que trata de acontecimentos e fatos reais independentemente de que se acredite ou não neles, e assim a função do historiador é, como afirmava Ranke ainda no século XIX, “mostrar o que aconteceu”²⁹⁰.

Ora, faz-se necessário lembrarmos que o Mito não pode ser restrito à sua dimensão narrativa, e que há uma infinidade de questões e possibilidades de apreensão e abordagem para esta temática/objeto. Pode sim ser entendido como uma forma de narrativa, mas também como uma forma de conhecimento do passado, a qual mescla elementos temporais com simbolismo religioso e profissão de fé, acabando por constituir (parte de) uma cosmologia – ou, pelo

²⁹⁰ RANKE, Leopold von apud VEYNE, *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, 1983, p. 124.

contrário, constitui-se a partir de uma visão de mundo particular de seu contexto; pode ser apreendido em meio à relações de poder que motivaram sua criação e seu papel de funcionamento em sociedade, bem como o lugar dos elementos internos de sua trama (personagens, desfechos e lições) em analogias à ordem social, entre tantas outras possibilidades.

Neste sentido, o mitólogo Mircea Eliade recusa-se a adotar uma noção circunspecta de Mito, pois considera-o como algo polissêmico, plural, carregado de sentidos diversos nas diferentes culturas que se valeram das narrativas míticas, de modo que, para ele, “seria difícil uma definição de mito que fosse aceita por todos os eruditos e, ao mesmo tempo, acessível aos não-especialistas”²⁹¹. Eliade destaca avanços nos estudos dos mitos ao longo do século XX, pois, segundo ele, a maioria dos estudiosos passou a operar suas abordagens sobre este tema para além da antiquada classificação que o toma como sinônimo de “fábula”, “invenção”, dando espaço para a apreensão das sensibilidades existentes em torno do mito nas sociedades arcaicas²⁹². Isto tendo em vista que em tais sociedades o mito ocupava um lugar de história verdadeira, mantendo um caráter sagrado e significativamente exemplar.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, ao debruçar-se sobre o lugar social do mito nas sociedades arcaicas posiciona-se de maneira consonante com Eliade: “Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função”²⁹³. Este autor considera que a habitual oposição entre a História, que é formalmente produzida pelos historiadores, e o Mito, mantido através da tradição oral (ou mesmo escrita), não se encontra claramente definida e que, por conta de tal indefinição, há um nível intermediário entre as duas formas de narrativa.

Para além de questionarmos o lugar que o Mito ou a História ocupam (ou ocuparam) em sociedade, refletimos sobre o funcionamento de cada um como fornecedor de “verdades”, de referenciais aceitáveis como guias da vida social, e, mais ainda, como cada um destes dois tipos de narrativa se mantém aceito e operante.

Não obstante, não podemos tomar como hodierna a posição de Ranke e compreender a História como puramente verídica, como um saber isento de relações com o poder, ou livre de espaços para acepções ou legitimidades. Nem precisamos sair de nosso recorte para tomar um exemplo. Como percebemos ao observar as edições da *Revista do IHGB*, a História nasce no Brasil com um intuito claramente político que a coloca a serviço de uma instituição (a

²⁹¹ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 11.

²⁹² *Ibid.*, p. 7.

²⁹³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Edições 70. Lisboa: 1978, p. 63.

monarquia) e uma causa (a legitimação da independência e a afirmação da soberania nacional). Contudo, o que destacamos em Oliveira Lima (destacaremos deste ponto em diante) é um trabalho discursivo que extrapola as fronteiras do ofício do historiador, uma utilização do passado para a construção de uma mitologia da construção da nação brasileira.

Michel Foucault traz algumas reflexões que podem nos auxiliar a abordar a veridicidade que era pretendido pelo Mito, e que na modernidade passa a ser reivindicado pela historiografia formal acadêmica. Segundo ele: “Depois de Nietzsche, essa questão se transformou. Não é mais: qual é o caminho mais certo da verdade? mas qual foi o caminho fortuito da verdade?”²⁹⁴. Trata-se, conseqüentemente, de buscarmos reconstruir as verdades construídas pela história e (tornadas) isentas de suas relações com o poder, e assim identificarmos ao mesmo tempo as coerções múltiplas que a mesma proporciona ou das quais ela é produto, de modo a identificarmos os jogos de poder e de verdade presentes nas sociedades – uma vez que cada sociedade possui seu próprio regime de verdade. Isto é,

“os tipos de discurso que elas acolhem e fazem funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como uns e outros são sancionados; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro”²⁹⁵.

Partindo destas prerrogativas de Foucault, que dão ao mito arcaico e à historiografia acadêmica uma condição comum, a de pretenderem-se enunciações verdadeiras, cada uma sobre condições específicas – uma sobre enunciações divinas, outra sobre critérios formais e o “rigor do método” –, mas ainda assim verdadeiras, sem perder de vista o pensamento de Eliade e de Lévy-Strauss quanto à função social das duas formas de narrativa, refletiremos sobre os usos da História para o fornecimento de “verdades”, para a legitimação de poderes e ideias.

Nesta perspectiva, em busca de apreendermos o conhecimento histórico como um discurso que se pretende legítimo, por ser praticado mediante condições específicas de formalidade, e desta maneira ser praticado e aceito como “verdadeiro”, como fornecedor de certezas, não obstante a inserção subjetiva de seu produtor (o historiador, com suas particularidades, com sua observação sempre limitada e nunca completa), tomamos a História

²⁹⁴ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”, In: *Microfísica do poder*, 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, pp. 15-37.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 22.

como discurso, e assim nos esforçaremos por desconstruí-la em seus mecanismos de funcionamento e em sua estrutura interna.

Entrementes, novamente em *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault tece algumas considerações também sobre a constituição da verdade por meio do saber, na relação de legitimação do discurso e da vontade de verdade:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.²⁹⁶

Ao relacionarmos história e mito, consideramos o trabalho dos intelectuais e artistas em compor o panteão de heróis nacionais como um uso do passado voltado à construção de mitos, uso político e ideológico, de instituir características especiais (sobre-humanas) a figuras cujo destaque atendia aos anseios nacionalizadores daquele momento. Ao proceder desta maneira, o IHGB configurava o que pode ser entendido, a partir de Foucault, como uma vontade de verdade, a qual se incidia fortemente sobre a escrita da história. A historiografia já não visava mais legitimar um regime pelo reconhecimento de sua oficialidade (como no Império, quando da fundação do Instituto), mas se voltava a aplacar sentidos e sentimentos sobre as mentes e corações das massas. Pela via do poder e do saber, a História passava a exercer influência direta sobre a construção dos sujeitos e de suas subjetividades.

Outro teórico que se debruçou sobre a questão do funcionamento social do mito como fornecedor de verdades foi Raoul Girardet. Vinculado ao grupo francês dos *Annales*, este autor parte do princípio de que, por mais complexa que seja, uma teoria não é capaz de extinguir as possibilidades de compreensão do mito. Para ele

“cada uma dessas formulações parece efetivamente corresponder a alguns dos principais aspectos do mito político, tal como este se inscreve na história de nosso tempo. Contudo, nenhuma parece suscetível de esgotá-lo, nem mesmo de abarcar seu conteúdo”.²⁹⁷

²⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, opus cit., p. 13-14.

²⁹⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13. Grifo do autor.

Para além de abraçar ou refutar diferentes correntes e diferentes teóricos, Girardet prioriza uma dimensão do mito em suas observações: a dimensão política.

Em *Mitos e Mitologias Políticas*²⁹⁸, o autor ponderou sobre o mito enfatizando como diferentes mitos se ligam em sistemas, os quais nomina “constelações”. Amparado na teoria do imaginário de Gilbert Durand²⁹⁹, este autor argumenta que o mito fundamenta a construção de “imagens mentais” que orientam os indivíduos em sociedades, organizando os sujeitos socialmente e legitimando os lugares sociais que devem ser ocupados por cada membro do coletivo. Neste sentido, o mito se opera acima de tudo no plano político: o mito é político, pois está imerso nas e perpassado pelas relações de poder.

Primeiramente, destacamos a noção de “mito político”. Segundo o autor:

O **mito político** é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através do qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula o dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.³⁰⁰

Assim, o mito é político pois, relacionado ao poder, fornece explicações sobre a realidade, sobre fatos e acontecimentos que embasaram e configuram a realidade, seja no presente experimentado ou no passado que constituiu tal realidade, constituindo uma sistemática visão que dá sentido e ordena a percepção que os sujeitos fazem do real. E, de forma mais severa, este papel explicativo do mito, de referencial, assume também o papel de incitar e de mobilizar os sujeitos tocados. Seja como discurso profético, utópico, depreciativo, identitário ou em demais instâncias, a explicação fornecida pelo mito ocupa um lugar importante na vida social.

Ao circunscrever personalidades com sentidos específicos, portanto, ao “tornar míticos” certos indivíduos, o mito lhes dá uma importância diferenciada, tanto no lugar que passam a assumir em sociedade quanto no que passam a prescrever a partir deste lugar. O mito do herói,

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ Sobre a teoria do imaginário de Gilbert Durante, ver as seguintes obras deste autor: *As estruturas antropológicas do imaginário* (Lisboa: Editorial Presença, 1989), *A imaginação simbólica* (São Paulo: Cultrix / EdUSP, 1988) e *A Exploração do Imaginário: Introdução a modelização dos universos míticos* (Brasília: AML, 2002).

³⁰⁰ Ibid. Grifo do autor.

por exemplo, não somente é alvo de culto dos sujeitos, ocupando um lugar mais elevado e destacado em sociedade, mas confere ao herói a representação necessária para afirmar posições, sustentar determinadas posturas e servir de exemplo ou inspiração, ou ainda para a manutenção de uma memória que a ele se vincule.

Desde a *pólis* grega, o herói é uma persona de características sobre-humanas, que reúne em si os atributos condicionantes necessários para superar de forma excepcional determinado problema de dimensões épicas, como enfrentar feras monstruosas, aniquilar exércitos ou fundar cidades. Por conta desta grandiosidade, o herói clássico era associado ao divino, geralmente um semideus. Seria portanto forçoso dizer que as características das figuras que foram consideradas heroicas ao longo da história foram sempre as mesmas, não mudaram; mas, seja no herói patrono das cidades-Estado da Grécia antiga, nos santos canonizados no medievo europeu, nos guerreiros da Europa pré-cristã que reivindicavam genealogia divina por sua desenvoltura marcial, ou em quaisquer outros exemplos de grupos que conviveram com figuras de heróis, estes foram chamados assim por transcender a condição humana.

Nesta perspectiva, o herói nacional, enquanto entidade mitológica, é constituído como um mito político: é “elaborado” a partir de uma fabulação explicativa, que atende aos interesses de quem o “confecciona” como herói, e que possibilita a compreensão do real tendo este mesmo herói como uma espécie de “chave de leitura”. O herói é feito um mito, tornado herói pelo enredo fabuloso, pelos exageros que são atribuídos a ele de maneira positiva. A personalidade do herói, segundo Raoul Girardet, expressa “as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história”³⁰¹ e podemos acrescentar que é um lugar de construção de significados, principalmente pertinentes à política.

Perspectiva semelhante, e que nos é também pertinente, é a do filósofo Sidney Hook. Em *O Herói na História*, este explica que “o herói, na História, é um indivíduo a que podemos com justiça atribuir influência preponderante na determinação de um desfecho ou acontecimento cujas conseqüências teriam sido profundamente diferentes se êle não agisse³⁰²”. Isto é, trata-se da personalidade da figura tratada como heroica ser tratada como ímpar e insubstituível; por isto ser heroica, por ser incomum. E prossegue com uma distinção chave, a distinção entre o herói como “homem-momento” e o herói como “homem-época”:

[...] O *homem-momento* é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subseqüentes numa direção completamente diferente

³⁰¹ Ibid., p. 82.

³⁰² HOOK, opus cit., 1962, p. 130.

daquela que teria sido seguida se esas [sic] ações não tivessem sido perpetradas. O *homem-época* é um *homem-momento* cujas ações são as conseqüências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição. Essa distinção tenta fazer justiça à crença geral de que um herói é grande não sómente em virtude do que faz, mas em virtude do que êle é. [...] ³⁰³

Podemos observar, a partir desta categorização de Hook, que um esforço intelectual em construir discursivamente um herói, seja pela via da literatura, das artes plásticas ou da narrativa histórica (como é o caso de nossa investigação), é sempre uma tentativa de elencar um “homem-época”, isto é, uma personalidade extraordinária e dotada de características que extrapolam os limites da normalidade, do comum para as demais pessoas. Adiante retomaremos esta diferenciação de Hook para traçar um comparativo entre as representações dos três monarcas na historiografia de Oliveira Lima.

Retomamos o contexto no qual os próceres de certos levantes coloniais ou do período das regências passaram a receber a conotação de heróis republicanos. As “necessidades” de heróis para a república talvez estivessem mais associadas à vontade de alguns setores dirigentes da sociedade em permanecer em suas posições privilegiadas, das quais gozavam desde os tempos do império, mas, mediante a emergência do novo regime, faziam destas necessidades coletivas. Mais do que uma tendência entre os historiadores e artistas do período, ou mais do que uma oportunidade para que estes desempenhassem acepções político-ideológicas na escolha de quem seriam os tais heróis da nação, a pauta de representa-los narrativamente se apresentava com intensidade no contexto do início da República.

Na sequência deste capítulo, analisaremos o trabalho de enunciação e significação do passado brasileiro que Oliveira Lima empreende, por meio de sua narrativa historiográfica, especificamente das três personagens históricas dos governantes luso-brasileiros. Por fim, no tópico final, relacionaremos os três em um quadro comparativo como é proposto por Raoul Girardet, para que observemos como uma “constelação mítica”, buscando compreender o lugar que Oliveira Lima assumia como historiador neste processo de configuração do panteão cívico e da articulação dos “vultos da nação” – parafraseando Armelle Enders.

³⁰³ Ibid.

3.2. Construindo estereótipos: o fundador, o bravo e o sábio

3.2.1. El Rey Dom João VI, o fundador da nação

João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança, ou Dom João VI, foi uma das figuras mais retratadas de maneira caricata na História do Brasil. Baixo, gordo, quase sempre visto – durante sua estada no Brasil, de 1808 a 1821 – a caminhar saboreando coxas de frango, acompanhado de seu séquito de soldados montados em cavalos velhos e mancos. Segundo alguns biógrafos, Dom João tinha medo de siris e de trovoadas, e tomou apenas dois banhos ao longo de toda sua vida – conforme os padrões higiênicos/de saúde da época. Se era realmente uma personalidade burlesca ou se as características depreciativas foram apenas retratações do monarca, é difícil afirmar – e nem pretendemos –, mas Dom João foi quase sempre retratado como uma figura cômica e tornada frágil pelos mimos da vida na corte.

Em sua *História de Portugal*, Oliveira Martins, o mesmo que havia sido professor de Oliveira Lima, retrata que D. João VI “sofria vertigens e ataques de melancolia por padecer de hemorroidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beijo, sem vida, peculiar dos Bourbons”³⁰⁴. Outro exemplo é o de João Pandiá Calógeras, contemporâneo de Oliveira Lima, segundo o qual

“D. João era querido, mas também carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a escolher seus sentimentos, bem como a procurar vencer adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas. Lograva realizar seus intuitos pela força tremenda da apatia e do adiamento. Triunfava cansando seus adversários”³⁰⁵.

Oliveira Lima, diferente destes citados historiadores, mostrou-se realmente empenhado em desconstruir a imagem caricaturada de D. João VI, que, fidedigna ou depreciada, mantinha-o sendo lembrado como um rei “bonachão”, desastrado e até mesmo covarde. Neste sentido, Lima toma partido contrário, pois descreve o rei de forma diversa, simpática e entusiástica, nele destacando características opostas, virtudes, por assim dizer, coragem, heroísmo e sabedoria. Podemos afirmar, sem exageros, que o “Dom Quixote gordo” reinterpreto a figura histórica

³⁰⁴ OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 536.

³⁰⁵ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, p. 84.

de Dom João, à sua maneira. De rei indeciso e fraco, sempre carente de conselhos, avesso à política³⁰⁶, pintou o monarca como um hábil defensor dos interesses dinásticos, exímio dirigente em uma conjuntura política e militar severa que pressionava a coroa portuguesa – a das expansões de Napoleão. É mais do que evidente o elogio ao imperador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: para Lima, o imperador foi o mais bem-sucedido dos homens, hábil e honrado em ter transferido a sede do reino português para o Rio de Janeiro, “colocando o oceano entre [ele e] o maior dos conquistadores”.

Na interpretação de Lima sobre a evasão da corte lusitana, que outros interpretam ainda hoje como uma fuga das elites e um desamparo ao povo português³⁰⁷, o monarca manteve intactas suas possessões coloniais, fontes de riqueza quase que inesgotáveis, enquanto a Espanha perdeu todas as suas colônias (nas independências durante a conquista da metrópole pela França) e se submeteu ao conquistador; manteve os laços diplomáticos com a potência inglesa e, o mais importante, manteve o trono. Por fim, ainda deixou no Brasil o filho como príncipe regente, Dom Pedro, que deveria impedir as insurreições pela independência e defenderia os interesses da família de Bragança.

Dom João VI veio e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegava, porquanto sua autoridade era agora contrastada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara³⁰⁸.

Como se vê, Dom João é ainda mais que governante habilidoso, é lembrado também como patrono da nação brasileira, seu pai fundador.

[...] o elemento culto da opinião, este entrou há muito a considerar com razão, e ainda que mais instintivamente do que conscientemente, Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira [...]³⁰⁹

[...] Era como que uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleônico. Qualquer negligência, qualquer desagregação seria logo aproveitada. Por isso é muito mais justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde.³¹⁰

³⁰⁶ Cf. SCHWARCZ, opus cit., 2008.

³⁰⁷ Vide LIGHT, Kenneth H. *The migration of the royal family of Portugal to Brazil in 1807/08*. Rio de Janeiro: Kenneth H. Light, 1995.

³⁰⁸ Ibidem, p. 689. Esta mesma ideia é expressa nas páginas 21, 55, 56, 152, 172, 577 e 608 de *Dom João VI no Brasil*. Aparece também em *FHdNB* (opus cit., 2000), na p. 138.

³⁰⁹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1996, p. 21, grifo meu.

³¹⁰ Idem, p. 43.

Ao pisar em terras brasileiras, com o pessoal e os acessórios que o acompanhavam, o príncipe regente exclamou sem ambages (sic) que nelas vinha fundar um novo império. [...] Aquela somente a que com efeito deu nascimento, uma monarquia híbrida, misto de absolutismo e de democracia: absolutismo dos princípios, temperado pela brandura e bondade do príncipe, e democracia das maneiras, corrigido o abandono bonacheirão pela altivez instintiva do soberano. Foi esta a espécie de realeza lavada ao seu auge e tomando em consideração a diversidade do meio político, pelo imperador Dom Pedro II, personagem em muitos traços parecidos com o avô.³¹¹

Porém, quando da chegada no Brasil, D. João não era ainda, de fato, rei de Portugal. Com a morte de Pedro III (pai de D. João VI) em 1786, aos 69 anos de idade, assumiu o trono D. Maria I (mãe de D. João VI, que já reinava em conjunto com Pedro III há 9 anos), que permaneceu como rainha até 1816. Conforme se tornou consenso na historiografia, D. Maria tornou-se mentalmente instável no início da década de 1790³¹², e passou a sofrer de obsessões religiosas e a ter crises nervosas, quando passou a ser tratada como “louca” em Londres. Em razão da instabilidade mental de D. Maria, “a louca”, como era chamada, foi considerada incapaz de tomar decisões e conduzir o trono, e D. João VI foi elevado à condição de Príncipe Regente, em 1792, porém ainda sob o título de “Duque de Bragança”, dividindo o poder real com a mãe. Então em 1799, D. João teve seu título alterado para “Príncipe Regente em nome da Rainha”³¹³.

Dom João VI foi coroado rei somente em 1818, após o falecimento de D. Maria I (1816). A morte de D. Maria não alterava significativamente os poderes e liberdades de D. João no trono, que já governava há mais de duas décadas, desde que a mãe demente havia sido considerada incapaz da posição. No entanto, a simbologia que envolve a realeza, e que tem parte significativa em sua aceitação dos súditos, dava significância à pompa do *status del rei*. Por conta disto, D. João fez questão de assumir oficialmente a coroa, com toda a cerimônia e pompa de uma coroação real. As possessões do reino que D. João assumiu definitiva e oficialmente somavam-se, desde 1815, no Reino Unido, e o Brasil era então a capital. Somados estes elementos, o *status* e a carga simbólica que eram reivindicados não poderiam ser menores: “sua alteza real” era coroada na capital de seu reino ultramarino, de vastidão territorial comparável ao reino da Hispânia de Filipe II e considerado livre do expansionismo francês (Napoleão havia caído em 1815).

³¹¹ Idem, p. 56.

³¹² A precisão de datas varia entre os biógrafos de D. Maria, mas é irrelevante a nós neste momento.

³¹³ Cf. OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, 1996; OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, 1977 e FAUSTO, opus cit., 2010.

Com a coroação (1818) próxima da elevação do Brasil a reino (1815), para Oliveira Lima o reinado de D. João VI teve seu ápice neste período. “Nunca, como em tempo de Dom João VI, foi a corte do Rio de Janeiro tão animada, nem as ruas tão pitorescas. Formigavam nelas tipos hoje desaparecidos e que eram representativos de outros costumes e de outras idéias [...] cujo brilho hoje quase se extingüe”³¹⁴, pois “a residência da família real tivera também por efeito adicionar um elemento novo e precioso às antigas diversões e folgadas da colônia, e vinha a ser o espetáculo das festas de corte, das quais o anterior viver dos vice-reis mal podia dar uma idéia. [...]”³¹⁵. E prossegue:

As numerosas e impressivas litografias que acompanham o texto das obras de Debret e de Chamberlain, e que são a mais completa e interessante documentação artística da residência americana de Dom João VI, fornecem uma idéia bastante precisa do que era o carnaval perpétuo dessa cidade sob muitos aspectos ainda colonial, sob outros, não menos abundantes, exótica, e apenas cortesã por algumas, mais raras, feições.³¹⁶

Assim, além de fundador da nacionalidade, Dom João é considerado pelo autor como um “construtor de pontes”, pontes entre o mundo da civilização e a colônia selvagem – nestes termos. Enquanto a colônia “vasta e amorfa”, apresentava grandes distanciamentos entre os núcleos de povoação (vilas e cidades), destacam-se, na narração, os esforços do monarca e de seus ministros em superar os entraves geográficos naturais, na construção de escolas e nos investimentos urbanísticos: “formação do gosto brasileiro, para a elevação do nível mental do novo reino, cuja ereção em 1815 fomentara o espírito patriótico e pode dizer-se que entrara a modelar o caráter nacional”³¹⁷. Enquanto civilizador da colônia selvática o legado joanino, nas palavras de Oliveira Lima, foi impecável:

[...] tudo isto mudara com o novo espírito do ensino brasileiro. A emancipação intelectual de uma minoria restrita, pode mesmo dizer-se ínfima, esta feita antes da chegada da corte: restava propagá-la, quando não entre a grande massa, refratária a estudos mais sérios e cuja situação material não comportava cultura, pelo menos entre as camadas de cima, às quais competia a função diretiva. Esta foi a obra, em tal domínio, dos treze anos do reinado americano de Dom João VI.³¹⁸

³¹⁴ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1996, p. 593.

³¹⁵ Ibid., p. 603.

³¹⁶ Ibid., p. 594.

³¹⁷ Idem, p. 169.

³¹⁸ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, 174-175.

E, se em *Dom João VI no Brasil* Oliveira Lima catalisa todo o seu poder de descrever detalhadamente o contexto e tecer considerações as mais densas sobre período relativamente breve (de 13 anos, da transferência em 1808 ao regresso em 1821), em *FHdNB* é seu poder de síntese que surpreende.

A narrativa do capítulo VII de *FHdNB* se inicia com uma descrição das possessões do império português, detentor de arquipélagos na África, ilhas oceânicas entre África e Ásia, na China e na Oceania; e embora as guerras de independência que ocorriam na América espanhola, na visão de Oliveira Lima, Portugal era ainda um “império dominante”. E este “império dominante”, embora não estivesse suficientemente preparado para se digladiar com o expansionismo napoleônico, “possuía o Brasil, colossal e florescente, a grande jóia do escrínio”³¹⁹.

Colocando o Oceano – e em que extensão! – entre ele e o maior dos conquistadores, o soberano português procedeu de acordo, não somente com as regras mais elementares da prudência, desde o momento que lhe faltavam os meios de se opor à invasão, mas de conformidade com os conselhos de uma política tilada, desde que escapou único entre as cabeças coroadas da Europa, ao tratamento humilhante que o imperador reservava habitualmente para as velhas dinastias, as monarquias de direito divino. E além disso manteve intacta a autonomia e a integridade de seus domínios, razão de ser de uma realeza [...] presidiu à evolução desse Brasil que ele elevou à posição de reino unido, e deixou quando o país estava em condições de se tornar um império independente.³²⁰

Na representação de Oliveira Lima, D. João é “por demais inteligente”, “dotado de genial espírito”³²¹: não possui defeitos senão os que humildemente engrandecem suas atitudes nobres e sua personalidade de líder exímio. Por exemplo, não é em nenhum momento comentado o fato de que somente a nobreza em Lisboa fizera parte da tripulação da esquadra que migrara para a colônia, e a população portuguesa permanecera em espera da invasão do exército francês. “Não o abandonou [o povo português] de maneira nenhuma. O que simplesmente fez foi confiar a defesa à única nação que se achava à altura de se encarregar disso com eficácia, isto é, à Inglaterra”³²². Os louvores se inflamam em *FHdNB* ao ponto de Dom João ser quase chamado de “sobre-humano”. Segundo Lima, a astúcia do monarca em

³¹⁹ Idem, p. 135.

³²⁰ Idem, p. 136.

³²¹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1996, p. 580.

³²² OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 136.

viajar à colônia e iniciar seu empreendimento civilizatório foi tão audaz e bem-sucedida que lhe coloca em uma altivez quase divina:

Dom João VI não foi guerreiro, nem, felizmente para ele, um mártir. Contentou-se em ser, como acabo de dizê-lo, sagaz e bom em grau elevado e na medida da natureza humana. Não nos diz o clássico latino que se encontram mais freqüentemente deuses que homens?³²³

A expressão “encontrar mais frequentemente deuses que homens” nos parece uma metáfora aos versos de Luís de Camões, n’*Os Lusíadas*, clássico do século XVI, de quem aparentemente Oliveira Lima era leitor. Na epopeia, o poeta narra em tom heroico as navegações de Vasco da Gama às “Índias”, envolto em alegorias à mitologia greco-romana, na qual ondas se tornam titãs, os personagens humanos dos navegantes interagem com deuses do Olimpo e fantasias afins. O trecho específico da analogia possivelmente remete ao 31º verso do Canto I, sobre o concílio dos deuses, no qual estes discutem o destino dos “novos argonautas”, os portugueses da esquadra de Vasco da Gama, que pela designação são comparados à tripulação da nau Argo (do Jasão dos mitos gregos) que, segundo a lenda, foi até à Cólquida (atual Geórgia, região ao sul do Cáucaso) em busca do Velo de Ouro³²⁴. No trecho o autor narra a partida das esquadras de Gama:

Estas palavras Júpiter dizia,
Quando os Deuses, por ordem respondendo,
Na sentença um do outro diferia,
Razões diversas dando e recebendo.
O padre Baco ali não consentia
No que Júpiter disse, conhecendo
Que esquecerão seus feitos no Oriente
Se lá passar a Lusitana gente.³²⁵

Se a alusão aos *Lusíadas* se confirma, certamente não é ingênua. A epopeia camoniana é uma das obras máximas portuguesas, e figura entre os clássicos da literatura universal ao lado de obras como *A Comédia*, de Dante Alighieri, a *Ilíada* e a *Odisséia*, de Homero, a *Eneida*, de

³²³ Idem, p. 138. Grifo nosso.

³²⁴ Cf. Márcio Meirelles Gouvêa Júnior, a lenda foi relatada por Apolônio de Rodes, em seu poema épico *A Argonautica* (ou *Os Argonautas*, de 250 a.C.). Vide: RHODIO, Apollonio. *Os Argonautas*. Tradução José Maria da Costa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Comentários em: GOUVÊA JR., Márcio Meirelles. *A Viagem dos Argonautas: A Construção da Virtus Flaquiana*. Dissertação de mestrado em Letras. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2007. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-79YGHN/a_viagem_dos_argonautas.pdf?sequence=1> Acesso em 15/08/2014.

³²⁵ CAMÕES, *Lusíadas*, Canto I, estrofe 30, p. 20.

Virgílio, e diversas outras do mesmo porte. Considerada com quase unanimidade a obra máxima da língua portuguesa, é composta de mais de 1000 estrofes, nas quais Luís de Camões mistura a mitologia greco-romana a odes ao expansionismo ultramarino – descrito como bravura extrema e heroísmo. A narrativa se volta à viagem de Vasco da Gama às Índias, no estilo renascentista de Dante – que não se pode dizer “popular”, por conta da dificuldade em escrever neste formato, mas extremamente aspirado no século XVI. Além de narrar o caminho para a descoberta das Índias, a epopeia fala sobre as grandes navegações, o império português no Oriente, os reis e heróis de Portugal, dentre outros fatos que o tornam um poema histórico e enaltecedor do passado coletivo do povo português. Comenta Antônio José Saraiva, historiador da literatura portuguesa, sobre o sentido histórico de *Os Lusíadas*:

Camões propõe-se realizar a empresa desejada por Ângelo Poliziano, por João de Barros e por António Ferreira: dotar o mundo moderno com uma réplica dos poemas épicos antigos; dar aos feitos dos Portugueses uma categoria universal; enobrecer a língua com a realização nela do gênero considerado máximo. Estas são as intenções declaradas d’*Os Lusíadas*, mas, naturalmente, não esgotam o seu significado. (SARAIVA, 1997, p. 126).

Neste sentido, o sucinto comentário de Oliveira Lima, quase imperceptível no oceano das mais de 1500 páginas da edição original de *Dom João VI no Brasil*, expressa uma tentativa de comparar D. João VI a seus ancestrais do trono da Lusitânia. Comparar senão equiparar, sob a camuflagem da forçosa humildade com que a “medida da natureza humana” é tomada pelo historiador, quase arauto.

Contudo, se a personalidade “autêntica e sagaz”³²⁶, a capacidade de governo impecável que emana da legitimidade divina são descritas nas centenas de páginas de fascinação do historiador pelo imperador com entusiasmo quase frenético, exponenciando por sua criatividade literária de conduzir as palavras, o grande “civilizador do Brasil” não escapa da retratação de seu físico nada altivo. Neste detalhe Oliveira Lima não poderia discordar de todos, absolutamente todos os biógrafos e historiadores que o precederam: Dom João era feio:

Baixo, gordo, [...] tinha de aristocrático as mãos e pés muito pequenos, mas de vulgar as coxas e pernas muito grossas mesmo em relação à corpulência, e sobretudo um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção, no geral avultava o lábio inferior espesso e pendente dos Habsburgos.³²⁷

³²⁶ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1996, p. 552.

³²⁷ Ibid., p. 578.

Lima não deixa também de pontuar características nada imponentes ou elevadas *del rei*, “as imperfeições”, mas quando o faz, os pontos fracos vêm para aumentar destaque das características nobres e admiráveis:

Em Dom João VI as imperfeições de todo ser humano não chegavam para que desmerecessem as sólidas qualidades. Se era tímido, pusilânime mesmo, como tal egoísta, ressentido, ciumento de atenções, amigo de monopolizar as deferências e inimigo de perdoar os agravos menores, também era clemente, misericordioso nas grandes ocasiões quando se fazia apelo direto ao seu coração, arguto em qualquer emergência, raramente ou nunca perdendo o equilíbrio moral, tão generoso para com seus fâmulos e validos quanto econômico e governante invariavelmente bem intencionado. Eram aqueles em suma pequenos defeitos a contrapor a um belo conjunto de virtudes, raro num monarca despótico.³²⁸

E a humildade e a bondade do monarca eram espontâneas, nem careciam de inspirações religiosas; instintivas que eram, emanavam de sua personalidade mesmo enquanto mantinha uma postura laica e aborrecida com os fanatismos:

A bondade proverbial de Dom João VI [...] era tanto mais espontânea quanto nem se podia dizer fosse estimulada por um cáldo sentimento religioso. Dona Carlota era devota, mas a Dom João pouco faltava de fato para ser íntimo voltairiano. Basta citar em abono do seu aborrecimento ao fanatismo o despacho do marquês de Aguiar ao ministro português em Roma José Manoel Pinto, declarando que o governo do príncipe regente de Portugal não aderiria absolutamente ao restabelecimento da Companhia de Jesus feita pelo papa Pio VII por meio da bula *Sollicitudo omnium*, “porquanto a corte do Rio de Janeiro não fora prevenida dessa deliberação pontifical e muito tinha a queixar-se das ofensas da Companhia de Jesus, contra a qual Portugal tinha tido que adotar medidas muito enérgicas. Propunha-se o príncipe regente conservar em pleno vigor o alvará de 3 de setembro de 1759, que expulsara a Ordem, e as instruções expedidas ao seu representante diplomático junto à Santa Sé eram de não aceitar discussão, nem escrita verbal, sobre o assunto.”³²⁹

Assim, observamos que os esforços de Oliveira Lima em bendizer D. João VI não deixavam de apresentar-lhe as falhas, as fraquezas humanas, e apresenta-lo como um “pai” da nacionalidade brasileira não consistia em torna-lo perfeito, mas em destacar-lhe as qualidades acima dos defeitos. Se D. João é o primeiro de uma família de heróis que moldaram o que se tornaria a nação do Brasil, não o é por estar acima dos demais membros da tal nação – ainda

³²⁸ Ibid.

³²⁹ Ibid., p. 589.

que sua inteligência e perspicácia em lidar com as questões administrativas sejam destacadas pelo historiador –, mas porque empenhou-se sinceramente na obra “civilizadora” do mundo “selvático”, em gestar a nação da qual foi – visto por Oliveira Lima como – pai.

3.2.2. Dom Pedro I, o bravo

D. João VI governou como príncipe regente em Portugal durante uma década, e no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves entre 1815-21³³⁰. Teve 9 filhos, dos quais alguns tiveram mortes prematuras, sendo sucedido pelo filho Pedro IV de Bragança, seu quarto filho, que se tornaria Pedro I do Brasil. D. Pedro ficou incumbido da regência do Brasil após o retorno de D. João à Portugal, na ocasião da Revolução Liberal de 1820.

Em agosto daquele ano, a também chamada Revolução Constitucionalista (ou simplesmente Revolução do Porto) foi deflagrada como um movimento de caráter militar na cidade do Porto, e rapidamente se proliferou por todo o país e, sem resistências, chegou à capital, Lisboa. Os objetivos da Revolução giravam em torno da abolição da monarquia absolutista de Bragança e da promulgação de uma constituição. Alguns dos envolvidos, principalmente no exército, já haviam tentado algo semelhante em 1817, no evento que ficou conhecido como a Conspiração de Lisboa, mas foram sufocados pelo general inglês Lord Beresford, regente de Portugal quando a família real se encontrava no Brasil. Mas à Revolução do Porto somaram-se também os nobres que não fizeram parte do séquito de D. Maria I e D. João VI no subterfúgio ao Brasil e a ascendente burguesia, que havia sofrido um déficit com o comércio por conta do bloqueio continental napoleônico e da perda da capital do reino após a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (de Lisboa, a capital havia se tornado o Rio de Janeiro). O restante da população do país, em geral, não se opunha ou apoiava a causa³³¹.

Na cidade do Porto, militares e maçons se coligavam em um grupo que se intitulou o Sinédrio. Em meados de agosto de 1820, o grupo articulou um levante na cidade que contou com o apoio de quase todas as camadas sociais, anunciando um manifesto no qual reivindicavam o imediato retorno da família real e a restauração do Pacto Colonial – isto é, a recolonização do Brasil e de Algarves. Praticamente ao mesmo tempo, um movimento de oficiais foi desencadeado em Lisboa, com o apoio da burguesia e de populares, depôs os

³³⁰ Desconsideramos o governo de D. João após o regresso à Portugal pois esta fase não se compreende no chamado período joanino, e Oliveira Lima pouco considerou sobre a última etapa do reinado de D. João em Portugal.

³³¹ Cf. FAUSTO, opus cit., 2010; RAMOS, *História do Porto*, 2000.

Regentes britânicos e instituiu um governo interino. Finalmente, em 28 de setembro, ambos os governos, do Porto e de Lisboa, uniram-se numa única “Junta Provisional do Supremo Governo do Reino”, em 1821, com o encargo de organizar as eleições para as Cortes Constituintes. Uma constituição provisória passou a vigorar enquanto a Carta Magna não havia sido elaborada, e seguia o modelo adotado pela Espanha – que havia passado por uma revolução semelhante em janeiro de 1810.

Havia também no Rio de Janeiro uma facção que se inclinava a um nacionalismo português, que tinha força inclusive entre militares e comerciantes, defendendo a recolonização do Brasil e o regresso de D. João e da família real à pátria-mãe. Oposta a esta, e ao retorno do monarca, havia outro grupo no Rio, constituído por grandes proprietários rurais e burocratas, que em geral eram filhos de portugueses mas que já eram nascidos no Brasil. Somavam-se a estes alguns comerciantes e trabalhadores portugueses que haviam se instalado no Brasil há longa data, cujos interesses vinculavam-se mais à ex-colônia do que à ex-metrópole. Pressionado, mediante a possibilidade de sofrer um golpe dos conterrâneos revolucionários e ter Portugal apartada de suas possessões, naquele ano, a corte retornou do Brasil. Em lugar de D. João, ficou o filho Pedro (IV, futuro D. Pedro I do Brasil).³³²

Nos meses que se seguiram ao regresso do rei ocorreram as eleições para as cortes – a esta altura alguns elementos que não faziam parte dos reinos absolutistas já eram incorporados ao funcionamento da monarquia, dentre eles alguma participação da aristocracia em escolhas sobre as cortes. Quase todos os eleitos para compor as cortes eram nascidos no Brasil, e entre estes estavam alguns defensores radicais da Independência, inclusive alguns que haviam participado da Revolução Pernambucana de 1817, como Cipriano Barata e Muniz Tavares. Ao mesmo tempo, em Portugal, com a reunião da corte e da junta provisória revolucionária, as medidas tomadas causavam descontentamento na colônia, principalmente entre os governantes provinciais e os comerciantes; dentre as medidas estava a exigência do regresso do príncipe regente, Pedro, à Portugal. O descontentamento fortalecia os argumentos do grupo favorável à independência, o “partido brasileiro”, como se refere Boris Fausto³³³. O “partido brasileiro” concentrou-se então na permanência de D. Pedro no Brasil, decisão solenizada pelo próprio príncipe no “dia do fico”, como se popularizou a data de 9 de janeiro de 1822.

³³² Cf. FAUSTO, opus cit., 2010, pp. 129-134.

³³³ Fausto esclarece: “Falamos em ‘partido brasileiro’ entre aspas, porque com essa expressão se designa não propriamente um partido, mesmo de organização frouxa como seria característico dos partidos brasileiros, mas uma corrente de opinião. As articulações políticas se fizeram, neste período, sobretudo através das lojas maçônicas, uma instituição cujo nascimento se deu na Europa.” (Ibid., p. 132). A expressão, no entanto, é amplamente utilizada por Oliveira. Ver: OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1922, pp. 175-205.

Decisão sem retorno, o “fíco” foi sucedido de ações de rupturas: D. Pedro formou um novo ministério, composto por político portugueses instalados no Brasil, mas que foi chefiado por José Bonifácio de Andrada e Silva; esboçava-se também a formação de um exército brasileiro, composto por soldados que juravam lealdade ao príncipe e ao prenúncio da separação, e marcado pela expulsão dos que se mantinham fiéis à coroa portuguesa. Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda, ao narrarem o processo de Independência do Brasil, comentam a formação de correntes conservadoras e correntes radicais entre os que apoiavam D. Pedro. Destacam que, o que seria uma corrente “conservadora”, defendia maior autonomia do Brasil com relação à Portugal, mantendo-se moderada e defendendo somente em segundo plano a independência. Já os radicais eram, para estes autores, um grupo mais heterogêneo e de difícil descrição, pois somavam tanto monarquistas, que pretendiam que D. Pedro fundasse uma nova dinastia no Brasil, quanto republicanos que se identificavam mais especificamente com uma ideia de república baseada no jacobinismo de inspiração francesa (de voto popular e até de reforma da sociedade para a extinção da aristocracia/nobreza)³³⁴. Os grupos observados por Fausto e Holanda se tornaram mais claramente divididos quando da discussão sobre os rumos da Assembleia Constituinte: os conservadores eram favoráveis a uma convocação direta e vertical dos constituintes, enquanto os radicais eram favoráveis a uma eleição que apontasse os membros da Assembleia. O resultado foi a convocação, e a partir disto o príncipe regente acelerou o processo de rompimento: em agosto, decretou que as tropas da metrópole que se encontrassem em solo brasileiro deveriam ser consideradas inimigas, e sequencialmente José Bonifácio iniciou manifestos às nações amigas. Enquanto isto, a corte lusitana acusava de traição os ministros que apoiavam o príncipe e reforçava os decretos de retorno do príncipe.

Tradicionalmente, a historiografia brasileira sobre a independência e o processo de ruptura descreveu como o momento de efetivação e formalização do rompimento com Portugal o chamado “Grito do Ipiranga”. Segundo esta tradição historiográfica, no dia 7 de setembro de 1822, quando retornava de São Paulo ao Rio de Janeiro, D. Pedro havia recebido uma carta de José Bonifácio e de Leopoldina na qual era informado de que a coroa portuguesa havia anulado todos os atos e decretos do gabinete de José Bonifácio e expedido homens e recursos para a contensão dos esforços separatistas; voltando-se para seus companheiros, que incluía sua Guarda de Honra, e proferido as seguintes palavras: “Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo unir-nos mais”. Na sequência, teria arrancado sua braçadeira azul e branca, símbolo de

³³⁴ FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 1 – O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

Portugal, e continuado: “Tirem suas braçadeiras, soldados. Viva à independência, à liberdade e à separação do Brasil!”. Ele desembainhou sua espada afirmando: “Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade”, e concluído o ato gritando: “Independência ou morte!”³³⁵.

Em *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio*³³⁶, Oliveira Lima desenvolve um detalhado ensaio interpretativo sobre o momento imediatamente posterior à Independência do Brasil. Uma das primeiras obras de Lima, este ensaio diferencia-se de suas demais obras sobretudo por ser uma escrita da história menos política e mais marcada pela observação detalhada das relações entre as nações e seus respectivos governantes e representantes. Diferente de *Dom João VI no Brasil*³³⁷, na qual uma lenta caracterização da personalidade, mental e psicológica dos principais agentes (ou personagens) marca o desenvolvimento de todo o texto, em *O Reconhecimento do Imperio* é o lugar e as ações das figuras envolvidas nos eventos que é priorizado – figuras como o secretário inglês George Canning, o almirante Thomas Cochrane, José Bonifácio de Andrada e Silva. As próprias nações envolvidas e mencionadas, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e Portugal são tratadas por Lima como personagens no processo de reconhecimento da independência: são personalizadas, e remetidas a intencionalidades e posição que não correspondem a seus dirigentes, mas aos países propriamente ditos. Não que descrições deste tipo psicologizante não estejam presentes na obra, mas ocupam menor dimensão do que em outras. Por exemplo, sobre George Canning:

[...] O papel politico de George Canning na historia britannica e na do mundo avulta tanto aos olhos da posteridade, porque na verdade foi decisiva a sua acção e grandiosa a sua obra, que consistiu particularmente em garantir a autonomia completa de um Continente, para isto transformando a politica externa da Inglaterra, creando o seu isolamento, e pondo cobro ás alianças austríacas cultivadas pro Castlereagh em obediencia ás suas inclinações pessoais e no intuito diplomatico de fazer frente ás ambições russas. [...]³³⁸

Fruto das investigações arquivísticas do jovem (recentemente nomeado) diplomata na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão, *O Reconhecimento do Imperio* reflete

³³⁵ Uma descrição densa de diferentes enunciados nos quais se compreende a referida passagem encontra-se em LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I. Coleção perfis brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. A autora elenca diferentes autores e artistas da época e também do Segundo Reinado que instituíram a clássica descrição do “Grito do Ipiranga” e também do “Dia do Fico”.

³³⁶ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1901.

³³⁷ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1996.

³³⁸ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1901, p. 24.

mais o diplomata Oliveira Lima, entusiasmado com a iminente carreira, do que o historiador que Lima se tornaria.

É destaque neste ensaio uma comparação entre o processo de independência na “America Portuguesa” e na “America Hespanhola”, que perpassa toda a narrativa do livro, ora abordada mais diretamente, ora sucintamente trazida à tona. Entretanto, desde este momento inicial na trajetória de historiador, Lima esboça seu entusiasmo e apreço com o legado da colonização portuguesa e com a centralização garantida pela monarquia. Neste sentido é pontual a passagem:

Nos vice-reinados [da Espanha colonial] a contenda com os elementos fieis ao dominio da metropole sob não importa que regimen, passára por alternativas, ora jubilosas, ora cruciantes, e motivára o derramamento de muito sangue generoso e muito sangue leal em scenas de carnificina que dão á historia da emancipação da America Hespanhola uma tonalidade ruba que a da America Portuguesa não conheceu. Na primeria a lucta foi incomparavelmente mais porfiria. Foi antes uma campanha prolongada que começou logo em 1809, quando chegaram além mar as primeiras noticias da invasão da Hespanha pelos exercitos de Napoleão, e ainda durava no Perú quando a Inglaterra, após a entrada em Madrid e em Cadiz das forças do duque d’Angoulême, entrou a dispor o reconhecimento das republicas que haviam alcançado a victoria e ensaiado a pacificação. O espirito da independencia seguira levando com effeito a melhor, e o gabinete inglez encontrava, nas decididas vantagens obtidas pelos revolucionarios americanos, a mais completa justificação da politica momentaneamente tentada pelos ministros de 1797, de, em opposição á Hespanha, ajudare moral e praticamente a libertação das suas possessões no Novo Mundo.³³⁹

Teresa Malatian comenta, na já citada *Oliveira Lima e a formação da nacionalidade*³⁴⁰, que Lima teria se aproximado do pensamento monarquista quando em uma legação diplomática ao Peru, entre 1903 e 1904, após ter tido contato com a experiência do caudilhismo nas repúblicas pertencentes à “America Hespanhola”. Sem discordar de Malatian, podemos perceber que é a partir destes anos que o “Dom Quixote gordo” manifesta-se em sua historiografia mais entusiasticamente, saudoso dos tempos monárquicos – sobretudo com a monografia sobre D. João VI. Contudo, algumas das teses atribuídas a seu monarquismo, que Lima repetiria ao longo de toda sua obra de historiador, já começam a ser esboçadas nesta fase

³³⁹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1901, pp. 41-42.

³⁴⁰ MALATIAN, opus cit., 2001, pp. 199-241.

inicial. Uma destas é a referida superioridade da “melhor” “America Portuguesa” em relação aos países vizinhos em suas lutas pela independência.³⁴¹

É interessante comentarmos também que, em *O Reconhecimento do Imperio*, Oliveira Lima pouco desenvolve sobre o papel de D. Pedro I no processo de diálogos e negociações do império recém proclamado do Brasil. Certamente, neste quesito, José Bonifácio e outros que estiveram à frente do processo de separação da ex-metrópole tiveram maior trabalho na redação de cartas e documentos às nações amigas do que a pessoa do imperador. Dos 10 capítulos que compõe o ensaio, apenas no segundo capítulo são dedicadas páginas para tratar especificamente de D. Pedro, o capítulo II. Consta neste trecho a seguinte descrição:

A personalidade resoluta do Imperador era sem duvida um elemento muito consideravel para a certeza do resultado a atingir. Em face de um soberano de vontade fraca e de estudada contemporização erguia-se agora outro de vontade energica e todo de impulsos, cujos sentimentos de veneração filial não tinham sido amorosamente cuidados nem pela Mãe, de quem elle herdára a vivacidade, a bravura, a generosidade e até o erotismo (*very frisky with the ladies*³⁴², escrevia de D. Pedro alguns annos depois Lady Granville), mas que lhe preferia o outro filho, mais docil á sua tutela, nem pelo Pai, que pela prole inteira distribuía igualmente a sua afeição, tibia como a sua indole, e guardára a sua mais pronunciada estima para um sobrinho e genro mais respeitoso que os filhos. [...] Não alcançára illustração nem possuía a qualidade de ouvir conselhos outros que os da propria experiencia, como de passagem no Rio observou o general Miller, inglez que desempenhou papel conspicuo nas campanhas da independencia sul-americana. Queria não só agir como pensar por si. Semelhante orientação era certamente contraproducente n’uma terra que, na essencia democratica, se vangloriava de constitucional, e entre homens d’Estado que andavam intimamente, e em muitos casos inconscientemente mesmo, solicitados por predilecções republicanas : valia porem um thesouro quando se tratava de questões, como a do reconhecimento, envolvendo a dignidade da nação.³⁴³

³⁴¹ Outra tese esboçada por Lima em *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio* (opus cit., 1901) é a perspectiva critica com relação à Doutrina Monroe de “américa para os americanos” (ibid., p. 45). Favorável à autonomia comercial dos países do continente americano, e em certo sentido até mesmo defensor de um certo “pan-americanismo”, Lima criticava desde este período o papel de destaque dos Estados Unidos nas relações econômicas continentais. Esta marca não o tornava um “antiamericanista”, pelo contrário, era bastante afeiçoado pela cultura do país, como se pode perceber em *Nos Estados Unidos* (opus cit., 2008); mas trazia-lhe desafetos entre os diplomatas. Não nos ateremos a estas questões em razão da especificidade de nossos objetivos. Sobre o pan-americanismo em Oliveira Lima e sobre sua perspectiva com relação à Doutrina Monroe, ver: LIRA JR., opus cit., 2008.

³⁴² Tradução: “muito brincalhão com as senhoras”.

³⁴³ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1901, pp. 65-67.

N visão de Lima, portanto, D. Pedro I era mais do que um governador entronado e coroado sob respaldos religiosos, era um líder de “indefactigavel actividade” e de personalidade forte, intrépido e destemido, de “coragem a sangue frio”. E, se o Oliveira Lima diplomata acusado de monarquismo no Senado e criticado por não se posicionar contrário ao “eixo do mal” na Grande Guerra (1914-1918) mas sim como um pacifista, em *O Reconhecimento do Imperio* ele não é por menos afeiçoado do belicismo de Pedro I:

[...] D. Pedro de Bragança, soldado até a medulla, era antes o monarcha talhado para um paiz entusiasta do exercito do que para um paiz fundamentalmente paizano, a custo fascinado pelas glorias das batalhas. Esse mesmo antagonismo não se dava entretanto no momento da emmancipação como se daria por ocasião da guerra da Cisplatina, porque então todas as energias convergiam para a manutenção da liberdade politica algum alcançada, e a animosidade contra as ambições de recolonização por parte da metropole despertava na alma nacional a somnolenta fibra militar.³⁴⁴

Embora os acalorados elogios ao espírito aventureiro e extrovertido de D. Pedro, em *Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio*, o papel do primeiro imperador no processo de independência é pouco trazido. Ao historicizar os documentos, apesar de extremamente detalhista, quase exagerado, chegando a reconstruir as conversações diplomáticas do Brasil com outros países (como a França e a Inglaterra), na prática Lima pouco traz de D. Pedro neste ensaio. O protagonista do livro é o inglês George Canning: a figura mais citada, recebe uma nota sobre seus últimos anos de vida e falecimento (no capítulo X) e uma fotografia nas páginas de abertura do opúsculo.

A figura de D. Pedro I aparece também em *FHdNB*, no capítulo VIII, em cuja conferência Lima tematiza a consumação da independência. Como já descrita, esta obra é de fato mais genérica e menos detalhista, e nela Oliveira Lima trabalha mais narrativamente o passado brasileiro do que descrevendo dados e detalhes presentes em documentos – afinal estava “contando” a história do Brasil para seus colegas da academia francesa. Entretanto, o perfil de bravura de D. Pedro é mantido, talvez até asseverado:

[...] Era espontâneo, impulsivo, às vezes temerário, muitas vezes arrebatado e sempre ambicioso de glória. Inteligente, ainda que pouco instruído, supria a reflexão por uma finura natural, que devia ainda à herança paterna, mas que não se exercia à custa da coragem, que herdara de sua mãe.

³⁴⁴ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1901, p. 67.

Com bravura pessoal em grau bastante considerável, muita imaginação política, a ponto de parecer um romântico, um mundo de ilusões, exatamente alguns grãos de astúcia, e pouco sentimentalismo, como era seu caso, D. Pedro realizava, não podia duvidar, um tipo acabo de ‘herói libertador’. A época era fértil nisso, e o mérito principal do príncipe foi ter-se associado a um movimento destinado fatalmente ao bom êxito, de preferência a tentar inutilmente impedi-lo arruinando o próprio futuro. Os diplomatas estrangeiros, hostis por princípios conservadores – estava-se na época da reação, começada em 1814 – desconfiavam um pouco das surpresas que podia reservar-lhes o jovem herdeiro. [...] ³⁴⁵

A passagem citada é significativa para demonstrar como os adjetivos também não são negados ao herdeiro de D. João VI. Novamente, as características são remetidas à herança sanguínea: há o que provem da mãe do imperador, D. Carlota Joaquina, como o temperamento e a coragem, a vivacidade, e há o que é herdado do pai D. João, como a inteligência e a reflexividade. A expressão “herói” não é negada: D. Pedro é um tipo de herói libertador, responsável pela independência do país mesmo com a hostilidade da diplomacia estrangeira.

Ao tratar do crescimento da oposição contra D. Pedro I e de sua impopularidade ao final do Primeiro Reinado, é também atenuante a maneira como Lima descreve o contexto:

[...] quando D. Pedro se viu um momento, pela sucessão natural dos acontecimentos, rei de Portugal, os brasileiros se agitaram abertamente, e com tanto mais razão, quanto as preferências do imperador pareciam, desde algum tempo, se dirigir para os portugueses. Sua roda imediata, seus companheiros de prazeres, sua *camarilla* – pois havia uma – era composta de pessoas do velho reino [de portugueses]. Essa circunstância não era devida somente a um platônico instinto patriótico, que teria surgido de sua pessoa, desde que se tornara igualmente D. Pedro IV [em Portugal, com a morte de D. João VI]. Era principalmente devida ao seu pesar contínuo de haver renunciado ao trono de seus avós, pela miragem de um Império que se perdia cada dia mais nas brumas republicanas [Portugal]. ³⁴⁶

É digno de menção também o fato de que, seguindo as constatações de Antonio Arnoni Prado com relação aos “homens providenciais” na obra de Oliveira Lima, como George Canning teve destaque em *O Reconhecimento do Imperio*, José Bonifácio foi tratado como um dos “grandes homens” elencados, a quem Lima também não se escusa de bendizer:

³⁴⁵ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 155, grifos nossos.

³⁴⁶ Ibid., p. 191.

[...] poder-se-á chamar sempre a José Bonifácio um grande homem, pois que serviu de D. Pedro à maneira de instrumento precioso – um instrumento mágico, que devera ser dotado de consciência e vibrar de personalidade – por meio do qual puderam realizar-se as aspirações políticas e pôde ser preservada a integridade territorial e moral de uma nação que ocupa um grande lugar na geografia e que não requer senão que lhe seja proporcionado um papel na história.³⁴⁷

Em 1922, no ano do centenário da Independência, Oliveira Lima publicou outro estudo sobre a ruptura. Nem ensaístico como a *Historia Diplomatica do Brazil (1901)*, nem monográfico como o *Dom João VI no Brazil (1908)* e nem generalista como nas conferências de *FHdNB: O Movimento da Independencia (1821-1822)*³⁴⁸ é um estudo mais aprofundado que os anteriores: descritivo e interpretativo, é menos personalista e descritivo das personas que protagonizaram os períodos narrados e mais propriamente ocupado do contexto histórico. Estudo desenvolvido já durante a aposentadoria de Oliveira Lima em sua residência em Washington, marcou sua fase de plena intelectualidade, quando não mais carecia de se dividir com a diplomacia, e de experiência com os diversos estudos já publicados. Foi desenvolvido quase ao mesmo tempo em que *Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão (1826-1828)*³⁴⁹. A utilização de correspondências diplomáticas e documentos oficiais ainda demarca o principal tipo de fontes na pesquisa de Lima, e evidencia a prática vitalícia de uma “*Historia Diplomatica*”.

Assim como *D. João VI no Brazil, O Movimento da Independencia* tem seu conteúdo bastante diverso, e leva a marca de grande ampliação temática no campo de observação do historiador, algo quase “interdisciplinar”: trata do contexto político do recorte abordado, traz comentários sobre “a sociedade brasileira, nobreza e povo” (capítulo II); sobre questões internacionais, como “a representação brasileira na assembleia de Lisboa e a tentativa de reconciliação” (capítulo VI), “o reflexo do fisco em Lisboa” (capítulo XI), “a questão da Cisplatina” (capítulo XII); sobre a articulação das ideias no contexto interno da independência, como “os manifestos de agosto e a concepção da monarchia democratica” (capítulo XVIII) e “o grito do ypiranga” (capítulo XX).

Em *O Movimento da Independencia*, D. Pedro I é menos enaltecido por suas virtudes e características pessoais do que n’*O Imperio Brasileiro*, é mais remetido a um nacionalismo autêntico que já confirmava os frutos da obra fundante de D. João VI. Neste sentido, os

³⁴⁷ Ibid., p. 156.

³⁴⁸ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1922.

³⁴⁹ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão (1826-1828)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005.

estímulos do príncipe regente em promover a independência são descritos como uma resposta a clamores que eram coletivos: a vontade popular era pela Independência, e D. Pedro só fez atender aos anseios populares:

[...] A « força maior » foi n'esse caso para Dom Pedro o sentimento geral da população fluminense, e como lhe não faltava propriamente coragem physica, antes era e continuaria a ser muito d'elle não recuar ante os perigos e até os affrontar, sua attitude produziu o resultado feliz de um desenlace inesperadamente ordeiro. O principe depõe muito na sua correspondência para Lisboa contra o moral da Divisão Auxiliadora, mas o facto é que foi o temor da exaltação do elemento nacional que aconselhou a retirada ao elemento militar mais disciplinado, cujos chefes, Avilez e Carretti, obedeciam antes na sua maneira de proceder, pelo que se diz, ao desejo de obterem das Côrtes, em recompensa, a promoção aos postos mais elevados de hierarquia, do que ao amor pelos principios que as Côrtes encarnavam.³⁵⁰

Como é notável, trata-se ainda “do mesmo” D. Pedro, como personagem da narrativa, vívido e enérgico, mas agora o sentimento de pertença à nação, isto é, “a exaltação do elemento nacional”, é maior e mais importante para a “marcha da história” – como Lima às vezes repete – do que as características peculiares do príncipe. A influência de uma filosofia idealista da História (uma das faces do historicismo) se mantém nesta fase mais madura de Oliveira Lima. O que muda, com relação às primeiras obras, é que agora o papel de destaque dos “grandes homens” é aos poucos rarefeito em uma nova perspectiva, na qual aqueles deixavam de ser visto como condutores *da* história e passavam a ser vistos – e ditos – como condutores *na* história. Isto é, o herói não é mais somente o herói que guia a nação, mas que personifica anseios e é capaz de canalizar as expectativas da nação em ações correspondentes. Comentaremos mais sobre isto no próximo item, ao discorrermos sobre D. Pedro II na obra *O Império Brasileiro (1821-1889)*.

Neste sentido, a aproximação da personagem do imperador dos súditos, ou seja, uma tentativa de pôr em paralelo a importância do imperador e da população (de forma coletiva) o “elemento nacional”, tem seu ápice n’*O Movimento da Independência* quando Lima descreve o ato da coroação de D. Pedro I:

A coroação teve lugar a 1.º de Dezembro, anniversario da restauração portuguesa do senhorio da Hespanha associada com a Casa de Bragança, e foi um mixto do cerimonial usado na sagração de Napoleão em Notre Dame e dos imperadores da Austria em Frankfort, combinação portanto de tradicionalismo

³⁵⁰ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1922, p. 177. Grifos meus.

e de modernismo revivido dos romanos. Imitou-se também um pormenor da coroação dos reis da Hungria, consistindo em fender o ar com o gladio, allusão nacional ao título de Dom Pedro de defensor perpetuo do Brazil, sua primeira investidura popular tornada hereditaria na sua família, o que a despojava do primitivo caracter democratico si é que a não queriam mesmo converter [...] n'uma arma contra a democracia.

O Imperador apareceu vestido de uma túnica de seda verde golpeada, calçado de botas de montaria com esporas e ostentando um manto de veludo verde forrado de setim amarello, bordado de estrelas e com uma guarnição de ouro. Não se julgando que a nota nacional fosse suficientemente fornecida pelos diamantes mineiros da corôa e no intuito de remontar até a nota indigena pela exhibição da arte plumaria dos aborígenes, ajuntou-se á indumentária imperial uma romeira de papos de tucano.³⁵¹

Esta mudança dos elementos apresentados como mais fundamentais ao desencadeamento dos eventos e da ruptura talvez se explique pelas novas experiências de Oliveira Lima. Vivendo nos Estados Unidos no período em que escreveu esta obra, sobretudo na capital do país, Lima pôde experimentar mais de perto o nacionalismo estadunidense, um outro modelo de nacionalismo, diferente do que era pretendido ser construído no Brasil pelos historiadores e artistas em função da recente República. Nos contornos do “elemento nacional” estadunidense, a trajetória da nação já era há muito concebida sobre uma narrativa teleológica de progresso cujo desenvolvimento é fixado quase como uma profecia, um “destino manifesto”³⁵², isto é, um “horizonte de esperas” que incide sobre o presente; diferentemente do Brasil, cuja História (historiografia) apontava para o passado buscando descobrir ou desvendar os caminhos que teriam levado até aquele presente, escavando um “campo de experiências”³⁵³.

Entre D. João VI, visto como o pai fundador da nação, e D. Pedro II, o sábio mediador da democracia, D. Pedro I foi o personagem intermediário na tríade dos monarcas luso-brasileiros representados por Oliveira Lima. Nem criador e nem consolidador, mas uma via de expressão da nacionalidade brasileira no momento em que esta pulsava mais vívida, distinguindo o “elemento nacional brasileiro” da “herança lusa”, momento da independência e

³⁵¹ Ibid., p. 366.

³⁵² Cf. O estabelecimento de colônias de povoamento permanentes nos Estados Unidos no século XVII preparou o terreno para a afirmação do início de propósitos nacionalizantes e de uma identidade cultural nacional nos Estados Unidos. Segundo Leandro Karnal, dentre os imigrantes ingleses que constituíram as colônias dos Estados Unidos estava um grupo minoritário que a história consagraria depois como os “peregrinos” (pilgrins). Estes vieram fugindo da perseguição religiosa constante na Inglaterra nos séculos XVI e XVII. “A América seria um receptáculo, também desses grupos religiosos”. Conforme explica o autor: “Estes ‘pais peregrinos’ (*pilgrim fathers*) são de certa forma, os fundadores do que, mais tarde, seriam os EUA. Não são os pais de toda a nação, são os pais da parte ‘WASP’ (*white anglo-saxon, protestant*), ou seja, branco, anglo-saxão, protestante) dos EUA. A historiografia, de todas as formas, costuma consagrá-los como os modelos de colonos.” (KARNAL, Estados Unidos: da colônia a independência, 1992, p.30.)

³⁵³ “Campo de experiências” e “horizonte de esperas” cf. KOSELLECK, opus cit., 2006.

da autenticação do país como outro, e não mais como parte do mundo português. Se a afeição de Lima pelo passado e o legado português no Brasil foi uma marca característica sua, presente ao longo de toda sua obra intelectual (não somente historiográfica), como observaram de seus vários interpretes³⁵⁴, esta não era maior que seu carinho pelo país natal, algo que se expressa na forma como significou D. Pedro I.

Ao retratar D. Pedro, Lima destacou seu temperamento enérgico e corajoso, sua postura firme de “herói libertador”. Não negou-se de evidenciar sua inclinação ao absolutismo, mas ao fazê-lo, balanceou-a com o destaque à paixão do primeiro imperador pela nação que autonomizava.

3.2.3. Dom Pedro II, o sábio

O período joanino foi, sem dúvida, a especialidade de pesquisa de Oliveira Lima como historiador. Como trouxemos ao longo do texto, o foi tanto por ter redigido sua colossal monografia, o *Dom João VI no Brasil* de três volumes (na edição original), quanto por ter reunido maior documentação sobre este período do que sobre os outros – lembrando que os contextos de *O Movimento da Independência* e a *O Reconhecimento do Império* estão também diretamente ligados ao período joanino –, ou talvez ainda por alguma identificação psicológica, pessoal ou mesmo física com D. João VI. Não obstante, D. Pedro II tinha tudo para ter sido o mais adorado dos três monarcas pelo diplomata-historiador: era também “um amante dos livros”, apaixonado por estudar idiomas estrangeiros, ávido viajante e leitor assíduo de textos de cunho histórico, amante das artes; dizia muitas vezes que se não tivesse nascido para assumir o trono, teria sido professor; e foi patrono do IHGB.

D. Pedro II foi certamente um dos governantes mais peculiares da história do Brasil. Foi deixado como sucessor da monarquia quando era apenas uma criança de 5 anos; sentou no trono após uma manobra legal para adiantar sua maioridade; permaneceu governante durante quase meio século (49 anos), sendo o governante que lá permaneceu por mais tempo. Assumiu o poder em um momento político extremamente conturbado, quando explodiam revoltas separatistas, como a revolta da Balaiada no Maranhão e a Cabanagem no Pará e o Rio Grande do Sul se declarava um república independente com a Farroupilha. Terminou seu período de poder deposto e exilado na França, inicialmente incrédulo de que uma República estava realmente

³⁵⁴ Cf. MOTA, opus cit., 2010; MALATIAN, opus cit., 2001; PRADO, opus cit., 2015 e VELLOZO, opus cit., 2012.

sendo proclamada no Brasil que ele manteve unido. Deixou consolidada a abolição da escravidão, ao menos legalmente, e estabelecidas as bases do sistema representativo que alicerçaria o regime ascendente. Como considera José Murilo de Carvalho, “pela longevidade do governo e pelas transformações efetuadas em seu transcurso, nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país”³⁵⁵.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (1825-1891), ou simplesmente Pedro d’Alcântara, como preferia ser chamado quando estava distante das pompas monárquicas, o último imperador do Brasil, era duplamente filho de nobres: além de pertencer à dinastia de Bragança, na linhagem paterna, descendia dos Habsburgos da Áustria, filho de D. Maria Leopoldina (1797-1826). Era o sétimo filho de D. Pedro I e D. Leopoldina, entre homens e mulheres e diversos abortos e mortes prematuras.

D. Pedro II ficou órfão de mãe antes de completar 1 ano de idade, e antes dos 6 ficou também órfão de pai: D. Pedro I morreu de tuberculose em Portugal, em 1834. Desde então, o “imperador menino”, como era chamado Pedro II, passou a ser treinado e educado para ser um bom governante, e teve como mentor José Bonifácio de Andrada e Silva, o mesmo envolvido no processo de Independência.

D. Pedro II havia sido educado numa escola, como se diz geralmente, das melhores: a escola do infortúnio. Sua infância sem carícias, sua adolescência sem alegrias, sua juventude sem prazeres tinham-lhe amadurecido bem cedo a inteligência e lhe ministrado precocemente ao espírito a atitude de gravidade que foi um dos traços mais notáveis de sua pessoa. [...] ³⁵⁶

Dentre as obras que selecionamos como fontes para esta pesquisa, apenas duas tematizam o Segundo Reinado, *FHdNB* e *O Império Brasileiro*, mas nenhuma se dedica exclusivamente ao período. As demais enfocam tão somente os períodos joanino e do Primeiro Reinado.

Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*³⁵⁷, a narrativa de Oliveira Lima sobre o Segundo Reinado mescla-se ao fechamento da obra, de maneira que há um tom de avaliação da experiência imperial nos últimos capítulos, os quais tratam respectivamente de D. Pedro II e do Segundo Reinado e do contexto crítico que culminaria na mudança de regime.

³⁵⁵ CARVALHO, opus cit., 2007, p. 9.

³⁵⁶ Ibid., p. 203-204.

³⁵⁷ Ibid., p. 201.

Neste sentido, as primeiras páginas do capítulo XI se destinam a caracterizar e comentar Pedro de Alcântara. Não fugindo à regra de suas demais obras, em *FHdNB* Lima traça um perfil intensamente adjetivado e de caráter psicológico do último monarca; não tão extenso e detalhado quanto o fez com D. João VI, afinal não houve de Lima uma obra especificamente dedicada a D. Pedro II, mas não menos farta de adjetivos positivos:

D. Pedro II está definitivamente colocado entre as principais figuras morais do último século. Seu longo reinado, inaugurado por um *pronunciamento* parlamentar e terminar por um *pronunciamento* militar; seu amor da paz sem desonra e da justiça a todo custo; sua paixão pelas ciências, a princípio pelas letras, em seguida, e, enfim, pelas artes, em suma, por tudo que se relaciona com o espírito; seu desprezo pelas vulgaridades e desapego pelas riquezas; sua afabilidade cheia de dignidade; sua severidade sem arrogância; sua bondade sem afetação; sua honestidade sem limites, tornaram o nome desse monarca não somente familiar aos que se ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral, mais caro aos que se deixam seduzir pelos aspectos superiores da humanidade. Seu renome não é, afinal, senão justo, pois foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos.³⁵⁸

Neste sentido, vale menção, há um comentário de Lima sobre uma descrição de Pedro II feita pelo conde de Suzannet em 1845, quando o francês viajava pelos trópicos, o qual, no entender de Lima, distorcia as feições de Pedro d'Alcântara. Não nos interessa precisamente a descrição de Suzannet, mas as ressalvas de Lima sobre seu conteúdo transparecem também um pouco mais dos predicados atribuídos a Dom Pedro II, abaixo destacadas na passagem:

O retrato que nos deixou do imperante é curioso. D. Pedro II nessa época era um enigma. Assim o considerava, pelo menos, o Sr. Suzannet. Sua impassibilidade era, todavia, corrigida pela benevolência, ou seja, por uma certa bonomia limitada, que havia de lhe ser habitual. Seu trato, ainda que afável, era frio, talvez tímido, pois não era ainda portador de simpatia e autoridade. Mas tarde loquaz, quando era oportuno, em todo caso comunicativo, sem o menor sacrifício da majestade de sua posição, não falava quase, de maneira que a vivacidade parecia estranha a um espírito que, depois, havia de parecer mesmo dispersivo, tão grande seria sua versatilidade. O olhar fixo e inexpressivo lhe notava ao tempo de sua visita e que o levava a duvidar dos dons de inteligência e de vontade exigidos para a tarefa atribuída à coroa nessa curva da história do Brasil, não devia ser senão o resultado muito natural da ausência de negligência, de vivacidade e exuberância de sentimentos num jovem educado na intimidade, por momentos fastidiosa, dos senadores do Império, longe das mulheres mundanas, disciplinado nos gostos e nos hábitos,

³⁵⁸ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 201.

não tendo de uma verdadeira corte senão a vaga impressão de alguma coisa de bolorento e corrompido.³⁵⁹

Neste capítulo da obra em questão, quando trata de D. Pedro II, Oliveira Lima reforça seu romantismo historicista inclusive apelando para o metafísico para explicar a “predestinação” do imperador para a sucessão do trono:

O nome D. Pedro II parece ter estado predestinado na nossa história a servir invariavelmente de bandeira de reunião para os partidários da ordem. No momento da abdicação de seu pai, quando contava apenas pouco mais de cinco anos e provocava, por isso, a emoção da corte do ministro da Áustria, que não podia olhar sem ternura o rebento dos Habsburgos que, dizia ele, tinha o ar, na sua inocência, de implorar-lhe a proteção, o imperador-menino tinha, por sua própria fraqueza e pelo sentimento de lealismo [sic] que despertava, salvo seu país da desunião que se inclinava para reduzir o belo colosso político a uma poeira de anarquia.³⁶⁰

Nesta obra, Lima reitera por diversas vezes sua interpretação de que o império no Brasil foi uma “democracia coroada”, isto é, uma postura que observa a monarquia com bons olhos e nela perceber que havia centralismo, unidade e controle sem despotismo e autoritarismo, de maneira que não se opõe à organização política da democracia, que ao menos em tese imperava no regime republicano.

Por que – perguntar-me-eis então – foi destronado o chefe dessa democracia coroada? É que havia o adjetivo colocado ao lado do substantivo, é que as coroas na América estavam votadas a esse melancólico destino, desde o momento em que se havia denominado essa parte do mundo de “continente livre”, porque ali não havia reis, e as palavras, sobretudo nas sociedades de imperfeita cultura, significam mais que as idéias, as convenções mais que as realidades. [...] ³⁶¹

Há certa melancolia no tom destas palavras que abrem o capítulo XI de *FHdNB*. Lima aqui lamenta o fato de que foi destronado o chefe da “democracia coroada”; melancolia esta que se expressaria nas obras produzidas durante seu exílio nos EUA (como constataremos a seguir). E o tom de pesar vincula-se também a uma ideia de inferioridade dos povos americanos com relação aos europeus, dos quais vem a organização monárquico-imperial: são “sociedades

³⁵⁹ Ibid., p. 204, grifos nossos.

³⁶⁰ Ibid., p. 202.

³⁶¹ Ibid., p. 201, grifo nosso.

de cultura imperfeita”, para as quais convenções (como um teórico sistema republicano) importam mais do que realidades justas (como a do democrático império, governado pelo soberano de moral admirável, honrado e justo).

Neste sentido ainda, o império, que decaiu perante a onda republicana que se espalhou pelo continente americano e chegou ao Brasil do Segundo Reinado, é dito ainda como modelo de progresso e democracia para as republicas vizinhas:

O Brasil-Império serviu então de modelo a estas repúblicas progressivamente circunspectas, pois em nenhuma parte na América, nem mesmo nos Estados Unidos, em certos pontos de vista as franquias foram maiores nem o sentimento democrático mais intenso. [...] o Brasil daquele tempo era um império democrático e o Chile uma república aristocrática. [...] ³⁶²

De 1849 a 1889, quarenta anos se passaram de paz interior e de progresso, senão acelerado – essa espécie de progresso não surgiu por toda parte senão em nossos dias –, pelo menos ininterrupto. Limitemo-nos a lembrar sumariamente que o Império, no momento de sua queda, havia resolvido da maneira mais calma e mais generosa, senão da maneira mais reta e mais justa [...] o mais grave problema econômico e social que pesava sobre o futuro do país, quero dizer, a abolição da escravatura. O Império tinha enfim tornado o Brasil mais liberal e a mais esclarecida das nações da América Latina. Esse último benefício bastaria para o seu eterno elogio. ³⁶³

Mas tal “modelo” de paz interior e progresso ininterrupto, de governante generoso, sábio e inteligente, por fim, despertou nos países vizinhos inveja e intolerância por operar-se sob um regime ímpar. D. Pedro teve então de lidar com o belicismo das nações vizinhas e envolver-se nas guerras do Prata (1851-1852) e do Uruguai (1865).

Outra das grandes qualidades de D. Pedro II foi seu amor sincero pela paz, devido tanto à sua timidez íntima quanto ao seu liberalismo, que se estendia desde o horror pelas violências até o respeito escrupuloso pelos direitos de outrem. Os inimigos do Brasil denunciavam à toda força o imperialismo desse soberano que teve de tomar parte em duas guerras estrangeiras, delas recolheu louros, mas não anexou ao seu país nenhum território novo. E houve inimigos do Brasil, sobretudo entre as repúblicas do continente, que, na ebulição do sangue espanhol, que lhes corre nas veias do povo, e dos sentimentos democráticos que as caracterizam, tinham má vontade para as nossas origens portuguesas, e não nos perdoavam a forma monárquica de nosso governo. ³⁶⁴

³⁶² Ibid., p. 202, grifo nosso.

³⁶³ Ibid., p. 203.

³⁶⁴ Ibid., p. 213.

Retomando as colocações de Oliveira Lima sobre a figura do imperador, especificamente, cabe salientar ainda esta passagem na qual D. Pedro II é referido como inspirador do “caráter democrático da sociedade brasileira”:

O verdadeiro caráter democrático da sociedade brasileira é o próprio imperador Pedro II quem o há de fazer sobressair, acentuando-o por seu afastamento intencional dos preconceitos, e foi por esse traço e pela honestidade fundamental de sua natureza e de sua conduta que havia de conseguir cercar-se do respeito de seus compatriotas. Esse respeito nunca lhe faltou, como também o dos estrangeiros, respeito que era, não somente um tributo pago à sua simplicidade, mas igualmente ao seu culto à intelectualidade.³⁶⁵

E, no que pesa às ações práticas do “espírito democrático” do imperador, Lima destaca a tolerância às oposições e a imprensa, ainda que estas não fossem tão complacentes com o imperador e abraçassem, significativamente, os liberais críticos da monarquia e os abolicionistas. Igualmente, ressalta a complacência de Pedro II ao lidar com tensões parlamentares e divergências com os ministros:

[...] O governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e as opiniões divergentes. Exatamente quando o Sr. De Suzannet se preparava para ir ao Brasil, o jovem imperador, com dezenove anos, tinha o ar de querer governar e não apenas reinar, recusando ao seu gabinete a demissão de um alto funcionário liberal, o que conduziu à queda da situação política dominante, que era conservadora.

Nunca porém ele tomou partido contra a opinião, representando a reação, nem mesmo corrigiu jamais uma desavença constitucional, fazendo prevalecer sua opinião sobre a dos ministros. Quando muito, em casos tais, ele recorria ao sufrágio, que era limitado e, por isso mesmo, tanto mais representativo de um Brasil onde o sufrágio universal estaria em desacordo flagrante com as condições sociais. Uma única ditadura lhe foi cara, e esta ele a exerceu sem hesitação: —a ditadura da moralidade.³⁶⁶

Neste sentido, não há uma clara comparação entre o império e o período republicano – no qual Lima vivia – com relação às liberdades individuais e o controle estatal, mas, pela maneira como salienta o período monárquico como de maior liberdade da imprensa e de mais

³⁶⁵ Ibid., p. 205.

³⁶⁶ Ibid.

forte senso moral na política e no governo, tal comparação se faz implícita. Considera Oliveira Lima que

O Império foi, não obstante, por sua atmosfera de liberdade, a idade de ouro do jornalismo brasileiro. Desde Justiniano José da Rocha até Quintino Bocaiúva, o estilo excedeu a paixão, e o país conheceu uma série de mestres no gênero. As letras em geral tinham-se desenvolvido muito e aliás de maneira constante, através das lutas políticas. O romantismo que na Europa tinha emprestado acentos líricos à poesia como a eloquência, ao romance como à história, vibrou estranhamente acolá, numa plena correspondência de sentimentos com seu modelo, assumindo o aspecto particular que vos assinalai e que foi sobretudo a moralidade literária da malevolência nacional para os portugueses, antigos senhores do país.³⁶⁷

E esta ambientação de “atmosfera de liberdade” na qual se produziam as letras, a história e a imprensa no Brasil imperial do Segundo Reinado, de republicanistas ferrenhos como Quintino Bocaiúva (1836-1912), que se envolveu fortemente como jornalista no processo de Proclamação da República, sendo nomeado Ministro das Relações Executivas após a instauração do novo regime, e Justiniano José da Rocha (1812-1862), jornalista conservador que escreveu na imprensa particular praticamente como porta-voz da monarquia em defesa de D. Pedro contra as críticas e escárnios dos liberais.³⁶⁸

Ora, a “atmosfera de liberdade” gozada pela imprensa não era senão uma consequência do já mencionado “espírito democrático” do imperador. Era reverberação de seu entendimento de que as ideias e vozes deveriam poder circular livremente pelos veículos de comunicação e difusão de seu tempo. Afinal, “sua paixão pelas ciências, a princípio pelas letras, em seguida, e, enfim, pelas artes, em suma, por tudo que se relaciona com o espírito”³⁶⁹; “o próprio imperador era por demais intelectual, e era o que bastava para ele favorecer essa brilhante eclosão do espírito. As letras, com efeito, encontraram sempre nele um ardente protetor e simpático a todas as fórmulas”³⁷⁰. Era, ainda, fruto da consciência de que uma nova nacionalidade se gestava no Brasil após a Independência, que carecia de vias de autonomia e impulso:

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ MASSAUD, Moisés. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 328.

³⁶⁹ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 2000, p. 201.

³⁷⁰ Ibid., p. 211.

O soberano era afinal demasiado liberal e podia assim fazer pesar sua autoridade sobre a expressão literária de seu povo, expressão que se produzia sem sua intervenção, refletia a consciência de uma nova nacionalidade com destinos próprios, mas tinha necessidade de ser auxiliada no primeiro impulso para voar mais alto que aquelas que à sua volta se ensaiavam livremente.³⁷¹

Como já trouxemos no Capítulo 2, ao indagarmos se os pendores de Oliveira Lima à bendizer a monarquia seriam fruto de um saudosismo recôndito ou sintomas de um monarquismo apaixonado (p. 103), ao se aproximar temporalmente dos fins do Segundo Reinado³⁷², a narrativa toma um tom fatídico de descrever que todos os antigos elementos de apoio ao trono desmoronavam, tornando-se insatisfeitos com os rumos que assumia o governo ou convertendo-se em oposições à Pedro II mediante um cenário político, econômico e geopolítico que já não era o mesmo do auge de seu governo. Nas palavras de Lima, “tudo desmoronava em torno do trono”.

Neste ponto da narrativa, o sábio, justo, ilustrado e sensível Pedro d’Alcântara é convertido em um tipo de “vítima” de seu meio. Não uma vítima que agoniza após ser rechaçada por seus predadores, mas um governante cuja postura e personalidades se tornavam incompreendidas, pois sua visão humanista (teoricamente favorável à abolição da escravatura, apesar de não se mostrar abolicionista para não desagradar os políticos latifundiários que usufruíam de escravos) e democrática (que permitia a difusão das críticas da oposição, bem como seu crescimento) passavam a ser consideradas incapazes de lidar com o crítico quadro que se abatia sobre o Brasil.

De um único ponto de vista talvez, o imperador não foi o soberano mais conveniente ao Brasil durante o período de expansão consecutiva ao solver, em sua bem feliz – a despeito do lado pouco risonho, que acabo de assinalar-vos, isto é, o empobrecimento de numerosos proprietários agrícolas –, essa crise econômica e social que pesava desde a Independência sobre o futuro do país.

Muito apaixonado pelo progresso moral, D. Pedro II era menos fervente quanto ao progresso material. Estava certamente convencido da necessidade do progresso material, e encorajava-o mesmo. Mas não se mostrava bastante de acordo, ao que se pretende – pois eu estaria longe de censurá-lo – com o espírito de sua época, e ainda menos disposto a encorajar os apetites de fortuna, que sentia serem latentes em torno de si. [...]
[...]

³⁷¹ Ibid., p. 213.

³⁷² Ibid., capítulo XII, pp. 219-234.

[...] D. Pedro II, não obstante suas maneiras democráticas, atinha-se ao Brasil como prolongamento do passado, a um Brasil fortificado pela defesa de suas glórias e pela vibração ininterrupta de seus sofrimentos.³⁷³

Ao final de *FHdNB*, após constatar – e lamentar – a discrepância do perfil de D. Pedro II e dos rumos que o cenário político brasileiro assumiam com o crescimento na adesão dos liberais e a modernização que vinha ao Brasil, importada principalmente da Inglaterra, Oliveira Lima, ao que nos parece, soa ainda mais fatalista ao admitir que o exército, tomando para si o papel de centro da oposição à monarquia e com considerável parte dos generais favorável a um golpe de Estado, havia se transformado na única possibilidade de retomar os acertos que há tempos o imperador já não efetuava.

Se se desse ouvidos aos que o atacavam nas vésperas de 1889 – e poucos eram os que cuidavam em defendê-lo – o Império não oferecia mais à vista senão um acúmulo de erros. Suas liberdades no entanto não haviam nunca sido suprimidas: não se podia sentir-lhe a falta. [...] O exército tornou-se assim, instintivamente, o agente conservador, que reclamava a continuidade das tradições nacionais, quando tudo se desmoronava em torno do trono, quando a Igreja, a propriedade e o saber se recusavam a apoiá-lo à custa do menor sacrifício.³⁷⁴

Em *FHdNB* não constam explicações ou análises de Oliveira Lima sobre como a mudança de regime se efetivou. Com exceção da abertura do mencionado capítulo X, quando comenta que o “longo reinado [de D. Pedro II, foi] inaugurado por um *pronunciamiento* parlamentar e terminado por um *pronunciamiento* militar”³⁷⁵. Igualmente, não há comentários sobre a morte de nenhum dos 3 monarcas. Uma citação sem referências do dramaturgo francês Jacques François Henry Fouquier é feita sobre o amor que Pedro d’Alcântara nutria por Paris, mas nada é dito sobre seu exílio na capital francesa após a destituição do trono, tampouco sobre seu falecimento:

[...] Mas, terei eu a necessidade de justificar-me dos elogios que lhe foram prestados à memória em Paris, nessa Paris, que como escrevia Henry Fouquier: “Ama D. Pedro porque D. Pedro ama Paris e ama-a bem, como quer que a amem? Ele é verdadeiramente dessa grande Paris – como acrescentava o fascinante cronista – e reproduzia sobretudo no seu país um pouco da alma francesa, dessa alma inflamada de justiça e de ideal...” A academia e as

³⁷³ Ibid., p. 232.

³⁷⁴ Ibid., p. 233.

³⁷⁵ Ibid., p. 201.

sociedades sábias, as oficinas e as usinas, as escolas e os museus conheciam perfeitamente esse monarca, modelo para todos os soberanos do mundo, conforme a frase de Gladstone; esse soberano de um país afastado e mal conhecido, que foi quase tão popular em vosso país quanto entre nós. O mesmo respeito o cercava nos dois países, e sua memória augusta parece pairar sobre nossa obra de aproximação moral, obra que ele aliás deu em todo tempo o exemplo, esse imperador homem de ciência, como denominou Pasteur; – esse príncipe filósofo, como designou Lamartine; – esse neto de Marco Aurélio, como definiu Victor Hugo.³⁷⁶

Em seus últimos anos, Oliveira Lima redigiu uma última obra, síntese do período ao qual dedicara tantos estudos, *O Império Brasileiro (1821-1889)*³⁷⁷. A obra foi escrita em 1927, um ano antes da morte de seu autor. No entanto, nem mesmo nesta o historiador assume que sua narração se incline apologética ao Império, como o acusaram quando ainda atuava na diplomacia. O período estudado continua sendo, para ele, modelo de exemplo de ética na vida política e de moral rígida e resguardada, e tão somente por isto remete “elogios merecidos”. Destacamos a nota de abertura do volume, redigida em Washington:

Este livro não é fruto da investigação direta e própria da documentação de um período histórico, baseada antes sua exposição, dividida pelas diversas categorias do desenvolvimento social, sobre memórias, estudos e papéis alheios, de caráter político. Tampouco é a justificação de uma época ou governo, que dela carece, porque consigo carrega seu fulgor moral. É a simples condensação de uma fase essencialmente progressiva da nossa nacionalidade, à qual não foi dado ultimar sua evolução, interrompida pelo mesmo espírito revolucionário que presidira ao seu albor e de que parecia haver-se libertado pela continuação. Dentro desse tempo verificou-se, porém, em plena ordem o desenlace de uma das questões fundamentais da nossa economia, a questão complexa e intrincada do elemento servil, através de uma ação legislativa que honra sobremodo a nossa cultura e constitui um nobre exemplo humano. Organizaram-se partidos; floresceu o regime parlamentar; triunfou a ordem civil sobre a desordem militar; remodelou-se a economia; seguiu-se uma política exterior com fixidez de princípio, embora com erros de aplicação. O Império foi, assim, deveras representativo e deveras notável.³⁷⁸

Obra síntese do período de especialidade de Oliveira Lima, escrita no fim de sua vida, traz um tom de esclarecimento de sua parte sobre o fato de que não teria sido realmente monarquista. Ainda assim, *O Império Brasileiro* é ironicamente aberto com a epígrafe: “Se há

³⁷⁶ Ibid., p. 217-218.

³⁷⁷ OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1989.

³⁷⁸ Ibid., p. 13. Grifos nosso.

acabado la unica Republica que existia em America: el Imperio del Brasil” (Palavras de Rojas Paul, presidente da Venezuela, ao ter notícia da monarquia brasileira)³⁷⁹. Ou seja, persiste a tese do Império como uma “democracia coroada”.

Trata-se da obra mais diversa de todas as demais de Lima, pois não se constitui como uma narrativa personalista. Nesta não são as figuras dos “grandes homens” que catalisam os acontecimentos com suas personalidades descomunais – ou seus “espíritos”, na linguagem historicista de Lima, influenciada por Hegel – como figuravam os monarcas luso-brasileiros, George Canning ou José Bonifácio nas obras anteriores. *O Império Brasileiro (1821-1889)* é organizado em uma divisão temática dos conteúdos tratados, na qual cada capítulo é destinado especificamente a um elemento dinâmico no lapso temporal do Primeiro e do Segundo Reinados: o “espírito revolucionário”, os partidos políticos, o sistema parlamentar, a ordem civil, as ideias, a Igreja, o exército, dentre outros. Ainda são feitas menções aos monarcas e a outras figuras de destaque nos respectivos contextos, obviamente, mas sem as descrições psicologizantes e tão centrais nos demais livros.

Ainda se fazem presentes considerações sobre as características dos ditos “grandes”, como esta: “os Andradas personificavam no poder o espírito patriótico e até nativista, corolário lógico daquele conflito de sentimentos, e D. Pedro I a esse tempo viria a dar arras da sua sinceridade nacionalista”³⁸⁰; mas de maneira mais modesta do que nos extensos parágrafos de *Dom João VI no Brasil* ou de *O Reconhecimento do Imperio*.

É notável também o fato de que o período joanino é excluído desta obra. Em função disto, percebemos neste período de residência de Oliveira Lima nos Estados Unidos que já não possui as mesmas preocupações historiográficas de quando dividia-se com a atividade diplomática: não está mais interessado em traçar uma história da constituição da nacionalidade brasileira, por assim dizer, remontando origens e construindo mitos fundacionais épicos – que bem a tônica de *FHdNB* no primeiro caso e de *Dom João VI no Brasil* no segundo. Mais maduro em sua escrita, que soa mais direta e objetiva, por assim dizer, e mais coeso em sua argumentação, o Oliveira Lima de *O Império Brasileiro* disserta sobre contextos, não sobre pessoas; se aproxima de uma historiografia estrutural que emergia da Europa – sobretudo da França – dos anos de 1920-30 enfocando “fatias” horizontais do social (economia, política, cultura, mentalidades etc.) e não acontecimentos ou fatos, apenas. Sua erudição ainda se faz

³⁷⁹ Tradução: “Acabou a única República que existia na América: o Império do Brasil”. OLIVEIRA LIMA, opus cit., 1989, p. 7.

³⁸⁰ Ibid., p. 16.

presente, não poderia ser simplesmente abandonada, assim como o domínio da linguagem são ainda muito elevados, mas a preocupação retórica, com a boa forma textual, já é reduzida.

O romantismo e o idealismo continuam sendo características presentes em como Lima concebe e narra a história (o passado), ainda estando presentes em sua escrita expressões como “espírito revolucionário”, “sentimento brasileiro”, “caráter nacional”, ao que nos parece, refinadas de seus mestres portugueses ou importadas de autores como Michelet, Ranke ou Hegel. Contudo, não temos mais aqui um autor que pretende “ressuscitar” personalidades ou saturar sua composição com dados de fontes e pormenorizar decisões políticas e diplomáticas com um exaustivo detalhismo de nomes. Há, isto sim, mais citações de literatos e de obras escritas, de autores como de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, José de Alencar, dentre outros, mas não tratadas como fontes ou analisadas – como em *Aspectos da litteratura colonial brasileira* –, mas como referências ilustrativas ou menções de interpretações pertinentes ao que está sendo dito.

Na mesma direção de mudança de perspectiva de Oliveira Lima nesta obra derradeira, as relações de causalidade não se resumem mais às decisões ou ações de pessoas específicas, como eram quase sempre consideradas em relação aos imperadores. Por exemplo, em *FHdNB*, a ruína do império é associada ao fato de que a postura do imperador era incompatível com as necessidades gerenciais daquele Brasil dos últimos anos da década de 1880, e tão somente por isto, pelo fato de a pessoa do imperador não ter sabido lidar com os elementos críticos em questão, findou-se o império. Já em *O Império Brasileiro* as relações de causalidade são estendidas a fatores que envolvem instituições (e não somente seus dirigentes), poderes (e não somente empoderados) e relações econômicas (para além de decisões governamentais sobre a questões de ordem econômica). Neste sentido, é significativa a passagem:

A queda do Império em 1889 foi já por si determinada como causada pela recrudescência do espírito revolucionário trazida por vários fatores – a gradual invasão das prerrogativas da coroa pela ação representativa popular, arguindo-se o poder moderador de ter-se transformado em poder pessoal; o desprezo pelo trono dos privilégios e princípios da Igreja Católica Romana, religião do Estado, quando em 1873 se abriu a luta entre o governo e o protetor da maçonaria e alguns membros da hierarquia; o abandono dos interesses da agricultura ao promover-se a abolição sem indenização; finalmente a propaganda subversiva nas forças armadas. [...] ³⁸¹

³⁸¹ Ibid., p. 33.

Entretanto, apesar de verificarmos outras características na composição historiográfica de Oliveira Lima nesta fase de exílio nos Estados Unidos, em alguns momentos sua atenção se volta ao imperador como pessoa, e não como elemento ou agente histórico. Talvez alguns destes trechos ilustrem o esboço de um perfil de D. Pedro II diverso do que é trazido em *FHdNB*.

No que diz respeito à maneira como D. Pedro II se relacionava com os partidos ao longo de seu período de governo, Lima mantém sua concepção de que o imperador era justo em tolerar a diversidade de opiniões e posições, inclusive das oposições, e que utilizava-se de seus poderes superiores sem abusos. Escreve que

Acima dos partidos pairava a Coroa, cuja influência andava sempre exposta a ser exagerada e criticada pela oposição, invariavelmente desolada por ter que ceder o lugar, quando no poder, a outro governo e desejosa de reconquistar o que Martinho Campos, senador liberal e presidente do conselho, chamava pitorescamente “o emprego”. O “poder pessoal” do Imperador foi uma expressão proverbial da fraseologia política do Brasil durante o longo reinado de D. Pedro II, o qual, entretanto, se defendeu de haver jamais exorbitado das suas atribuições constitucionais, que o revestiam da dignidade de moderador ou árbitro, mas não o deveriam reduzir a um títere mecânico, joguete de todos os ambiciosos. [...] ³⁸²

E, no mesmo sentido, manifesta saudosismo com relação à maneira como o parlamentarismo se operou no Império, novamente destacando valores positivos e apontando o imperador como construtor de alicerces democráticos para o futuro da organização política sistemática no Brasil:

O parlamentarismo foi contudo geralmente praticado no império com honestidade e brilho suficientes para deixar saudades do passado nos espíritos capazes de as alimentar e até para com elas abastecer uma corrente adversa à República presidencial, que trouxe consigo uma agravação do poder moderador restaurando-lhe as prerrogativas pela consagração da influência do executivo central sobre os organismos estaduais, dos quais os mais pujantes fazem o papel dos grandes eleitores do sacro império romano. D. Pedro II pensava, ao que parece, na possibilidade de modificar-se a Constituição imperial para transferir as atribuições do poder moderador, não para um presidente escolhido por conchavos de cardeais leigos inspirados pelo *Espírito Santo* das suas conveniências, mas para um tribunal supremo que garantia a fiel execução do sistema federal reunindo poderes políticos aos poderes judiciários. ³⁸³

³⁸² Ibid., p. 50.

³⁸³ Ibid., p. 70.

Apesar de ainda perceptíveis os pendores de Oliveira Lima à agradecer a monarquia em *O Império Brasileiro*, a figura do imperador, especificamente, é mais elogiada por suas atitudes do que por suas características, como em *FHdNB*. Percebe-se que o parlamentarismo, que foi praticado com “honestidade e brilho”, era visto por D. Pedro II, segundo o historiador, como uma possibilidade de que se avançasse para uma organização na qual não estivesse acima do Parlamento um governante supremo legitimado pelo poder divino, mas um tribunal supremo que mesclasse os diferentes poderes. Não são as características psicológicas do imperador, mas suas ideias que orientam a honestidade e o brilho do funcionamento do parlamento.

De forma semelhante, em uma menção à Guerra do Paraguai, Lima justifica que não foi a vontade de vitória ou a belicosidade do imperador que impulsionaram sua decisão de adentrar e permanecer no conflito, mas um compromisso ético:

Na guerra do Paraguai igualmente se fez sentir a intervenção imperial, havendo quem censure D. Pedro II por haver levado a campanha até à morte de Lopes e a quase destruição da república, ainda que sem tirar partido da derrota para engrandecer territorialmente o Império ou impor aos vencidos condições humilhantes e desonrosas. [...] O Imperador, que não tinha fraco algum pelo heroísmo militar, não se deixou arrastar pela admiração do ingente sacrifício que tantas simpatias suscitava nos que contemplavam a luta do fraco contra o forte e só se contentou com desaparecimento do ditador que sonhara com uma coroa platina e nutria para alguns a ambição, que D. Pedro II nem admitia como verdadeira, de desposar a Princesa Leopoldina do Brasil.³⁸⁴

Pois D. Pedro II, diferente do pai, não prezava os feitos militares e as guerras: “O Imperador D. Pedro I prezava o exército, a carreira das armas e o brilho das proezas guerreiras tanto quanto seu filho detestava tudo isso e prezava a paz, as ciências e o desenvolvimento civil da sociedade. O temperamento do povo brasileiro estava muito mais para a harmonia com D. Pedro II, e a infeliz campanha do Sul muito cedo desgostou o país”³⁸⁵.

E se em *FHdNB* Oliveira Lima eximiu-se de considerações sobre as mortes dos três monarcas, em *O Império Brasileiro* o historiador se aproxima um pouco mais do fim do império e do fim da vida de D. Pedro II, embora não a descreva de maneira tão emocionada quando lida com a vida e a figura do imperador:

³⁸⁴ Ibid., p. 85.

³⁸⁵ Ibid., p. 72.

A monarquia, que unificara o país, quase o deixou federalizado, alguns dos nossos estadistas julgando que seria o meio mais oportuno de evitar a República, que estava servindo de norte à agitação do espírito público e que, uma vez implantada, não trouxe à nação uma parcela mais de liberdade, antes lhe tem subtraído algumas. Nos últimos anos de seu reinado, mesmo porque as forças físicas o iam traindo, o Imperador não mostrava o menor apego às suas prerrogativas. Os presidentes de províncias perderiam todo caráter de prefeitos governamentais mandados a agenciar eleições, mas também o Senado, escolhido a dedo, ia deixar de ser o partido político que impressionava os bárbaros pela sua dignidade. D. Pedro II parecia cada dia mais apegado à sua realeza científica do que ao seu poder imperial: sua tolerância exemplar e de todos os tempos ia ao extremo digno de um espírito budista de analisar os argumentos do ponto de vista dos adversários, porque o contrário seria um subjetivismo despótico do pensamento. Não merecia título de republicano teórico porque, melhor do que isto, o era na prática. [...]

O Brasil que dele deixou, donde foi escorraçado em vida para ser recebido triunfantemente depois de morto, era o um Brasil próspero e respeitado. A federação que com ele se haveria organizado com uma magistratura, teria sido melhor delineada, melhor arquitetada e não teria sido preciso escorar-lhe a fachada e proteger-lhe os alicerces.³⁸⁶

No compêndio de conferências proferidas na França, Lima tece de D. Pedro II uma figura de sabedoria, honrado, moralmente exemplar, apaixonado pelas artes e pelas letras, vultos de uma persona que deveria servir de exemplo ao novo Brasil que estava em construção; um governante humanista, por ser contrário à escravidão e favorável ao alargamento da participação política, e até mais democrático do que seus opositores republicanos; governante este que só foi retirado do poder pelo acúmulo de diversos fatores envolvendo questões que, em sua honesta e civilizada pessoa, o imperador não poderia lidar da maneira que esperava que fizesse, rebaixando-se ou vendendo-se a uma concepção de progresso apenas materialista. Se não foi chamado de “pai fundador” da nacionalidade, como o foi D. João VI, ou de “herói libertador”, como ocorreu com D. Pedro I, D. Pedro II não foi deixado diminuto por Oliveira Lima em *FHdNB*.

No entanto, observamos que, embora Lima tenha conservado seu apreço pelo império e pela monarquia em sua obra derradeira, *O Império Brasileiro*, principalmente por D. Pedro II, nesta fase de aposentado e professor da Universidade Católica da América, enquanto historiador, não mais tecia sua historiografia centrando-a no que compreendemos como uma larga tentativa de enaltecer os monarcas luso-brasileiros e elevá-los ao patamar de heróis. Há

³⁸⁶ Ibid., p. 87.

representações positivas de D. Pedro II, enquanto pouco é dito sobre seu pai e antecessor, mas nada que se equipare às descrições elogiosas e carregadas de adjetivos de *FHdNB*.

3.4. Uma “constelação” de heróis para um panteão cívico

Neste tópico retomaremos algumas das considerações de Raoul Girardet sobre como lidar com mitos políticos, buscando com isto traçar uma comparação entre os três monarcas luso-brasileiros heroicamente representados por Oliveira Lima em sua historiografia – ao menos na fase em que sua atividade historiadora se mesclava à atividade diplomática.

Como pontua o historiador francês dos *Annales*, é fundamental considerarmos que mitos erigidos em um mesmo contexto, isto é, em um lapso temporal comum, carreguem características sintomáticas deste, correlacionando-se ou complementando-se em uma “mitologia”, de modo que um conjunto de heróis poderia convergir para a definição de um panteão. Certamente, como observou José Murilo de Carvalho, esta era a empreitada dos republicanos envolvidos na delimitação dos heróis nacionais da República, como Tiradentes, depois Zumbi, os próprios militares envolvidos na Proclamação, ou mesmo o caso do poeta Claudio Manuel da Costa nas revistas do IHGB (como destacamos no item 2.2).

Girardet então indica um procedimento metodológico para que tal relação entre os mitos seja realizada:

O procedimento proposto apresenta-se como um método comparativo e de ordem essencialmente pragmática. No que se refere ao nosso assunto, ele nos conduzirá a definir, em primeiro lugar os contornos [...] de ‘**constelações mitológicas**’, ou seja, conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central. (É em função de quatro dessas ‘constelações’ que se acha organizada a presente obra.) No interior desses conjuntos, será conveniente, em um segundo momento, destacar a rede de correlações existentes; [...] montar o quadro das linhas de convergência, estabelecer o inventário dos pontos de encontro e dos fatores de similitude. [...] surgirão assim, construídas a partir dos mesmos esquemas condutores, em torno dos mesmos arquétipos, das mesmas imagens e dos mesmos símbolos, o que será possível considerar como as estruturas fundamentais da realidade mítica. [...] ³⁸⁷

³⁸⁷ GIRARDET, opus cit., 1987, p. 19-20.

Neste sentido, podemos destacar uma certa unicidade nos esforços de Oliveira Lima em traçar uma historiografia centrada no que ele mesmo chama de “grandes homens”, aqueles que “subsistirão na história e continuarão a aparecer no mundo, se não como fatores únicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como representantes supremos das aspirações coletivas, e em todo caso como entes excepcionais”³⁸⁸. Esta crença de que os grandes homens se constituem como representantes coletivos corrobora também seu entendimento da história como uma progressão, uma evolução das etapas do passado, pois, ao observar os imperadores como grandes homens, como “heróis” de suma importância no processo de construção da nacionalidade, ele alimenta uma memória de inspiração monarquista, a qual pretende que se incida sobre o novo nacionalismo republicano: D. João VI é alguém a ser admirado por sua coragem e sagacidade em lançar-se ao mundo colonial, louvado pelas gerações futuras por ser o fundador de nossa nação brasileira; D. Pedro I é o herói libertador do Brasil que canalizou o sentimento de nacionalismo quando este aflorava mais vivo do que nunca, líder cuja coragem consolidou a autonomia da pátria; e, por fim, D. Pedro II é o governante ideal a uma nação que se pretende herdeira de uma civilização como a lusitana: é justo, íntegro, inteligente, apreciador dos refinamentos intelectuais e artísticos do mundo europeu, tolerante com as diferenças de opinião em um mundo marcado pela diversidade e pela pluralidade, é pacifista mas não se evade da guerra quando esta bate à porta envolvendo questões de moral e integridade (o caso da Guerra do Paraguai contra Lopes).

Não se trata apenas de traçar uma descrição apologética de uma dinastia ou de uma descendência de governantes apreciáveis por suas personalidades ou ações quando no poder, não é só isso. São atribuídas características e delegadas responsabilidades históricas a cada um dos três monarcas que se complementam em sua importância para o desenvolvido do Brasil enquanto nação. D. João funda a nação; D. Pedro I liberta-a das relações, expande suas fronteiras e luta pela manutenção da unidade do país em sua imensidão continente; e, por fim, D. Pedro II se preocupa com sua evolução moral e política na direção de uma democracia, oferecendo o substrato democrático que alicerçará o desenvolvimento de princípios republicanos, pois, na visão de Oliveira Lima, era ele próprio por demais republicano – malgrado tenha sido destronado e expulso.

Nãos se trata apenas de um conjunto de heróis nacionais, que bem os heróis nacionais pretendidos pelos republicanos, que se doaram pela nação ou lutaram por seu avanço cívico e “espiritual”; tampouco de legitimar a casa de Bragança ou conferir-lhe glórias como um arauto

³⁸⁸ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. “O papel de José Bonifácio no Movimento da Independência”. São Paulo: Diário Oficial, 1907, p. 4.

da realeza. É antes a elaboração de uma mitologia da “formação histórica da nacionalidade brasileira”: uma história guiada por figuras de espírito forte, características descomuns, marcada por um providencialismo metafísico que envolve predestinações e vitórias – políticas, como a Independência; militares, como a Guerra do Paraguai; e sociais, como a abolição da escravidão –, e que se encaminha inevitável para a configuração de uma nação civilizada. Trata-se da criação de uma narrativa quase “cosmogônica” do Brasil enquanto nação.

Após termos tentado comentar, ainda que brevemente, a influência da subjetividade do historiador em sua composição retórica, citando as contribuições de Paul Ricoeur e Michel de Certeau, mencionarmos a relação entre o poder e o saber, a partir de Michel Foucault, e termos trazido alguns elementos do contexto de produção da historiografia de Oliveira Lima – ao longo destes três modestos capítulos –, seria pretensão demasiada, de nossa parte, tecer afirmações sobre as “invenções” de Oliveira Lima, questionar a veracidade de sua narrativa ou seu nível de comprometimento com uma realidade *a priori* e objetiva. Aqui compreendemos a historiografia, também, como espaço de manifestação da ideologia, campo fértil no qual se plantam ideias e intensões, no qual se cultivam vontades e cosmologias que extrapolam descrições factualistas ou interpretações que possam se pretender neutras. Compreendemos a historiografia como um discurso, e como tal, operante sobre enunciações erigidas sobre regimes de verdade específicos e intimamente vinculadas ao poder.

Como ainda observa Girardet,

[...] a **Organização** impõe-se, por outro lado, pelo rigor de suas compartimentação interna e se sua estrutura hierárquica. A forma pela qual se apresenta, no mais das vezes, é a de uma pirâmide com escalões sucessivos e estritamente compartimentados: a cada escalão recentemente galgado corresponde, para o homem do **complô**, um grau suplementar de conhecimento, de autoridade e de responsabilidade. No topo, para onde confluem os fios de todas as intrigas e de onde partem todas as palavras de ordem, assenta-se uma autoridade soberana, definida ao mesmo tempo como implacável e invisível.³⁸⁹

Neste sentido, constatamos não simplesmente uma “versão” narrativa do passado brasileiro, tampouco uma interpretação, de Oliveira Lima, de eventos concernentes à história do Brasil, mas mais do que isso: uma empreitada vigorosa – trabalho de toda uma vida – de instituição de sentidos a este passado, um trabalho de significar o passado e conduzir dele um entendimento acerca da experiência do passado brasileiro. Oliveira Lima não produz uma

³⁸⁹ GIRARDET, opus cit., 1987, pp. 34-35.

narração do passado nacional, mas uma escrita deste passado que é em si mesma nacionalizante, que descreve – e destaca – o lugar dos elementos e instituições imperiais ao mesmo tempo em que prescreve o tratamento que estes devem receber de seus descendentes, isto é, do povo integrante desta nação – que se constitui na figura de seu leitor (ou ouvinte, no caso das conferências).

O que sustenta tal consideração, de nossa parte, é a coesão da obra. Embora a mudança de perspectiva historiográfica que observamos ao final deste trabalho ao descrevermos os tons de *O Imperio Brasileiro*, é mantida – e igualmente mantida velada – a carga de apreço ao império e aos imperadores. Ainda que Lima modifique seus focos de observação ao longo de sua trajetória historiadora, ora se concentrando em personagens, ora descrevendo conjunturas; ora fazendo balanços, ora descrevendo em pormenor alguns incidentes; por vezes sentido sintético, por outras sendo minucioso; persiste o lugar de importância que é dado a cada um dos heróis monarcas de sua trindade.

Defendemos, com base em tudo isto que foi dito e que procuramos demonstrar, que tal coesão e tal objetivação da enunciação historiográfica se configura como uma tentativa de equiparação, a um médio prazo, dos monarcas luso-brasileiros aos próceres que eram pinçados pelos republicanos para ilustrar o panteão cívico brasileiro que pretendiam para a nascente República.

Considerações Finais

Analisar o discurso historiográfico de Manuel de Oliveira Lima sem considerar as relações que compuseram seus posicionamentos em relação aos dois regimes em contraste no lapso de sua vida poderia conduzir nossas considerações a equívocos nos quais reproduziríamos as mesmas considerações entendimentos que se apresentam em sua obra, em nossas fontes. Neste sentido, procuramos lidar também com as acepções e posicionamentos do historiador-diplomata com relação à monarquia, à República, aos imperadores e algumas de suas noções sobre a escrita da história.

De fato, havia uma preocupação de Oliveira Lima, ora explícita, ora implícita, em enaltecer a importância que os três monarcas deveriam ter no processo histórico brasileiro – que ele adjetiva como nacional. Segundo Lima, estes “grandes homens” teriam sido centrais nos caminhos da política e da sociedade brasileira não apenas por suas decisões, mas também, e por vezes principalmente, por seu temperamento. Não por menos, são qualificados como “heróis”.

Segundo Ricoeur³⁹⁰, as narrativas historiográficas são figurações da experiência, e a pretensão do historiador é a de reconstruir o passado, reconstruí-lo narrativamente. Para ele, a História é uma trama, um enredo no qual os fatos se concatenam narrativamente pelas acepções e significações do historiador, jamais de forma neutra. E a narrativa nada mais é do que o reconhecimento da experiência mediante sua ordenação temporal, isto é, a articulação narrativa do tempo cronológico, o qual, ao ser narrado, torna-se tempo humano³⁹¹. Assim, a narrativa histórica é considerada tanto verificação da experiência social quanto a própria experiência tem sua historicidade atingida pela contemplação do historiador no ato de narrar.

Em especial, a narrativa histórica constitui um espaço no qual o historiador objetiva atribuir sentidos ao passado, sentidos que se relacionam intima e subjetivamente às suas posições ideológicas, intelectuais, suas visões de mundo e suas escolhas. Não foram poucas as narrativas do passado brasileiro, antes ou depois de Oliveira Lima, que se constituíram, sem escusas, em uma utilização do passado para legitimar governos e regimes, para destituir governantes ou outras pessoas enfocadas. No caso da escrita da história, em Oliveira Lima, não se trata de bendizer o império e seus dirigentes a fim de restaurar o trono e a instituição

³⁹⁰ RICOEUR, opus cit., 1997, Tomo I.

³⁹¹ Segundo Ricoeur, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (Ibid, p. 15).

monárquica, mas de buscar nela uma significação que mantenha aquecida e viva uma memória imperial – imperial em um sentido de qualificação, isto é, pertencente ao império, e não somente sobre o império – e que tome o regime como exemplar para o futuro. Uma vontade de saber, na linguagem foucaultiana, que lançava a experiência em direção a um horizonte de expectativas, agora seguindo a linguagem de Koselleck.

De fato, Lima transparece pendores monárquicos em sua historiografia, mas não o fez de maneira militante a uma causa monarquista de restauração ou sem constituir com eles uma oposição extremada à República. Ao menos não nas obras com as quais constituímos nosso *corpus* documental. Talvez esta marca de crítico do novo regime tenha se expressado mais em trabalhos jornalísticos, como outros interpretes defendem.

Buscamos observar como Lima representou as figuras dos imperadores luso-brasileiros e do rei português radicado na colônia, mas não afim de traçar nova interpretação sobre seu monarquismo ou sobre a persistência de um discurso monarquista na enunciação historiográfica ao longo da chamada Primeira República – e incluí-la entre os próprios funcionários do novo regime. Talvez tenhamos, neste intuito, observado o conteúdo das edições da Revista do IHGB quando da Proclamação de 1889, mas certamente não as obras de Lima. Nosso intuito foi antes o de desconstruir o funcionamento da historiografia de um historiador que se inseria entre os dois Brasil, o republicano e o monárquico, e observar seu trabalho de significação da experiência do passado.

Defendemos então que Oliveira Lima produziu, em sua representação historiadora, um trabalho de criação de heróis nacionais, o qual se alinhava ao processo de composição de um panteão cívico brasileiro naquele momento. Trabalho de fazer crer, como aponta Deleuze, crer na importância de cada um dos abordados “grandes homens” e em sua dignidade de servir de exemplo para um Brasil que se fazia, exemplo vindo de um passado do qual o autor era saudosos por identificar-se moralmente. Argumentamos então que este trabalho de atribuição de sentidos ao passado foi uma tentativa de elevar os monarcas luso-brasileiros ao nível de heróis nacionais, e desta maneira equipará-los aos heróis que os republicanos elencavam para a nação.

Além dos fatos relacionados à publicação das obras, ou estritamente seu conteúdo e a maneira como Oliveira Lima articulava sua narrativa, acreditamos que relacionar sua trajetória de vida ao conteúdo de cunho historiográfico que produzia seria fundamental para apreendê-lo como autor, como produtor de sentidos sobre o passado – afinal, o historiador sempre vê o

passado de um presente, como afirma Certeau³⁹², presente aquele que se transforma no passado que aqui historicizamos.

Não obstante, em função das limitações temporais e dos recursos de que dispomos para o desenvolvimento desta pesquisa e para a elaboração deste trabalho, não pudemos tomar à observação todas as obras de Oliveira Lima que conseguimos listar. Lamentamos, por exemplo, não termos incluído outros livros do historiador, como *Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão* e os demais compêndios de conferência no exterior para esquadrihar mais à fundo como este representou os imperadores ao longo de toda a sua produção. Reconhecemos este limite e ensinamos que futuras pesquisas possam transcendê-lo.

Também ao tratarmos da amizade de Oliveira Lima e Gilberto Freyre, amparados principalmente no trabalho de Ângela de Castro Gomes, não pudemos verificar as implicações desta relação entre os dois intelectuais na produção de ambos. Ao que nos parece, sobretudo a concepção do Brasil enquanto país miscigenado e na qual as tensões raciais se rarefazem socialmente, que Gilberto Freyre expressa na sociologia de seus clássicos *Casa-grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, tem suas raízes nas interpretações de Oliveira Lima.³⁹³

Igualmente, quando pontuamos algumas características de Oliveira Lima, mencionamos, em mais de uma passagem, que este teria sido leitor de historiadores franceses os quais não fomos capazes de mapear detalhadamente. Verificamos também a hipótese de algumas influências intelectuais, como da filosofia de Hegel e das contribuições teóricas de autores como Michelet e Collingwood, mas não averiguamos se tais influências são de fato reais e estão presentes nas concepções de história e de historiografia de Lima. Outro campo de investigação que ainda não foi contemplado por nenhum de seus intérpretes.

Se, como afirmou Nietzsche, “a história precisa resolver o próprio problema da história; o saber precisa voltar o seu ferrão contra si mesmo”, ponto do qual partimos para traçar esta recortada análise de uma História Intelectual enfocando a historiografia, procuramos observá-la compreendendo-a como um espaço duplo: de enunciação de ideias e de correlações entre o saber e o poder. Para além dos fenômenos e articulações linguísticas que se ligam a esta escrita da história, a problemática que aqui procuramos desenvolver levava em consideração elementos históricos próprios de seu contexto e maneiras de praticar a este tipo específico de enunciação

³⁹² CERTEAU, opus cit., 2011.

³⁹³ Para fins de exemplo, destacamos a passagem final de *O Império Brasileiro*, do capítulo dedicado a tematizar “O Império e a sociedade”: “Sob a diversidade dos seus tipos, correspondentes à variedade das suas paisagens, o Brasil apresentava sob o Império uma notável homogeneidade de aspectos sociais, porque os elementos capitais da raça, da religião, da língua, da cultura, lhe eram comuns em toda sua extensão. Tradições, costumes, idéias, não divergiam portanto essencialmente de uma para outra província. As próprias superstições traduziam idêntica origem, lusitânica, tupi ou africana.” (opus cit., 1989, p. 182).

que também eram próprios daquele momento. Neste sentido, estes elementos se delineavam diretamente vinculados à relações de poder e saber que nos revelaram que a construção social da identidade nacional, ou de uma cultura política – pretendida –, reproduz, em partes, atribuições de sentido e simbolismos que não são automáticos ou naturais da população em sua coletividade, mas resultantes de processos de intenso trabalho de construção de sentidos por porta-vozes e enunciadores legitimados por instituições e posições socialmente privilegiadas.

Fontes

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. 3ª edição: São Paulo: Topbooks, 1996. 1ª edição de 1908.

_____. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, Ernest Martinenche e José Veríssimo. 3. ed. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks/São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. *Historia Diplomatica do Brazil: O Reconhecimento do Imperio*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

_____. *O Império Brasileiro (1821-1889)*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. *O Movimento da Independencia (1821-1822)*. Coleção Reconquista do Brasil. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo (Weiszflog Irmãos Inc.), 1922.

_____. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LI, vol. parte I, 1888.³⁹⁴

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LI, vol. parte II, 1888.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LII, vol. parte I, 1889.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LII, vol. parte II, 1889.

Revista Trimensal do IHGB. Comemoração do Centenario de Claudio Manuel da Costa. Rio de Janeiro: tomo LIII, vol. parte I, 1890.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LIII, vol. parte II, 1890.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LIV, vol. parte I, 1891.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LIV, vol. parte II, 1891.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LXVI, parte II, ano 1905.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LXVII, parte II, ano 1906.

Revista Trimensal do IHGB. Rio de Janeiro: tomo LXXII, parte II, ano 1909.

³⁹⁴ Todas as edições da Revista Trimensal do IHGB encontram-se disponíveis para acesso na hemeroteca digital no sítio virtual do Instituto: < <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php> > (acessadas entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015).

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a Diplomacia Brasileira no Início da República”. In: *Revista Historia Actual Online*, Num. 19, 2009, pp. 97-108.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 183-191.

CALÓGERA, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1957. Uma versão digital da obra encontra-se em: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/P/Gazetteer/Places/America/Brazil/_Texts/CALFHB/home.html>. Acesso em 10/11/2015.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Abril, 2010.

CAMPOS, Adriana Pereira. “As Correntes Historiográficas do Século XIX e seus Procedimentos Metodológicos”. In: *Revista de História (UFES)*, Vitória-ES, v. 6, p. 119-126, 1998.

CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. Coleção Corpo e Alma do Brasil, direção de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, jan.-jun., 2003, pp. 73-94.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – volume II: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ENDERS, Armelle. *Os Vultos da Nação: Fabrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9 – O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Record, 1972.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 1 – O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Record, 1976.

FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história.” In. _____ *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. pp. 15-37.

FREIRE, Diego José Fernandes. *Contanto o passado, tecendo a saudade*. A construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). João Pessoa: Ideia, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco e Imprensa Universitária, 1968.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: LIMA, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª edição. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks/São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-14.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução de Maria Luciana Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860-1900)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2012.

- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *Em Família: A correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Coleção Letras em Série. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2005.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. 3 volumes. Pernambuco: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasil e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*. N. 1. Rio de Janeiro: 1988, p. 5-27.
- GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*. Coleção Stylus. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp. 103-133.
- HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- _____. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOOK, Sidney. *O herói na história*. Coleção Biblioteca de Cultura Histórica. Tradução de Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1962.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: da colônia a independência*. São Paulo: Contexto, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LÉVY-STRAUSS. *Mito e Significado*. Edições 70. Lisboa: 1978.
- LUCIANO DE SAMÓSSATA. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. *Brasil e Estados Unidos nas Representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça (1870-1914): idéias sobre a inserção brasileira na América*. Tese de Doutorado em História. Brasília: UNB, 2008.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauro, São Paulo: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

_____. *Oliveira Lima nos Estados Unidos*. In: *História Revista*. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. v. 13, n. 2, 2008, pp. 497-507.

MARTINENCHE, Ernest. Prefácio à edição francesa. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*. Paris: Sorbonne, 1911.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: filha e mestra do tempo. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MASSAUD, Moisés. *História da literatura brasileira: Das origens ao romantismo*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e nossa formação. In: _____. *História e Contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010. pp. 83-110.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORÁ, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Tradução de Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, n.10, São Paulo: dez. 1993, pp. 7-28. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em 21/06/2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense / Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício de historiador no Brasil oitocentista”. *Lusíada*. Série de História (Lisboa), v. 9, p. 191-207, 2013.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. “O papel de José Bonifácio no Movimento da Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico de S. Paulo*, vol. XII. São Paulo: Diário Oficial, 1907, pp. 3-16. Disponível no sítio eletrônico da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP), em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01260300#page/20/mode/1up> > Acesso em 17/08/2015.

_____. *Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

_____. Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brazil existentes no Museu Britannico de Londres. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LXV. Parte II. Rio de Janeiro, 1903, pp. 5-139.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977.

ORLADIN, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1983.

PRADO, Antônio Arnoni. *Dois Letrados e o Brasil nação*. A obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora 34, 2015.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto*. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. Um ensaio da poética do saber. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010.

SIMON, Yves René Marie. *Filosofia do governo democrático*. Tradução de Edgar Godói da Mata-Machado. Rio de Janeiro: Agir, 1955.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira. *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade*. Dissertação de mestrado em Filosofia. São Paulo: USP, 2012.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VILLA, Marco Antônio. Guia de Leitura. In: OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

Anexos

Cronologia de publicação das obras de Oliveira Lima

- 1895 · Pernambuco, Seu desenvolvimento historico
- 1896 · *Sépt ans de République au Brésil (La Nouvelle Revue, Paris)*
- Aspectos da litteratura colonial brasileira
- 1899 · Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais
- 1900 · Memoria sobre o descobrimento do Brazil, suas primeiras explorações e negociações diplomaticas a que deu origem
 - Monografia premiada em concurso pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil e publicada no Livro do Centenário.
- 1901 · Historia Diplomatica do Brazil – O Reconhecimento do Imperio
 - Reeditado no ano seguinte.
- 1903 · Elogio acadêmico de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro
 - Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras
- Relação dos Manuscriptos do Museu Britannico de interesse para o Brazil
- No Japão, Impressões da terra e da gente
- 1904 · O Secretario del-Rey
 - Peça teatral.
- 1907 · O Padre Manoel de Moreaes
- Gustave Beyer
- 1908 · Pan-americanismo, Monroe – Bolívar – Roosevelt
- Cousas diplomaticas
- 1909 · Dom João VI no Brazil
 - Monografia vencedora de um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- 1911
- *Formation Historique de la Nacionalité Brésilienne*
 - Conferências realizadas na Universidade de Sorbonne.
 - Traduzido em 1944: “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”
 - A 3ª edição (Publifolha/Topbooks, 2000) conta com o acréscimo de uma conferência realizada em 1913 na Sociedade de Geografia de Antuérpia, sob o tema *O Brasil e os estrangeiros*.
- 1914
- *The Evolution of Brazil Compared with That of Spanish and Anglo-Saxon*
 - Série de conferências realizadas na Universidade de Washington
 - Traduzida como: Evolução histórica da América Latina comparada com a da América Inglesa
 - O meu caso
- 1919
- Na Argentina, Impressões de 1918-19
 - Edição também em espanhol.
- 1921
- História da Civilização
- 1922
- O movimento da Independência
- 1923
- Aspectos da história e da cultura do Brasil
 - Conferências realizadas na Faculdade de Letras de Lisboa
- 1925
- Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão (1826-1828)
- 1927
- O Império Brasileiro (1921-1889)
 - Reeditada em 1962, 1986, 1989.
- 1933
- Dom Miguel no Trono (1828-1833)
 - Obra póstuma
- 1937
- Memórias (estas minhas reminiscências...)
 - Obra póstuma. Reeditada em 1986.
- 1953
- Impressões da América-Espanhola (1904-1906)
 - Obra póstuma.
- 1971
- Obra Seleta
 - Compêndio organizado por Barbosa Lima Sobrinho.
- 1975
- Estudos Literários
 - Compêndio organizado por Barbosa Lima Sobrinho.